A PAISAGEM E OS SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES NA URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO INTERIOR PAULISTA:

ESTUDO DE CASO DA ÁREA ENTRE SÃO CARLOS, ARARAQUARA E RIBEIRÃO PRETO

Verônica Garcia Donoso

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

A paisagem e os sistemas de espaços livres na urbanização contemporânea do interior paulista: estudo de caso da área entre São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto

The landscape and the system of open spaces in contemporary urbanization in the interior of São Paulo State, Brazil: case study of the area between São Carlos, Araraquara and Ribeirão Preto

Verônica Garcia Donoso

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de concentração Paisagem e Ambiente, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como exigência para a obtenção de título de Mestre em Paisagem e Ambiente.

Orientação: Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga.

SÃO PAULO

2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: vgdonos@yahoo.com.br

Donoso, Verônica Garcia

D687p A paisagem e os sistemas de espaços livres na urbanização contemporânea do interior paulista : estudo de caso da área entre São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto -- São Paulo, 2011.
241 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração : Paisagem e Ambiente) FAUUSP.

Orientador: Eugenio Fernandes Queiroga

1. Urbanização São Paulo 2. Espaços livres
3. Redes urbanas São Paulo I. Título

CDU 301(816.12-21)

Nome: DONOSO, Verônica Garcia

Título: A paisagem e os sistemas de espaços livres na urbanização contemporânea do interior paulista: estudo de caso da área entre São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto

The landscape and the system of open spaces in contemporary urbanization in the interior of São Paulo State, Brazil: case study of the area between São Carlos, Araraquara and Ribeirão Preto

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para a obtenção de título de Mestre em Paisagem e Ambiente.

Aprovado em: 17 de novembro de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais, pelo que representam em minha vida e por tudo que tem me ajudado a construir.

AGRADECIMENTOS

Um primeiro agradecimento a Eugenio Fernandes Queiroga, que tive a honra de ter como orientador para esta pesquisa. Agradeço por ter aceitado me orientar, pelo voto de confiança, pelo cuidado, seriedade e competência com que conduziu este trabalho, e por ter se mostrado um professor exemplar, que me proporcionou ótimas oportunidades de aprendizado.

Ao meu pai, José Pedro Donoso (Piter), e a minha mãe, Aida Victoria Garcia Montrone (Toyi), que além de excelentes pais, são excelentes professores e incentivadores da vida acadêmica.

A minha irmã Carolina Garcia Donoso, que me apoia e aconselha em todos os momentos da minha vida profissional.

À orientação, auxílio e amizade dos docentes e pesquisadores que me acompanharam durante esses anos de pesquisa acadêmica, em especial às professoras Catharina Pinheiro C. dos Santos Lima (FAUUSP) e Sandra Lencioni (FFLCH USP).

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAUUSP, pela oportunidade na participação do programa de pós-graduação em Paisagem e Ambiente, e toda infraestrutura e recursos oferecidos durante o processo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento do projeto de mestrado (FAPESP, processo no 2009/02678-9) e oportunidade de desenvolvimento da pesquisa.

Aos docentes, pesquisadores e alunos participantes do grupo de pesquisa QUAPA - FAUUSP, em especial ao Silvio Soares Macedo, Eugenio Fernandes Queiroga, Ana Cecília de Arruda Campos, Fany Galender, Vanderli Custódio, Rogério Akamine e Helena Napoleon Degreas, por terem me recebido de braços abertos no grupo.

Aos colegas e amigos que me acompanharam durante a pós-graduação, em trabalhos acadêmicos, disciplinas e discussões, em especial à Alessandra Natali Queiroz, pelo compartilhamento de experiências em pesquisa e amizade.

Aos diversos profissionais que auxiliaram na pesquisa das cidades envolvidas, em especial aos profissionais das prefeituras municipais de São Carlos e Ribeirão Preto, das empresas Damha Urbanizadora, TAM Linhas Aéreas e Embraer, pelo fornecimento de grande quantidade de informações, imprescindíveis para o desenvolvimento dessa pesquisa.

A paisagem e os sistemas de espaços livres na urbanização contemporânea do interior paulista: estudo de caso da área entre São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto

Resumo

O trabalho tem como objetivo contribuir para a compreensão da expansão urbana e do papel do sistema de espaços livres, a partir de um recorte regional do interior paulista, que compreende os municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara, Gavião Peixoto, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão, Guataporã, Luiz Antônio, Cravinhos, São Simão, Ribeirão Preto, Pradópolis, Dumont, Barrinha e Sertãozinho. Para tanto, partiu-se de um estudo histórico da formação da área de estudos, considerando a importância dos ciclos econômicos agrícolas e da industrialização, para compreender a dinâmica urbana e econômica atual e as principais ações e gestões municipais para o planejamento da paisagem, de maneira a compreender a importância dos espaços livres desde a escala regional aos lugares do cotidiano.

Palavras chave: urbanização contemporânea, sistema de espaços livres, redes urbanas, interior paulista.

The landscape and the system of open spaces in contemporary urbanization in the interior of São Paulo State, Brazil: case study of the area between São Carlos, Araraquara and Ribeirão Preto

Abstract

The objective of this research is to contribute to the understanding of urban sprawl in relation to the system of open spaces. This was done through the regional studies within the interior of São Paulo State, correlating the following municipalities: São Carlos, Ibaté, Araraquara, Gavião Peixoto, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão, Guataporã, Luiz Antônio, Cravinhos, São Simão, Ribeirão Preto, Pradópolis, Dumont, Barrinha and Sertãozinho. As a result, a historical approach on the studied area was carried out in order to accurately comprehend its agricultural and economic cycles as well as its industrialization so as to understand its current urban and economic dynamics. In so doing the municipal management of landscape planning is viewed as a vital tool to shed light onto open spaces both at a regional and daily life local scale.

Key words: contemporary urbanization; system of open spaces; urban networks; interior of São Paulo State.

SUMÁRIO

19 INTRODUÇÃO

28 1. ANTECEDENTES

A formação da área de estudos e o processo de industrialização

30 1.1 A formação do território paulista e a dinâmica cafeeira

36 1.2 A formação dos municípios de Araraquara e São Carlos e os principais atores envolvidos no processo

43 1.3 A formação de Ribeirão Preto e o poder da elite local

48 1.4 O processo de industrialização na área de estudos - da agroindústria à indústria tecnológica

62 2. CONTEMPORANEIDADE

A dinâmica regional atual - características econômicas e interações no território

64 2.1 Região de influência ou influência de uma região?

70 2.2 Os movimentos pendulares entre os municípios e as cidades-dormitório

76 2.3 Características econômicas da área de estudos e a importância da economia agrícola no território

104 3. EXPANSÃO URBANA CONTEMPORÂNEA

A urbanização fragmentada e os grandes investimentos imobiliários

3.1 A expansão urbana contemporânea em São Carlos e as políticas de ciência e tecnologia

126 4. AS POSSIBILIDADES DO SEL

O papel do Sistema de Espaços Livres na produção da paisagem: conflitos, contradições e possibilidades para os casos estudados

128 4.1 A dinâmica urbana contemporânea e o sistema de espaços livres na área de estudo

129	4.2 O sistema de espaços livres das áreas rurais
145	4.3 O sistema de espaços livres nos municípios com menores índices populacionais
149	4.4 O uso do espaço livre da rua na área de pesquisa
154	4.5 A gestão dos SELs em São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto
154	4.5.1 <i>São Carlos</i>
159	4.5.2 <i>Araraquara</i>
167	4.5.3 <i>Ribeirão Preto</i>
173	4.5.4 <i>Mapeamento regional do SEL</i>

176 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

182 REFERÊNCIAS

194 APÊNDICES

196	1 - Entrevista com Lavinia Casali, Engenheira Agrônoma da Damha Urbanizadora no município de São Carlos - SP.
203	2 - Entrevista com Jose Octavio Armani Paschoal, presidente do Instituto Inova de São Carlos - SP.
210	3 - Entrevista com Luiz Claudio Lissner, administrador de empresas e mestre em finanças do escritório da Damha Urbanizadora em São Paulo - SP.
222	4 - Entrevista com o arquiteto e urbanista Silvio Contart, diretor da Contart&Takano arquitetos, escritório de Ribeirão Preto-SP.
227	5 - Entrevista com Alberto Engelbrecht, Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Carlos - SP.
230	6 - Entrevista com Marcos Alberto Martinelli, Secretário Municipal do Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de São Carlos - SP, e com Daniel D. Milstein Gonçalves, Gerente/Suporte ao Cliente MRO da TAM São Carlos - SP.
238	7 - Entrevista com Luiz Toshihiro Massuda, diretor da unidade Embraer Gavião Peixoto - SP.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: A área de estudos. Mapa criado por Donoso (2011), conforme fontes: DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (2009) e Plano Cartográfico do Estado de São Paulo - IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico, Governo do Estado de São Paulo (2002). **Pag. 21.**

Mapa 2: Relação de Influência dos municípios de São Carlos-SP, Araraquara-SP, e Ribeirão Preto-SP segundo o REGIC - Região de Influência das Cidades, IBGE, 2008. Mapa criado por Verônica G. Donoso (2011), segundo fontes: INSTITUTO FLORESTAL, Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; IBGE REGIC - Região de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008. **Pag. 68.**

Mapa 3: Os municípios de Santa Lúcia, Rincão e Guataporã. Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL. Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH. mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra, 2009. **Pag. 84.**

Mapa 4: O município de Ibaté - SP. Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). **Pag. 85.**

Mapa 5: Os municípios de Barrinha (SP) e Dumont (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). **Pag. 86.**

Mapa 6: O município de São Simão (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). **Pag. 90.**

Mapa 7: O município de Luiz Antônio (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). **Pag. 91.**

Mapa 8: O município de Pradópolis (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). **Pag. 92.**

Mapa 9: O município de Cravinhos (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da

Terra (2009). Pag. 93.

Mapa 10: *O município de Américo Brasiliense (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). Pag. 94.*

Mapa 11: *O município de Sertãozinho (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). Pag. 96.*

Mapa 12: *O município de Araraquara (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). Pag. 98.*

Mapa 13: *O município de Ribeirão Preto (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). Pag. 101.*

Mapa 14: *O município de São Carlos (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). Pag. 103.*

Mapa 15: *Mapeamento da área de estudos, mostrando a área ocupada pela cana-de-açúcar. Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009). Pag. 131.*

Mapa 16: *Mapa síntese do sistema de espaços livres de São Carlos-SP. Mapa criado por Verônica Donoso (2011), conforme GOOGLE EARTH, fonte de mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010). Pag. 157.*

Mapa 17: *Mapa síntese do sistema de espaços livres de Araraquara-SP. Mapa criado por Verônica Donoso (2011), conforme GOOGLE EARTH, fonte de mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010). Pag. 166.*

Mapa 18: *Mapa síntese do sistema de espaços livres de Araraquara-SP. Mapa criado por Verônica Donoso (2011), conforme GOOGLE EARTH, fonte de mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010). Pag. 172.*

Mapa 19: *Mapa síntese do sistema de espaços livres de Ribeirão Preto-SP. Mapa criado por Verônica Donoso (2011), conforme GOOGLE EARTH, fonte de mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010). Pag. 174.*

LISTA DE FIGURAS

14

Figura 1: Km 294 sobre a via Anhanguera, Bento Quirino - Ribeirão Preto. Fonte: SILVA, Marco Aurélio Alvares (org.). E.F. Brasil Álbum de fotografias de Ferrovias Brasileiras. **Pag. 34.**

Figura 2: Mapa de 1960 da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Fonte: SILVA, Marco Aurélio Alvares (org.). E.F. Brasil Álbum de fotografias de Ferrovias Brasileiras. **Pag. 35.**

Figura 3: O bonde, fabricado na Bélgica, que circulou pela cidade de São Carlos (SP) entre os anos de 1914 e 1962, foi um marco na história da cidade. Fonte: SILVA, Marco Aurélio Alvares (org.). E.F. Brasil Álbum de fotografias de Ferrovias Brasileiras. **Pag. 41.**

Figura 4: Região considerada como Ribeirão Preto na República Velha e a situação atual, com a divisão em outros municípios (Ribeirão Preto, Sertãozinho, Pontal, Pradópolis, Barrinha, Dumond, Cravinhos, Guataporã). Imagem da autora (2010). **Pag. 44.**

Figura 5: Relação de Influência dos municípios de São Carlos-SP, Araraquara-SP e Ribeirão Preto-SP, segundo o REGIC - Região de Influência das Cidades, 2008. **Pag. 67.**

Figura 6: A expansão urbana de São Carlos até o período atual (2010). Desenho: Donoso (2011), sob bases do Plano Diretor da cidade de São Carlos (2005) e informações da Prefeitura Municipal de São Carlos. **Pag. 107.**

Figura 7: Implantação do empreendimento “Damha”, em São Carlos (SP). Vê-se na imagem uma parte do tecido urbano mais consolidado de São Carlos e a área de expansão urbana atual. Do lado esquerdo da rodovia SP-318, encontram-se os quatro residenciais fechados Damha I e II e Village Damha I e II, o campo de Golfe, o centro hípico, o centro de eventos Damha, além de áreas rurais. Do outro lado da rodovia, encontram-se a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o “Parque Eco-Tecnológico Damha”, áreas rurais e o Centro Tecnológico da TAM. Fonte: Imagem de divulgação, disponível no site do empreendimento. **Pag. 109.**

Figuras 8 e 9: Acima, capela do parque Damha e, abaixo, a capela do parque São Miguel, que foram mantidas e reformadas no projeto de concepção do parque. Imagem da autora, de fevereiro e maio de 2011. **Pag. 116.**

Figuras 10 e 11: Rotatória de acesso ao empreendimento Damha e guarita de acesso a um dos loteamentos fechados. Fotografia da autora, de fevereiro de 2011. **Pag. 117.**

Figura 12: Fotografia do Parque Eco Esportivo Damha. Ao fundo, vê-se o Loteamento Fechado Damha I. Fotografia da autora, realizada em julho de 2010. **Pag. 118.**

Figura 13: Fotografia do Parque Eco Esportivo Damha. Na área do parque, são realizados diversos eventos esportivos durante o ano. Fotografia da autora, realizada em julho de 2010. **Pag. 118.**

Figura 14: Construção do Damha Mall. Fotografia da autora, realizada em julho de 2011. **Pag. 119.**

Figura 15: Implantação do “Parque Eco Tecnológico Damha”, em São Carlos - SP. Fonte: Imagem de divulgação, disponível no site do empreendimento. **Pag. 120.**

Figura 16: A área urbana de São Carlos (SP), o empreendimento Damha e a Cidade da Energia. Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL. Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (2003 a 2010) e Projeto CANASAT mapeamento da cana via satélites de observação da Terra, 2009. **Pag. 122.**

Figuras 17 e 18: Acima e abaixo, Bairro Jardim Cruzado, em Ibaté (SP). Fotografia da autora, de janeiro de 2011. **Pag. 133.**

Figuras 19 e 20: Américo Brasiliense: acima, limite da área urbana e, abaixo, área rural. Fotografia da autora, de junho de 2011. **Pag. 134.**

Figura 21: Área de plantio de cana-de-açúcar, vista pela Rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318), na altura do km 269 sul. Fotografia da autora, de janeiro de 2011. **Pag. 135.**

Figura 22: O município de Rincão. Fotografia da autora, de junho de 2011. **Pag. 136.**

Figura 23: Área de silvicultura International Paper no município de Luiz Antônio. Rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318). Fotografia da autora, de janeiro de 2011. **Pag. 138.**

Figura 24: Área rural entre o município de Luiz Antônio e Ribeirão Preto, na beira da rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318). Fotografia da autora, de janeiro de 2011. **Pag. 138.**

Figura 25: Área rural na beira da rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318) na altura do km 257 sul. Fotografia da autora, de janeiro de 2011. **Pag. 139.**

Figura 26: Área remanescente de vegetação natural no meio de área rural. Rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318). Fotografia da autora, de janeiro de 2011. **Pag. 140.**

Figuras 27, 28 e 29: O Rio Mogi-Guaçu no município de Guataporá. Fotografias da autora, de maio de 2010. **Pag. 141 e 142.**

Figura 30: Parque Balneário da Prainha do Tamanduá, em São Simão, inaugurado em 1992, que apresenta grande uso pela população do município, mas pouquíssima preocupação com manutenção das suas áreas e infraestrutura por parte da gestão municipal. Fotografia da autora, de setembro de 2010. **Pag. 144.**

Figuras 31 e 32: Rio urbano no município de São Simão, que foi canalizado e encontra-se confinado entre bairros habitacionais que viram as costas para o seu leito. As águas do rio apresentavam certo nível de poluição. No mesmo município, praças e parques se apresentam em perfeitas condições, com paisagismo planejado e mantido pela municipalidade, o que demonstra a atenção municipal para alguns elementos da paisagem, embora outros sejam esquecidos. Fotografia da autora, de setembro de 2010. **Pag. 144.**

Figuras 33 e 34: À esquerda, cruzamento da linha férrea em Américo Brasiliense (SP) e, à direita, em Santa Lúcia (SP). Fotografia da autora, de junho de 2011. **Pag. 145.**

Figura 35: Cruzamento da linha férrea em Rincão. Fotografia da autora, de junho de 2011. **Pag. 145.**

Figura 36: Construção de uma praça em bairro popular de Ibaté. Fotografia da autora, de fevereiro de 2011. **Pag. 146.**

Figuras 37 e 38: O recém-inaugurado parque “Parrelão”, em Ibaté, que conta com equipamentos esportivos e de lazer diversos para o uso da população, como quadras esportivas, áreas para skate, brinquedos infantis, equipamentos para exercícios físicos e cancha de bocha. Fotografia da autora, de fevereiro de 2011. **Pag. 146.**

Figuras 39 e 40: Distrito de Água Vermelha, município de São Carlos (SP). Fotografias da autora, de maio de 2010. **Pag. 148.**

Figura 41: Convívio na rua em um bairro de Ibaté (SP). Fotografias da autora, de fevereiro de 2011. **Pag. 148.**

Figura 42: O surgimento do bairro Vila Prado na cidade de São Carlos SP. Imagem realizada por Verônica Donoso (2008) a partir de dados do Plano Diretor do Município de São Carlos (2005). **Pag. 150.**

Figura 43: Moradores da rua larga. Utilização do espaço da rua para receber visitas e confraternizar com a vizinhança. Fotografia realizada pela autora no dia 08 de janeiro de 2008, uma terça-feira, às 20 horas. **Pag. 151.**

Figura 44: A Avenida Professor João Fiusa, Ribeirão Preto (SP). Fotografia realizada pela autora em 30 de janeiro de 2008, às 19 horas. **Pag. 153.**

Figuras 45 e 46: A Avenida Trabalhador São-carlense (Marginal), defronte à Universidade de São Paulo (campus 1). A foto 45 foi tirada em fevereiro de 1989, olhando da Universidade (em local onde hoje está o curso de Arquitetura e Urbanismo) em direção ao bairro, antes da canalização do córrego. A foto 46 foi tirada em março de 2011, olhando do bairro para a Universidade. Fotografia: José Pedro Donoso Gonzalez. **Pag. 155.**

Figuras 47 e 48: À esquerda, a região central de São Carlos. À direita, a praça Paulino Botelho e a praça do Mercado Municipal. Fotografia de José Pedro Donoso Gonzalez, de março de 2011. **Pag. 155.**

Figuras 49 e 50: À esquerda, a região central de São Carlos com o centro esportivo “Dario Placeres Cardoso Junior”, aberto a toda população e, à direita, o “camelódromo”, formado por boxes que abrigam as atividades de comércio exercidas por terceiros em áreas públicas. Fotografia de José Pedro Donoso Gonzalez, de março de 2011. **Pag. 156.**

Figuras 51 e 52: Prática de atividades esportivas na praça do Kartódromo, em São Carlos (SP). **Fotografia da autora, realizada em fevereiro de 2011. Pag. 156.**

Figura 53: Pôster do “Boulevard São Carlos”, projeto de requalificação do centro de São Carlos. Projeto do Studio Ilex Arquitetura e Paisagem e Apoara Arquitetura e Planejamento. Fotografia de José Pedro Donoso Gonzalez, realizada em março de 2011. **Pag. 158.**

Figura 54: O Orquidário Municipal, na Praça Pedro de Toledo, que ainda se encontra em obras, e que foi inaugurado pela Prefeitura em 2008. Fotografia de José Pedro Donoso Gonzalez, realizada em março de 2011. **Pag. 158.**

Figura 55: Foto histórica do município de Araraquara-SP. Vista do jardim da Igreja Matriz de São Bento em 1926. Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Araraquara-SP. **Pag. 160.**

Figura 56: Foto histórica do município de Araraquara-SP. Vista de um concerto em uma praça. Sem data. Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Araraquara-SP. **Pag. 160.**

Figura 57: O Bulevar dos Oitis em Araraquara. Fotografia da autora, de junho de 2011. **Pag. 161.**

Figura 58: Conexão entre o Bulevar dos Oitis e a Praça Central em Araraquara. Fotografia da autora, de junho de 2011. **Pag. 162.**

Figuras 59 e 60: Arborização viária tradicional em Araraquara, em 1929 e em 2011, respectivamente. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Araraquara e fotografia da autora, de junho de 2011. **Pag. 164.**

Figura 61: Terreno baldio no bairro Jardim Eliana em Araraquara (SP), com plantio de flores, o que revela a preocupação dos moradores com o paisagismo urbano. Lamentável a presença de lixo no terreno. Fotografia da autora, de junho de 2011. **Pag. 165.**

Figura 62: Simulação do resultado da obra antienchente da gestão atual do município de Ribeirão Preto na Av. Jerônimo Gonçalves. Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, disponível em: <<http://www.obrasantienchenterp.com.br/>>. Acesso em 12 de julho de 2011. **Pag. 171.**

Figura 63: Canalização do Córrego Ribeirão Preto, em outubro de 2009. Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, disponível em: <<http://www.obrasantienchenterp.com.br/>>. Acesso em 12 de julho de 2011. **Pag. 171.**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: *Distribuição ocupacional dos homens chefes de família de São Carlos em 1907, por categorias de nacionalidade e cor (em percentagens).* **Pag. 42.**

Tabela 2: *Índice de pessoas ocupadas em empresas em relação à população economicamente ativa na área de estudos.* **Pag. 72.**

Tabela 3: *Dinâmica econômica das cidades estudadas em relação ao número de habitantes, PIB per capita, valores adicionados brutos da agropecuária, indústria e serviços, incidência de pobreza, empresas, indústrias, usinas, universidades, faculdades e centros de pesquisa representativos.* **Pag. 78 e 79.**

Tabela 4: *Informações sobre o período de formação dos municípios de Santa Lúcia, Rincão, Guataparã, Ibaté, Barrinha, Dumont.* **Pag. 81.**

Tabela 5: *Informações sobre o período de formação dos municípios de Luiz Antônio, São Simão, Pradópolis, Cravinhos, Américo Brasiliense, Gavião Peixoto.* **Pag. 87.**

INTRODUÇÃO

(...) O vento é o mesmo: mas sua resposta é diferente, em cada folha. (...).

Cecília Meireles¹

As palavras que servem de epígrafe a esta introdução alcançam uma infinidade de falas e diálogos, e aqui serão entendidas no âmbito da temporalidade, das diferentes marcas do tempo que podem ser encontradas em um mesmo objeto de estudo, e das distintas visões e interpretações que o olhar humano é capaz de abarcar sob um mesmo tema.

Neste trabalho, procurou-se conciliar duas visões: um olhar mais amplo, regional, que considera todo o processo de formação de um território único e diverso, e um olhar próximo à realidade atual, das ações e gestões desse território, das práticas e atividades exteriores, em espaços livres.

Entendem-se como práticas exteriores aquelas realizadas em locais abertos (livres de edificações), públicos ou privados, onde as atividades cotidianas, a produção cultural e a construção da cidadania ocorrem, ou seja, onde a esfera da vida pública e social se desenvolve.

Sob o ponto de vista do planejamento urbano, a importância de se manterem e qualificarem espaços livres de edificações é muito grande, principalmente devido ao uso que se faz deles para convivência social, o que tem papel fundamental no desenvolvimento da cidade e em noções de cidadania. A esfera social depende diretamente da disponibilidade e da qualidade de áreas para essas práticas e, por isso, destaca-se a importância do estudo dos espaços livres como elemento integrante das políticas urbanas para o planejamento e a gestão do território.

Assim, procurou-se elaborar uma leitura regional que considerasse tanto as particularidades históricas da paisagem quanto a situação atual, e que pudesse auxiliar numa maior compreensão da paisagem e das potencialidades da área estudada.

A pesquisa traça um panorama de uma área na região centro nordeste do Estado de São Paulo, que compreende os municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara, Gavião Peixoto, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão, Guataparã, Luiz Antônio, Cravinhos, São Simão, Ribeirão Preto, Pradópolis, Dumont, Barrinha e Sertãozinho, e que foi analisada sob o ponto de vista da expansão urbana atual e da relação com o sistema de espaços livres. Essa área foi definida a partir de critérios, como de contiguidade do território e de interação entre municípios, entre outras inter-relações.

1 Excerto do poema "O Vento" (1945), em MEIRELES, (1983).

O estudo foca as cidades médias de São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto, municípios do interior paulista com características próprias e distintas, que se destacam no cenário de desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo.

Mapa 1: A área de estudos. Mapa criado por Donoso (2011), sob fontes: DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (2009), e Plano Cartográfico do Estado de São Paulo - IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico, Governo do Estado de São Paulo (2002).

Para tanto, partiu-se da contextualização dos municípios a partir de suas particularidades históricas, econômicas, demográficas e sócio espaciais, analisando o desenvolvimento territorial e a relação entre a situação urbana atual, o suporte bio-físico e as áreas rurais da região.

O processo de produção do espaço urbano atual - considerado como um nível específico da realidade social - revela as modificações nos modos de se vivenciar um espaço em particular. Enquanto expressão de uma sociedade, a paisagem é reveladora de seus costumes e de suas características sociais, e é resultado dinâmico da interação entre processos sociais - econômicos, culturais e políticos - e os processos naturais, e está permanecendo sempre em

constante modificação, sendo visto ser resultado da junção, no tempo e no espaço, do homem e do seu ambiente. (MAGNOLI, 1982 *apud* QUEIROGA, 2006).

Para a melhor compreensão da paisagem, o rural e o urbano não devem ser analisados separadamente, mas em conjunto, o que possibilita um avanço na compreensão e na conceituação da paisagem, não mais em uma mera distinção entre o rural e o urbano.

Os espaços rurais, principalmente em pequenos municípios, fazem parte da leitura do espaço e do cotidiano da população, e isso se manifesta no modo de vida, no trabalho, nas culturas e nas tradições. Nas pequenas cidades o espaço urbano reproduz muitas vezes, na cidade, o modo de vida do campo, e isso se evidencia também na carga cultural que se desenvolve nos espaços urbanos, na maneira de se relacionar socialmente, ou mesmo nas festividades e na gastronomia.

A conceituação do espaço social por Lefebvre, visto como um produto da ação do homem sobre a natureza, representou uma grande contribuição para os estudos espaciais, pois ao longo dos seus estudos e teorias, principalmente durante a década de 60, utilizou os conceitos de “urbano” e “urbanismo” de uma maneira mais ampla, estendendo os seus significados para além das imediações das cidades. Para Lefebvre, a urbanização é uma metáfora resumida da espacialização da modernidade e do planejamento da vida cotidiana, que permitiu ao capitalismo reproduzir suas relações essenciais de produção.

Lefebvre (1974) defendeu uma teoria única do espaço, que conectasse o espaço físico - natureza, abstração formal sobre o espaço - e o espaço social - o espaço ocupado pelos fenômenos sensoriais e pelos projetos simbólicos. Para o autor, a percepção, o simbolismo e a imaginação não devem ser separados da compreensão do espaço físico e social, pois somente na junção dessas variáveis que se permite um entendimento coerente do espaço.

Assim, o autor caracterizou-o em três dimensões: o espaço percebido pelas práticas espaciais materiais (*L'espace perçu*), o espaço concebido, as representações do espaço (*L'espace conçu*), e o espaço vivido, os espaços de representação (*L'espace vécu*).

O espaço percebido é produzido socialmente, envolvendo uma apropriação contínua, e uma reafirmação dos arranjos sócio espaciais existentes. Com o passar do tempo, as práticas espaciais se materializam no espaço construído, e se firmam na paisagem. O espaço concebido é o espaço do planejamento, dos discursos de regulação. Já o espaço vivido, apesar de ser distinto dos anteriores, em certo sentido engloba-os, pois os espaços vividos sobrepõem-se aos físicos, fazendo uso simbólico de seus objetos e sinais, sendo espaços de resistência à ordem dominante.

Para Santos (2006, p.12), o espaço é visto como uma construção humana, um espaço relativo formado a partir da materialidade e da temporalidade da paisagem, constituindo-se em um espaço social. Assim, Santos define o espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de

objetos e de sistemas de ações”. (SANTOS, 2006, p.12).

A paisagem, assim como o território, representa uma forma de leitura do espaço, através da materialidade das relações sociais, que muitas vezes expressa a cultura local.

Os espaços livres urbanos e rurais, públicos e privados, formam não apenas conjuntos individualizados de áreas vegetadas, mas sistemas que se relacionam ambiental, visual e socialmente, pois as relações estabelecidas entre os espaços são de natureza sistêmica, ou seja, afetam-se reciprocamente.

Segundo o pensamento sistêmico de Morin (2008), os objetos devem ser vistos por suas relações ou interações com outros elementos do sistema, e não como objeto isolado. Essas interações são ações recíprocas que modificam o comportamento ou a natureza dos objetos, quando ações mútuas agem e alteram os elementos do sistema. Assim, o sistema é um objeto relacionado e organizado.

Os sistemas de espaços livres (SEL)² podem ser, ou não, decorrentes de um planejamento específico, embora esse planejamento ainda seja muito incipiente no Brasil. Esses espaços livres, articulados em sistema, devem ser vistos enquanto locais propiciadores de convívio público, de circulação e de socialização, de maneira que a importância deles para o meio urbano/rural não se dá apenas pelo seu desempenho ambiental, mas pelas relações sociais que se intensificam nesses espaços.

Em um sistema, encontram-se todos os espaços livres presentes em um recorte escalar, independentemente da presença ou da ausência de vegetação, da qualidade ambiental, estética e funcional da propriedade (pública ou privada), ou de sua conexão física.

O conceito de SEL, frequentemente utilizado nos estudos paisagísticos brasileiros, avança para além da usual conceituação de áreas verdes, já que considera não apenas a função ambiental das áreas livres de edificação, mas também, e principalmente, a complexidade e a diversidade desses espaços livres, suas funções e usos, além das formas de apropriação e de apreensão deles pelas pessoas. Assim, não são apenas os espaços vegetados que se devem considerar no estudo dos espaços livres, mas também os espaços não vegetados, que são palco de inúmeras práticas de relevância para os grupos sociais, como as manifestações políticas, festas populares, feiras livres, festas em lajes de residências em favelas.

2 Mais informações sobre a conceituação de sistemas de espaços livres, e sobre os trabalhos desenvolvidos nesse âmbito, podem ser encontrados em: QUEIROGA, E. F. ; BENFATTI, D. M. (2007, p. 81-87); MACEDO, S. S. et al. (2009, p. 60-83); QUEIROGA, E. F. ; BENFATTI, D. M. (2006. p. 61-61).

Nesse mesmo sentido, é importante avançar na análise dos espaços livres, não apenas no âmbito da urbanidade, mas também da ruralidade. As áreas rurais, presentes no cotidiano dos moradores dessas cercanias, fazem parte da paisagem visual e cultural dessas pessoas.

Assim, essa relação das áreas produtivas não deve ser esquecida na análise da escala regional do sistema de espaços livres. Na área de estudos, a cana-de-açúcar é a cultura com maior predomínio na cobertura das terras da região, mas também são importantes as áreas de pastagem, de culturas anuais, de fruticultura, silvicultura, e cafeicultura. Se considerarmos a porcentagem de áreas, a Embrapa computou que, nas microrregiões de Amparo, Moji Mirim, Limeira, Rio Claro, Araraquara, São Carlos, Pirassununga, São João da Boa Vista, Ribeirão Preto, Jaboticabal, São José do Rio Preto, Barretos, São Joaquim da Barra, Ituverava, Franca e Batatais, em 2002/2003, as áreas de agricultura e pecuária ocupavam 4.089.374 hectares de terras, equivalentes a 79,06% da área total analisada, enquanto que as áreas antrópicas (áreas urbanas e áreas de mineração, principalmente) ocupavam 2,44% (MIRANDA et al., 2006).

Também faz parte da análise do sistema de espaços livres regionais a compreensão da vegetação natural e dos corpos d'água, e a sua relação com a sociedade.

Valoriza-se atualmente a importância do contato com a natureza, que acaba por modificar as práticas sociais, em busca de uma maior qualidade ambiental para as atividades de lazer. Assim, a busca pela vivência e pela convivência com a paisagem “natural” e rural tem se ampliado, e práticas sociais tradicionais continuam sendo importantes para a qualidade de vida, como o sentar na calçada, a utilização da rua por pedestres e ciclistas em detrimento aos veículos, etc.

O sistema de espaços livres pressupõe um entendimento das relações que os organizam, tanto na escala intraurbana quanto na escala regional. Como um sistema aberto, o sistema de espaços livres urbanos se relaciona com o regional, assim como ocorre reciprocamente.

Acredita-se que, para o estudo do processo de produção do espaço urbano atual - considerado como um nível específico da realidade social -, deve-se ponderar as transformações que estão ocorrendo na paisagem contemporânea, além da multiplicidade e da simultaneidade de acontecimentos justapostos - em conflito ou não - que revelam tanto as mudanças espaciais urbanas como as modificações nos modos de se vivenciar um espaço em particular, e que simultaneamente refletem e especificam as transformações de uma sociedade.

A relação entre a expansão urbana e seus impactos, sejam estes sobre o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994), sejam pelos impactos nas formas de sociabilidade da cidade tradicional - são discussões indispensáveis para o planejamento e para a gestão territorial.

O desenvolvimento territorial - visto como uma dinâmica econômica e política regional particular, deve ser pensado de maneira a equacionar as diversas questões que norteiam o

desenvolvimento sócio espacial de todo o território. Nesse sentido, é importante incentivar políticas de controle e de regulamentação de processos de expansão urbana, não apenas do ponto de vista de municípios individuais, com interesses e ações particulares, como também a partir de uma cooperação entre os municípios que integram o território como um todo. Compreende-se que as preocupações no âmbito regional existam nas políticas públicas urbanas, mas ainda faltam instrumentos normativos e vontade política para que estas se tornem realidade.

É, nesse sentido que se propõe o estudo da tríade São Carlos, Ribeirão Preto e Araraquara e dos municípios do entorno, uma área do Estado de São Paulo com destaque no panorama estadual e nacional, por apresentar municípios com bons indicadores sociais e elevado padrão de vida, além de serem polos de educação, geração de tecnologia e de mão de obra qualificada, abrigando em seu território importantes centros universitários e de pesquisa do país.

Essa é também uma região que apresenta cidades com elevado crescimento econômico e, conseqüentemente, espacial, e que contribuem em grande medida para a classificação do interior paulista como um cenário de elevado desenvolvimento. Deve-se destacar que, apesar dos bons índices sociais, econômicos e de desenvolvimento tecnológico, esses mesmos municípios também apresentam desigualdades econômicas e sociais típicas das cidades brasileiras, e que se tornam visíveis na distribuição urbana. Essa realidade desigual dos municípios brasileiros é resultado do processo histórico da formação social e territorial do país.

O trabalho foi organizado em quatro capítulos: antecedentes, contemporaneidade, expansão urbana atual, e as possibilidades do sistema de espaços livres para a área de estudos.

No primeiro capítulo, será pormenorizada a formação da área de estudos, apresentando um panorama histórico, a partir do estudo da formação do território, onde se destaca a expansão do complexo agrícola e a dinamização da economia na região. Analisa-se como o processo de expansão da agricultura cafeeira ocorreu na área de estudo, quais foram os diferenciais dessa região, e o poder da elite local no processo de desenvolvimento dos núcleos urbanos e das atividades comerciais. Da mesma forma, discute-se sobre o processo de industrialização da área de estudo, a partir da economia gerada pela cafeicultura, do fortalecimento dos núcleos urbanos e da diversificação das atividades urbanas.

No segundo capítulo, procurou-se compreender a situação atual da área de estudos através da análise de informações estatísticas sobre a população, a economia, as atividades industriais e agrícolas, e os empregos municipais, além de pesquisas de campo. Para tanto, foram analisados dados populacionais e sociais, a influência regional dos municípios, os conseqüentes deslocamentos cotidianos regionais, a dinâmica urbana e econômica, as principais indústrias presentes e os índices econômicos e urbanos, e a caracterização da paisagem urbana e rural

atual.

As informações estatísticas atuais e as relações de desenvolvimento urbano e econômico auxiliaram na melhor compreensão da representatividade da área de estudos, do ponto de vista socioeconômico, para o Estado de São Paulo. Procurou-se identificar os municípios com dinâmica econômica forte, e associá-los à presença de indústrias representativas em seu território.

26

No terceiro capítulo, discute-se o caso específico dos novos empreendimentos imobiliários e a expansão urbana atual no município de São Carlos, onde o principal empreendimento estudado é o Parque Eco Esportivo Damha, complexo imobiliário denominado de “parque”, que abriga condomínios residenciais fechados, espaços livres privados, centro de eventos, campo de golfe, centro hípico, criadouro de animais exóticos e um Parque Tecnológico.

A análise desse empreendimento em particular se coloca como um quadro auxiliar para o estudo da dinâmica de expansão urbana atual em cidades médias do interior paulista, em um modelo de fragmentação urbana que se apresenta em diversas cidades brasileiras. Pretende-se, com esta análise, mostrar os conflitos existentes entre o ponto de vista dos empreendedores e o ponto de vista acadêmico, fundamentado por conceitos e estudos sobre expansão urbana, de maneira a compreender os agentes e processos que orientam a formação e a produção do espaço urbano atual, e as consequências desse modelo de expansão para as relações sociais no espaço urbano.

No quarto capítulo, serão analisadas as possibilidades do sistema de espaços livres (SEL) na área pesquisada, e qual o papel desse sistema para a paisagem. Procura-se compreender os hábitos cotidianos da população no uso dos espaços livres, identificando as práticas de apropriação, como na vivência das ruas. Também se enfatiza a dinâmica urbana atual, as ações da gestão pública, e o uso dos espaços livres pela população.

Almeja-se que este estudo venha a contribuir com a elaboração de planos de ação e de implantação de sistemas de espaços livres mais atentos às especificidades locais e regionais. Espera-se que a pesquisa da relação entre o desenvolvimento econômico e urbano, as áreas urbanas, rurais e o suporte bio-físico, apoiada em uma situação real e atual, possa contribuir para possíveis práticas de planejamento regional, que compreendam a amplitude da atuação não apenas no âmbito municipal como também em uma escala mais ampla, adequada ao estudo do fenômeno urbano.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES

**A formação da área de estudos e o
processo de industrialização**

Considera-se que o estudo histórico da formação dos municípios é fundamental para se compreender a configuração sócio-espacial contemporânea, afinal não há um espaço sem marcas do tempo, não existe sociedade sem história. O tempo e as interações sociais são categorias que, quando considerados para a compreensão e análise de território, estabelecem um parâmetro crítico-analítico melhor para a compreensão da paisagem.

A agricultura e a exploração mineral foram a base do povoamento de muitas cidades brasileiras, auxiliando na acumulação de riquezas e nas relações entre as cidades que se formavam. A rede urbana que se formou até o século XVII tinha como propósito amparar essas atividades da agricultura de exportação.

A formação da região centro-nordeste do Estado de São Paulo está relacionada com o estabelecimento da cafeicultura, que levou ao fortalecimento dos núcleos e da infraestrutura urbanos. O fortalecimento dos núcleos urbanos fez com que surgissem atividades urbanas mais complexas e diversificadas, o que criou as condições necessárias para o início da industrialização.

As primeiras indústrias nessa região foram oficinas que serviam à atividade cafeeira. Posteriormente surgiram indústrias voltadas também para outras atividades. O estabelecimento desse setor industrial diverso e especializado foi responsável pela consequente melhoria do nível de vida de uma parcela da população e por um aumento da dinâmica econômica e industrial de toda a região.

Assim, o estudo da formação do território levará ao estudo da expansão do complexo agrícola e da dinamização da economia da região, que culminou com esta sendo atualmente uma das mais influentes regiões econômicas do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, apresenta-se um panorama mais detalhado da área de estudo, a partir de um histórico de formação do território e da origem e formação do crescimento industrial.

1.1 A formação do território paulista e a dinâmica cafeeira

A agricultura e a exploração mineral foram a base do povoamento de muitas cidades brasileiras e auxiliaram na acumulação de riquezas e nas relações entre as cidades que se formavam.

A rede urbana que se formou até o século XVII tinha como propósito amparar as atividades da agricultura de exportação. Como cada unidade produtora era autossuficiente, o que tornava desnecessária a ligação entre elas, a conexão territorial que existia tinha como objetivo o transporte dos produtos para o litoral. Assim, os aglomerados urbanos que se formavam eram meras extensões das propriedades rurais, conformando um modelo de dispersão rural, característico do modelo produtivo açucareiro. (LEITE, 2006, p.125).

Esses aglomerados constituíam um fraco sistema urbano, composto por alguns centros regionais, sob domínio da Coroa, e por núcleos de menor importância, denominados vilas, que se espalhavam pelas capitanias e ficavam sob responsabilidade dos donatários.

Durante a segunda metade do séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX, desenvolveu-se no interior do Estado de São Paulo, principalmente no quadrilátero formado por Sorocaba, Mogi-Guaçu, Piracicaba e Jundiaí, amplas áreas de cultivo de cana-de-açúcar. Embora a agricultura canavieira tenha tido um relativo crescimento no Estado, sob o incentivo do governador da capitania de São Paulo Morgado de Mateus, que governou de 1765 a 1775, a produção não tinha qualidade nem quantidade suficiente para competir com a região Nordeste do país.

Porém, a produção canavieira foi responsável pela criação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento das relações de comércio da região paulista, permitindo o posterior desenvolvimento da agricultura cafeeira. Além disso, a exportação do açúcar permitiu a ampliação da produção de outros gêneros, expandindo a produção de subsistência para um excedente comercializável, ou seja, de uma agricultura voltada para o mercado interno.

No fim do século XVIII, iniciou-se a inserção da mecanização da produção e do território, associada principalmente à produção cafeeira, que crescia e substituía a produção canavieira.

Isso passou a inserir uma nova lógica nas dinâmicas socioespaciais que, somado ao fim do período colonial, nas primeiras décadas do século XIX, instigou o desenvolvimento de uma maior rede urbana e o incremento qualitativo das cidades que se conformavam.

Segundo Santos (2008), de um modo geral, a urbanização brasileira se desenvolveu a partir do século XVIII e atingiu sua maturidade no século XIX, mas foi necessário mais um século para que as cidades tivessem as características atuais.

A importância do território paulista no cenário político e econômico brasileiro ocorreu principalmente a partir da cultura do café, iniciada no final do século XVIII. Nesse período, a cultura da cana de açúcar estava em declínio, e o advento da exploração do ouro deslocou o eixo da economia agrária para a região das minas.

As primeiras levadas de café que chegaram a São Paulo vieram do Rio de Janeiro pelo Vale do Paraíba que, a partir de 1850-1860, se tornou um grande centro de lavouras e de população, reunindo, no século XIX, a maior parcela da riqueza brasileira. Entretanto, essa região teve seu declínio, e a produção avançou para a região oeste da província paulista, chegando à região de Campinas, Ribeirão Preto e São Carlos.

Com o ciclo do café, o Estado de São Paulo tornou-se polo dinâmico e o seu território se modificou rapidamente. Houve a inserção de inovações tecnológicas, como melhorias nos meios de transporte e comunicação, além de mudanças nos sistemas sociais, como comércio internacional, proliferação das formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio e consumo (SANTOS, 2008, p.29).

A cafeicultura usou soluções espaciais de ciclos precedentes, ou seja, da produção de cana-de-açúcar, com o uso dos latifúndios, unidades de produção isoladas das concentrações urbanas. A partir de 1850, com o surgimento das estradas de ferro, que permitiram o escoamento da produção, as fazendas produtoras tiveram o seu isolamento minimizado, e o desenvolvimento dos núcleos urbanos se dinamizou, a partir do aparecimento de uma rede de cidades. Esse período propiciou mudanças territoriais perceptíveis, com paisagens marcadas pelo binário urbano-rural, compostas por unidades desconectadas de uma articulação regional, como ocorreu no caso de São Paulo.

O motivo para a cultura cafeeira ter se desenvolvido no Estado de São Paulo é porque lá se encontravam, além de uma grande quantidade de terras disponíveis, grande oferta de capital e de fazendeiros interessados. Destaca-se também o acordo estabelecido entre a coroa e particulares, transferindo a prerrogativa da cobrança de imposto para estes, o que lhes permitiu reforçar sua posição monopolista no mercado.

Em decorrência do café e de outros setores das manufaturas e do comércio que se desenvolviam,

a partir da segunda metade do século XIX, houve uma alteração da vida econômica urbana e a formação de novos grupos sociais e profissionais. (LEITE, 2006, p.129).

Segundo Leite (2006), as paisagens das cidades próximas às grandes fazendas de café se caracterizavam pela ausência de espaços públicos e pela separação de classes no quadro social da época, já que a elite latifundiária, interessada na comercialização do café, começava a se mudar para as cidades e controlava, de maneira isolada e elitista, a vida urbana e a aparência da cidade. Assim, as intervenções urbanas nessas cidades visaram, na época, a criar uma imagem da cidade em conformidade com os modelos estéticos europeus, permitindo às elites darem materialidade aos símbolos de distinção relativos à sua nova condição, além de sanar as questões de salubridade com projetos higienizadores, já que à época as epidemias assolavam as cidades. (FUJITA, 2008, p.28).

A região centro-nordeste do Estado de São Paulo se desenvolveu, então, impulsionada pela economia cafeeira no período da República Velha (1889-1930), e os municípios dessa região se tornaram importantes centros produtores de café, sendo que a região de Ribeirão Preto foi caracterizada como a maior região produtora do Estado de São Paulo.

A expansão cafeeira pelo interior paulista após 1850 teve a seu favor a grande disponibilidade de terras, além das condições favoráveis de clima, solo e topografia. Segundo Mello (1986), o maior obstáculo para a expansão cafeeira no estado de São Paulo foi a restrição da oferta de escravos, tanto em termos de preço quanto em quantidade. No interior paulista a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi relativamente mais fácil do que na região do Vale do Paraíba, pois a cafeicultura ainda não se encontrava plenamente estruturada pelo regime escravista na fase inicial da expansão cafeeira, diferentemente da região do Vale do Paraíba. Muito embora existissem escravos, o trabalho livre, desde o início da expansão cafeeira no interior, foi penetrando gradativamente.

O trabalho livre era mais produtivo que o trabalho escravo, tendo custos menores, desde que esses trabalhadores fossem empregados voluntariamente. A mão-de-obra assalariada, principalmente de imigrantes que chegaram ao Brasil a partir de 1886, constituiu a mão-de-obra para a lavoura de café e desempenhou papel fundamental para a indústria, com a criação de um amplo mercado para bens de consumo corrente.

Além disso, na época em que a região centro nordeste paulista se consolidava, era difícil obter mão-de-obra escrava, em virtude da proibição do tráfico em 1831-1832, ainda que só tenha sido efetivamente cumprido a partir de 1850 com a lei Eusébio de Queirós. Com a dificuldade de se trazerem escravos para as fazendas, e com a necessidade de se expandir a produção, os fazendeiros buscaram outras opções de mão-de-obra para as lavouras de café.

O trabalhador nacional, constituído de ex-escravos, mestiços e brancos pobres, foi uma mão-de-obra utilizada apenas ocasionalmente em serviços sazonais nas lavouras, principalmente devido ao preconceito e à imagem negativa dos ex-escravos perante os fazendeiros, após a violência nas lutas abolicionistas. Assim, a imigração foi uma opção rentável para a produção cafeeira, com contratos feitos no sistema de colonato. (OLIVEIRA, J. H. C., 2006)

A transição política da Monarquia para a República não foi precisamente democrática, pois as condições de dominação anteriores por parte da elite se mantiveram como, por exemplo, em relação ao voto, onde os votantes deveriam saber ler e escrever e acabavam ficando à mercê dos poderes políticos locais, numa estrutura de clientela política. (J OLIVEIRA, J. H. C., 2006, p.36).

A República, portanto, trouxe diversos pontos positivos para a elite cafeeira, sob a ótica econômica. Um dos interesses dos cafeicultores era a continuação do processo de imigração, iniciado no fim do período imperial. Assim, a independência administrativa do período da República foi fundamental para continuar o processo e de acordo com os interesses da elite cafeeira. Nesse período, se fortalece o poder local, responsável pelas decisões econômicas, destacando-se a figura do coronel e a sua influência regional. O coronel era a autoridade municipal que visava à defesa das instituições políticas, mas este não era um título militar, e sim um indicador de poder econômico.

O coronelismo, segundo Leal (1975, p.20 *apud* J. H. C. de OLIVEIRA, 2006, p.37), era um compromisso entre a elite local e o poder público para a troca de favores. Para o autor, a estrutura agrária no Brasil é a chave para o entendimento do coronelismo.

Obviamente, a relação de dominação presente no coronelismo não era exclusiva daquele momento histórico, sendo na realidade resultado da política dos anos anteriores, quando se realizava um núcleo de poder coeso e fechado através do estamento. Uma minoria sempre foi responsável pelo desenvolvimento das cidades sob a ótica dos seus interesses particulares, representada na política da República pelos coronéis e pela oligarquia do café.

Em relação à formação das cidades, deve-se considerar que, com o crescimento da economia, os fazendeiros do interior paulista ampliavam as suas atividades, de importação e exportação de produtos, para negócios urbanos, como obras de transportes, negócios industriais, comunicações, atividades bancárias.

A questão do escoamento da produção cafeeira no oeste paulista foi sendo solucionada à medida que a ferrovia se prolongava pelo Estado, criando ainda maiores possibilidades de expansão da lavoura e reduzindo os custos da produção pela diminuição dos gastos com transporte. A ferrovia foi organizada em sua maior parte pelos próprios fazendeiros de café, e foi um investimento de alta lucratividade que ampliou ainda mais os excedentes dos fazendeiros.

A expansão da ferrovia em terras paulistas se iniciou em 1856, a partir da organização da São Paulo Railway, que inaugurou em 1867 o trecho de Santos a Jundiaí. Ao longo dos anos 1870, o prolongamento dos trilhos alcançou Campinas, Santa Bárbara, Limeira e Rio Claro, através da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Na década de 1870, também surgiram mais quatro companhias de estrada de ferro, a Ituana (organizada em 1870 e inaugurada em 1873), a Mogiana (organizada em 1872 e inaugurada em 1875), a Sorocabana (organizada em 1870 e inaugurada em 1875) e a Estrada de Ferro do Norte (organizada em 1871 e inaugurada em 1877).

Foi em 1872 que o Governo Imperial concedeu privilégio e garantias para a construção de uma estrada de ferro ligando Campinas a Mogi Mirim e partir de então se organizou a Cia Mogiana, com os cafeicultores como principais acionistas. Em 1880, a Cia Mogiana iniciou a construção de uma estrada ligando Casa Branca a Ribeirão Preto, passando por São Simão. A Estação Ribeirão Preto foi inaugurada em 1883, em local provisório, hoje ocupado pela Avenida Caramuru, no município de Ribeirão Preto. A localização definitiva da estação foi às margens do Ribeirão Preto.

Figura 1: Km 294 sobre a via Anhanguera, Bento Quirino - Ribeirão Preto. Fonte: SILVA, Marco Aurélio Alvares (org.). E.F. Brasil - Álbum de fotografias de Ferrovias Brasileiras.

A Companhia Paulista chegou à região de Rio Claro em 1876, e favoreceu o prolongamento de seus ramais até São Carlos, já que pensava estendê-los até a região de Jaú, Dois Córregos e Brotas. Nessa época, Antonio Carlos de Arruda Botelho³ apresentou um pedido ao Governo Imperial para que o traçado original do plano de extensão da ferrovia passasse pela região de São Carlos, servindo diretamente suas propriedades. A concessão foi obtida em 1880 e, em 1881, Botelho organizou uma companhia sob sua direção, com o nome de Companhia Rio Claro

³ Maiores informações sobre a família Botelho e o seu papel para a formação do município de São Carlos e Araraquara podem ser encontradas no item 1.2 deste capítulo.

de Estradas de Ferro. O prolongamento até São Carlos foi inaugurado em 1884 até Araraquara em 1885, e até Jaú em 1887. Para conseguir esse feito, diversos fazendeiros da região adquiriram ações da companhia.

Em 1889, a Companhia Rio Claro passou a se chamar Rio Claro Railway Company, pois foi vendida a ingleses, que fizeram o prolongamento da ferrovia de Araraquara a Jaboticabal e de São Carlos a Santa Eudóxia e Ribeirão Bonito. Em 1892, a Companhia passa a ser propriedade da Companhia Paulista e, quatro anos depois, um grupo de fazendeiros de Araraquara obteve uma concessão da Companhia Paulista para organizar a Estrada de Ferro Araraquara (ou Araraquarense), para suprir suas fazendas com estradas de ferro. Esse grupo estendeu o ramal de Araraquara, passando por Matão e chegando a Ribeirãozinho (atualmente área de Taquaritinga) em 1901. (LORENZO, 1979, p.37-39).

Figura 2: Mapa de 1960 da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Fonte: SILVA, Marco Aurélio Alvares (org.). *E.F. Brasil - Álbum de fotografias de Ferrovias Brasileiras*.

Assim, foi após 1884 que a expansão dos plantios de café ocorreu na região de São Carlos e Araraquara, quando foram solucionados os problemas de mão-de-obra e de transporte. A ferrovia foi o principal fator responsável pela consolidação e expansão da lavoura de café na região, originando também outros núcleos urbanos, como de Matão, Américo Brasiliense, Rincão e Santa Lúcia, entre outros. Esses novos municípios se originaram em função da expansão cafeeira e se distinguem dos municípios de Araraquara e São Carlos pela maior especialização na produção do café. Neles, a lavoura cafeeira predominou até 1935.

O papel da ferrovia é fundamental para se analisar a ocupação do interior paulista. Muitas cidades tiveram uma excepcional localização em relação à ferrovia, seja esta determinada em virtude da força política da elite cafeeira em alguns municípios (condição que pode ser vista

inclusive nos nomes das companhias de estrada de ferro), seja pelas cidades que se tornaram terminais provisórios das ferrovias. Com a expansão da ferrovia no oeste paulista, e as sucessivas gerações de estações terminais, se presencia também uma profusão de cidades novas.

Ao longo desses eixos de penetração do café, foram traçadas as principais rodovias, onde atualmente se localizam alguns dos núcleos urbanos mais importantes do interior paulistano.

1.2 A formação dos municípios de Araraquara e São Carlos e os principais atores envolvidos no processo

A origem dos núcleos urbanos de São Carlos do Pinhal⁴ e de Araraquara é similar à de outros núcleos urbanos da região e fez parte da exploração das terras da região dos “Sertões de Araraquara”.

No século XVIII, a região central do Estado de São Paulo era chamada de “Os Campos ou Sertões do Araraquara”, os quais designavam, de um modo geral, toda a região ao norte do rio Piracicaba. Posteriormente, os Campos de Araraquara passaram a designar apenas as terras do planalto ocidental paulista.

Essa região começou a ser efetivamente ocupada a partir da última década do século XVIII, quando se formavam caminhos para a região das minas de ouro em Cuiabá e Goiás. A descoberta de ouro em Cuiabá ocorreu em 1718 (BENINCASA, 1998), e a primeira freguesia - São Bento de Araraquara - surgiu em 1817, pela necessidade de implantação de um núcleo que representasse a Coroa Portuguesa naquela região, com a abertura de caminhos que, partindo de São Paulo, chegassem à região das minas. Assim, a região recebeu um grande contingente de mineiros, e de povoadores das antigas zonas açucareiras da então província de São Paulo.

Em 1781, sob o Governo do Capitão General Martim de Saldanha, o Cirurgião-mor Manoel Martins Rego obtém a concessão de uma sesmaria nos sertões de Araraquara e a transferiu, em

4 O nome de origem da cidade faz homenagem ao santo italiano São Carlos Borromeu, e foi modificado para São Carlos em 1908, para que não se confundisse com a cidade de Espírito Santo do Pinhal, também do Estado de São Paulo.

1786, para o capitão Carlos Bartolomeu Botelho. Considerando-se que, em 1785, Botelho já havia requerido outra sesmaria, e que seu filho mais velho, Manoel Joaquim, também havia obtido outra sesmaria nessa mesma época, foram então três sesmarias adquiridas pela família Botelho. A junção dessas terras se denominou a Sesmaria do Pinhal, que é onde se situou a maior parte das terras do futuro município de São Carlos. (A. C. DE OLIVEIRA, 2000, p.82)

Foi apenas 1830 que o filho caçula de Carlos Bartholomeu Botelho, o tenente-coronel Carlos José Botelho, se desloca de Piracicaba, onde morava, para tomar posse das sesmarias herdadas após a morte de seu pai em 1815. A demarcação de suas terras foi feita em 1831. Carlos José Botelho se mudou com a família para Araraquara e em 1833 tornou-se presidente da Câmara da vila “São Bento de Araraquara”, que havia sido criada em 1832.

No início da ocupação dos Campos de Araraquara, entre 1816 e 1820, a economia era baseada na cultura de subsistência, com cultivo de gêneros alimentícios como mandioca, milho, arroz, feijão e algodão, além da criação de gado. Alguns produtos eram também comercializados em Piracicaba, sendo os principais bois para o trabalho nos engenhos, algodão e alguns alimentos. Esse comércio era feito deslocando-se os produtos dos Campos de Araraquara até Piracicaba por estradas estreitas, no lombo de burros, o que o encarecia e dificultava. (BENINCASA, 1998, p.58).

Em 1854, a vila de “São Bento de Araraquara” já apresentava um número significativo de fazendas de cana-de-açúcar, convivendo com a atividade criatória, em um contexto onde a vida urbana ainda não tinha força.

Segundo Benincasa,

Em 1862, a lavoura canavieira era a principal da região, porém desde 1840 tem-se notícias do cultivo de café na freguesia de São Bento de Araraquara, mas apenas para consumo local; o café era tido ainda como planta de pomar. A presença da lavoura da cana-de-açúcar fez subir a percentagem de escravos entre a população, para uma média de 37,9%, durante este período. No entanto, a dificuldade do transporte e a grande distância dos centros exportadores anulavam qualquer tentativa de transformar a região em zona de lavoura comercial. (1998, p.59-60).

A incorporação da região de São Carlos e Araraquara ao panorama da cafeicultura no Estado só viria a ocorrer, de maneira efetiva, a partir de 1876. Antes disso, os custos de transporte inviabilizavam a continuidade da expansão cafeeira para além de Rio Claro. As economias regionais anteriores à cafeicultura se articulavam timidamente, quando comparadas à nascente economia cafeeira das porções leste do Estado. A dimensão restrita que assumia o cultivo da cana-de-açúcar e do café na região de Araraquara em 1860 demonstra esse fato.

Em 1850 - 1856, em São Carlos, havia apenas fazendas que lidavam com a atividade criatória e um incipiente cultivo de cana-de-açúcar. Araraquara, núcleo mais próximo, teve as primeiras casas erguidas quatro décadas antes. Em São Carlos, o primeiro agregado de ranchos se distribuiu em torno da capela principal, erigida pelos proprietários da sesmaria do Pinhal, a família Arruda Botelho.

Com a solução da questão do transporte a partir da ferrovia, o cultivo do café se acelerou rapidamente. Em São Carlos e Araraquara, o café se expandiu já nos marcos da transição ao trabalho assalariado. A base urbana e econômica também se acelerou com a ferrovia, e a vida urbana passou a ser tributária do café, adquirindo maior importância. Nesse sentido, foi apenas em 1881 que São Carlos foi elevada a condição de cidade, e Araraquara, em 1889.

Com o advento do café, a região como um todo teve grande desenvolvimento e aumento da população, com a formação de outros núcleos urbanos, como São Carlos, Descalvado, Brotas, Analândia, Ibaté e Matão, entre outros - e ampliação e diversificação das atividades urbanas, principalmente nos municípios maiores.

A vila de Araraquara era, na época da formação de São Carlos, um núcleo urbano mais coeso, mas que não tinha produção que sustentasse sua base econômica, constituindo-se apenas de fazendas com pouca mão-de-obra que realizavam atividades de subsistência e garantiam a posse da terra.

Foi em Araraquara que nasceu o filho caçula da família de Carlos José Botelho, Antônio Carlos Botelho, futuro Conde do Pinhal.

A história da família Botelho é importante para a compreensão do período cafeeiro em São Carlos, da formação da elite urbana local e de sua influência na política, economia e sociedade do município e do Estado. No endereço eletrônico da família Arruda Botelho, é possível conhecer um pouco sobre a história dos membros da família, em que se destaca um trecho do texto sobre o Conde do Pinhal: "(...) Bem antes da Abolição da Escravidão, já era livre o trabalho agrícola na sua Fazenda do Pinhal, um centro de agricultores alemães."⁵

Nesse trecho do site da família, salienta-se a ilustre postura do Conde do Pinhal contra o trabalho escravo nas suas fazendas. Independentemente da posição do Conde ocorrer ou não por consciência dos aspectos morais da escravidão, o que se coloca é que existia uma limitação econômica para a aquisição de escravos após o fim do tráfico em 1851, sendo que a abolição em 1888 foi meramente formal. Logo, é claro que, após 1851, não se utilizavam mais escravos nas

5 Disponível em: <<http://www.arruda.botelho.nom.br>>. Acesso em: 22 de maio de 2009.

novas plantações de café, preferindo-se a mão-de-obra imigrante, mesmo que a abolição ainda não tivesse oficialmente ocorrido.

Antônio Carlos Botelho não tinha posse apenas da fazenda Pinhal, adquirindo ao longo de sua vida outras várias fazendas de café. Além de ter sido um fazendeiro de grande influência, adquiriu durante a sua vida o título de tenente-coronel e teve participação em diversos cargos políticos, tendo sido Comendador da Ordem da Rosa, chefe do Partido Liberal em São Paulo, Deputado Provincial Geral, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente da Assembleia da Província de São Paulo, candidato em lista tríplice senatorial e membro da 1ª Constituinte Republicana Paulista.

Além da família Botelho, outras famílias foram responsáveis pela ocupação das terras da região de São Carlos, como José Jesuíno Soares de Arruda, que se mudou de Piracicaba para a região em 1855, após adquirir as terras do 'Mello', de propriedade de dois filhos de Carlos José Botelho.

Jesuino de Arruda, juntamente com sua esposa Maria Gertrudes de Arruda, foram os co-fundadores da cidade de São Carlos, oferecendo uma parcela de terra para a construção de uma capela a um santo padroeiro em 1856, para que tivessem uma capela e um cemitério próximos à sua propriedade, não precisando se deslocar para a matriz.

No ano da criação da vila de São Carlos, em 1865, elegeu-se a primeira composição da Câmara, e todos os vereadores eleitos eram fazendeiros. Porém, apesar de ser composta por pessoas de posses, a própria câmara não tinha muita força.

No ano de 1886, São Carlos tinha uma população total de 11.071 habitantes, sendo que 2.982 eram escravos (18,5% do total) e 2.051 eram imigrantes (12,7% do total). (OLIVEIRA, A.C., 2000, p.95).

O capital interno gerado pela cafeicultura em São Carlos, além de ter auxiliado na criação de um mercado interno para o consumo de produtos, foi aplicado pelos fazendeiros locais em outras atividades que se realizaram nos centros urbanos, como a criação de bancos, ferrovias, energia elétrica e telefonia, entre outros serviços.

Assim, as primeiras atividades comerciais desenvolvidas em São Carlos tinham grande relação com a agricultura local, sendo voltadas para a cafeicultura. Além disso, o mercado local ocorria sob a legislação da Câmara, que concedia as licenças de funcionamento do comércio. A postura da Câmara era a da classe dominante local que, obviamente, sempre buscava otimizar seus investimentos.

As transformações da base agrícola, somadas à chegada da ferrovia e ao expressivo número de imigrantes, acabaram por imprimir um ritmo sem precedentes aos processos de urbanização. As transformações da vida urbana tornavam-se nítidas, seja pelo contingente populacional,

seja pelos melhoramentos urbanos, seja pela dimensão do excedente gerado pela acumulação cafeeira.

São Carlos foi um dos municípios do interior do Estado que recebeu grandes levas de imigrantes para substituição do trabalho escravo da produção cafeeira, sendo eles principalmente de origem italiana, portuguesa e alemã.

Em Araraquara, foi a partir do final do século XIX que chegaram os imigrantes europeus, principalmente italianos, portugueses e espanhóis. Nessa época, a região de Araraquara foi se desenvolvendo lentamente, até a introdução da lavoura cafeeira, o que ocasionou um período de grande desenvolvimento econômico e social, que atingiu o auge nas últimas décadas do século XIX e início do XX. Segundo Benincasa (1998, p.16), a maior parte das fazendas de café foi construída nos Campos de Araraquara entre 1880 e 1890.

Em relação ao meio urbano, se organizava em dezenas de lojas ligadas ao pequeno comércio (fazendas, armarinho, ferragens etc), e uma série de pequenos serviços, como alfaiates, sapateiros e barbeiros, entre outros profissionais, que estruturaram o ambiente urbano do início da década de 1880. Muitos dos estabelecimentos comerciais eram também relacionados à pequenas oficinas industriais, devido à presença do café, que estimulava a presença de casas comissárias e máquinas de beneficiamento, entre outros aspectos. Também a presença da ferrovia estimulava uma especialização no comércio, com a presença de escritórios e oficinas de reparação, além de ser responsável por uma diferenciação da paisagem urbana, a partir do papel da estrada de ferro nas cidades, com a localização da estação, dos primeiros bairros populares, das primeiras oficinas industriais e dos estabelecimentos comerciais.

Segundo Lorenzo,

(...) os atuais municípios de Araraquara e São Carlos tiveram melhores oportunidades para se constituírem precocemente em núcleos regionais. Durante todo o período de expansão cafeeira na região, esses núcleos atraíram um maior número de população, em especial de imigrantes estrangeiros, que deu origem a um mercado local amplo e diversificado; a presença anterior de algumas outras atividades agrícolas, as quais, não tendo desaparecido inteiramente durante o auge cafeeiro, foram o gérmen da diversificação da agricultura local; tendo ocorrido alguns anos antes que nos demais núcleos, a chegada da ferrovia proporcionou o desenvolvimento anterior de outras atividades, tais como oficinas mecânicas, carpintarias, etc; e à medida que a ferrovia se expandiu, dando origem aos demais núcleos, fez crescer a área de mercado para os núcleos mais antigos. (LORENZO, 1979, p.39-40).

Figura 3: O bonde, fabricado na Bélgica, que circulou pela cidade de São Carlos (SP) entre os anos de 1914 e 1962, foi um marco na história da cidade. Fonte: SILVA, Marco Aurélio Alves da Silva (org). E.F. Brasil - Álbum de fotografias de Ferrovias Brasileiras.

As particularidades regionais decorrentes da expansão do complexo cafeeiro proporcionaram aos municípios de Araraquara e São Carlos o desenvolvimento de atividades mais complexas e diversificadas, além de que o contato com o conjunto da economia cafeeira paulista fez com que nesses municípios se desenvolvessem relações capitalistas de produção que dinamizaram a economia e que possibilitaram o aparecimento de uma diversificada atividade de transformação industrial.

Os trilhos são sempre um marco na História das cidades. A estação atrai para as suas proximidades numerosos centros de comércio, como armazéns, oficinas, escritórios e hotéis modestos.

Em Araraquara, o prédio da estação foi construído do lado oposto ao córrego Servidão, em uma área que ainda não era urbanizada. Posteriormente se efetuaram melhoramentos para permitir uma melhor comunicação com a estação, que aos poucos passa a ter em sua localização uma feição mais urbana. Gradativamente, foram também surgindo as primeiras moradias na outra margem do córrego, onde se localizaram os primeiros bairros operários e oficinas industriais (PACHECO, 1988).

Em São Carlos a organização foi similar. Em 1890, São Carlos apresentava três bairros: Santa Cruz, Estação e Matriz. Na Matriz, se localizava a zona residencial rica, o comércio de luxo, e as praças, que seguiam modelos europeus. No bairro Santa Cruz, próximo à estação ferroviária, começava a se desenvolver um bairro operário, com predominância de empregados da Paulista. Nessa época, os habitantes da cidade eram principalmente imigrantes de origem italiana, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1: Distribuição ocupacional dos homens chefes de família de São Carlos em 1907, por categorias de nacionalidade e cor (em percentagens):

Profissão	Brasileiros			Imigrantes			
	Pretos	Mulatos	Branços	Italianos	Portugueses	Espanhóis	outros
1. Rural							
"Lavrador"	7,5%	9,6%	27,7%	5,4%	10,1%	4,1%	6,7%
Administrador de fazenda	0,5%	1,2%	6,4%	0,4%	0,8%	1,0%	0,0%
Diretor/feitor	0,2%	0,6%	0,4%	0,3%	1,4%	0,2%	1,1%
Empreiteiro	0,8%	1,8%	1,3%	0,5%	1,6%	0,0%	0,6%
Colono	43,5%	31,3%	21,8%	66,4%	44,7%	72,4%	43,3%
Camarada	26,1%	27,1%	8,8%	5,2%	8,3%	5,3%	5,6%
Outro rural	3,8%	4,2%	1,6%	0,8%	1,6%	0,2%	3,4%
2. Urbano e misto rural-urbano							
Comerciante	0,3%	1,2%	4,7%	5,0%	7,2%	3,9%	20,8%
Professor / funcionário publico	0,2%	0,0%	6,4%	0,4%	0,6%	0,5%	1,7%
Artesão/serv. especializado	6,1%	13,3%	7,0%	10,5%	7,8%	6,5%	14,6%
Carroceiro/cocheiro	5,8%	1,8%	2,1%	2,2%	2,1%	1,0%	0,6%
Operário/ferroviário	0,8%	1,8%	3,9%	0,6%	8,0%	3,6%	1,1%
Trabalhador/soldado/serviço doméstico	2,2%	4,2%	3,5%	1,3%	2,3%	1,0%	0,6%
Outro empregado urbano	2,4%	1,8%	4,4%	0,9%	3,7%	0,2%	0,0%
Total*	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Número de indivíduos	637	166	1117	3255	515	413	178

Tabela 1: FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS. *Censo municipal de 1907*. apud FERREIRA (2010, p. 44).

* Não somam, necessariamente, a exatamente 100 devido ao arredondamento.

Os imigrantes buscavam a ascensão econômica, social e política, e investiam em novas atividades para isso. Um exemplo foi a primeira indústria de porte que marcou o município de São Carlos, a Fábrica de Tecidos Magdalena, fundada por um engenheiro italiano, e posteriormente incorporada à Cia Fiação e Tecidos São Carlos.

Benincasa (1998) afirma que o café continuou a ser produzido amplamente na região de Araraquara até aproximadamente a década de 1930, porém as sucessivas crises por que o produto passou no mercado internacional fizeram com que os fazendeiros, aos poucos, fossem rompendo com a exclusividade da produção cafeeira, principalmente a partir da crise de 1929. A produção cafeeira foi sendo aos poucos substituída por outros produtos como o algodão, a cana-de-açúcar e, principalmente, a laranja. Em 1935, Araraquara foi o maior município produtor de algodão do Estado de São Paulo, além de ser um dos maiores municípios produtores de laranja. São Carlos também apresentava situação similar e, em 1935, era o décimo município produtor de algodão do estado. (Benincasa, 1998, p.63).

Ainda segundo Benincasa,

O levantamento a respeito da agricultura paulista realizado em 1935 demonstra que Araraquara e outros municípios com grandes extensões de terras férteis (...) conseguiram passar do período de predomínio do café para outras formas de economia agrícola sem grandes traumas. No entanto, em áreas onde o solo não possuía as mesmas qualidades, e já esgotado pelo café, as alternativas para manutenção de uma agricultura forte foram muito mais difíceis. A saída para a economia dessas áreas foi o investimento em pecuária e em indústria. Este foi o caso, entre outras cidades, de São Carlos. (1998, p.63).

Com a crise da cafeicultura, a redução do número de estabelecimentos industriais e o esvaziamento populacional, derivado, sobretudo, do decréscimo da população rural, foram alguns indicadores do impacto inicial da crise. Porém, houve um rearranjo, com a diferenciação da base agrícola e o incremento paulatino da transformação industrial.

As primeiras indústrias que se formaram na região de São Carlos e Araraquara eram particularmente do setor têxtil. Essa indústria, até pelo acesso à tecnologia ser mais fácil, acabou por concentrar a maior parte das inversões na época.

Em São Carlos, a transição da cultura cafeeira para uma diversificação agrícola foi mais lenta, mas centrada principalmente na pecuária leiteira, diferentemente de Araraquara, onde o crescimento industrial foi mais significativo. A partir de condições muito próximas, cada uma das cidades adquiriu contornos próprios, o que resultou em trajetórias significativamente diferentes, a partir da diversificação do setor industrial tanto para bens de consumo, quanto para a agroindústria e para a recente indústria de tecnologia de ponta, como será pormenorizado no item 1.4 deste capítulo.

1.3 A formação da região de Ribeirão Preto e o poder da elite local

Ribeirão Preto se formou nos séculos XVII e XVIII, servindo de pouso para os bandeirantes que iam para Goiás. Nessa região antes viviam índios Caiapós, que foram capturados ou expulsos. Com a decadência da extração do ouro em Minas Gerais, alguns sertanejos migraram e se fixaram nessa região, formando os primeiros núcleos agrícolas e povoados, com agricultura e economia de subsistência.

Deve-se considerar que o município atual da cidade de Ribeirão Preto corresponde a apenas um trecho da área considerada como Ribeirão Preto na República Velha, tendo ocorrido diversas divisões administrativas na área ao longo do tempo. Na época analisada, o município de Ribeirão Preto era constituído pelas áreas dos hoje municípios de Sertãozinho, Pontal, Pradópolis, Barrinha, Cravinhos, Guatapar, Dumont e atual Ribeirão Preto. (J. H. C. de Oliveira, 2006, p.77).

Ribeirão Preto no início da República Velha

Figura 4: Região Considerada como Ribeirão Preto na República Velha e a situação atual, com a divisão em outros municípios (Ribeirão Preto, Sertãozinho, Pontal, Pradópolis, Barrinha, Dumond, Cravinhos, Guatapar). Imagem da autora, de 2010.

Com o aumento da importância da região na produção do café, a economia, que era tipicamente de subsistência, se reestrutura. Esse destaque da região foi principalmente resultado do papel de liderança dos fazendeiros, que acabaram também influenciando a legislação, as políticas migratórias e o desenvolvimento da infraestrutura de boa parte do interior paulista, atuando como representantes políticos para aumentar seu poder de ação. Nesse sentido, destaca-se a importância de algumas figuras políticas da Região de Ribeirão Preto, como a família Prado, a família Junqueira e a família Schmidt.

Martinho Prado Junior se fixou na região na década de 1870, comprando a fazenda Guatapar, para o cultivo do café. Como mão-de-obra, Martinho Prado trouxe inicialmente escravos provindos de outras regiões do Brasil e posteriormente imigrantes. Ele foi um dos fundadores e o idealizador da Sociedade Promotora da Imigração e, assim, publicou diversos artigos discorrendo sobre as ótimas condições da “terra roxa” de Ribeirão Preto, escrevendo folhetos

em italiano, alemão e português, para atrair imigrantes para a região.

A política de incentivo à imigração teve como resultado um grande crescimento populacional na primeira década da República, e Ribeirão Preto foi uma das cidades que mais recebeu imigrantes para o trabalho na lavoura cafeeira, já que a densidade demográfica era insuficiente para suprir a demanda de mão-de-obra das lavouras.

Entre 1882-1886, a média anual da população, segundo Conrad (1978, p.351 *apud* JOLIVEIRA, J. H. C., 2006, p.42), era inferior a 6.000 pessoas. Com o estabelecimento da Sociedade Promotora e os subsídios para a construção da Hospedaria dos Imigrantes, além do transporte gratuito dos recém-chegados, em 1887, esse número vai para 32.000 e, em 1895, alcança 136.000.

A família de Martinho Prado Júnior sempre teve papel de grande influência nas decisões políticas e econômicas, não só na região de Ribeirão Preto, mas em todo o Estado de São Paulo. Antonio da Silva Prado, bisavô de Martinho Prado, ficou conhecido como Barão de Iguape. O irmão de Martinho Prado, Antonio Prado, foi o conselheiro político que fundou o Partido Republicano e foi também diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Ele também atuou como Ministro da Agricultura, vereador e prefeito de São Paulo. Também foi fundador junto com seu irmão, da Sociedade Promotora da Imigração.

Portanto, os irmãos Prado tiveram importante papel no crescimento econômico e político do oeste paulista, atuando principalmente na obtenção de mão-de-obra imigrante para a cultura do café.

A família Junqueira chegou a Ribeirão Preto em 1820, vinda de Minas Gerais, assim como outras tantas famílias mineiras que vieram para o oeste paulista comprando enormes glebas e formando importantes fazendas. Os Junqueira possuíam, entre outras, a fazenda do Lageado, que hoje corresponde aos municípios de Barrinha, Pradópolis, Guataporã e Luiz Antônio.

Os Junqueira estavam entre os pioneiros da cafeicultura de Ribeirão Preto, adquirindo diversas propriedades, como fazendas de café já consolidadas na região. Um exemplo foi a compra, em 1877, de parte da fazenda do Retiro ou Ribeirão Preto. Assim, a família Junqueira se constituiu, segundo J. H. C. de Oliveira (2006, p.47), na face mais visível do poder econômico da cafeicultura de Ribeirão Preto. Esse poder econômico se expandiu para o poder político, com a ocupação de importantes cargos, como o coronel Joaquim Junqueira, Quinzinho da Cunha, representante importante da cidade nesse período histórico.

O coronel 'Quinzinho' Cunha Junqueira expressou todas as qualidades necessárias para exercer um mandonismo local e para se manter como principal figura política ao longo do tempo: poder econômico, relações políticas fortes

com as lideranças estaduais e a admiração, temor e o respeito da população. Sem a admiração e respeito, certamente que as duas primeiras características não suportariam o peso do tempo, das crises e dos conluíus políticos. (OLIVEIRA, J. H. C., 2006, p.47).

Quinzinho da Cunha era um importante membro da elite de Ribeirão Preto, personalidade de prestígio que dominava a política do município. Outros membros da elite também dominavam o poder político da cidade, como Francisco Schmidt, membro da família Schmidt, que obteve força e prestígio quase que na mesma proporção que Quinzinho da Cunha.

A família Schmidt, de origem alemã, chegou ao Brasil em 1858. Em 1873, Jacob e Gertudes Schmidt, pais de Francisco, foram para Descalvado, após trabalharem em fazendas de Rio Claro e Pirassununga. Lá, a família começou a trabalhar com comércio, obtendo sucesso financeiro com a atividade. Assim, 15 anos depois, os Schmidt compraram suas primeiras fazendas, com objetivo de plantar café. Posteriormente, Francisco Schmidt comprou o título de coronel. O lucro obtido com a cafeicultura era principalmente reinvestido na lavoura, buscando expandir as áreas de produção. A maior compra realizada foi a da fazenda Monte Alegre, a maior transação financeira em Ribeirão Preto na 1ª década da República. (600 contos de réis). Atualmente, a fazenda abriga o campus da Universidade de São Paulo e o Museu do Café de Ribeirão Preto (OLIVEIRA J. H. C., 2006, p. 203).

Os trabalhadores da fazenda de Schmidt, em maioria imigrantes italianos, viviam em condições de miséria e em regime de semiescravidão. Em 1912, houve rebeliões e reivindicações contra os abusos sofridos nas duas fazendas de Schmidt (Fazenda Monte Alegre e Fazenda Iracema), com os trabalhadores buscando aumentos salariais e melhores tratamentos.

Quando ocorriam rebeliões e grandes greves nas fazendas (que aconteciam principalmente na época de colheita), os fazendeiros e os coronéis se auxiliavam. Essa organização dos fazendeiros resultou na criação da Liga dos Patrões, em 1909, por meio da qual os proprietários se reuniam para buscar meios mais eficientes para coordenar retaliações e enfraquecer os grevistas.

Entre os trabalhadores também se formavam movimentos organizados, como por exemplo, o grupo anarquista “Os Pioneiros”, da mesma época. A Confederação Operária Brasileira (COB) se formou em 1906, sendo a primeira organização operária do Brasil. Eles buscavam auxiliar no desenvolvimento de sindicatos rurais e conscientizavam os trabalhadores sobre ações contra abusos dos fazendeiros.

Muitas vezes, os fazendeiros recebiam punições do governo em relação às denúncias de maus tratos ou pagamento incorreto, devendo pagar indenizações e acertando o que deviam aos

trabalhadores. Porém, tal fato não ocorria com os coronéis Quinzinho da Cunha e Schmidt, que detinham muito poder econômico e político, sendo, portanto imunes aos ataques da imprensa sobre atos ilegais ou injustos em suas fazendas (OLIVEIRA, J.H.C., 2006).

A organização dos trabalhadores rurais aumentava e, em 1913, uma grande greve atingiu as fazendas da região, incluindo as de Schmidt e Quinzinho da Cunha, que tiveram as atividades em suas fazendas paralisadas. Essa greve acabou por intervenção da polícia, que era obviamente controlada pelos coronéis.

Um importante aspecto sobre Schmidt, citado por J. H. C. de Oliveira (2006), diz respeito a sua moradia. O autor, que analisou as escrituras de compra e venda de imóveis do município de Ribeirão Preto, durante o período de 1889 a 1930, chegou à conclusão de que Francisco Schmidt foi um dos grandes negociantes de fazendas nesse período. Isso mostra que Schmidt soube trabalhar a sua riqueza através de investimentos no mercado imobiliário, principalmente em terras rurais. Sobre Schmidt:

apesar de Ribeirão Preto ter sido um dos seus principais pólos de investimentos, sua moradia permanente nunca deixou de ser Descalvado, também no interior do estado de São Paulo. Sua estratégia de acumulação seguiu seu tino empresarial extremamente aguçado para identificar oportunidades. Passou de imigrante pobre para uma das maiores riquezas do Brasil em pouco mais de três décadas. (OLIVEIRA, J. H. C. 2006, p. 201).

Desses negócios, documentados em cartório, nenhum foi feito em relação a propriedades urbanas.

Em relação ao desenvolvimento urbano de Ribeirão Preto como um todo, o autor parte das transações imobiliárias de casas e terrenos para analisar a dinâmica do desenvolvimento urbano no período estudado:

O crescimento urbano ocorreu de forma constante e acelerada. Lembramos que na média, para todo o período da República Velha, do total das 6.428 escrituras estudadas, 4.772 eram referentes a imóveis urbanos, ou seja, 74%. Esta evolução urbana ocorreu a partir de um núcleo praticamente inexistente, onde em 1874 não ocorreram negociações de imóveis urbanos, demonstrando a falta de dinamismo que exibia o núcleo urbano de Ribeirão Preto. Tudo isto mudou rapidamente com a “descoberta” da localidade como potencial produtor de café em larga escala, particularmente por Luiz Pereira Barreto e Martinho Prado Júnior, ainda naquela década. (OLIVEIRA, J. H. C., 2006, p. 149-150).

Como já foi colocado, o capital interno gerado pela cafeicultura, além de ter auxiliado na criação

de um mercado interno para o consumo de produtos, foi aplicado pelos fazendeiros locais em outras atividades que se realizaram nos centros urbanos e que trouxeram benefícios para a população que se formava.

Assim, os núcleos urbanos se formaram a partir do capital da agricultura, ou seja, dos fazendeiros que passavam a investir em outras atividades e negócios. Somado a isso, a presença de grande número de imigrantes também auxiliou no desenvolvimento do núcleo urbano.

Com a evolução dos núcleos urbanos, os fazendeiros que desenvolviam negócios e investiam na urbe passaram ter necessidade de permanecer por mais tempo nas cidades, de maneira a controlar as novas atividades que surgiam e continuar com a dominação exercida. Com a presença deles, estavam garantidos os interesses da classe dominante dos proprietários rurais nas cidades.

A elite da classe dos produtores rurais se articulava na política em busca de poder e, conseqüentemente, em busca da manutenção de sua condição enquanto classe dominante. É devido a isso que se explica a grande presença política dos Senhores do Café nas decisões das cidades estudadas, pois essa era uma maneira da elite local garantir seus privilégios. Para isso, ela se articulava politicamente em diversas instâncias do poder, não se limitando ao poder local, de maneira a garantir a manutenção do domínio do processo político e assegurando o poder de mando da classe dominante sobre o município e sobre a grande maioria da população.

1.4 O processo de industrialização na área de estudos - da agroindústria à indústria tecnológica

A questão da origem da industrialização pode ser entendida a partir de diferentes pontos de vista, e aqui serão pormenorizados os pontos de vista de Warren Dean (1971) e Wilson Cano (1977). Para Dean, a industrialização é compreendida em função da presença de determinados elementos, que se constituem em condições favoráveis para o desenvolvimento industrial, no

qual o principal elemento seria o empresário. O autor também expõe o surgimento da indústria a partir da variável das relações externas, que deram origem às condições internas de mercado, e à habilidade dos primeiros empresários paulistas em aproveitar as oportunidades do mercado. Já Wilson Cano pensa o processo de origem e de formação da indústria em São Paulo a partir das condições de formação da própria economia brasileira. Para o autor, a origem e concentração industrial em São Paulo podem ser explicadas pela dinâmica do capital cafeeiro, ou seja, a partir das condições de formação e transformação da própria economia brasileira.

Em *A industrialização de São Paulo* (1971), Warren Dean destacou que a industrialização de São Paulo, desde o princípio, dependeu do crescimento da economia de mercado, originada pela demanda externa da produção de café. Assim, a grande produção cafeeira, na região de São Paulo, de 1880 a 1890, proporcionou a base da qual decorreu o início da industrialização.

A análise de Dean (1971) sobre o processo de industrialização se apoia em dois pontos: a questão das oportunidades surgidas no mercado e o papel do empresário, em aproveitar as oportunidades surgidas no mercado e a atuação do governo federal através de políticas de valorização do café, reforçando a importância da atividade agrícola, para o bom desempenho da economia.

O fazendeiro, juntamente com o comerciante, foi uma figura importante para o início do processo de industrialização, especialmente entre 1880 e 1914. Para tornar as suas propriedades negócios mais lucrativos, o fazendeiro investiu tanto na lavoura de café quanto em infraestrutura, como ferrovias, firmas de comercialização e na atividade agroindustrial. Porém, essa participação do fazendeiro na atividade industrial foi gradativamente se reduzindo, principalmente após 1920, devido à estagnação dos negócios do café, entre outros motivos.

O crescimento da indústria entre 1900 e 1940 mostrou que o comércio do café, embora tenha sido muito importante no início da indústria, tornou-se cada vez menos importante para a economia.

Wilson Cano, em *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo* (1977), examina as origens da formação industrial no Estado e seu processo de crescimento até 1930 e contrapõe esse processo ao de formação de outras economias regionais, através da discussão do papel e da dinâmica de crescimento da formação industrial de São Paulo e do restante do país.

Segundo o autor, o crescimento acelerado da economia paulista, de 1886 a 1930, decorreu, em última instância, da acumulação de capital possibilitada pela expansão da principal atividade do complexo, o café, e das transformações ocorridas nas relações de produção a partir da passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

Cano (1977, p.77) também afirma que a origem da atividade industrial pode ser vista por

diferentes aspectos, alguns diretos e outros indiretos. De forma direta, os estímulos que o café proporcionou à indústria podem ser entendidos pela constituição de um amplo mercado para bens industriais de consumo corrente, como a fabricação de máquinas de implementos para a atividade agrícola e para o beneficiamento do café e a fabricação de sacarias de juta para as embalagens de café. De forma indireta, está a ferrovia, elemento extremamente importante no processo de acumulação e diversificação das atividades no interior do complexo, e também essencial para a instalação de oficinas de reparo, construção e montagem e ainda treinamento e habilitação de mão-de-obra.

Até 1930, o processo de acumulação da economia brasileira teve predominância do capital cafeeiro, que reforçou a atividade industrial, entre outras atividades que se desenvolveram no período, subordinadas à cafeicultura. Essa atividade industrial, subordinada à dinâmica de acumulação do capital cafeeiro, foi no decorrer do processo se transformando em seu principal componente.

Ainda segundo Cano (1977), foi principalmente entre 1907 e 1919 que se deu o grande salto quantitativo da indústria paulista, em um momento em que se iniciou o processo de concentração industrial em São Paulo. Porém, foi a partir da década de 1920 que se consolidou o processo de concentração da indústria paulista, quando esta apresentou um crescimento superior ao restante do país e que resultou em uma forte predominância do complexo paulista sobre as demais regiões.

Segundo Mello, (1986, p. 110 *apud* SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 87), o processo de industrialização só pôde ser assim caracterizado a partir de 1933, quando a dinâmica da acumulação passou a se assentar na expansão industrial. Foi nesse período que se implantou uma política industrial no país e a criação de um mercado nacional, sem tarifas alfandegárias interestaduais, e que propiciaram ganhos de escala da indústria paulista. Também se implantou a indústria estatal de base, como a siderúrgica e a Petrobrás.

De todas as maneiras, é fato que o capital interno gerado pela cafeicultura, além de ter auxiliado na criação de um mercado interno para o consumo de produtos, foi aplicado pelos fazendeiros locais em outras atividades que se realizaram nos centros urbanos. Isso pôde ser comprovado pelo estudo das cidades de São Carlos, Araraquara, e Ribeirão Preto, como já foi visto anteriormente. Tal fato ocorreu também em outras cidades da região, que tiveram seu desenvolvimento associado ao período da cafeicultura.

Em outras palavras, a formação do complexo cafeeiro permitiu a acumulação capitalista e a formação do excedente, passíveis de serem investidos em outras atividades, como nas indústrias. É claro que a relação do desenvolvimento industrial não tem uma relação única e exclusiva com a formação do complexo cafeeiro, mas na maioria dos casos essa relação ocorreu.

Considerando a influência da cafeicultura no surgimento da indústria, Seligardi-Sampaio escreve:

Ponto essencial a ser destacado na análise das relações do complexo cafeeiro com a indústria é a questão da formação dos capitais industriais. Entre vários aspectos que conformam a relação café-indústria, estudiosos do tema ressaltaram, de modo quase consensual, o papel fundamental que o complexo cafeeiro paulista desempenhou na acumulação dos capitais necessários à gênese da economia industrial (...). (2009, p.102)

No caso da área em estudo, o núcleo urbano e os primeiros investimentos industriais se formaram a partir do capital da agricultura, ou seja, dos fazendeiros que passavam a investir em outras atividades e negócios. Somado a isso, a presença de grande número de imigrantes também auxiliou no desenvolvimento urbano e industrial. Afinal, não foi somente a burguesia cafeeira que impulsionou a origem da indústria: a presença de imigrantes estrangeiros, muitos sem vínculos aparentes com a cafeicultura, e que investiram na pequena empresa industrial, contribuíram para a industrialização.

A cafeicultura também foi responsável por produzir ou reorganizar - de forma direta ou indireta, total ou parcial - certos elementos territoriais e técnicos, com a rede urbana, ferroviária e de energia elétrica. Esses elementos foram indispensáveis para o desenvolvimento e autossustentação da indústria de bens de consumo, que até aproximadamente o início do século XX se desenvolvia de forma tímida. Esses elementos foram tanto utilizados pela indústria quanto foram por ela estimulados para a sua expansão, adensamento e melhoria. O desenvolvimento dessas tecnologias no território propiciou aos empresários industriais se instalarem não apenas na capital, mas também em centros menores, sem desconsiderar a influência política local desses centros. (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 108).

Assim, o surgimento da indústria foi um processo internamente produzido, já que surgiu a partir das inversões diretas e indiretas do setor agroexportador, embora sua acumulação fosse atrelada à demanda e dinâmica internacional.

É interessante verificar que, nas cidades estudadas, existe um padrão espacial em relação à localização das estações ferroviárias e às primeiras indústrias. A industrialização do fim do século XIX, até aproximadamente 1930-40, acompanhava a região da ferrovia, por conta da necessidade de escoamento da produção. Com as rodovias criadas em 1950-60, esse padrão se modifica, mas os testemunhos da industrialização no entorno da ferrovia em muitos casos permanecem visíveis. Um exemplo é a cidade de Araraquara, cuja fábrica de meias Lupo se instalou na década de 20 nas cercanias da ferrovia, onde permaneceu até os anos 80. A presença da Lupo, cuja primeira fábrica se transformou hoje em um shopping center, é

testemunho dessa industrialização que sofreu uma refuncionalização, e cujo testemunho se verifica na paisagem.

Em relação à influência de fatores externos na economia brasileira, destaca-se a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, que abalou economias no mundo inteiro, com intensidades diversas. No Brasil, provocou, após 1930, a ruptura do modelo agrícola de exportação baseado no café e ocasionou crises profundas tanto na política quanto na economia do país. Na esfera econômica, houve crise do comércio exterior, que limitou drasticamente a capacidade importadora. Tal fato promoveu, em 1930-1940, uma reorientação da agricultura, buscando-se formas policulturais de exploração - cereais, laranja, algodão - e uma retomada da produção canavieira, agora com um revigoramento técnico e institucional.

A capital paulistana nesse momento estruturava seu dinamismo industrial, com ritmo principalmente regido por agentes e fluxos locais, regionais e nacionais - ou seja, com pouca influência mundial. Já o interior paulista mostrava relativa autonomia industrial, com seus centros urbanos mais relacionados com suas respectivas áreas de influência. Algumas cidades do interior se constituíram, juntamente com a capital, em centros de crescimento, como Campinas.

No período de industrialização que ocorreu até 1930, o empreendedor particular se responsabilizou pela maioria dos investimentos na indústria, principalmente com pequenas e médias indústrias de produção de bens de consumo. Entretanto, o empresariado não era capaz de sustentar novas etapas de industrialização, nem de adotar as inovações tecnológicas necessárias ao desenvolvimento de um parque industrial efetivamente competitivo no mercado nacional e mundial.

Vistas as restrições, o Estado lançou-se no papel de empresário, a partir de 1930, mas com maior atuação entre 1940 e 1960, culminando a sua atuação em 1970, encarregando-se de criar setores e ramos industriais de base, com grandes investimentos com retorno de longo prazo, como as siderurgias, química pesada, refinação de petróleo. O Estado também atuou aumentando a abertura aos investimentos externos, principalmente a partir de 1950.

Lorenzo (1979), estudando o processo de origem e crescimento da indústria na região de Araraquara e São Carlos, denominou os períodos de 1900 a 1930 - de "antigo" crescimento industrial, e o período de 1930 a 1970 - de "moderno" crescimento industrial.

O primeiro período foi chamando de "antigo" pelo fato de as atividades de transformação industrial aí existentes terem seu processo evolutivo condicionado pela atividade cafeeira. Esse período pode ser subdividido em dois "momentos": o primeiro de 1900 a 1910, quando se organizaram empresas de caráter familiar, organizadas em moldes artesanais, e em pequeno número, muito relacionadas com as atividades de subsistência da região antes da chegada da

cafeicultura. O segundo seria de 1910 a 1930, quando ocorreu um significativo aumento do número de estabelecimentos industriais. Nesses anos, se ampliaram as tentativas de implantação de atividades de transformação vinculadas às atividades agrícolas e pecuárias da região, e também se iniciaram atividades voltadas ao suprimento das necessidades de consumo local.

No período de “moderno” crescimento industrial podem ser verificados dois momentos: de 1930 a 1940, quando as atividades de transformação que vinham se desenvolvendo entram em decadência e praticamente desaparecem no período da crise de 1929, ressurgindo a atividade industrial de beneficiamento e processamento de matérias primas agrícolas. Mas foi entre 1940 e 1970 que a atividade agroindustrial firmou-se como a principal atividade industrial da região.

Também nesse período de 1930 a 1970 verifica-se uma relativa diversificação da atividade industrial, com o crescimento de empresas voltadas à produção de bens de consumo, em especial à atividade de vestuário e à atividade mecânica e metalúrgica. Também se percebe que, principalmente após 1930, a indústria regional passa a ter maior participação no conjunto da economia paulista.

Foi apenas após 1950 que agentes externos passaram a exercer influências significativas, pois de 30 a 50 a industrialização foi fortemente impactada pela ação do Estado nacional, promovendo, a partir de medidas e projetos, o desenvolvimento industrial do país.

O papel das empresas internacionais se aprofundou após as guerras, quando passaram as restrições financeiras da Grande Depressão, e quando o Estado brasileiro se manifestou e definiu a opção pelo “modo industrial de desenvolvimento”, com o favorecimento aos capitais externos.

Em 1950, eram as ferrovias que garantiam a maior parte dos deslocamentos terrestres no país. Em São Paulo, se encontravam as melhores ferrovias e as rodovias estavam sendo implantadas, como a rodovia Dutra, que já tinha alguns trechos inaugurados em 1950, e as vias Anchieta e Anhanguera, entregues ao uso em 1949.

Na década de 1950, o traço principal da atividade industrial era a hegemonia industrial da capital paulistana, inclusive em nível nacional. Além da capital, Campinas foi um dos municípios que mais desenvolveu indústria em seu território, em comparação com outras cidades do interior paulista. Em outros municípios, as indústrias apareciam de forma mais isolada. Porém, na maior parte do território, o que se verificava era uma rarefação da indústria, contrapondo-se a áreas pontuais de concentração industrial.

A atividade industrial no interior do Estado se iniciou de maneira modesta, mas com relativa vida própria, apesar da dependência da metrópole em muitos aspectos da produção. Assim, no

período de 1950, o dinamismo industrial paulista tinha seu ritmo quase que totalmente regido por determinações internas (ao país e ao próprio Estado), e os centros industriais - da metrópole e os dispersos no interior do Estado - alcançavam o seu desenvolvimento principalmente pela ação de forças locais e regionais. (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 64).

Nesse período, já se desenvolvia em São Carlos, Limeira, Jundiaí, Campinas e Piracicaba, uma indústria de produção metal-mecânica.

Apesar de a capital ter um grande poder de atração industrial, as novas indústrias buscavam outros locais para implantação, estendendo-se no território. O movimento de transferência de fábricas do centro paulistano para o interior foi chamado por alguns teóricos como *descentralização industrial*, entendida como a mudança física (parcial ou total) de uma unidade industrial ou da produção industrial de uma determinada área para outra, como por exemplo, do Estado de São Paulo para outros estados, ou da região Metropolitana de São Paulo para o interior paulista.

Outros teóricos também interpretam esse movimento como *desconcentração industrial* do município de São Paulo, que na perspectiva de Selingardi-Sampaio (2009) se constitui mais em extensões do espaço industrial paulistano do que desconcentrações. Segundo o autor, "(...) a vigorosa dinâmica de crescimento e de atração industrial da metrópole paulistana fazia com que se configurasse, no território, uma espacialidade correlata que era muito mais extensa que o recorte territorial institucional de seu próprio município" (2009, p. 176).

No período 1950-1960, a indústria paulista teve grande expansão quantitativa e que foi acompanhada por uma expressiva mudança qualitativa. Nesse período, a expansão industrial se concentrou principalmente no município de São Paulo e em municípios do entorno imediato. Naquele momento, continuavam existindo áreas sem representatividade industrial nas porções sudoeste, noroeste, norte e centro-oeste do território paulista (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 131).

A partir dos anos 1950, houve uma modificação notória da industrialização em vários parâmetros. O modelo de substituição das importações estava razoavelmente esgotado e a nova diretriz era a instalação da industrialização pesada, de produção de bens de capital e produção de bens de consumo durável. Esse modelo exigia a formação de uma cadeia produtiva entre fabricantes e montadores e uma rápida tecnificação do território. O capital para tantos investimentos se deu inicialmente pelo governo, como a partir da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1953, atual BNDES (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 143).

Entre 1960 e 1970, as dinâmicas espaciais e de crescimento da indústria se mantiveram, e o

crescimento industrial continuou a se espacializar de forma assimétrica no território, com tendência a incidir nos municípios mais industrializados e em seu entorno imediato.

Na região centro-nordeste do Estado, em 1960, Araraquara aparecia como centro industrial mais importante, mas, em 1970, essa posição foi substituída por São Carlos, em razão da expansão da indústria de bens de consumo duráveis naquele município. São Carlos, então, aparece na posição de comando da industrialização da região em 1970, seguido de perto por Araraquara e Ribeirão Preto, além dos municípios contíguos de Sertãozinho e Matão (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 169).

Com a crise que se abateu no país após a renúncia do presidente Quadros em agosto de 1961, crise que se estendeu até abril de 1964 com a deposição do governo Goulart, houve queda do crescimento da indústria e da economia, elevação dos níveis inflacionários e crise sociopolítica. Essa fase conduziu a uma reação de força por parte dos militares, que assumiram o poder de 1964 a 1985.

Da crise, surgiu um “novo” modelo de desenvolvimento socioeconômico, o modelo internacional-desenvolvimentista, que buscava aumentar a produção e a capitalização, com amplo recurso aos investimentos externos e maior inserção da economia brasileira no mercado mundial por meio de exportações.

Após um período de adaptação, o modelo implementado desencadeou uma nova fase ascendente na economia, com grande expansão do setor industrial de 1968 a 1974. Esses índices econômicos foram tão elevados que o período ficou conhecido por muitos como o “milagre brasileiro”. Esse “milagre”, entretanto, teve contrapartidas sociais sérias, como censura aos meios de comunicação e severa repressão política e ideológica, além do arrocho salarial (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 183).

As principais tendências detectadas em 1970 em relação à dinâmica produtiva e territorial da indústria, foram mantidas e até mesmo reforçadas no período 70-80, inclusive a redução da participação relativa da metrópole no total estadual, que se deve ao maior crescimento relativo da participação de outras áreas e centros do Estado. Mesmo assim, segundo Selingardi-Sampaio (2009), no período de 70-80 São Paulo continuou sendo o município mais importante da aglomeração industrial do Estado.

Em relação à área de estudo, o centro industrial mais importante era São Carlos, com 0,55% do VPI (Valor de Produção Industrial) estadual; Araraquara, com 0,54%, e Ribeirão Preto com 0,37%. Como padrão de comparação, Campinas teve 8,15% do VPI em 1970 e 13,16% do VPI em 1980, enquanto São Paulo deteve 43,66% do VPI em 1970 e 30,03% do VPI em 1980 (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 215).

Grande parte da produção da região centro-nordeste continuou ancorada na agroindústria e mesmo a maioria das indústrias química e mecânica direcionava a sua produção para a agricultura e agroindústria. Também havia a presença de indústrias de produtos alimentares.

São Carlos, na década de 70, já contava com a importante presença em seu território de indústrias nacionais e internacionais, sendo que os setores de maior destaque foram os de material elétrico/comunicações e o mecânico-metalúrgico. Algumas das principais indústrias que se instalaram no município foram: Faber Castell, inaugurada no município em 1926; Tecumseh, instalada na década de 70; Prominas Brasil, instalada em 1976; e Toalhas São Carlos, fundada no município na década de 1940.

Segundo Dozena,

Um detalhamento maior da formação sócio-espacial de São Carlos revela que a partir dos anos 50 o poder político local cunhou estratégias junto às lideranças econômicas estaduais, esforçando-se para conceber vantagens para a instalação de novas indústrias. Posteriormente, com o caráter industrial já consolidado, dezenas de indústrias passaram a se instalar em São Carlos, aproveitando-se da sua posição geográfica privilegiada. (DOZENA, 2008, p.36).

No período 70-80, as políticas de integração com o sistema mundial se ampliaram e se fortaleceram e as repercussões se fizeram sentir no território nacional. No caso paulista, as influências internacionais se mantiveram como as de atuação mais decisiva no processo de industrialização.

Em relação às ações do Estado, elas atingiram o território paulista de duas formas antagônicas nos anos 70, a primeira com o Estado criador e implementador de políticas para a industrialização, facilitando a entrada de investimentos internacionais, e a segunda como um ator social igualmente responsável pela criação normativa de caráter restritivo à implantação fabril na metrópole paulista (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 216).

Nos anos 70, houve o fim da “Era do Ouro”, ou seja, vários processos e eventos que ocorreram durante essa década esboçaram mais uma crise estrutural do capitalismo, crise esta que eclodiu na economia e na indústria dos países desenvolvidos ocidentais, especialmente nos EUA, e que culminaria na reestruturação e reorganização industrial após 80. No Brasil, entretanto, as consequências dessa crise foram pouco sentidas na década de 70, principalmente pelo retardo das ações ocorridas nos países centrais e a sua repercussão tardia nos periféricos. Mesmo após a crise do petróleo em 1974, os investimentos estrangeiros na indústria brasileira não cessaram de imediato e só se sentiu a retração no início dos anos 80.

Houve expansão do mercado interno, do crescimento demográfico e também um aumento do

poder aquisitivo das classes média e alta. Nos anos 70, a sociedade de consumo se refina, os padrões de consumo e modos de vida social continuaram a se alterar, principalmente em áreas metropolitanas e grandes cidades, onde se ampliou a demanda por aparelhos eletrodomésticos e automóveis por família. Também proliferaram grandes supermercados, *shoppings centers* e atividades de lazer, esporte e turismo, que modificaram os hábitos cotidianos. Essas mudanças ficaram muito claras nos espaços urbanos, que sofreram um processo de expansão acelerada principalmente a partir desse período.

57

Nos anos 1970, o interior paulista se mostrava como opção locacional para o estabelecimento das unidades produtivas resultantes de investimentos estrangeiros e a distribuição dessas unidades se deu principalmente nas regiões de Campinas, São José dos Campos e em cidades médias situadas ao longo ou nas proximidades dos eixos de circulação, como a rodovia Dutra que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, e a rodovia Anhanguera, que liga São Paulo a Ribeirão Preto (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 240).

Pacheco (1988) coloca que, ao longo dos antigos eixos de penetração do café, retratados agora pelas rodovias, se localizariam os núcleos urbanos mais importantes do interior. Além disso, com a industrialização, a modernização da agricultura e a diversificação cada vez maior do setor terciário das cidades, elas acabaram por ter suas feições modificadas em relação ao urbano herdado do café. Assim, nos anos setenta, as cidades passam a ter uma feição mais moderna e generaliza-se, para a grande maioria das cidades médias do Estado, um padrão de vida até então exclusivo da metrópole.

Também nos anos 70 se acrescentaram normas e convenções para a localização industriais, com legislações restritivas e regulamentações estabelecidas em esferas estaduais e locais, como as de planejamento e ordenamento do solo urbano e industrial, de planejamento da expansão urbana, de preservação ambiental, de regulamentações que direcionavam linhas de pesquisa científico-tecnológicas, entre outras.

Para compreender a essência das inúmeras faces que a sociedade, a economia e os espaços exibiram a partir dos anos 1980, Selingardi-Sampaio (2009) destaca a compreensão de três conceitos: mudança, globalização e rede. Esses conceitos auxiliam a compreender a realidade complexa da atualidade.

No conceito de mudança, destacam-se: as mudanças socioculturais, com a introdução de novos hábitos, costumes e comportamentos sociais, tanto individuais quanto coletivos em escala mundial (principalmente ocidental); as mudanças tecnológicas e informacionais, colocadas por Santos (1998) como a produção do meio-técnico-científico-informacional; mudanças no sistema capitalista mundial; mudanças nos sistemas produtivos industriais; mudanças no espaço geográfico e mudanças de natureza política, com a adoção de uma postura "neoliberal"

por parte de muitos Estados nacionais, canalizando suas ações para a abertura comercial, em uma retomada do *laissez-faire*, agora sob a égide da globalização (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 274).

Na década de 90, a abertura comercial e inserção na economia mundial propiciaram a certas camadas da população produtos estrangeiros mais baratos, mas o aumento da carga fiscal e do índice inflacionário elevou o custo dos investimentos produtivos até meados de 1994. Com o Plano Real, os índices inflacionários se reduziram e se mantiveram estáveis, mesmo com a desvalorização do real em 1999. Entretanto, o PIB não teve grande expansão e as taxas de crescimento industrial caíram a partir de 1994.

No período de 94 a 99, o endividamento interno e externo no país se agravou enormemente e, na esfera social, o desemprego aumentou, principalmente em 2000. Para combatê-lo e maximizar a valorização do capital, adotaram-se políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e flexibilização das regras que normatizam as relações empregados/empregador. Tais soluções aumentaram a precarização do trabalho e a disseminação do trabalho informal (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009, p. 326).

Mesmo com a perda relativa da concentração industrial paulista, a região metropolitana ainda continuou sendo a de maior concentração industrial e a capital continuava com a maior parcela desta produção. Verifica-se também a concentração de atividades industriais principalmente na região metropolitana e ao longo das áreas “cortadas” ou próximas aos principais eixos rodoviários (Anhanguera, Dutra, Castelo Branco e, a partir de então, também na Washington Luís), com uma maior concentração na porção oriental do Estado.

Nesse período, o município de São Carlos apresentou aumento da sua participação relativa no conjunto do Estado, principalmente por passar a abrigar um complexo territorial de alta tecnologia, definido a partir dos anos 80, que será detalhado no decorrer do trabalho, e da recepção da fábrica de motores Volkswagen, em outubro de 1996, como extensão do setor automotivo centralizado na metrópole paulistana.

Já Ribeirão Preto também teve aumento de sua participação na indústria paulista devido, principalmente, ao incremento do setor agroindustrial cítrico e sucoalcooleiro. Já Araraquara e Sertãozinho perderam participação no conjunto industrial do Estado. Segundo Selingardi-Sampaio,

O que parece existir na região de Ribeirão Preto, na atualidade, é um conjunto de complexos territoriais agroindustriais, de abrangência local e regional - cada um com ligações produtivas em seu interior e, ainda, supostamente com os demais, como os de Sertãozinho, Jaboticabal e Ribeirão Preto (...). (2009, p.425).

Em 2000, os dados relacionados por Selingardi-Sampaio (2009, p. 306) mostram que o ATI - Aglomeração Territorial Industrial - de São Carlos se manteve, com discreta perda da intensidade industrial, diminuindo sua participação no VAFI - Valor Adicionado Fiscal da Indústria - estadual de 0,68% em 1996 para 0,67% em 2000. Em Ribeirão Preto, ocorreu processo similar, com queda de 0,58% para 0,50%, enquanto que nos municípios de Araraquara, Jaboticabal e Luiz Antônio, as parcelas se ampliaram, pois Araraquara passou de 0,38% para 0,43% e Luiz Antonio de 0,27% para 0,32%. Sertãozinho e Matão tiveram queda da participação, de 0,29% para 0,25%, e 0,41% para 0,33%, respectivamente.

Sobre a formação industrial de complexos territoriais de alta tecnologia, deve-se destacar que os investimentos industriais de origem estatal foram fundamentais para a criação desses complexos, comumente chamados de polos tecnológicos, e que representam grande acréscimo qualitativo às indústrias do território paulista.

A nova aglomeração industrial dos polos tecnológicos representa espacialidades efetivamente novas, com uma lógica locacional de setores e ramos inovadores. Essas aglomerações têm uma produção especializada e se localizam em áreas estrategicamente situadas junto a universidades e centros de pesquisa.

Segundo Diniz,

Apesar do atraso tecnológico brasileiro em relação aos países industrializados e a outros de rápida industrialização, como alguns países asiáticos, assiste-se, no Brasil, a um rápido processo de modernização tecnológica. Tal processo pode ser visualizado por meio dos resultados do aumento de produtividade, das mudanças nos padrões de organização produtiva e gerencial e da emergência de um conjunto de novas áreas industriais com forte presença de indústrias de alta tecnologia. Entre essas áreas industriais convém destacar as regiões de Campinas, de São Carlos e de São José dos Campos, no Estado de São Paulo; Santa Rita do Sapucaí/Pouso Alegre e Belo Horizonte, em Minas Gerais; Curitiba, no Paraná; Florianópolis, em Santa Catarina; e Porto Alegre/Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. (2000, p. 35).

Os primeiros investimentos nos polos tecnológicos foram realizados nos anos 50, quando se implantou o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) em São José dos Campos, seguidos pela implantação, em 1969, da Embraer, e nos anos 70, das indústrias de material bélico Avibrás e Engesa, no mesmo município.

Nessa época, também começava a se estruturar um polo tecnológico em Campinas, em associação com a Unicamp e com o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento).

Posteriormente entraram na associação a Telebrás (em 1976) e o Centro Tecnológico para a Informática - CTI (em 1983). Merece ainda destaque a EMBRAPA, o IAC (fundado no séc. XIX), o Laboratório Nacional de Luz Sincontron, o Instituto Biológico, o Instituto de Zootecnia (entre Nova Odessa e Americana) e as indústrias de informática e telecomunicações instaladas que tornam a região o maior polo do país nessa área.

Na década de 1980, começou a se estruturar o polo tecnológico de São Carlos, com a criação da Fundação Parque de Alta Tecnologia, ParqTec. Atualmente, o município já apresenta um segundo polo tecnológico em construção, o Parque Eco-Tecnológico Damha.

Em relação à Araraquara, destaca-se a presença da Lupo, indústria de meias que se instalou no município de Araraquara em 1921, e as indústrias de base agrícola, que concentram complexos agroindustriais produtores de açúcar, álcool e sucos cítricos. Nos anos 1960, foi instalada a primeira unidade processamento de suco de laranja e, na década de 1980, chega à cidade a CUTRALE, importante citricultora de alcance mundial.

Também se destaca a chegada da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.) em 2000/2001, em Gavião Peixoto, município vizinho à Araraquara.

Em 2000, instalou-se em São Carlos uma unidade fabril da Eletrolux e, em 2001, o Centro Tecnológico da TAM Linhas Aéreas, que geraram grande movimentação econômica e de empregos para a região, embora não seja possível confirmar essa particularidade pelos dados do Valor Adicionado Fiscal da Indústria.

A presença de empresas do setor aeronáutico fortalece ainda mais a região, abrindo novas perspectivas de desenvolvimento industrial, e reforçando o caráter tecnológico que esse novo período de industrialização tem tomado. A questão do desenvolvimento tecnológico será retomada no decorrer do trabalho.

CAPÍTULO 2: CONTEMPORANEIDADE

**A dinâmica regional atual - características
econômicas e interações no território**

Os avanços teóricos associados às questões urbanas têm contribuído para a construção de uma visão crítica sobre como os espaços urbanos são vivenciados e, para melhor conhecê-los, é importante associar tanto pesquisas de campo quanto informações estatísticas que apresentam características de uma população e de suas relações sociais e econômicas em um dado território.

O olhar regional sobre as informações estatísticas é importante para a compreensão da realidade dos centros urbanos, vistos não apenas a partir de seus dados individuais, mas dentro do contexto da região.

A área de estudo é representativa no Estado de São Paulo do ponto de vista socioeconômico e diversificada face ao tamanho dos municípios e representatividades políticas e econômicas. Procura-se compreender a importância da região como um todo, embora sejam examinadas situações particulares de cada município, o que somente os dados estatísticos não são capazes de identificar.

Assim, serão analisadas informações sobre a influência regional dos municípios, suas conexões intermunicipais, os deslocamentos cotidianos entre os municípios estudados, as cidades-dormitório, a dinâmica urbana e econômica da região - considerando as principais indústrias presentes e os índices econômicos e urbanos mais recentes -, a caracterização da paisagem urbana e rural, procurando identificar a importância da paisagem no cotidiano da população.

2.1 Região de influência ou influência de uma região?

Para melhor compreensão da dinâmica dos municípios e do seu poder de atração ou influência, recorreu-se primeiramente ao estudo do REGIC - *Regiões de influência das cidades*, realizado pelo IBGE em 2008 com dados levantados em 2007. Esse estudo consistiu em estabelecer inicialmente uma classificação dos centros urbanos, para, em seguida, delimitar suas áreas de influência em âmbito regional. Conforme essa análise, o papel da cidade é central, delimitando-se uma hierarquia da rede urbana e, posteriormente, a conformação da sua região de influência.

O REGIC é um estudo baseado em conceitos de polaridade e interação, que colocam determinados núcleos urbanos como polos diferenciados de prestação de bens e serviços e que, por esse motivo, interagem com outros núcleos urbanos. Nesse sentido, a cidade é o centro de decisão e de constituição de uma aglomeração de população e de atividades. Em síntese, o estudo mostra que pequenos núcleos, em geral, estão inseridos em uma área de influência de centros maiores, que exercem funções mais relevantes do ponto de vista regional.

Vale ressaltar que os serviços urbanos (financeiros, comerciais etc) e a infraestrutura de transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias) assumem papel central para a hierarquização dos centros urbanos, ainda que sejam consideradas outras informações, como a oferta de distintos equipamentos e serviços, as ligações aéreas, os deslocamentos para internações hospitalares, as áreas de cobertura de emissoras de televisão, a oferta de ensino superior e a presença de domínios de internet.

Esse estudo do IBGE se baseia em conceitos tradicionais da economia regional e urbana, o que não é suficiente para demonstrar a complexidade das conexões entre territórios, pois o estudo parte do princípio de que a cidade é um ponto que se relaciona com outros pontos, o que difere da compreensão da proposta deste trabalho de demonstrar a importância da região e de sua rede complexa de relações, e não apenas de núcleos urbanos pontuados.

Assim, percebeu-se que o REGIC acaba por definir uma hierarquia urbana muito rígida, onde o núcleo urbano maior é o que concentra mais serviços e atividades econômicas, entre outros. Essa visão é mecanicista e limitante, pois relaciona a importância de um centro urbano com a diversidade e a disponibilidade de serviços, sem considerar a complementaridade entre dois ou

mais “polos”, como no caso estudado entre Araraquara e São Carlos, por exemplo. Essa visão é derivada das contribuições geográficas teóricas francesas da década de 50 e que atualmente já não são suficientes para descrever os fenômenos urbanos mais complexos, especialmente considerando-se as particularidades da formação socioespacial brasileira.

Assim, com uma conceituação questionável de hierarquia urbana, o REGIC define diferentes escalas, baseadas na hierarquização dos centros urbanos em metrópoles (consideradas as cidades de grande porte e com fortes relações), capitais regionais (cidades com influência em âmbito regional), centros sub-regionais (cidades com área de atuação reduzida), centros de zona (cidades com atuação restrita à sua área imediata) e centros locais (cidades com centralidades que atendem apenas à população do município). Essa hierarquização leva em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamento com outros centros urbanos, a dimensão da região de influência de cada centro e as diferenciações regionais.

Apesar dessa ressalva, considera-se que o estudo do REGIC pode ser eficaz para orientação de ações locais que possam levar a uma visão territorial com bases mais integradas e coesas, já que apresenta um esboço da dinâmica da rede urbana e do território, permitindo um tratamento mais adequado da função e da influência de determinados núcleos urbanos.

Para a análise aqui proposta dos municípios da região nordeste do Estado de São Paulo, esses dados coletados e mapeados pelo IBGE são fontes iniciais para análise e constituem base para a leitura crítica da questão urbana e regional.

Segundo Souza (1992), a noção da organização do território brasileiro em redes urbanas é simplificadora para a compreensão do sistema urbano, pois “(...) reduz a realidade a um esquematismo e formalismo que dificulta a apreensão de propriedades importantes, essências mesmo do espaço geográfico: a dinâmica ('rugosidades'), a totalidade, a singularidade, a simultaneidade, entre outras” (SOUZA, 1992, p.9).

Ainda segundo Souza (1992), é necessário compreender os lugares e as regiões a partir de seus diferentes níveis, do internacional, ao nacional e local, considerando cada tempo, nos diversos tempos. Essa visão se verifica com as conexões geográficas, que são conexões de lugares do espaço, dentro de suas singularidades, sem esquematizações de redes e sistemas, que reduzem a compreensão da realidade socioespacial.

Os fluxos (pessoais, comerciais etc.) entre os diversos centros urbanos ocupam um papel conceitual importante na definição e na caracterização da rede urbana demonstrada pelo REGIC na definição de interações entre os diversos núcleos urbanos de uma região. Porém, a influência dessas forças de concentração ou de dispersão resulta em estudos que não são

suficientes para explicar a complexidade das situações regionais, podendo por isso mesmo apresentar informações incorretas, o que fica mais claro em situações de maior complexidade. Em situações como a da região de estudo, o REGIC não apresenta informações errôneas, mas apenas simplificadas, já que se verifica uma análise regional quantitativa, que deixa a desejar na passagem para a análise local e na leitura das diversas conexões regionais.

66

Segundo o REGIC (2008), os municípios de São Carlos, Ribeirão e Araraquara são centros urbanos que exercem posição de influência para as relações intermunicipais. Essas informações sobre as áreas de influência de cada município foram obtidas pelo IBGE a partir de dados secundários e dados obtidos por questionamento específico da pesquisa.

Não apenas a formação histórica de um território ou o recorte político administrativo determinam essas relações e são muitos os outros fatores - de ordem econômica, demográfica, geográfica - que podem determinar regiões de influência e até mesmo determinar formas de agrupamento regional.

Segundo a hierarquização proposta pelo IBGE para os centros urbanos, Ribeirão Preto se enquadra em uma capital regional B (cidade com medianos 435 mil habitantes e 406 relacionamentos), Araraquara, em uma capital regional C (com medianos 250 mil habitantes e 162 relacionamentos) e São Carlos, em um centro sub-regional A (com medianos 95 mil habitantes e 112 relacionamentos).

Essa classificação não é estática, pois ocorrem variações ao longo dos anos, principalmente nas hierarquias menores. Por esse motivo, é necessário que os dados sejam constantemente atualizados para efeito de construção de bases mais precisas de compreensão da realidade regional. No caso de São Carlos, essa classificação como centro sub-regional A - que significa que é uma cidade com cerca de 95 mil habitantes - não está adequada, já que a cidade apresenta 221.936 habitantes (IBGE, 2010) e, mesmo em 2007, quando foram coletados os dados para a elaboração do REGIC, a cidade já apresentava, segundo estimativas do próprio IBGE, 212.956 habitantes. No caso da região de influência das cidades de São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, encontram-se os seguintes municípios na relação do IBGE:

Mapa 2: Relação de Influência dos municípios de São Carlos-SP, Araraquara-SP, e Ribeirão Preto-SP segundo o REGIC - Região de Influência das Cidades, IBGE, 2008. Mapa criado por Verônica G. Donoso (2011), segundo fontes: INSTITUTO FLORESTAL. *Inventário Florestal do Estado de São Paulo*, 2001; IBGE REGIC - Região de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008.

Observando os dados e o mapa, é possível fazer algumas análises preliminares, como verificar que Araraquara demonstra maior influência regional que São Carlos, enquanto que Ribeirão Preto exerce influência regional ainda maior, inclusive sobre cidades de Minas Gerais. Ribeirão Preto apresenta, dessa forma, posição de destaque nessa porção do território paulista com grande capacidade de polarização.

Segundo o mesmo estudo do IBGE, Ribeirão Preto polariza diretamente parte dos municípios que compõem a Região Administrativa de Franca e outra parte indiretamente, já que o município de Franca está na área de influência do município de Ribeirão Preto. Situação similar ocorre no caso da Região Administrativa de Barretos, já que o município de Barretos também está na área de influência direta de Ribeirão Preto. Já os municípios que se localizam na porção oeste da Região Administrativa de Barretos estão na área de influência do município de São José do Rio Preto e de Catanduva.

Porém, como já foi colocado, esse mapeamento a partir dos dados do REGIC é preliminar para o objetivo deste trabalho. O que se pretende demonstrar é a força da região como um todo e a importância de todos os municípios para o destaque da dinâmica econômica dessa porção nordeste do território paulista e não apenas dos municípios maiores.

O mapa das interações regionais proposto pelo REGIC não considera as interações existentes entre os núcleos maiores, no caso da região de estudo entre os núcleos de São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto. Tal situação é o contrário do que se objetiva apresentar nesta pesquisa, pois esses núcleos estabelecem um complexo sistema de conexões entre todos os municípios da região em diferentes graus e situações, embora singulares e simultâneos, e igualmente indispensáveis.

Assim, é redutora a visão de que os municípios menores não interagem pontualmente entre si, mas apenas com um dos municípios “principais” da região. Por exemplo, o município de Rincão não se relaciona apenas com Araraquara, mas também com São Carlos, Matão e outros municípios do entorno em situações diferentes. A noção de polarização proposta pelo REGIC é limitante quanto à complexidade e à complementaridade das relações regionais, o que pode ser demonstrado no estudo de caso desta pesquisa. É claro que não é a intenção do REGIC afirmar que são apenas essas as relações que ocorrem em uma região, mas sim que essas são as relações principais. Porém, é nessa perspectiva que se vê a limitação do estudo.

Além disso, considerar apenas os núcleos urbanos para a delimitação de regiões de influência também é limitante, em função da importância das áreas rurais, que em alguns municípios da área estudada se mostrará extremamente importante para as relações e conexões regionais.

É preciso considerar ainda a dificuldade em se estabelecer quantitativamente essas

informações de influências regionais, visto que é muito mais simples qualificar essas informações de maneira descritiva.

Considera-se, portanto, que seria mais adequado associar mais estudos referentes à questão urbano-regional para chegar a determinadas conclusões sobre a influência dos municípios no entorno. Porém, optou-se por não realizar um novo mapeamento das relações de influências entre os municípios, pois este tenderia a ser sempre limitante em relação às relações regionais existentes.

2.2 Os movimentos pendulares entre os municípios e as cidades-dormitório

Em relação à área de influência dos municípios de São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto, deve-se também analisar a presença - ou não - de cidades-dormitório nessa região e os movimentos pendulares entre os municípios. O termo *cidade-dormitório* está associado às cidades onde uma parcela significativa de sua população trabalha ou estuda em outro município, realizando deslocamentos diários.

As cidades-dormitório, assim como o nome sugere, são cidades essencialmente utilizadas como local de residência, sendo que as demais atividades cotidianas, sobretudo o trabalho, são realizadas em outras cidades.

O termo *cidade-dormitório* é comumente associado ao baixo dinamismo econômico de um município, já que a cidade não teria sua independência econômica, sendo dependente da sede regional a que está vinculada.

Atualmente, a população de média e alta renda tem se direcionado em busca de moradia também em municípios menores perto de grandes metrópoles, mesmo trabalhando na metrópole. Essa população parte em busca de ambientes com melhor qualidade ambiental, menos trânsito, menos violência, entre outros fatores, que fazem com que a opção de se viver distante do local de trabalho na metrópole seja considerada, mesmo que seja em outro município.

Surge, então, um novo cenário de deslocamentos cotidianos entre o local de residência e o local de trabalho e/ou de estudo, que traz novas especificidades para compreender em escala

regional os fluxos populacionais entre municípios.⁶

As movimentações cotidianas que ocorrem na área de estudo acontecem em busca de melhores oportunidades de trabalho, serviços - de saúde e comércio, por exemplo - e de ensino, nesse caso principalmente devido às universidades presentes nas maiores cidades da região.

Dessa forma, alguns municípios próximos a São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto são frequentemente caracterizados como cidades-dormitório.

É possível encontrar informações censitárias que contabilizam os movimentos de deslocamento pendular para trabalho e estudo e uma das maneiras de identificar esses movimentos é quando a informação censitária registra o município de residência de um habitante como diferente do município de trabalho ou estudo. Essa análise foi feita no Censo Demográfico de 2010, com abrangência em todo o território nacional, mas infelizmente essas informações acabam sendo mostradas muito mais em uma visão geral de todo o Estado do que de municípios, não mostrando a particularidade de cada região.

Para a melhor compreensão da dinâmica dos municípios do entorno de São Carlos, Ribeirão Preto e Araraquara e a possibilidade deles serem considerados cidades-dormitório, adotou-se uma metodologia de cálculo a partir de dados IBGE e SEADE. Encontrou-se o número de pessoas ocupadas em empresas, segundo as estatísticas do Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2008), e relacionou-se ao número da população economicamente ativa, considerando-se a população de 15 a 60 anos de idade em um município (SEADE, 2008).

Considera-se que somente esses dados não são suficientes para demonstrar a quantidade de habitantes que trabalha no mesmo município em que reside, mas um cálculo mais preciso nesse sentido envolveria uma quantidade de informações locais de difícil captação. Entretanto, o intuito desta análise não é obter-se uma análise precisa da população empregada em cada município, e sim chegar a um índice como parâmetro para poder comparar os municípios da área de estudos em relação ao emprego e aos movimentos pendulares.

Os dados do SEADE da população entre 15 e 60 anos de idade não diferenciam a população masculina da feminina. Isso também deve ser considerado na análise, já que se deve relacionar

6 Um caso interessante no interior do Estado de São Paulo é o município de Valinhos, pertencente à Região Metropolitana de Campinas, que teve uma proliferação de condomínios e loteamentos fechados criados principalmente a partir da década de 90 e que abrigam uma população que, em grande porcentagem, realiza movimentos pendulares para outros municípios de maior dinamismo, como Campinas e São Paulo. Sobre o caso de Valinhos - SP, aconselha-se a leitura do trabalho de MIGLIORANZA, (2005).

o gênero da população empregada de acordo com o serviço prestado, como a associação da população masculina com o trabalho em usinas e em indústrias pesadas.

Também é necessário considerar que há uma porcentagem de pessoas desempregadas e outra porcentagem de empregos informais, que os dados do Cadastro Central de Empresas não conseguem quantificar.

A partir desses cálculos, encontraram-se as seguintes porcentagens da população empregada em cada município:

Tabela 2: Índice de pessoas ocupadas em empresas em relação à população economicamente ativa na área de estudos

Cidade	Habitantes (IBGE 2010)	População Economicamente ativa - 15 a 60 anos (SEADE, 2008)	Total de pessoas ocupadas em empresas (Cadastro Central de Empresas 2008)	Índice que relaciona o total de pessoas ocupadas em empresas em relação à população economicamente ativa
Gavião Peixoto – SP	4.420	2.919	4.192	1,44
Sertãozinho – SP	110.094	72.370	53.054	0,73
Ribeirão Preto – SP	605.114	390.521	207.839	0,53
Pradópolis – SP	17.404	11.198	6.615	0,59
São Carlos – SP	221.936	145.333	78.364	0,54
Araraquara – SP	208.725	137.784	73.707	0,53
Luiz Antônio – SP	11.286	6.960	3.602	0,52
São Simão – SP	14.350	9.226	3.734	0,40
Cravinhos – SP	31.688	20.777	7.836	0,38
Américo Brasiliense – SP	34.522	22.693	8.336	0,37
Dumont – SP	8.143	5.284	1.632	0,30
Ibaté – SP	30.724	19.673	5.903	0,30
Rincão – SP	10.414	6.641	1.560	0,23
Guataporá – SP	6.966	4.455	887	0,20
Barrinha – SP	28.503	18.032	3.206	0,18
Santa Lúcia - SP	8.246	5.380	761	0,14

Tabela 2: Realizada a partir de dados populacionais do IBGE (2010), dados do Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2008) e dados populacionais da fundação SEADE (2000). Em azul estão os municípios que obtiveram um índice acima de 0,60. Em vermelho estão os municípios que obtiveram um índice abaixo de 0,30, e que aqui poderiam ser considerados como cidades-dormitório.

Ibaté apresenta características que possibilita caracterizá-la como cidade-dormitório, assim como os municípios de Santa Lúcia, Barrinha, Guataporã, Rincão e Dumont, por não empregarem grande porcentagem da população. Isso pode ser explicado por esses municípios não apresentarem uma quantidade suficiente de indústrias e serviços que empreguem a maioria da população, ou mesmo grandes usinas, que empregam boa porcentagem de população local na época da safra.

O município de Santa Lúcia apresenta 8.246 habitantes (IBGE, 2010) e é um município sem nenhuma indústria ou empresa expressiva. O cadastro central de empresas de 2008 aponta apenas 230 empresas locais, sendo que apenas 186 são atuantes, empregando 761 pessoas.

Em situação similar está Barrinha, que, apesar de estar muito perto de Sertãozinho, que tem um grande número de indústrias e grande capacidade de atração de investimentos, é um município com maior timidez na atração de negócios e indústrias. No ano de 2011, as indústrias que mais se destacam na cidade são as de equipamentos para as usinas de açúcar e indústrias de cerâmicas e tijolos, que representam uma boa movimentação econômica para o município.

Barrinha é considerada como uma cidade-dormitório, o que pode ser verificado pelos dados de população empregada no município. Segundo a ABAG/RP, Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (2004),⁷ muitos moradores se deslocam diariamente para outros municípios da região para trabalhar, tanto em lavouras, quanto em indústrias, construção civil ou trabalhos domésticos.

O fato de algumas cidades com poucos habitantes empregarem grande parte da população local e, portanto, não serem consideradas cidades-dormitório, é explicado pela presença de grandes indústrias ou usinas. Isso ocorre em Luiz Antônio e Pradópolis, por exemplo.

Luiz Antônio, um município com população de apenas 11.286 habitantes (IBGE, 2010), tem 3.602 pessoas ocupadas em empresas (IBGE, 2008). Isso ocorre pela presença da VCP - Votorantim Celulose e Papel, uma das maiores indústrias da cadeia produtiva do papel e também pelo município apresentar um distrito industrial em pleno crescimento.

Sertãozinho é um município com 110.094 habitantes (IBGE, 2010), com um distrito industrial fortíssimo e infraestrutura urbana bem desenvolvida, e que emprega tanto trabalhadores locais, quanto atrai trabalhadores da região.

Ribeirão Preto apresenta dados que nos fazem deduzir que o município tem capacidade para empregar o equivalente à totalidade da sua população local, atraindo trabalhadores dos municípios do entorno, principalmente em trabalhos informais, como em residências e na

7 Informações disponíveis no site da ABAG/RP (Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto): <<http://www.abagrp.org.br/>>. Acesso em 13 de setembro de 2010.

construção civil. O município também atrai deslocamentos cotidianos para o uso do forte comércio e serviços de saúde da cidade. Situação similar ocorre em São Carlos e Araraquara.

Ibaté, que segundo o censo de 2010 (IBGE) tem 30.724 habitantes, emprega uma parte da população local, e a outra parcela da população se desloca a trabalho para os municípios do entorno, como Araraquara e São Carlos. Além da população que se desloca para trabalhar, também há a população que o faz diariamente para estudar nesses municípios. Segundo a ABAG/RP (2008),⁸ muitos desses deslocamentos diários são de mulheres, em sua maioria para trabalhar como domésticas nos municípios vizinhos, e de homens para trabalhar nas indústrias.

Américo Brasiliense, município com 34.522 habitantes (IBGE, 2010), distante a menos de 10 km de Araraquara, e que poderia ser considerado uma cidade-dormitório, não apresenta dados suficientes para confirmar esse fato. O município emprega quantidade considerável da população, apresentando um índice de 0,37, e isso ocorre devido à presença da Usina Santa Cruz, que está entre as 25 maiores do país. Durante a safra, a usina é responsável por uma grande movimentação econômica no município e, nesse período, emprega cerca de 3.5 mil trabalhadores, a maioria do município.

O município de Cravinhos também apresenta situação similar, apresentando índice de 0,38. A proximidade com Ribeirão Preto não favoreceu o comércio local, e os moradores da cidade se deslocam constantemente para esse município em busca de comércio e serviços.

O município de Gavião Peixoto,⁹ distante a cerca de 30 km de Araraquara, apresenta uma característica muito particular: são 4.420 habitantes (IBGE, 2010), uma população ativa de 2.919 pessoas (homens e mulheres, SEADE, 2008) e 4.192 pessoas ocupadas em empresas (IBGE, 2008). Isso sem considerar os trabalhos informais no município, que empregam ainda mais pessoas. Tal fato faz com que o município tenha atingido o maior índice de cálculo da área de estudos: 1,44. Isso significa que muitos se deslocam para o município de Gavião Peixoto para trabalhar e retornam para o seu município de moradia.

A situação particular de Gavião Peixoto ocorre pela presença da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A) desde outubro de 2001. A empresa construiu uma pista para ensaios de voo

8 Informações disponíveis pelo site da ABAG/RP (Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto): <<http://www.abagrp.org.br/>>. Acesso em 13 de setembro de 2010.

9 Mais informações sobre o município de Gavião Peixoto podem ser encontradas no trabalho: PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti (2005). Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678-6343>. Acesso 20 de em janeiro de 2011.

para os aviões desenvolvidos pela empresa de padrão internacional, a maior do gênero na América Latina, além de uma fábrica para montagem final de aeronaves militares e aviação corporativa.

Foram muitas as transformações ocorridas na região após a instalação dessa empresa no local. O município, que até 2001 tinha como principal atividade econômica a produção de gêneros agrícolas para os circuitos produtivos de citrus e cana-de-açúcar, agora conta com a presença de uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo.

A presença da Embraer no município de Gavião Peixoto é muito positiva para o desenvolvimento da região, principalmente de Araraquara, já que muitos técnicos e executivos da Embraer se instalaram no município vizinho, que apresenta infraestrutura urbana melhor, e se deslocam para Gavião Peixoto diariamente.

Segundo Luiz Toshihiro Massuda,¹⁰ diretor industrial da unidade de Gavião Peixoto, a maioria dos funcionários da empresa residem em Araraquara e Matão. Mas eles também têm funcionários que provêm de diversos outros municípios, como São Carlos, Nova Europa, Américo Brasiliense e outros dos municípios menores da região. Mas de Gavião Peixoto, são poucos os funcionários.

A primeira exigência para o trabalho na Embraer é o segundo grau completo e, a partir da entrada do funcionário na empresa, há uma especialização para o trabalho com aeronaves, com treinamento interno de formação básica, cursos externos que se façam necessários e toda uma carreira de evolução dentro da própria empresa.

Segundo Massuda,¹⁰ a Embraer Gavião Peixoto abrigou em 2011 cerca de 1100 funcionários ligados às atividades de produção, de operadores a engenheiros. Considerando também os empregos indiretos, como os serviços terceirizados da empresa de transporte de funcionários, restaurante e limpeza, devem-se totalizar cerca de 2000 empregos.

Em São Carlos, onde se concentram indústrias de base tecnológica e importantes centros de ensino e pesquisa, a influência do desenvolvimento do setor aeronáutico se faz presente tanto no surgimento de novas empresas do ramo como nas pesquisas e nos cursos universitários.

A presença das empresas TAM e Embraer em municípios próximos colabora para reforçar o desenvolvimento econômico e tecnológico da região e a imagem da criação de um “polo aeronáutico”, ainda que as atividades realizadas nas empresas não tenham vínculo direto.

10 Essas informações foram obtidas durante entrevista com Luiz Toshihiro Massuda, realizada em 06 de junho de 2011. A entrevista transcrita está disponível nos anexos desta dissertação.

A análise dos fluxos de mobilidade pendular é importante ferramenta para avaliar os processos urbanos e para a compreensão do contexto regional. Para tanto, a análise não deve ser limitada à delimitação geográfica dos municípios, devendo considerar o contexto de cada situação particular, que explica o porquê dos fluxos regionais ou da atração e da influência regional de uma localidade específica.

2.3 Características econômicas da área de estudos e a importância da economia agrícola no território

A região centro-nordeste do Estado de São Paulo é uma grande área focal do agronegócio brasileiro, sendo líder nacional de produtividade em diversos setores. Desde sua origem, as atividades vinculadas ao setor agropecuário se sobressaem na economia regional, como já foi verificado.

Foi a partir da década de 1970 que a paisagem agrícola da região de estudo começou a adquirir os contornos que a identificam atualmente, com intensificação das áreas de plantação de cana-de-açúcar e a presença de grandes indústrias e usinas. A partir desse momento, estavam se formando e se estruturando os complexos agroindustriais, que seriam nomeados a partir de então como CAIS (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009). Isso ocorreu principalmente pelo estímulo de políticas oficiais de subsídios, como as políticas públicas implantadas pelo Programa Nacional do Alcool em 1975, com incentivos a toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

Com tais incentivos e com a velocidade empreendida pela modernização da produção agropecuária na região, a atividade agrícola e agroindustrial passou a se reorganizar, especializando-se na geração de alguns poucos produtos, principalmente cana-de-açúcar e laranja, voltados para a transformação industrial e exportação e para a fabricação de álcool combustível para abastecimento de veículos.

Também é preciso lembrar que, desde a década de 1970, ocorre tanto o fortalecimento das regiões metropolitanas quando um crescimento das cidades médias, sustentados pela expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1998).

Muitas das cidades da região de estudo tiveram a sua urbanização diretamente relacionada à

modernização das atividades agrícolas e agroindustriais. As cidades se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas circundantes e dependem dessas atividades em graus diversos. Além disso, essa vinculação do desenvolvimento urbano com a modernização e expansão das atividades agrícolas e agroindustriais nesses municípios faz com que existam vínculos cada vez maiores entre o campo e as cidades.

O crescimento econômico da área de estudo não foi homogêneo e alguns eixos se destacaram, em geral acompanhando o traçado das principais rodovias e nas proximidades das usinas de açúcar e álcool.

Segundo dados organizados por Selingardi-Sampaio (2009), na região centro-nordeste do Estado se destacou, nos anos 90, a tríade São Carlos, Ribeirão Preto e Araraquara, além de Matão e Sertãozinho. Nos anos 90, também se incluem, entre os municípios representativos da indústria dessa região, Luiz Antônio, com indústrias de celulose e papel, e Jaboticabal e Bebedouro, com indústrias cítricas e sucoalcooleiras.

Na tabela a seguir, apresentam-se os dados mais recentes do desenvolvimento econômico dos municípios estudados, com informações do PIB *per capita* e dos valores adicionados brutos das indústrias, serviços e agropecuária, a incidência de pobreza e os principais destaques do município em relação às indústrias, usinas, empresas, universidades, faculdades e centros de pesquisa representativos, que possam explicar os valores encontrados para a dinâmica econômica do município.

Tabela 3: Dinâmica econômica das cidades estudadas em relação ao número de habitantes, PIB per capita, valores adicionados brutos da agropecuária, indústria e serviços, incidência de pobreza, empresas, indústrias, usinas, universidades, faculdades e centros de pesquisa representativos.

Cidade	Habitantes (IBGE 2010)	PIB per capita a preços correntes (2008) (reais)	Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes (2008) (mil reais)	Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes (2008) (mil reais)	Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes (2008) (mil reais)	Incidência de pobreza (2003)	Empresas, Indústrias, Usinas representativas	Universidades, Faculdades, Centros de Pesquisa representativos
Ribeirão Preto	605.114	24.898,11	26.013	2.220.420	9.891.714	11,75%	Usina Santa Lúcia, Usina Galo Bravo, Agrishow, Ceagesp, Lapini Polibor, Tatuíbi, Afasa, Riberval, Betamed, Imar Indústria de Máquinas e Acessórios, Indústria de Bebidas Don, MRA Equipamentos Eletrônicos, Indústria de alimentos Nilza, Kilux Tinta, Retesp, JP Indústria Farmacêutica, etc.	USP, UNAERP, UNIESP, UNIP, FAAP, Centro Universitário Barão de Mauá, Faculdades Reges, Faculdades COC, Instituição Moura Lacerda, Faculdades Anhanguera, SENAC, SENAI.
São Carlos	221.936	17.941,42	57.870	1.094.833	2.230.953	12,08%	Centro Tecnológico TAM, Parque Eco Tecnológico Damha, Cidade da Energia, Science Park, Volkswagen, CEAT, Faber Castell, Metalúrgica Vanzo, São Carlos SA papel e embalagem, Eyetec, Tecumseh do Brasil, etc.	USP, UFSCar, Unicep, FADISC, Embrapa, SENAC, SENAI.
Araraquara	208.725	19.707,70	56.969	900.567	2.486.778	9,92%	Usina Maringá, Usina Zanin, Usina Tamoio, Subestação Furnas, Subestação Isa-Ceteep, Nestlé, JBT, Lupo, Cutrale, Inepar, Heineken, Sachs, Nigro indústria de Alumínio, IESA, Siatec, GM indústria, etc.	UNESP, UNIP, Uniara, Faculdades Logatti, Faculdades Integradas de Araraquara, Faculdade Savonitti, SENAC, SENAI.
Sertãozinho	110.094	30.682,62	22.801	1.594.163	1.269.564	23,51%	Usina Santo Antônio, Usina Santa Elisa, Usina São Geraldo, Usina Albertina, Usina São Francisco, Frigorífico Barra Mansa, DMB equipamentos agrícolas, Dedini, ADDN, Caldema, Camaq, Simisa, SERGOMEL, TGM, Vibromaq, Fundação Ferrusi, Fundação Moreno, Usitec, etc.	Faculdades Anhanguera, FASERT, Faculdade SEMAR, CEFET, FATEC, SENAI, IZ-APTA.
Américo Brasileiro	34.522	14.206,00	7.631	187.230	218.472	27,21%	Usina Santa Cruz, Magmil Tubulações Montagens Industriais, Cobermil Montagens Industriais, Imaq ind. Comércio de máquinas, Raf & Gross, RF equipamentos industriais, JLC Solda,	-
Cravinhos	31.688	12.929,78	18.311	113.049	216.072	22,71%	Palettrans, Thermoal Indústria de válvulas, Cicopal, Renk Zanini, Noxon Divisão Veterinária, Grupo WTB, Construtora Pagano, Leiteria da Font, Ouro Fino Agronegócio, etc.	-

Cidade	Habitantes (IBGE 2010)	PIB per capita a preços correntes (2008) (reais)	Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes (2008) (mil reais)	Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes (2008) (mil reais)	Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes (2008) (mil reais)	Incidência de pobreza (2003)	Empresas, Indústrias, Usinas representativas	Universidades, Faculdades, Centros de Pesquisa representativos
São Simão	14.350	14.754,07	52.056	27.920	110.208	20,82%	Metalúrgica Splendore, Styrocorte Indústria e Comércio de Plásticos, Melius Indústria e Comércio de Máquinas, Termoepe Plásticos, Usina Jequitibá da Mata, Indústria têxtil Vale da Saúde, etc.	-
Dumont	8.143	9.941,85	6.260	12.458	54.344	21.81%	Copeza indústria e comércio de peças, Indústria e Comércio de Doces Bálamo, Cap Agropecuária e Indústria, Algodoeira Donegá, Tecnoval Equipamentos Industriais, etc.	-
Ibaté	30.724	10.611,03	37.107	72.924	177.116	33,88%	Vetro, Fama equipamentos de segurança, Italpa Indústria e Comércio de Plásticos, San Carlo Cimento, Alunínio Paulista Araraquara, Inox Plan Equipamentos, Ceraltec Ceramica de alta Tecnologia, etc.	-
Barrinha	28.503	8.642,63	5.895	67.174	140.678	38,06%	CML Indústria e Comércio, Limpkool Indústria produtos de limpeza, DND Química, Montmar, etc.	-
Pradópolis	17.404	20.268,15	9.634	148.548	134.306	22,80%	Usina São Martinho, CMA, Bonissoni Agroindústria Alimentícia, Olivelluc indústria de legumes e verduras processadas, Balmont Caldeiraria, etc.	-
Luiz Antônio	11.286	42.192,59	26.181	255.946	129.105	25,84%	Votorantim Celulose e Papel, Castro & Bertolotti, Construelo, Embalamex, NG Confeções, etc.	Estação Experimental de Jataí (onde se realizam pesquisas da UFSCar)
Rincão	10.414	7.723,97	15.695	8.769	54.398	28,30%	(sem informações)	-
Santa Lúcia	8.246	6.796,49	6.923	8.614	37.074	36,85%	(sem informações)	-
Guataporá	6.966	11.705,59	21.627	8.679	39.376	30,77%	(sem informações)	-
Gavião Peixoto	4.419	17.492,70	20.896	17.229	30.425	29,62%	Embraer, Usina Hidrelétrica Gavião Peixoto	-

Tabela 3: Realizada a partir de dados populacionais do IBGE (2010), dados do Cadastro Central de Empresas (IBGE, 2008), dados populacionais da fundação SEADE (2000) e pesquisas nos municípios.

Procurou-se, a partir dessa organização dos dados e das informações atuais, dividir as cidades em algumas categorias, para auxiliar na descrição de cada situação particular. As cidades foram divididas em: cidades com até 50 mil habitantes e dinâmicas econômicas fracas; cidades com até 50 mil habitantes e dinâmicas econômicas fortes; cidades com até 150 mil habitantes e dinâmica econômica forte; cidades a partir de 150 mil habitantes e dinâmicas econômicas fortes.

Cidades com até 50 mil habitantes e dinâmicas econômicas fracas

Dentre as cidades com até 50 mil habitantes, algumas apresentam indicadores que demonstram uma economia local fraca, principalmente devido à falta de indústrias e/ou usinas produtoras em seu território, já que essa presença melhoraria a dinâmica econômica, a arrecadação pública e a geração de empregos. São os municípios: Santa Lúcia, Rincão, Guataparã, Ibaté, Barrinha e Dumont.

A principal atividade econômica desses municípios é a agricultura, principalmente na produção de cana-de-açúcar. As indústrias e o comércio são pouco expressivos economicamente.

A origem agrícola e o tardio processo emancipatório também caracterizam esses municípios, que se formaram na época da expansão da cafeicultura na região nordeste do Estado de São Paulo e também viveram a decadência da cafeicultura, com a mudança para o cultivo da cana-de-açúcar.

Tabela 4: Informações sobre o período de formação dos municípios de Santa Lúcia, Rincão, Guatapará, Ibaté, Barrinha, Dumont

Município	Período de formação	Emancipação
Santa Lúcia	A história de Santa Lúcia é marcada pelo desenvolvimento da cafeicultura e pela Ferrovia, inaugurada na região em 1862. O desenvolvimento do núcleo urbano se deu através de fazendas que cultivavam café e o Distrito de Santa Lúcia, vinculado ao município de Araraquara, foi emancipado em 1959.	1959
Rincão	Em 1884 foi fundada uma fazenda para cultivo de café na região de Rincão, que deu lugar a uma vila. O distrito de Paz de Rincão foi criado em 1909, vinculado ao município de Araraquara. Em 1948, o município se emancipou, mas foi em 1949 que se realizou a primeira eleição municipal.	1948
Guatapará	O Município de Guatapará se originou da extinta Fazenda Guatapará, uma das principais e maiores fazendas de café da região de Ribeirão Preto. O distrito de Guatapará foi criado em 1938, vinculado ao município de Ribeirão Preto. A emancipação do Distrito foi em 1989, mas foi somente em 1992 que a cidade pôde eleger seus primeiros Prefeito e Vereadores, que tomaram posse em 1993.	1989
Ibaté	Quando a Companhia Paulista de Estrada de Ferro inaugurou a estação de Visconde do Pinhal, em São Carlos, diversas fazendas foram abertas na região para o cultivo do café, como em Ibaté, em 1893. O Distrito de Paz de Ibaté foi criado no Município de São Carlos em 1900, mas sua emancipação, no entanto, somente ocorreu em 1953.	1953
Barrinha	A cidade teve sua formação inicial na beira do rio Mogi-Guaçu e da ferrovia. O surgimento do núcleo urbano se deu a partir da crise do café, quando uma das fazendas loteou suas terras, onde foi surgindo aos poucos um pequeno povoado, por volta de 1930. A emancipação política do distrito ocorreu em 1953.	1953
Dumont	O núcleo urbano de Dumont se originou a partir da atividade cafeeira, tendo esse nome em homenagem a Henrique Dumont, que adquiriu uma fazenda produtora em 1879. Na década de 1940, a fazenda foi loteada e vendida e em 1953 foi criado o distrito de Dumont, transformado em município em 1963.	1963

Tabela 4: Informações sobre o período de formação dos municípios de Santa Lúcia, Rincão, Guatapará, Ibaté, Barrinha, Dumont. Fonte: IBGE (2010) e Prefeituras Municipais.

A pouca força econômica desses municípios faz com que os moradores se desloquem para outras regiões em busca de trabalho, ensino e serviços. Barrinha, por exemplo, foi um dos municípios que apresentou informações que a classificassem como cidade-dormitório, e a cidade também apresenta o pior índice de incidência de pobreza da região, que foi de 38,06% (IBGE, 2003).

Em termos de dinâmica econômica, o município de Santa Lúcia é o que apresenta o menor PIB *per capita* da região, de 6.796,49 reais (IBGE, 2008). Santa Lúcia, com 8.246 habitantes (IBGE, 2010), é hoje fornecedor de matéria prima e mão-de-obra para as atividades agrícolas, que representam 6.923 reais do valor adicionado bruto da agropecuária do município, enquanto as indústrias representam 8.614 reais e os serviços 37.074 reais (IBGE 2008). A maior produção agrícola do município é de cana-de-açúcar, plantada em 13.800

hectares do município, e que produz 1.173.000 toneladas (IBGE, 2009).

Também o município de Rincão apresenta situação similar: são 10.414 habitantes (IBGE, 2010) e um PIB *per capita* de 7.723,97 reais (IBGE, 2008). A principal atividade econômica do município é também a agricultura, com produção de 1.568.000 toneladas de cana-de-açúcar, (IBGE, 2009) que ocupa 19.600 hectares. A cidade tem comércio e serviços básicos, responsáveis por um valor adicionado bruto de 54.398 reais, e poucas indústrias, responsáveis por um valor adicionado bruto de 8.769 reais, dentre as quais se destacam pequenas indústrias de transformação de tijolos. Já a atividade agrícola é responsável por um valor adicionado bruto de 15.695 reais (IBGE, 2008).

O município de Guataporã apresenta 6.966 habitantes (IBGE, 2010), com um PIB *per capita* de 11.705,59 reais (IBGE, 2008). Na região de Guataporã, existia uma das principais e maiores fazendas de café da região de Ribeirão Preto, de propriedade de Martinho da Silva Prado. Nessa fazenda, formada em 1885, existiam várias construções, como casas, oficinas, depósitos, e também serviços de mercearia, farmácia, igreja, hotel, hospital e até uma fábrica de cerveja. Hoje essas construções se encontram na maioria abandonadas.

As relações comerciais se originaram a partir dessa fazenda, e a população que constituiu o primeiro núcleo urbano se formou principalmente de imigrantes. Até a atualidade eles têm grande presença no município, principalmente a colônia de japoneses, que se localiza no bairro rural de Mombuca. A produção agrícola do município é forte, com a presença de lavouras permanentes de banana, café e frutas cítricas - limão, maracujá, tangerina - e da lavoura temporária diversas culturas, como alho, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho e, é claro, cana-de-açúcar em grande quantidade. A pecuária também é forte no município, principalmente de galinhas, no distrito de Mombuca.

A cidade tem, até a atualidade, na agricultura a principal atividade econômica, que representa 21.627 reais (valor adicionado bruto da agropecuária, segundo o IBGE, 2008), enquanto a indústria representa inexpressivos 8.679 reais e os serviços, 39.376 reais. A pequena cidade tem na geração de empregos um desafio. Segundo a ABAG/RP (2005),¹¹ é pequena a parcela da população que trabalha diretamente com a agricultura, pois a maioria se desloca para municípios vizinhos para trabalhar em indústrias e serviços.

Ibaté, com 30.724 habitantes (IBGE, 2010), apresenta um PIB *per capita* de 10.611,03 reais (IBGE, 2008), sendo que a maior renda do município se dá por meio de atividades industriais e serviços. Segundo dados do IBGE de 2008, o valor adicionado bruto no município de Ibaté foi de

11 Informações disponíveis no site da ABAG/RP (Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto): <<http://www.abagrp.org.br/>>. Acesso em 13 de setembro de 2010.

72.924 reais e o dos serviços foi de 177.116 reais, enquanto que o da agropecuária foi de 37.107 mil reais. Da produção agrícola do município, destaca-se principalmente a cana-de-açúcar, mas também há produção de laranja, soja, milho, café, amendoim e arroz. O emprego no corte de cana é feito principalmente pela população local.

Na região administrativa de Ribeirão Preto, encontram-se os municípios de Barrinha e Dumont, que têm sua economia baseada na atividade agrícola, principalmente no plantio e no processamento da cana-de-açúcar, mas com dinâmica econômica ainda não tão desenvolvida, em comparação a outros municípios do entorno de Ribeirão Preto.

Barrinha é uma cidade com 28.503 habitantes (IBGE, 2010), distante a cerca de 40 km de Ribeirão Preto e 15 km de Sertãozinho, e com um PIB *per capita* de 8.642,63 reais (IBGE, 2008). O município não apresenta grandes indústrias em seu território, que representam 67.174 reais do valor adicionado bruto da indústria, contra 5.895 reais do valor adicionado bruto da agropecuária e 140.678 reais do valor adicionado bruto dos serviços (IBGE, 2008).

O município de Dumont se localiza a cerca de 20 km de Ribeirão Preto, com 8.143 habitantes (IBGE, 2010), e PIB *per capita* de 9.941,85 reais (IBGE, 2008). A agricultura continua sendo o centro da economia do município, com plantações de cana-de-açúcar e amendoim, principalmente. As duas culturas são plantadas em rotação e fornecem matéria-prima para as indústrias de doces, que empregam principalmente mão-de-obra feminina (ABAG/RP, 2004)⁶. Também em Dumont se localizam pequenas indústrias voltadas para a confecção de peças e equipamentos para a agroindústria.

Mapa 3: Os municípios de Santa Lúcia, Rincão e Guataporã. Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL. Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH. mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010), e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra, 2009.

— ferrovia	— vegetação de várzea	— silvicultura	— área urbana consolidada	— clubes
— rodovia	— cerrado	— cana de açúcar	— área urbana em consolidação	— instituições de pesquisa
— hidrografia	— cerrado	— outras culturas	— chácaras de recreio, sítios	— aeroportos
--- divisão de municípios	— mata	— principais parques públicos e privados	— fazendas históricas	— indústrias e usinas

0 5 km

Mapa 4: O município de Ibaté - SP. Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

Mapa 5: Os municípios de Barrinha (SP) e Dumont (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

Alguns municípios da região de estudo, apesar de serem cidades com até 50 mil habitantes e muitas vezes uma dinâmica urbana pouco ativa, apresentam índices econômicos elevados, devido à presença de grandes indústrias e usinas, que colaboram com o crescimento econômico do município e movimentam a economia de toda a região. Esses municípios são: Luiz Antônio, São Simão, Pradópolis, Cravinhos, Américo Brasiliense e Gavião Peixoto.

Tais municípios também tiveram na origem agrícola a sua história de formação, com a expansão da cafeicultura, mas o período de emancipação municipal varia, não tendo relação direta com nenhum período específico do desenvolvimento urbano e econômico.

Tabela 5: Informações sobre o período de formação dos municípios de Luiz Antônio, São Simão, Pradópolis, Cravinhos, Américo Brasiliense, Gavião Peixoto

Município	Período de formação	Emancipação	Principais indústrias/usinas
Luiz Antônio	O núcleo urbano de Luiz Antônio se formou do desmembramento de fazendas produtoras de café após a crise de 1929. A cidade foi elevada a distrito de Paz em 1937, no município de São Simão. Em 1959, foi elevada à categoria de município.	1959	VCP – Votorantim Celulose e Papel
São Simão	Na década de 1820, chegaram os primeiros moradores da região, que se dedicavam à pecuária e à cultura da cana. Alguns anos depois, a cafeicultura e as ferrovias propiciaram grande desenvolvimento econômico e urbano. O distrito foi criado em 1842 e foi elevado à categoria de Município em 1865.	1865	Indústrias diversas e extração mineral
Pradópolis	A região se formou a partir da cafeicultura, e o centro urbano foi criado em 1905, a partir da Companhia Agrícola da Fazenda cafeeira São Martinho. Foi decretado distrito de Sertãozinho em 1916 e, em 1938-1943, o distrito foi transferido para o município de Guariba. Foi elevado à categoria de município em 1959, com o nome de Pradópolis.	1959	Usina São Martinho
Cravinhos	Cravinhos se desenvolveu a partir da cafeicultura, quando os irmãos Pereira Barreto adquiriram uma fazenda para o plantio de café. O Distrito foi criado em 1893, no Município de Ribeirão Preto, e foi elevado à cidade em 1906.	1906	Cicopal S/A, Grupioni, Dow Agrosiences, Vitrogen, etc.
Américo Brasiliense	Em 1954, iniciou-se o cultivo de café na região. Foi a lavoura cafeeira que deu grande impulso ao núcleo urbano, que foi elevado a Distrito do Município de Araraquara em 1922. Com a crise do café, houve retração do desenvolvimento, que somente se reiniciou com a instalação de usinas de açúcar e indústrias metalúrgicas a partir de 1943. Foi elevado à categoria de município em 1964.	1964	Usina Santa Cruz
Gavião Peixoto	A cidade foi criada em 1907, às margens do Rio Jacaré-Guaçu. Em 1908 é construída a usina hidrelétrica, pela Companhia de Força e Luz de Jaú, hoje pertencendo a CPFL. A usina empregou grande número de operários, e também a ferrovia, prolongada por meio da estrada de ferro Douradense. Com o fim da estrada de ferro, a economia local de desestabilizou, agravada com a quebra da lavoura de algodão. Atualmente a economia se estrutura no agronegócio da cana-de-açúcar e da laranja e pelo setor aeronáutico.	1995	Embraer

Tabela 5: Fonte: IBGE (2010) e Prefeituras Municipais.

O município de Luiz Antônio, com 11.286 habitantes (IBGE, 2010), apresenta um PIB *per capita* de 42.192,59 reais, o maior da região de estudo. A agropecuária representa 26.181 reais do valor adicionado bruto e os serviços, 129.105 reais. Já a indústria representa grande parte da arrecadação do município, com valor adicionado bruto de 255.946 reais (IBGE, 2008). O distrito industrial de Luiz Antônio está em pleno crescimento, com incentivos fiscais municipais, atraindo principalmente indústrias ligadas à cadeia produtiva do papel, devido à presença da VCP - Votorantim Celulose e Papel, uma das maiores do país.

Em São Simão, município com 14.350 habitantes (IBGE, 2010), encontra-se uma economia com dinâmica forte, principalmente devido à agricultura canavieira e também da silvicultura. O município apresenta um PIB *per capita* de 14.350 reais, sendo que grande parte dessa economia é movimentada pela agropecuária e pelos serviços.

O município de Pradópolis apresenta situação similar, com 17.404 habitantes (IBGE, 2010) e uma economia baseada no agronegócio. O PIB *per capita* do município é de 20.268,15 reais, sendo que grande parte da contribuição é por parte da indústria e dos serviços.

A presença da Usina São Martinho, desde 1948, é de grande importância para o município, tanto na geração de empregos quanto na movimentação econômica da produção de açúcar e álcool. O Grupo São Martinho possui três usinas, a São Martinho (em Pradópolis-SP), a Iracema (em Iracemápolis-SP) e a usina Boa Vista (em Quirinópolis-GO). A Usina São Martinho, segundo a empresa, é a maior processadora de cana do mundo, com moagem aproximada de 8 milhões de toneladas por safra.

Cravinhos, cidade a 22 km de Ribeirão Preto, com 31.688 habitantes (IBGE, 2010), é um município que apresenta PIB *per capita* de 12.929,78 reais (IBGE, 2008), sendo que o valor adicionado bruto mais representativo é o da indústria e dos serviços.

O município não apresenta nenhuma usina de açúcar e é apenas fornecedor de matéria-prima. Porém, pela proximidade com Ribeirão Preto e pela localização privilegiada à beira da Rodovia Anhanguera, o município apresenta importantes indústrias, como a Cicopal S/A (indústria de móveis para escritório, que surgiu na década de 50), a Grupioni (que produz máquinas para a indústria de concreto), a Dow Agrosiences (multinacional líder do mercado mundial de agroquímicos que atua com genética de plantas e biotecnologia) e a Vitrogen (empresa pioneira em inovação tecnológica no setor pecuário), entre outras. Essa forte indústria traz índices claros de vantagens econômicas para o município, apresentando um valor adicionado bruto da indústria de 113.049 reais, enquanto que a agropecuária representa 18.311 mil reais e

12 Fonte: Site da Usina São Martinho, disponível em: < <http://www.saomartinho.ind.br/> >. Acesso em 23 de janeiro de 2011.

o de serviços, 216.072 reais. (IBGE, 2008).

Muito próxima à área urbana de Araraquara, está a área urbana de Américo Brasiliense. Essa grande proximidade física entre as cidades já demonstra uma forte relação, além de ser uma possível área de conurbação. Américo Brasiliense tem 34.522 habitantes (IBGE, 2010) e PIB *per capita* de 14.206 reais (IBGE, 2008).

O grande destaque do município é a presença da usina Santa Cruz, montada em 1947 para substituir uma fazenda de café. Quem chega a Américo Brasiliense pelo entroncamento das rodovias estaduais Antônio Machado Santana e João Ribeiro de Barros já consegue visualizar a usina, no vale, entre as plantações de cana-de-açúcar de mais de 7 mil hectares pertencentes a ela.

A Usina é responsável por grande movimentação econômica e geração de emprego nos municípios do entorno. O grupo Santa Cruz tem duas empresas que atuam em Américo Brasiliense: a Agropecuária Boa Vista e a Santa Cruz S/A açúcar e álcool.

Américo Brasiliense apresenta grande força agroindustrial, mas também apresenta comércio e serviços adequados, que atendem a população local, além de diversas indústrias. Essa força econômica de serviços e indústrias pode ser verificada pelos dados do IBGE, segundo os quais os serviços apresentaram um valor adicionado bruto de 218.472 reais e as indústrias, 187.230 reais, enquanto que a agropecuária teve um valor adicionado bruto de 7.631 reais (IBGE, 2008).

Devido à localização privilegiada do município, distante 7 km de Araraquara, Américo Brasiliense tem sido um local privilegiado para a localização de indústrias. O município tem investido nessa questão, criando distrito industrial com leis de incentivo municipal que permitem isenção total de IPTU e taxas de licença para localização e funcionamento, para atrair indústrias e novos investimentos para a cidade (ABAG/RP, 2002).

— ferrovia	— vegetação de várzea	— silvicultura	— área urbana consolidada	— clubes
— rodovia	— cerrado	— cana de açúcar	— área urbana em consolidação	— instituições de pesquisa
— hidrografia	— cerrado	— outras culturas	— chácaras de recreio, sítios	— aeroportos
--- divisão de municípios	— mata	— principais parques públicos e privados	— fazendas históricas	— indústrias e usinas

0 5 km N

Mapa 6: O município de São Simão (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

Mapa 7: O município de Luiz Antônio (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

Mapa 8: O município de Pradópolis (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

Mapa 9: O município de Cravinhos (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

Mapa 10: O município de Américo Brasiliense (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

Na região de estudo, destaca-se a presença de Sertãozinho (SP), que concentra uma grande quantidade de empresas, indústrias e instituições de pesquisa agroindustrial e tem potencial para atrair ainda mais investimentos e indústrias. Com o desenvolvimento de novas tecnologias para serem implementadas no processo de produção do açúcar e do álcool, o crescimento do setor industrial do município se vê cada vez mais estimulado, gerando empregos e crescimento econômico.

Sertãozinho tem hoje 110.094 habitantes (IBGE, 2010) e um dos maiores PIB *per capita* da região de Ribeirão Preto: 30.682,62 reais, sendo que o valor adicionado bruto da agropecuária é de 22.801 reais, quase inexpressivo para o município, quando comparados aos valores da indústria e dos serviços, de 1.594.163 reais e 1.269.564 reais, respectivamente (IBGE, 2008). A incidência de pobreza no município é de 23,51% (IBGE, 2003).

Historicamente, o município também se formou no período da cafeicultura, quando o núcleo urbano que se formava foi privilegiado com a chegada de duas estradas de ferro, a da Companhia Mogiana, através de Ribeirão Preto, e a da Companhia Paulista, através de Barrinha, então distrito de Sertãozinho, que foi criado em 1885, e elevado à categoria de município em 1896.

Também antes de 1900 já havia no município algumas pequenas e esparsas plantações de cana-de-açúcar, que eram coadjuvantes das plantações de café. Hoje são mais de 10 usinas e destilarias instaladas na cidade.

Sertãozinho é hoje conhecida pelas indústrias ligadas ao setor sucroalcooleiro, mas também apresenta indústrias do setor metalúrgico, químico e petroquímico, entre outros. Também estão presentes no município associações e cooperativas de plantadores de cana, como a Canaoeste e a Copercana.

Mapa 11: O município de Sertãozinho (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT - mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

Dentre as cidades com dinâmica econômica e urbana em destaque na região de estudo, estão São Carlos (SP), Ribeirão Preto (SP), e Araraquara (SP).

Araraquara tem 208.725 habitantes (IBGE, 2010) e um PIB *per capita* de 19.707,70 reais (IBGE, 2008). O agronegócio fortalece a economia do município, principalmente pela produção de laranja e cana-de-açúcar. A produção de laranja ocupa 6 mil hectares de terras do município e produz 180.000 toneladas. O plantio da cana-de-açúcar ocupa 49 mil hectares de terras do município, produzindo 4.410.000 toneladas (IBGE, 2009).

Do setor industrial, destacam-se no município as agroindústrias, com três usinas de açúcar e álcool instaladas no município, além de uma das maiores produtoras e exportadoras de suco cítrico do país. Também se destacam as indústrias dos setores mecânico e metalúrgico - grande parte para equipar as agroindústrias e os produtores rurais - e indústrias têxteis, tradicionais do município, como a indústria de meias Lupo.

Na área da educação, Araraquara também se destaca principalmente pela presença da universidade pública UNESP - Universidade Estadual Paulista -, além de particulares, como a Universidade Paulista (UNIP), o Centro Universitário de Araraquara (Uniara), as Faculdades Logatti, as Faculdades Integradas de Araraquara (FIAR) e a Faculdade Savonitti, além de uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A incidência de pobreza no município é de apenas 9,92%, a menor de toda a região de estudo (IBGE, 2003).

Mapa 12: O município de Araraquara (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

O município de Ribeirão Preto (SP) tem 605.114 habitantes (IBGE, 2010), a maior concentração populacional da região de estudo. O município também, em 2010, figurava a 8ª posição dentre os maiores municípios (por população) do Estado de São Paulo, ficando atrás somente da capital, Guarulhos, Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco e São José dos Campos.

A cafeicultura foi a principal responsável por trazer crescimento econômico para a cidade de Ribeirão Preto, mas perdeu espaço econômico no município e se expandiu para municípios vizinhos. Ribeirão Preto se destaca atualmente pelo comércio e serviços representativos, com destaque para as áreas de saúde, entretenimento e educação, que atraem moradores não somente de toda a área de estudo, como também de uma ampla região.

O PIB *per capita* do município é de 24.898,11 reais (IBGE, 2008) e a maior representatividade da economia é do setor de serviços, que representam 9.891.714 reais do valor adicionado bruto, enquanto a agropecuária representa apenas 26.013 reais e a indústria, 2.220.420 mil reais. O número de empresas cadastradas em Ribeirão Preto também é surpreendente: são 30.110 empresas cadastradas, com 29.223 atuantes, empregando um total de 207.839 pessoas, das quais 168.507 são assalariados. O salário médio mensal é de 3,3 salários mínimos (Cadastro Central de Empresas, IBGE, 2008), superior à média brasileira.

No setor industrial, as indústrias do setor da saúde têm se destacado. A presença dessas indústrias se explica pela forte área de saúde na cidade, em boa parte devido ao ensino superior nessa área.¹⁴

Encontram-se no município indústrias de fabricação de aparelhos e instrumentos para uso médico, hospitalar e odontológico, fabricação de farmacoquímicos, indústrias de fabricação de medicamentos para uso humano e veterinário, indústrias de instrumentos óticos e indústrias de perfumaria e cosméticos.

A incidência de pobreza em Ribeirão Preto é de apenas 11,75% (IBGE, 2003), e segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a cidade ocupava o 21º lugar no ranking brasileiro de IDH, índice de Desenvolvimento Humano, de 1991 a 2000.

14 Mais informações sobre o destaque da indústria ligada à área da saúde em Ribeirão Preto podem ser encontradas em: TELLES, (2002).

São muitas as universidades presentes em Ribeirão Preto: um *campus* da universidade pública Universidade de São Paulo (USP) e diversas faculdades, universidades e centros universitários particulares: Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP), Universidade Paulista (UNIP), Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Centro Universitário Barão de Mauá, Faculdades Reges, Faculdades COC, Instituto Moura Lacerda, Faculdades Anhanguera. Também há no município uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Nas áreas agrícolas, o destaque do município é a cultura da cana-de-açúcar, que ocupa 37.104 hectares de terras rurais e produz 3.153.840 toneladas. Também se encontram, em menor quantidade, áreas agrícolas com lavouras permanentes de banana, café, abacate, borracha, laranja e lavouras temporárias de amendoim, mandioca, milho, soja e tomate. Além disso, também se encontram algumas áreas de silvicultura para lenha (IBGE, 2009).

O município de São Carlos (SP) apresenta hoje 221.936 habitantes e um PIB *per capita* de 17.941,42 reais (IBGE, 2008). A maior representatividade da economia do município é do setor de serviços e da indústria: o valor adicionado bruto dos serviços foi de 2.230.953 reais, e da indústria foi de 1094.833 reais. A representatividade da agropecuária na economia de São Carlos não é tão expressiva, mas apresenta valor considerável: 57.870 reais (IBGE, 2008).

A presença de indústrias e empresas voltadas para o desenvolvimento tecnológico é um grande diferencial do município e é derivada da presença de uma grande comunidade científica, pela presença de duas universidades públicas, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), duas instituições particulares de ensino superior, o Centro Universitário Central Paulista (Unicep) e a Faculdades Integradas São Carlos (Fadisc), além de dois Centros de Pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e de uma unidade do SENAC e uma unidade SENAI.

A cidade concentra empresas ligadas às áreas de automação, instrumentação eletrônica, mecânica, robótica, aeronáutica, ótica de precisão, cerâmicas supercondutoras, entre outras.

Essa tecnologia influencia também na qualidade de vida dos habitantes, o que pode ser visto pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município: São Carlos apresenta IDH de 0,841, o que o coloca na 63ª posição do *ranking* nacional e na 17ª posição no *ranking* estadual.¹⁵

Foram muitas as melhorias de infraestrutura urbana e de qualidade dos serviços oferecidos à população a partir dos anos 2000, que fizeram com que a qualidade de vida no município aumentasse consideravelmente. Algumas dessas melhorias serão pormenorizadas no decorrer da dissertação (capítulos 3 e 4). Também será aprofundada a questão da presença das indústrias de base tecnológica no município e da construção do Parque Eco Tecnológico Damha e da Cidade da Energia (capítulo 3).

15 Esse índice espelha, além da renda dos moradores do município, a longevidade da população e o grau de maturidade educacional, que é a combinação entre a taxa de alfabetização e o número de matrículas nos três níveis de ensino.

Mapa 14: O município de São Carlos (SP). Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e PROJETO CANASAT- mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

CAPÍTULO 3: EXPANSÃO URBANA CONTEMPORÂNEA

**A urbanização fragmentada e os grandes
investimentos imobiliários**

Ao longo do estudo da situação atual dos municípios, um fenômeno chamou a atenção: a proliferação de empreendimentos imobiliários, principalmente nos municípios de São Carlos e Ribeirão Preto, e a expansão urbana de maneira fragmentada no território.

Essa expansão se dá principalmente a partir de novos empreendimentos imobiliários, que no caso de São Carlos também se relaciona com o desenvolvimento tecnológico do município.

O principal empreendimento imobiliário que será analisado é o Parque Eco Esportivo Damha, no município de São Carlos, complexo imobiliário que associa espaços diversos para lazer, moradia e trabalho, com questões ambientais de preservação e conservação. O empreendimento associa estratégia de marketing a partir do potencial da cidade - de desenvolvimento tecnológico - com a tendência mercadológica de criação de empreendimentos de grande porte.

O estudo de caso da expansão urbana desse município se coloca como um importante auxiliar para a compreensão das lógicas atuais de produção do espaço urbano, da pressão do mercado imobiliário como definidor de tendências urbanas e da dinâmica urbana e econômica gerada em um âmbito regional.

3.1 A expansão urbana contemporânea em São Carlos e as políticas de ciência e tecnologia

A expansão urbana atual (2010/2011) realiza-se, sobretudo, por meio da expansão do padrão de habitação em espaços fechados, que por sua vez se relaciona com a difusão de novos valores e usos relacionados ao espaço urbano. A cidade, *locus* da diferença e do convívio de diferentes grupos sociais, adquire um novo aspecto na atualidade, não apenas em relação à maneira como o território é ocupado, mas também em relação às práticas socioespaciais.

Quando se analisa o processo de expansão urbana da cidade de São Carlos, pode-se afirmar que grande parte desse processo de crescimento não foi planejada pelo poder público e esteve sujeita à influência de diversos fatores, tanto naturais, como limitações topográficas, quanto sociais, como carência de opções sociais de moradia e especulação imobiliária.

Até a década de 1950, a população de São Carlos se concentrava principalmente na região mais central da cidade. Entre os anos 50 e 70, a cidade se expandiu em todas as direções, a partir de um momento de crescimento populacional.

Em abril de 1953, a cidade recebeu um grande impulso para o seu desenvolvimento urbano, tecnológico e educacional, com a implantação da Escola de Engenharia de São Carlos, faculdade da Universidade de São Paulo (USP). Esse desenvolvimento se consolidou ainda mais com a criação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em 1968, e com a criação de duas instituições particulares, a Faculdades Integradas São Carlos (FADISC), em 1964, e o Centro Universitário Central Paulista (UNICEP), em 1972.

Principalmente entre os anos 70 e 80, a expansão urbana se deu de maneira fragmentada, com o surgimento de bairros periféricos voltados para população de menor poder aquisitivo. Esse processo se estendeu até o período atual (2010/2011), com a formação de loteamentos cada vez mais distantes da região central.

Foi, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX que o processo de expansão urbana das cidades brasileiras passou a ocupar grandes glebas em áreas distantes dos centros urbanos. Essas áreas periféricas, que antes eram destinadas a imóveis voltados às classes de baixa renda, hoje são foco de investimento imobiliário, com empreendimentos que se localizam em áreas cada vez mais distantes do centro da aglomeração. Esses empreendimentos ocupam áreas de dimensões consideráveis, com densidades cada vez mais baixas.

Em São Carlos, a partir dos anos 90, a expansão urbana passou a ocupar grandes glebas em

áreas distantes do centro, com condomínios e loteamentos fechados que se concentraram principalmente nas regiões noroeste e norte da cidade, onde há maior disponibilidade de terras que possibilitam a criação de empreendimentos imobiliários de grande porte, como é o caso do Parque Eco Esportivo Damha.

Com a aprovação do Plano Diretor, em 2005, houve maior atenção do poder público em relação à produção da cidade. A área urbana do município de São Carlos a partir desse período se expandiu em direção oeste, norte, noroeste e sudoeste, segundo as diretrizes do Plano Diretor e os interesses privados. Como é próprio do espaço urbano ser ponto focal das estratégias de valorização imobiliária, as políticas e legislações públicas destinadas à gestão urbana são frequentemente perpassados de vontades particulares. Um exemplo dessa interação entre gestão e interesses particulares está na própria definição de eixos de expansão urbana e, portanto, de valorização imobiliária, que muitas vezes “coincidem” com vontades de incorporadores e de proprietários de terra.

Figura 6: A expansão urbana de São Carlos até o período atual (2010). Desenho: Donoso (2011), sob bases do Plano Diretor da cidade de São Carlos (2005) e informações da Prefeitura Municipal de São Carlos.

Também é preciso salientar que as regiões leste e sul do município não são adequadas para expansão urbana, devido às características do solo na região sul (composto principalmente por areias quartzosas profundas, o que o caracteriza como um solo frágil, com grande capacidade de erosão), e às características ambientais da região leste e sudeste, com a presença da Área de Proteção Ambiental do Corumbataí na região sudeste e pela Área de Proteção da Bacia do Feijão na região leste do município.

As características físico-ambientais das regiões norte e oeste do município possibilitam que esta seja delimitada como área de expansão, o que se potencializa pela presença de elementos urbanos que atraem urbanização e especulação imobiliária. No caso da região oeste, o *shopping center* Iguatemi, o único presente na cidade até o momento (2010/11), é um desses elementos.

Ao norte da área urbana também se configura uma região com grande potencial de expansão urbana, sendo a região que tem recebido maior atenção por parte do setor público e privado para investimentos em expansão urbana. É preciso salientar que essa expansão não necessariamente segue uma continuidade física entre a malha urbana mais consolidada, passando a ter uma forma cada vez mais dispersa e segmentada.

No eixo norte do município de São Carlos, localizam-se atualmente diversas indústrias, como a Eletrolux e a Tecumseh, empreendimentos, como o campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o Centro Tecnológico e aeroporto da TAM (que realiza manutenção de aeronaves de grandes companhias aéreas), o museu TAM (maior museu da aviação do mundo mantido por uma empresa privada) e os novos empreendimentos imobiliários da urbanizadora Damha, com condomínios residenciais fechados, centro de compras, parque (o maior parque privado do município e da área de estudo), além do Parque Tecnológico Damha, credenciado ao SPTec - Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo.

O empreendimento da urbanizadora Damha em São Carlos (SP) tem 12 milhões de m² (1.200 ha), dos quais 3,6 milhões de m² (361,5 ha), cerca de 30% da área total, foram destinados para preservação ambiental e ecológica.¹⁶ Esse empreendimento ocupa área de expansão da cidade de São Carlos anteriormente ocupada por fazendas históricas da região, dentre elas a Fazenda do Urso e a Fazenda São Miguel.

O empreendimento Damha é acessado por um entroncamento rodoviário às margens da Rodovia Tales de Lorena Peixoto Filho (SP 318), rodovia que liga São Carlos a Ribeirão Preto. O local do empreendimento é estratégico, ao lado do campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), próximo de grandes indústrias, como a Tecumseh e a Eletrolux, e do aeroporto e Centro Tecnológico da TAM.

16 Informação disponível em: < <http://www.damha.com.br> >. Acesso em 10 de junho de 2010.

Figura 7: Implantação do empreendimento “Damha”, em São Carlos - SP. Vê-se na imagem uma parte do tecido urbano mais consolidado de São Carlos e a área de expansão urbana atual. Do lado esquerdo da rodovia SP-318 encontram-se os quatro residenciais fechados Damha I e II e Village Damha I e II, o campo de Golfe, o centro hípico, o centro de eventos Damha, além de áreas rurais. Do outro lado da rodovia encontram-se a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), o “Parque Eco-Tecnológico Damha”, áreas rurais, e o Centro Tecnológico da TAM. Fonte: Imagem de divulgação, disponível em: < <http://www.parqueecotecnologico.com.br> > Visualizado em 10 de junho de 2010.

Em relação ao desenvolvimento industrial tecnológico do município, é preciso salientar que este não é exclusivo da primeira década do século XXI, tendo se iniciado com a presença das universidades públicas e passado a se materializar no espaço urbano, a partir da década de 80 e 90, através de empresas originadas das incubadoras universitárias.

A primeira fundação tecnológica criada em São Carlos foi a Fundação Parque de Alta Tecnologia - ParqTec. Essa entidade surgiu da primeira política pública para institucionalizar a transferência da tecnologia desenvolvida nos centros de pesquisa para o setor produtivo. A entidade foi instituída em dezembro de 1984 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com apoio da Universidade de São Paulo e da Prefeitura Municipal de São Carlos.

A Fundação ParqTec atua principalmente no sentido de fornecer infraestrutura para as empresas que estão iniciando suas atividades. Muitas dessas empresas surgiram da vinculação com a USP e/ou UFSCar. Também dão amparo às empresas do ParqTec a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o SENAI, o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), as agências de fomento CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

O ParqTec organiza as suas atividades em 5 grupos: uma rede incubadora de empresas, atuante desde 1985; um programa de capacitação e treinamento para empreendedores, o ParqTec Business School (PBS), que oferece, em parceria com a Escola Superior de Administração *Marketing* e Comunicação (ESAMC), um MBA em gestão Empresarial e Gestão de *Marketing*; um número de alianças estratégicas em programas que promovem o desenvolvimento regional, como, por exemplo, parcerias com universidades para pesquisa e desenvolvimento de tecnologia; e o Programa de Parques Tecnológicos, denominado São Carlos Science Park, que atua desde 1987.

O Sistema Paulista de Parques Tecnológicos faz parte da política de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo.

Assim, em São Carlos localiza-se o Parque Tecnológico com ênfase em óptica, materiais e instrumentação; em São José dos Campos, o Parque com ênfase na indústria aeronáutica; em Campinas, o Parque com ênfase em tecnologia de comunicação, informática e biotecnologia, entre outros. A Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria Estadual de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo é responsável pela política do SPTec, cujas diretrizes e legislações são recentes, criadas a partir de 2006.

Um polo tecnológico gera sinergias entre seus diversos atores, as quais podem ser de natureza imobiliária, de serviços, infraestrutura, recursos humanos ou de legislação. Nos ambientes dos

Polos Tecnológicos - também chamados Tecnopolos, Centros de Inovação, Parques Científicos ou Parques Tecnológicos - encontram-se concentradas espacialmente empresas de base tecnológicas, normalmente próximas a instituições de ensino.

Deve-se considerar que, desde as décadas de 60 e 70, parques e polos tecnológicos têm sido criados no mundo todo. A concentração geográfica de empresas, muitas vezes competitivas, formando arranjos produtivos locais, tem assumido papel de destaque no desenvolvimento econômico de países e regiões, como as experiências de produção com computadores e semicondutores na região do Vale do Silício, ou de equipamentos de comunicação e instrumentos biomédicos no *Orange Country*, ambas nos Estados Unidos, ou no caso da experiência francesa do parque tecnológico *Sophia-Antipolis*, na região de Nice.

No Brasil, os projetos desses empreendimentos partem da adoção de uma série de ações para o desenvolvimento tecnológico, em uma iniciativa que busca potencializar o desenvolvimento do país e impulsionar a participação deste no cenário internacional de produção de ciência e tecnologia.

Segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC),¹⁷ os Parques Tecnológicos são áreas geralmente ligadas a algum importante centro de ensino ou pesquisa, com infraestrutura necessária para a instalação de empresas produtivas baseadas em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Também pela limitação de área física definida nos parques tecnológicos, estes se apresentam com uma boa opção para pequenas empresas, que têm na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico seu principal insumo. Além de empresas de base tecnológica, podem também incluir incubadoras de empresas, laboratórios e centros de pesquisa.

Em relação aos polos tecnológicos, ou tecnopolos, estes são definidos como grandes áreas, com infraestrutura necessária para a realização de atividades de baixa ou grande escala, por empresas baseadas em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Nesses polos, são oferecidos serviços que facilitam a obtenção de recursos tecnológicos e humanos de alto nível, como acesso a centros de investigações, bibliotecas, organizações de pesquisa e ensino, entre outros.

Esse processo de criação de parques e polos gerou uma variedade de formatos institucionais e organizacionais que tornam difícil o estabelecimento de uma categoria mais rígida para sua definição atual, e que variam em diferentes países, e mesmo dentro de um mesmo país.

Acredita-se que a mudança da utilização do termo *polo tecnológico* para *parque tecnológico*, no Estado de São Paulo, se deva principalmente pela instituição da política do Sistema Paulista

17 Dados disponíveis em: < http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/estudo-parques_pdf_16.pdf > Acesso em 21 de setembro de 2011.

de Parques Tecnológicos.

Segundo dados da Secretaria do Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, em todo o Estado já existem trinta iniciativas para a implantação de parques tecnológicos, e desse total dezesseis já estão com credenciamento provisório no SPTec: Barretos, Botucatu, Campinas (comparecendo com duas iniciativas: Polo de Pesquisa e Inovação da Unicamp e CPqD), Ilha Solteira, Mackenzie-Tamboré, Piracicaba, Santo André, Santos, São Carlos (comparecendo com duas iniciativas: ParqTec e EcoTecnológico), São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo (com duas iniciativas: Jaguaré e Zona Leste) e Sorocaba.¹⁸

Segundo Selingardi-Sampaio,

A articulação e a divisão de tarefas entre os principais atores sociais responsáveis pela operacionalização e gestão dos aludidos parques estão assim definidas: o poder público vai orientar e induzir políticas, e ainda prover equipamentos; as instituições de pesquisa focarão na geração de novos conhecimentos e na formação de recursos humanos; ao setor privado caberão os investimentos e a implementação de novos negócios. (2009, p. 423).

A iniciativa mais recente da criação de Parques Tecnológicos em São Carlos ocorreu por uma empresa particular, que realizou o empreendimento imobiliário Parque Eco Tecnológico Damha.

O empreendimento Damha é exemplo de intervenção urbana recorrente do setor imobiliário, associando espaços fechados e homogêneos com áreas com vegetação arbórea de parques e áreas de preservação e enfatizando o discurso ecológico como estratégia de venda. A economia, a política e a cultura atual estimulam, cada vez mais, em âmbito mundial, o desenvolvimento de espaços individualizados, em que se refletem os anseios de parte dos indivíduos, que buscam - conscientemente ou não - o convívio em espaços social e economicamente homogêneos.

Uma das razões que estimula a busca por homogeneização são as desigualdades sociais e o aumento - ou manutenção - de índices de criminalidade e violência nas grandes cidades brasileiras, o que faz com que os indivíduos busquem proteção das “ameaças urbanas”, mesmo em cidades que não apresentem índices de violência compatíveis com o medo que povoa a mente de parte da população.

Os condomínios e loteamentos residenciais fechados se implantaram no Brasil principalmente a partir dos anos 80 e 90 (CALDEIRA, 2000, p. 211) e se difundiram por diversas cidades brasileiras, metropolitanas ou não, independentemente de índices de violência urbana ou outros dados

18 Dados disponíveis do site da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo: < <http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/cti/parques/>>. Acesso em 15 de junho de 2010.

que costumam ser utilizados para explicar essa difusão nas metrópoles do país. Esses empreendimentos fazem parte da tendência dos novos produtos imobiliários e têm autorização da gestão municipal para isolamento e restrição de seu acesso, o que acaba por consumir - e administrar - a segregação já existente nos espaços urbanos.

É comum utilizar as expressões “loteamento fechado”, “condomínio fechado”, “condomínio horizontal” e outros sinônimos sem grande distinção, devido a uma deliberada ação de *marketing* dos empreendedores imobiliários, que denominam todos os empreendimentos de *condomínio*, por este termo ter maior apelo de mercado do que o loteamento. Nesse sentido, algumas considerações são necessárias para melhor compreensão dos aspectos legais para aprovação desses empreendimentos.

O loteamento comum é sujeito à Lei 6.766/79, com alteração introduzida pelas Leis 9.785/99 e 10.932/2004 e por normas urbanísticas impostas pelo município de acordo com particularidades locais.

O loteamento fechado é, portanto, um loteamento convencional, regido pela Lei 6766/79, e que é fechado por ato do loteador ou por uma associação de moradores, ferindo a legislação maior (federal). No loteamento fechado, diferentemente do loteamento comum, as vias de circulação e logradouros públicos são utilizadas em caráter privado a partir de permissão e concessão de uso, passando a ser utilizadas apenas pelos proprietários dos lotes. O loteamento é acrescido de uma guarita para controle e de muro para fechamento e passa a funcionar no sistema de condomínio, com divisão de despesas.

Pelos loteamentos fechados não serem regidos por lei federal específica até o momento (2010/11), os municípios acabam por estabelecer normas urbanísticas para que estes possam ocorrer no meio urbano, mesmo que não haja permissão para isso pela lei federal em vigor. No entanto, existe o projeto de Lei 20/2007, que trata da nova Lei da Responsabilidade Territorial Urbana e que revogará, se vier a ser aprovado, a Lei 6766/79, regularizando os loteamentos fechados.

Já o condomínio é regulamentado pela Lei 4.591/64, independentemente de ser horizontal (formado por casas) ou vertical (formado por prédios de apartamentos). Nesse tipo de empreendimento, fechado ou não, mas sempre particular, diferentemente do loteamento, não há vias públicas e todas as áreas têm caráter privado. Portanto, os condôminos pagam IPTU sobre toda a área do empreendimento. O condomínio implica copropriedade entre os moradores, que se organizam para estipular disposições de convenções coletivas e estabelecer taxas condominiais. Importa ainda dizer que, no condomínio horizontal, a unidade residencial já vem pronta, não existindo lote, mas frações de terreno, de uso privativo de cada unidade e de uso condominial (frações ideais).

O lançamento de empreendimentos imobiliários não ocorre devido à simples demanda da população, mas sim pela decisão do setor imobiliário de lançar um novo produto, quando os empreendedores verificam nesse modelo uma oportunidade de aumento da margem de lucro. A partir dos lançamentos imobiliários, surgem os interesses individuais.

Os condomínios e loteamentos residenciais fechados fazem parte da oferta atual do *marketing* imobiliário de um produto ideal de moradia, com segurança e qualidade de vida, que as outras áreas urbanas supostamente não proporcionam mais. A demanda locacional desses empreendimentos residenciais ocorre em áreas relativamente próximas aos centros urbanos, mas ao mesmo tempo em proximidade com o meio não urbanizado. A natureza, então, passa a ser um valor socialmente relevante para a escolha do local de moradia, tornando-se um elemento de alto valor vendável para os empreendedores.

O empreendimento Damha em São Carlos não é apenas um loteamento residencial fechado, mas um complexo imobiliário, que associa espaços diversos para hábitos de lazer, moradia, trabalho e pesquisa.

Essa “solução urbanística” dos novos empreendimentos imobiliários, ao associar o maior número possível de elementos e atividades urbanas para atender a população que vive nos condomínios e loteamentos fechados, ocorre em território brasileiro desde a década de 70, a exemplo do empreendimento imobiliário Alphaville, localizado na divisa entre Barueri e Santana de Parnaíba (SP). Assim, esses empreendimentos recriam, em escala reduzida, funções urbanas tradicionais em um espaço de acesso limitado, onde o convívio social deixa de ser caracterizado pela diversidade. Os investidores passam a vender não mais apenas um lote habitacional, mas um tecido urbano, uma nova maneira de morar (CAMPOS, 2008).

Hoje se observa que os empreendimentos imobiliários valorizam a disponibilidade de recursos naturais nas áreas a serem comercializadas, pois isso garante um dos principais instrumentos de venda e atração do empreendimento: o contato com uma paisagem de natureza controlada e idealizada.

Os produtores imobiliários aproveitam as áreas livres em seus empreendimentos para valorizar o produto, utilizando-se de jardins, parques e áreas de preservação para adotar premissas de “sustentabilidade”, por meio das quais a natureza passa a ser uma imagem/símbolo.

A publicidade imobiliária tem um papel especial na dissimulação da realidade e da representação ideológica do produto. Esse recurso é um instrumento de poder, que pode ser utilizado para destacar espaços de distinção social - como os loteamentos fechados - e aparentá-los como “naturais” ao espaço urbano.

As campanhas publicitárias são responsáveis por tais representações, através da criação de

imagem e conceito fictícios sobre qualidade de vida e hábitos cotidianos. Essa imagem é produzida por profissionais de *marketing*, que constroem novos valores e anseios para um público específico, que paulatinamente se amplia.

O Parque Eco Tecnológico Damha foi uma iniciativa da Damha Urbanizadora, do grupo Encalso Damha. A urbanizadora é uma das cinco frentes de atuação do grupo Encalso, que é formado por: a empreiteira Encalso, especializada em obras e serviços pesados; a Damha Urbanizadora, que atua principalmente no ramo de loteamentos voltados para a classe A e B; a Damha Agronegócios, que atua com pecuária e com agricultura nas culturas de soja, milho, cana, entre outras; a frente de Concessão de Rodovias; e a frente de *Shopping Center*, com a experiência do Shopping Center de Presidente Prudente (*PrudenShopping*).

Em 1996, o grupo adquiriu as primeiras terras na região, com a Fazenda do Urso, uma propriedade histórica do período cafeeiro, onde o grupo Damha realizava atividades pecuárias. No final da década de 90, adquiriu uma segunda fazenda histórica, a São Miguel, vizinha à do Urso. Nessa segunda, também se realizavam atividades pecuárias, mas como a fazenda era de uma riqueza arquitetônica e histórica muito grande, foi reformada com intuito de se tornar um centro de eventos, que hoje atende principalmente cerimônias de casamentos e festas da população local. A Fazenda do Urso tem 12.200 hectares e o Parque São Miguel tem 230 hectares.

Posteriormente, com o surgimento da Damha Urbanizadora, os empresários passaram a ter outras intenções para essas fazendas em São Carlos. Soma-se a isso o fato de que, em 2005, foi elaborado o Plano Diretor da cidade, que colocou a região norte como vetor de expansão, e valorizando as propriedades do grupo Damha. Uma ação lógica foi a mudança de função das fazendas, que passaram de produtoras de atividade agrícola a locais de lançamento de produtos imobiliários. Juntamente com o lançamento dos dois primeiros loteamentos residenciais fechados, lançou-se o parque, com áreas de reserva, campo de golfe, trilhas ecológicas, centro hípico etc.

Segundo Luiz Claudio Lissner,¹⁹ a expansão urbana possibilita uma maior aproximação da área urbana com as fazendas agrícolas, e isso ocorreu com algumas fazendas do grupo, como em São José do Rio Preto, Presidente Prudente e São Carlos. Com essa aproximação, inicia-se o processo de urbanização das fazendas.

19 Luiz Claudio Lissner é formado em Administração de Empresas, com MBA em Finanças pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e trabalha na Damha Urbanizadora desde 2007, exercendo funções nas áreas de urbanização e de mercado imobiliário. Lissner foi entrevistado em agosto de 2010 e a entrevista encontra-se nos anexos deste trabalho.

Figuras 8 e 9: Acima, fotografia da capela do parque Damha e, abaixo, da capela do parque São Miguel, que foram mantidas e reformadas no projeto de concepção do parque. Imagem da autora, de fevereiro e maio de 2011.

Houve empenho dos investidores em garantir a qualidade do empreendimento. Para isso, a área foi dotada de padrões imobiliários atuais, que consideram um diferencial para a valorização do produto a qualidade de viver em espaços rodeados pelo ambiente “natural” e por áreas de preservação.

Segundo os empreendedores, o conceito adotado pelo grupo Damha é “muito generoso” com o comprador dos lotes, pois os loteamentos apresentam muita área verde, cinturão verde, ruas de contorno nos lotes (o que evita que as residências faceiem os muros do loteamento), entre outras séries de benefícios, sendo muito mais “generoso” com os compradores do que a média dos outros empreendimentos imobiliários que se encontram na região, onde essa “generosidade” se converte em diferencial para atrair compradores e com isso garantir um bom preço de venda ao empreendedor.

O empreendimento apresenta diversos diferenciais aos moradores dos loteamentos fechados, como parque com áreas reflorestadas, represas e trilhas; um campo de golfe oficial com dezoito buracos e outro com nove buracos; sede do clube de golfe, com infraestrutura de restaurante e futuramente hotelaria; centro hípico completo; criadouro de animais exóticos, como avestruzes e pavões; viveiro; centro de eventos; além dos condomínios residenciais fechados Damha I, Damha II,

Village I, Village II, que totalizam 1564 lotes. Essas áreas são de acesso exclusivo para os moradores dos empreendimentos, mas, em alguns casos, como o restaurante e o campo de golfe, autoriza-se, de maneira controlada, a entrada de público pagante.

Deve-se considerar que ainda há espaço físico no empreendimento para mais uns seis ou sete projetos futuros, e alguns desses já estarão sendo aprovados pela prefeitura entre 2010 e 2011.

Figuras 10 e 11: Rotatória de acesso ao empreendimento Damha e guarita de acesso a um dos loteamentos fechados. Fotografia da autora, de fevereiro de 2011.

O modelo de habitação em residenciais fechados distantes do centro traz também a necessidade de infraestrutura para atender à parcela da população moradora desses novos empreendimentos, como a necessidade de locais próximos com comércio e serviços, que atendam ao padrão de consumo dos moradores.

Isso está ocorrendo com o Parque Eco Tecnológico Damha, tanto é que, nas áreas do empreendimento, será construída uma pequena área de comércio, chamada de “Mall”, que surgiu como produto complementar aos loteamentos para atender à demanda dos moradores, para que eles não precisem se locomover para a cidade e, assim, valorizar ainda mais o empreendimento.

Também será construído um hotel para atender a demanda do clube de golfe, dos eventos esportivos diversos que ocorrem no parque e do centro hípico, além da demanda da cidade de São Carlos, relativamente carente de hotéis.

Figura 12: Fotografia do Parque Eco Esportivo Damha. Ao fundo, vê-se o Loteamento Fechado Damha I. Fotografia da autora, realizada em julho de 2010.

Figura 13: Fotografia do Parque Eco Esportivo Damha. Na área do parque são realizados diversos eventos esportivos durante o ano. Fotografia da autora, realizada em julho de 2010.

Figura 14: Construção do Damha Mall. Fotografia da autora, realizada em julho de 2011.

Também se soma ao diferencial do empreendimento Damha, o Parque Eco Tecnológico, que se propõe a ser um projeto que alia moderna infraestrutura, projeto urbanístico “inovador” e preservação do meio ambiente.

Esse projeto é formado por um complexo imobiliário composto por dois condomínios fechados para empresas de desenvolvimento tecnológico (um de 132.004,50m² e outro de 195.216,50m²), um Núcleo de Inovação com uma Incubadora de Empresas e um Centro de Serviços, com laboratórios, escritórios de administração, consultoria e comunicação. Foi viabilizado por meio de parcerias público-privadas e por recursos de órgãos e agências de fomento dos governos Estadual, Federal e municipal (da Prefeitura de São Carlos), além dos recursos obtidos de Universidades e de Institutos de Pesquisa. O Parque Eco Tecnológico prevê a ocupação de 400 mil m².

O Parque Tecnológico Damha se organiza como um loteamento fechado, com disposições e regulamentos tradicionais desse modelo, aplicados ao caso de empresas. Assim, o loteamento destina-se a abrigar unidades industriais, virtualmente sem risco ambiental ou de risco ambiental leve. A Incorporadora/Gestora do Parque prioriza propostas de empresas voltadas a transformar conhecimento em desenvolvimento, em especial aquelas ligadas à criação de tecnologias de informação, comunicação, processamento de energia, biotecnologia, eletrônica, meio ambiente, agronegócios e serviços.

Figura 15: Implantação do “Parque Eco Tecnológico Damha”, em São Carlos SP. Fonte: Imagem de divulgação, disponível no site do empreendimento.²⁰

No caso de São Carlos, as empresas incubadas nos Parques Tecnológicos representam um meio direto pelo qual as universidades conseguirão levar os produtos desenvolvidos nas suas pesquisas acadêmicas para o mercado.

Nesse sentido, destaca-se a presença, no parque Eco Tecnológico Damha, do Centro de Inovação e Tecnologia em Saúde (CITESC), possível graças às parcerias com o Governo Federal (ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia), a Prefeitura de São Carlos e o Parque Eco-Tecnológico Damha. O CITESC objetiva o desenvolvimento de equipamentos da área de saúde hospitalar, para prover o país de produção própria de tecnologia de ponta na área médica.

São grandes os impactos socioeconômicos que se esperam do programa de implantação dos Parques Tecnológicos no Brasil e, considerando a grande difusão mundial desses empreendimentos, espera-se que muitos desses impactos sejam positivos para o local onde os parques estão sendo implantados no Estado de São Paulo. Esses impactos devem ser medidos a longo prazo, considerando a influência deles no desenvolvimento regional, na economia estadual e nacional, bem como na eficácia com que o “Parque” implantou a política industrial

20 <http://www.parqueecotecnologico.com.br> Visualizado em 10 de junho de 2010.

definida pelo poder público.

Também contribuindo para o desenvolvimento tecnológico no município de São Carlos, está em projeto a “Cidade da Energia” a ser implantada na cidade, em área próxima ao campus da UFSCar e da Embrapa. Esse projeto será um local de exposição permanente de tecnologias do interesse do Sistema Agroindustrial de Energia e de outros programas científicos, tendo como meta estimular parcerias entre o setor privado, as universidades e os centros de pesquisa para o desenvolvimento de negócios no segmento de energias renováveis. Esse empreendimento está sendo realizado em parceria entre a Prefeitura Municipal de São Carlos e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ).

121

O projeto da “Cidade da Energia” estará localizado na Fazenda Cachim e ocupará 251 hectares, dos quais 142 hectares serão cedidos em regime de comodato e 109 hectares serão desapropriados pela Prefeitura Municipal de São Carlos.

A “Cidade” abrigará um espaço para exposições e feiras, um centro de formação e transferência de tecnologia e inovação e um local para pesquisa de campo. O projeto prevê a implantação de um sistema de produção, reserva e distribuição de água potável, drenagem de águas pluviais e lagoa de retenção, redes coletoras de esgoto e estação elevatória, estação de tratamento de esgoto, e redes de energia, iluminação e telefonia.²¹

21 Fonte: Informações cedidas pela Prefeitura Municipal de São Carlos em março de 2011.

Figura 16: A área urbana de São Carlos (SP), o empreendimento Damha e a Cidade da Energia. Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: INSTITUTO FLORESTAL. Inventário Florestal do Estado de São Paulo, 2001; GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (2003 a 2010) e Projeto CANASAT – mapeamento da cana via satélites de observação da Terra, 2009.

A proliferação de empreendimentos de maneira pontual e fragmentada pelo território contribui para a descentralização, em termos funcionais, das atividades de comércio, moradia, serviços e lazer pelo espaço urbano, em uma implantação descontínua. Essa descontinuidade pode favorecer a criação de vazios urbanos, que podem ser vistos tanto positiva quanto negativamente, sendo que o ponto positivo se verifica com a possibilidade de estocagem de áreas que possam vir a auxiliar no equilíbrio paisagístico ambiental (CAMPOS, 2008, p.27). Por outro lado, a urbanização fragmentada apresenta algumas consequências negativas, tais como o agravamento dos conflitos sociais (através do aumento da segregação socioespacial), as maiores distâncias a serem percorridas para a cobertura de serviços públicos e infraestrutura básica (gerando um maior consumo de recursos naturais, como água, energia elétrica e combustíveis fósseis) e a maior utilização do transporte automotivo individual, o que, consequentemente, possibilita congestionamentos, aumenta o tempo médio das viagens diárias, aumenta a poluição atmosférica, além de possibilitar problemas de saúde e causas de óbito (obesidade, acidentes de trânsito, problemas respiratórios, entre outros).

Com distâncias cada vez maiores a serem percorridas, o deslocamento a partir do transporte automotivo individual por vias de acesso rápido passa a ser privilegiado. Esse transporte individual pode ser visto tanto como consequência como causa da urbanização fragmentada, já que, quanto maiores as distâncias a serem percorridas entre as distintas esferas da vida cotidiana – trabalho, estudo, lazer, compras, entre outros –, maior será a demanda pelo uso dos meios de transporte e, considerando a baixa disponibilidade e má qualidade do transporte coletivo nas cidades brasileiras, o uso do transporte individual acaba sendo priorizado.

É importante ressaltar que a crítica que se faz neste trabalho a respeito do empreendimento do Parque Eco Tecnológico Damha não diz respeito à questão do modelo formal em si dos loteamentos residenciais fechados, do parque de acesso restrito à população e do condomínio científico tecnológico. O modelo de acesso restrito é uma tendência mercadológica, mas o isolamento social e funcional não é uma questão exclusiva deste modelo.

A crítica se dá, sobretudo, em relação às consequências que esse tipo de modelo traz para o espaço urbano, no que se refere à reestruturação e às consequentes mudanças das práticas de sociabilização neste espaço. Os empreendimentos imobiliários fechados, nesse sentido, contribuem para a segregação socioespacial e para a diminuição da percepção do espaço público enquanto local de convívio e de interações sociais entre diferentes segmentos sociais.

Também se critica a escala atingida por esses empreendimentos, tanto em relação às áreas ocupadas, desarticulando o tecido urbano, quanto às implicações sociais que esses empreendimentos geram. O Parque Eco Tecnológico Damha é mostrado pelos empreendedores como um parque de 3ª geração, que unifica o trabalho (no caso, o Parque Eco

Tecnológico), o morar (nos loteamentos residenciais fechados), o esporte e o lazer (equitação, golfe e o uso das áreas livres do parque) em uma mesma área. Esse conjunto pressupõe que o morador não precisa sair do empreendimento, não precisa se deslocar no dia a dia para além do complexo planejado pelo empreendedor imobiliário. Obviamente esse modelo, que busca recriar uma “minicidade” em um trecho urbano, não traz consequências positivas para o espaço urbano e muito menos para a construção da cidadania e dos hábitos cotidianos no espaço público.

As pessoas que procuram os empreendimentos imobiliários fechados buscam segurança e qualidade de vida, que se encontra tanto na tranquilidade proporcionada pela segurança quanto na proximidade com a natureza. Os clientes consideram que, nos condomínios e loteamentos residenciais fechados, as crianças podem brincar nas “ruas”, o que era uma prática corriqueira no meio urbano em décadas anteriores, principalmente em bairros residenciais, e que hoje não pode ser feito com segurança e tranquilidade em diversos espaços públicos. O condomínio residencial fechado pode ser visto então como uma nova forma de habitação com inspiração em antigas formas de viver, mas ele não é apenas isso.

Trata-se de todo um conjunto de novas significações e representações sociais que permeiam não apenas aquela parcela da população que vive no empreendimento, mas toda a população urbana, já que esse novo estilo de vida passa a se disseminar para todas as camadas sociais e esta forma de habitar e viver se torna *status* social valorizado.

Será sempre um desafio estimular os agentes imobiliários a criarem empreendimentos cujos benefícios não se restrinjam a um grupo de usuários. Esse benefício para todos poderia ser alcançado através dos espaços livres, se esses fossem disponibilizados para toda a população, com facilidades de acesso e possibilidades de fruição. Houve um momento, durante mais de cinco anos, em que o parque do empreendimento Damha era aberto a todos, embora com pouca facilidade de acesso para aqueles que não possuem veículo particular ou condicionamento físico para a ida ao parque como pedestres ou ciclistas.

Porém, a partir de agosto de 2010, esse acesso se tornou restrito aos moradores do empreendimento e aos frequentadores do campo de golfe e do centro hípico. Essa restrição foi justificada pelo suposto uso inadequado pelos visitantes de algumas áreas do parque.²² Como o empreendimento é uma propriedade particular, o empreendedor tem direito de controlar o acesso. Até o momento do fechamento do parque, os espaços livres do empreendimento traziam uma série de benefícios para a população em geral, que tinha mais um espaço livre disponível para práticas de lazer e esporte.

22 Para maiores esclarecimentos, ver entrevista de Luiz Claudio Lissner nos anexos desta dissertação.

Porém, quando o benefício em relação ao uso das áreas livres privadas se restringe a uma minoria, para os demais resta apenas o benefício ambiental em longo prazo, e perde-se a possibilidade de uso comum, o que permitiria a percepção da realidade do outro, da diferença, dos acordos e dissensos, fundamentais para a prática da cidadania.

CAPÍTULO 4: AS POSSIBILIDADES DO SEL

**O papel do Sistema de Espaços Livres na
produção da paisagem: conflitos,
contradições e possibilidades para os
casos estudados**

A compreensão da paisagem e do sistema de espaços livres pressupõe o entendimento desses espaços enquanto propiciadores de convívio e encontro, e consequente socialização. O SEL forma não apenas um conjunto individualizado de áreas livres – vegetadas ou não – mas um sistema que possibilita o estabelecimento de relações ambientais, visuais e sociais que se afetam reciprocamente.

Considerando a situação contemporânea da área de estudo, neste capítulo serão analisadas as possibilidades do SEL regional, de maneira a compreender os hábitos cotidianos da população no uso desses espaços, e as consequentes práticas de apropriação.

Com o intuito de possibilitar maiores ações para a melhoria do sistema de espaços livres da área de estudo, analisa-se a dinâmica urbana contemporânea, a relação e importância das áreas rurais para a leitura da paisagem e a sua influência no cotidiano da população, as ações da gestão pública para a melhoria dos espaços livres urbanos e a maneira como estes são utilizados pela população no cotidiano.

4.1 A dinâmica urbana atual e o sistema de espaços livres na área de estudo

128

Os espaços livres e a vegetação urbana, como as áreas de preservação ambiental, áreas rurais, matas, bosques, praças, arborização urbana e leitos de rios, são elementos estruturadores das paisagens urbana e rural, importantes e indispensáveis para o cotidiano e vida pública.

A constituição formal (configuração) da cidade brasileira é derivada de anos de processos de produção com padrões de propriedade e parcelamento a partir de interesses individuais, muitas vezes ignorando a importância do suporte biofísico e climático e contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais. Essa configuração foi acentuada com a continuação do processo de urbanização fragmentada, associada ao aumento de modelos urbanísticos e de urbanização ao longo de rodovias, fato que foi potencializado com o aumento exponencial da frota de veículos automotores particulares e com a ampliação e melhorias das redes viárias.

Apesar da diferença existente entre as cidades brasileiras – formal, social, cultural e ambientalmente –, existem características similares, devido às condições de formação e de padrões socioculturais, econômicos, urbanísticos e paisagísticos, que fazem com que algumas características possam ser destacadas como presentes em significativa parcela da urbanização contemporânea brasileira. Dentre elas, destaca-se a ocupação – principalmente entre os anos 50 e 80, mas presente até 2011 – de áreas de preservação ambiental por expansão urbana, a presença de espaços socialmente desiguais, a diferenciação entre bairros a partir de classes sociais, inclusive em relação ao cuidado com as áreas públicas, as novas formas de lazer, comércio e habitação, assim como as novas formas de espaços industriais, além da continuidade do processo de urbanização fragmentada, tanto formal como funcional.

Essas questões podem ser vistas, em graus e situações diferentes, em toda a área selecionada para a pesquisa. Por outro lado, em visitas de campo foram notadas diversas particularidades locais que precisam ser compreendidas, tanto em relação à administração pública e a sua preocupação com as áreas livres, quanto à preocupação das pessoas com elas e os diferentes usos do espaço público.

Os sistemas de espaços livres (SEL) podem ser, ou não, decorrentes de um planejamento específico, embora esse planejamento ainda seja muito incipiente no Brasil. Parte desses espaços livres, articulados em sistema, podem ser vistos enquanto locais propiciadores de convívio público, de circulação e de socialização, de maneira que a importância deles para o meio urbano/rural não se dá apenas pelo seu desempenho ambiental, mas pelas relações

sociais que se intensificam nesses espaços. Em um sistema como esse, encontram-se todos os espaços livres presentes em um recorte escalar, independentemente da presença ou ausência de vegetação, da qualidade ambiental, estética, funcional da propriedade (pública ou privada) ou de sua conexão física.

Os espaços livres urbanos e rurais, públicos e privados, formam não apenas conjuntos individualizados de áreas vegetadas, mas sistemas que se relacionam ambiental, visual e socialmente, pois as relações estabelecidas entre eles são de natureza sistêmica, ou seja, afetam-se reciprocamente.

O conceito de SEL considera não apenas a função ambiental das áreas livres de edificação, mas também, e principalmente, a complexidade e diversidade dos espaços livres, suas funções e usos e as formas de apropriação e apreensão deles pelas pessoas. Assim, não são apenas os espaços vegetados que se devem considerar no estudo dos espaços livres, mas também os espaços não vegetados, que são palco de inúmeras práticas de relevância para os grupos sociais, como as manifestações políticas, festas populares, feiras livres, festas em lajes de residências em favelas etc.

É importante avançar também na análise dos espaços livres, não apenas no âmbito da urbanidade, mas também da ruralidade. As áreas rurais, presentes no cotidiano dos moradores dessas cercanias, fazem parte da paisagem cultural de seus habitantes.

4.2 O sistema de espaços livres das áreas rurais

Nas cidades estudadas, verifica-se a grande importância da organização espacial da cana-de-açúcar. O processo de ocupação do espaço rural paulista pela cultura canavieira se acelerou a partir da década de 20, mas principalmente no final dos anos 60, após a implantação de diversas unidades industriais e da formação dos grandes grupos sucroalcooleiros paulista. Após a Segunda Guerra e do governo Vargas, ocorreu um estímulo para a consolidação e expansão das agroindústrias de açúcar e álcool no país, principalmente no Estado de São Paulo.

O Brasil tinha na década de 1960 – 1970 pretensões de se firmar como grande exportador de açúcar, mas fatores externos, como a perda do Mercado Preferencial Norte Americano, fizeram com que a agroindústria do açúcar entrasse em crise. Nessa conjuntura, com a pressão dos grandes grupos usineiros, dos fabricantes de equipamentos industriais do ramo e da indústria automobilística, o governo Federal fundou o Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL, em

1975. Segundo Selingardi-Sampaio,

Muito provavelmente, nenhuma outra área do país foi mais afetada pelas consequências diretas do Proálcool que o Estado de São Paulo, nos anos 70, tendo nele ocorrido: grande expansão da produção de álcool; expansão de destilarias anexas às usinas; implantação de 84 destilarias autônomas; aumento expressivo das áreas plantadas com cana; alterações na destinação da cana moída, desde que, antes do Proálcool, toda a cana produzida era destinada à fabricação do açúcar (...) (2009, p. 235).

O PROÁLCOOL entrou em uma segunda fase em 1979, após o aumento do preço do petróleo. A produção nacional se acelerou, principalmente no Estado de São Paulo, que passou a ser o principal centro produtor de álcool do país. A paisagem da cana então se expandiu no território paulista.

No governo Quérzia (1987-1990), houve uma diminuição de incentivos e subsídios ao PROÁLCOOL e, a partir dessa data, o que se observou na região de estudo foi a expansão dos grupos produtores tradicionais, aumentando e concentrando a produção. Na década de 90, essa expansão continuou, principalmente com a instalação de unidades industriais filiais já existentes e com a transformação das destilarias autônomas – que só produziam álcool – em unidades também produtoras de açúcar.

Assim, se reorganizaram as áreas rurais e se aprofundaram as especializações de produção agrícola. Essa expansão da produção do álcool no Estado de São Paulo, a partir dos anos 70, é muito clara espacialmente na área de estudo, principalmente nos municípios de Sertãozinho, Pontal, Jardinópolis, Ribeirão Preto, Dumont, Barrinha, Pradópolis, Cravinhos, Araraquara e Américo Brasiliense. Os mapas ²² a seguir mostram claramente a proporção das áreas de plantio de cana-de-açúcar na região citada, no período de 2010.

22 Esses mapas foram realizados a partir do projeto “CANASAT” do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, juntamente com outras instituições de pesquisa. Esse projeto fornece informações sobre a distribuição espacial da área ocupada com cultivo de cana-de-açúcar através de imagens de sensoriamento remoto, obtidas por satélites a cerca de 800 km de altitude do solo. Os mapas estão disponíveis na Internet no site do Canasat: <<http://150.163.3.3/canasat/intro.php>>. Acesso em 10 nov. 2010.

Mapa 15: Mapeamento da área de estudo, mostrando a área ocupada pela cana-de-açúcar. Mapa criado por Donoso (2010), conforme fontes: GOOGLE EARTH, mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010) e Projeto CANASAT – mapeamento da cana via satélites de observação da Terra (2009).

Essa grande paisagem formada pelas plantações de cana-de-açúcar faz, dessa forma, parte do cotidiano dos habitantes desses municípios e a interação visual entre as áreas urbanas e as áreas rurais é muito clara. Em Ibaté (SP), por exemplo, no bairro do Jardim Cruzado, muitos moradores do bairro trabalham no emprego sazonal da colheita da cana-de-açúcar.

É preciso salientar a problemática da saúde do trabalhador rural da cana-de-açúcar. O cortador de cana realiza um trabalho árduo, que o expõe a toda sorte de intempéries, como a maioria dos trabalhadores rurais, além de acidentes com animais peçonhentos que estejam na lavoura, risco de acidentes com os instrumentos de trabalho, intoxicações por agrotóxicos e inúmeros problemas cardiorrespiratórios derivados da queima da cana-de-açúcar, já que ela ocorre algumas horas antes do corte da cana pelos trabalhadores. Além disso, o trabalhador enfrenta uma jornada de trabalho extremamente intensa, muitas vezes com roupas e equipamentos de proteção inadequados, e um transporte para o local de trabalho em veículos inapropriados e com manutenção precária.

No contexto da reestruturação produtiva sucroalcooleira, a mecanização do corte da cana tem sido justificada como medida de proteção aos trabalhadores rurais. As colhedeiras mecânicas contribuem para diminuir as cargas de trabalho físico, mas acentuam a carga laboral psíquica e fisiológica e causam outros problemas de saúde, como a exposição à poeira e ao ruído das máquinas.

Existe uma tendência de aumento do corte mecanizado da cana crua, devido à pressão do poder público e da sociedade, principalmente devido à prática de queimadas. Essa tendência de mecanização não ocorre apenas devido à preocupação com o meio ambiente e com os trabalhadores rurais, mas também pelas vantagens econômicas das colhedeiras mecânicas. Porém, até o momento, mesmo com a pressão social e legal contra a prática do corte da cana queimada, a mecanização ainda não predomina na área de estudo, por uma provável questão de racionalização do uso da máquina.

Figuras 17 e 18: Acima e abaixo, Bairro Jardim Cruzado, em Ibaté (SP). Fotografias da autora, de janeiro de 2011.

Figuras 19 e 20: Américo Brasileiro: acima, limite da área urbana e, abaixo, área rural. Fotografias da autora de junho de 2011.

Figura 21: Área de plantio de cana-de-açúcar, vista pela Rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318), na altura do km 269 sul. Fotografia da autora, de janeiro de 2011.

A cana-de-açúcar é a cultura com maior predomínio na cobertura das terras da área estudada, mas também são importantes as áreas de pastagem, de culturas anuais, de fruticultura, de silvicultura e de cafeicultura.

Figura 22: O município de Rincão. Fotografia da autora, de junho de 2011.

Figura 23: Área de silvicultura - International Paper no município de Luiz Antônio. Rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318). Fotografia da autora, de janeiro de 2011.

Figura 24: Área rural entre o município de Luiz Antônio e Ribeirão Preto, na beira da rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318). Fotografia da autora, de janeiro de 2011.

Figura 25: Área rural na beira da rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318) na altura do km 257 sul. Fotografia da autora, de janeiro de 2011.

Também faz parte da análise do sistema de espaços livres regionais a vegetação natural constituída, sobretudo, pela vegetação ripária (mata ciliar e de galeria, várzeas, entre outros) e outras áreas remanescentes de vegetação natural (remanescentes florestais e de cerrados) e os corpos d'água. Na área de pesquisa, as áreas remanescentes de vegetação natural em geral se apresentam como pequenas manchas isoladas no meio de áreas rurais e urbanas, com exceção das áreas de vegetação ripária, que se encontra em áreas mais contíguas. Essa vegetação se concentra hoje principalmente nas várzeas dos rios mais importantes da região: Pardo, Mogi-Guaçu e Sapucaí-Mirim.

Figura 26: Área remanescente de vegetação natural no meio de área rural. Rodovia Thales de Lorena Peixoto Jr (SP-318). Fotografia da autora, de janeiro de 2011.

A paisagem fluvial possibilita inúmeras práticas de lazer: caminhar ao longo do rio para contemplação, ter acesso físico às águas ou pescar. O uso dessas áreas não se dá apenas pela população local, mas também por grupos vindos de outros municípios.

O uso da água para contemplação e lazer ocorre apenas nas áreas rurais e nos municípios próximos ao rio Mogi-Guaçu. Infelizmente, em áreas urbanas, os rios, córregos e riachos não participam do cotidiano da população. Sabe-se da importância dos cursos d'água para estruturar a drenagem urbana, mas infelizmente são poucas - e inexistentes na área de pesquisa - as inserções paisagísticas dos rios urbanos no dia a dia da população e continua o conflito entre processos de urbanização e processos fluviais, pelos quais frequentemente se alteram drasticamente cursos de rios, ou se adota a postura extremista de desaparecer por completo com o curso d'água da paisagem urbana.

Figuras 27, 28 e 29: O Rio Mogi-Guaçu no município de Guataporá. Fotografias da autora, de maio de 2010.

FRIDA

T.D.V.

Figura 30: Parque Balneário da Prainha do Tamanduá, em São Simão, inaugurado em 1992, que apresenta grande uso pela população do município, mas pouquíssima preocupação com manutenção das suas áreas e infraestrutura por parte da gestão municipal. Fotografia da autora, de setembro de 2010.

Figuras 31 e 32: Rio urbano no município de São Simão, que foi canalizado e encontra-se confinado entre bairros habitacionais que viram as costas para o seu leito. As águas do rio apresentavam certo nível de poluição. No mesmo município, praças e parques se apresentam em perfeitas condições, com paisagismo planejado e mantido pela municipalidade, o que demonstra a atenção municipal para alguns elementos da paisagem, embora outros sejam esquecidos. Fotografias da autora, de setembro de 2010.

4.3 O sistema de espaços livres nos municípios com menores índices populacionais

145

Os aspectos da paisagem urbana dos municípios estudados - com exceção dos maiores municípios da área de estudos (São Carlos, Ribeirão Preto e Araraquara) - são de áreas urbanas consolidadas, com poucas áreas de expansão novas, e com grande relação com a paisagem rural.

Algumas relações encontradas nos municípios se destacaram na análise, como a relação da área urbana com a ferrovia, encontrada principalmente nos municípios de Américo Brasiliense, Santa Lúcia e Rincão. Nesses municípios, a ferrovia tem papel importante no cotidiano das pessoas, pois está presente na área central da cidade e é ponto de travessia constante.

Figuras 33 e 34: À esquerda, cruzamento da linha férrea em Américo Brasiliense (SP) e, à direita, em Santa Lúcia (SP). Fotografias da autora, de junho de 2011.

Figura 35: Cruzamento da linha férrea em Rincão. Fotografia da autora, de junho de 2011.

Em relação à qualidade dos espaços livres públicos e da infraestrutura urbana, foram encontradas situações variáveis nos casos estudados. É preciso ressaltar que o município de Ibaté tem se destacado na região em termos de políticas públicas urbanas, visto que a administração local tem promovido melhorias em todos os aspectos da vida da população: no sistema de saúde, na infraestrutura urbana, no asfaltamento de todas as vias do município, na implantação de sistema de coleta e tratamento de lixo reciclável, na construção de equipamentos esportivos e de praças em todas as áreas da cidade, entre outras, que se fazem sentir ao visitar o município e conversar com a população.

Figura 36: Construção de uma praça em bairro popular de Ibaté. Fotografia da autora, de fevereiro de 2011.

Figuras 37 e 38: O recém inaugurado parque "Parrelão", em Ibaté, que conta com equipamentos esportivos e de lazer diversos para o uso da população, como quadras esportivas, áreas para skate, brinquedos infantis, equipamentos para exercícios físicos e cancha de bocha. Fotografias da autora, de fevereiro de 2011.

Já o município de Rincão apresenta situação contrária: apesar de a cidade se encontrar em um rico sítio natural, cercado por morros e diversos cursos d'água, com grande potencial ambiental, o município apresenta diversos problemas, tanto ambientais, quanto sociais. A exploração mineral foi muito severa ali, principalmente na região do bairro Taquaral, distante cerca de 20 km do centro da cidade, com aproximadamente 1.500 habitantes, em sua maioria vivendo da extração de areia e argila.²³

Guataporã também não apresenta situação de destaque em termos de melhorias urbanas. Foi a partir da década de 90 que se construiu a primeira escola municipal, um posto de saúde, e se instalaram iluminação pública e asfalto, mas a infraestrutura do município, apesar de recente, ainda é precária. Porém, algumas melhorias têm sido feitas pela administração local, com investimentos na área de saúde, educação e infraestrutura urbana, com asfaltamento de vias e criação de tratamento de esgoto pelo Projeto “Água Limpa” pelo governo do Estado de São Paulo.²⁴

Já Luiz Antônio apresenta boas iniciativas do poder público, que tem investido amplamente em melhorias nas áreas de saúde, educação, esportes e meio ambiente. Todas as ruas do município são asfaltadas, há coleta e tratamento de esgoto e a cidade apresenta usina de reciclagem de lixo. Na questão da educação, o transporte escolar, dentro e fora do município, é gratuito e, além do ensino formal, a cidade também conta com escolas públicas de música e de dança. A prefeitura mantém o CACE - Classe de Atendimento à Criança Excepcional. (ABAG/RP, 2003).²⁵

O município possui a Estação Experimental de Jataí (EEJ), do Instituto Florestal, que desempenha importante papel social e ambiental para a cidade, além de ser um local de intensa utilização para pesquisas biológicas, tendo uma sede de pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.

Assim, boas políticas públicas urbanas são os diferenciais para a realização de melhorias urbanas e sociais. Não é necessário ter um PIB elevado para prover boas iniciativas do poder público, basta uma condição econômica mediana e boas políticas e iniciativas, que implicarão melhores condições ambientais e de qualidade de vida urbana.

23 Fonte: Prefeitura Municipal de Rincão. Disponível em: <http://www.rincao.sp.gov.br/index.html>>. Acesso em 13 de setembro de 2010.

24 O Programa Água Limpa foi criado pelo Governo do Estado em 2005 e visa à construção de redes coletoras e Estações de Tratamento de Esgoto, de preferência pelo sistema de lagoas de estabilização, em municípios com população urbana até 50 mil habitantes que ainda jogam seus esgotos sem tratamento em córregos e rios e não são atendidos pela Sabesp.

25 Informações disponíveis pelo site da ABAG/RP (Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto). Disponível em: <http://www.abagrp.org.br/>>. Acesso em 13 de setembro de 2010.

Nos municípios com menores índices populacionais, mas com dinâmica econômica forte, destacam-se os projetos sociais e as melhorias urbanas, desenvolvidos a partir de parcerias entre a administração municipal e as grandes empresas/indústrias do município. Essas parcerias são derivadas das posturas atuais de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, condicionadas pela pressão de regulamentações, que fazem com que a sociedade atual reconheça cada vez mais a responsabilidade ambiental e social como valor permanente.

Destacam-se os projetos desenvolvidos por algumas usinas, como a Usina São Martinho em Pradópolis, que participa de vários projetos sociais, ambientais e educacionais da cidade e abriga também um Centro de Educação Ambiental, que recebe estudantes e professores da região e mesmo de todo o Estado. Além disso, a usina administra um viveiro de mudas, que produz árvores nativas. Nos projetos educacionais da empresa, destaca-se o projeto de capacitação de jovens para o primeiro emprego.

As relações sociais nos municípios com menores índices populacionais ocorrem principalmente nas praças públicas e nas ruas, principalmente em frente das residências. Esse costume do vivenciar a rua é facilmente verificável pela grande presença de bancos e cadeiras na frente das residências e dos estabelecimentos comerciais.

Figuras 39 e 40: Distrito de Água Vermelha, município de São Carlos (SP). Fotografias da autora, de maio de 2010.

Figura 41: Convívio na rua em um bairro de Ibaté (SP). Fotografias da autora, de fevereiro de 2011.

4.4 O uso do espaço livre da rua na área de pesquisa

A rua, um dos principais espaços públicos onde se realiza a vida urbana, assume importante papel para o estudo do cotidiano das pessoas a partir dos diferentes momentos históricos e das particularidades de cada lugar.

A dependência excessiva dos automóveis particulares estipulou, no país, um planejamento das cidades em busca de uma maior facilidade para a circulação veicular, o que quase sempre coloca o pedestre em plano secundário. A circulação de veículos precisa de fato ser considerada nos projetos e planejamentos urbanos, mas igualmente devem ser privilegiadas intervenções que possibilitem um ambiente adequado à circulação e à manutenção de atividades que possam gerar um sentido social e que criem maior vínculo com o espaço urbano.

Nos municípios menores dentre os estudados, ainda é possível verificar um grande uso das ruas por pedestres e ciclistas para lazer, possibilitado pelo baixo fluxo de veículos e por uma cultura de vizinhança e pertencimento do espaço público pelos moradores. Em cidades maiores, onde o trânsito é mais intenso, as relações sociais entre vizinhos são menos frequentes, a questão da violência urbana é mais discutida e usar a rua para lazer não é tão frequente.

Nos empreendimentos de loteamentos fechados e condomínios residenciais, essa relação da rua como espaço para crianças brincarem, vizinhos se socializarem e adultos praticarem esportes é retomada como estratégia de venda, já que o ambiente fechado e vigiado possibilita o uso da rua sem preocupação com violência urbana ou trânsito excessivo.

A rua é uma referência da cidade, marcada pelas práticas e usos do seu espaço, os quais estão diretamente relacionados à prática social, o que de certa maneira auxilia a analisar uma sociedade a partir do ritmo e do sentido da vida cotidiana em seu espaço.

A apropriação do espaço urbano só ocorre a partir do momento em que há uma identificação dos indivíduos com um espaço em particular. A intensificação do ritmo de vida, a banalização de espaços e eventos e a fragmentação de espaços modificam as práticas sociais no meio urbano, as quais em muitos casos brasileiros passam a ocorrer cada vez mais em espaços internos de empreendimentos, que transformam o momento social de uma antiga exterioridade para uma interioridade.

Na área de pesquisa, mesmo em cidades maiores, como São Carlos, ainda se encontram bairros onde a rua é utilizada pela população como local de lazer, como no bairro da Vila Prado. A Rua

Dr. Teixeira de Barros, popularmente conhecida como Rua Larga, é uma das ruas principais desse bairro, com ampla e frequente utilização do seu espaço principalmente pelos moradores da região.

O bairro Vila Prado foi um dos primeiros bairros operários a surgirem no espaço urbano da cidade de São Carlos, anteriormente aos anos 1920. Foi a partir da instalação da ferrovia e da construção da estação ferroviária, a sudoeste do núcleo urbano inicial, que se iniciou a urbanização dessa área da cidade.

Figura 42: O surgimento do bairro Vila Prado na cidade de São Carlos (SP). Imagem realizada por Verônica Donoso (2008) a partir de dados do Plano Diretor do Município de São Carlos (2005).

Os moradores que formaram o bairro eram na maioria operários, além de comerciantes, funcionários públicos e trabalhadores rurais, que foram atraídos pela diversificação das atividades urbanas.

Hoje são vários os bairros existentes além da linha férrea, tendo sido a Vila Prado, juntamente com a Vila Isabel, um dos primeiros a iniciar o eixo de expansão da cidade no início dos anos 1900, extrapolando o obstáculo da ferrovia.

A partir da consolidação da área além da linha férrea, a zona de comércio central da cidade, que ocorria na principal avenida da cidade, a Avenida São Carlos, passou também a se desenvolver nos bairros que se consolidavam na área. Naquela época, nos anos 60 - 70, o comércio que se encontrava na Avenida São Carlos constituía-se de estabelecimentos comerciais mais refinados, enquanto que as atividades de comércio nos demais bairros eram mais populares (BORTOLUCCI, 1999, p. 31). A partir dos anos 80 e 90 ocorreu maior diversificação das atividades comerciais nos bairros.

O comércio se iniciou na Rua Larga na década de 70 - 80, a partir de lojas de moradores do bairro, pequenas *boutiques* e armazéns. A partir da década de 90 e do início dos anos 2000, esse comércio aumentou e se modificou.

O aspecto que insere a Rua Larga nessa análise é a utilização do seu espaço pelos moradores dos bairros das proximidades, e mesmo de moradores de áreas mais afastadas da cidade. A rua configura-se hoje por um canteiro central, com mobiliário urbano simples - apenas bancos e postes de iluminação baixos, e apresenta árvores de médio porte.

Figura 43: Moradores da Rua Larga. Utilização do espaço da rua para receber visitas e confraternizar com a vizinhança. Fotografia realizada pela autora no dia 08 de janeiro de 2008, uma terça-feira, às 20 horas.

Ao longo do canteiro central da rua, diversas pessoas se encontram em momentos de lazer, seja para a prática de atividades esportivas, seja para passear com seus animais de estimação e com a família. A frequência de utilização aumenta nos fins de semana, principalmente devido ao comércio de sorveterias, bares e lanchonetes ao longo da rua.

Essa utilização da Rua Larga começou principalmente a partir do surgimento do comércio da área, que auxiliou a consolidá-la como um todo. Na década de 90, o espaço da rua era ainda mais utilizado do que nos anos 2010, mas esse uso tem diminuído ao longo dos dias da semana, embora continue intenso aos fins de semana. Porém, esse é um bairro que ainda causa forte identidade em seus moradores, o que cria um sentimento de pertencimento em relação ao espaço público e que faz com que este seja o lugar favorito para encontros e para a atividade social.

A forte história do bairro já auxilia a criar esse sentimento de pertencimento e de identidade entre seus moradores, e a sua utilização cotidiana, que era feita desde o início da criação do espaço físico da rua, hoje permanece na memória dos moradores do bairro, que ainda mantêm a “tradição” de frequentar as ruas e manter práticas de sociabilização em seu espaço.

Também em Ribeirão Preto acontece uma situação particular de uso da rua para convívio social. A expansão territorial da cidade de Ribeirão Preto desde os anos 1900 seguiu principalmente os vetores norte, leste e oeste, enquanto que o vetor sul teve um crescimento menos acelerado. Esse processo de expansão, principalmente a partir dos anos 50, ocorreu num processo simultâneo de crescente verticalização e simultânea periferização da cidade. Em 2010, a área urbana ocupa um espaço que abrange principalmente as direções noroeste e

sudeste, onde se encontram populações tanto de baixa como de alta renda e, na direção sudoeste, uma área nobre da cidade, tradicionalmente residencial, onde se encontra um grande número de empreendimentos de alto padrão.

Nas regiões sul e sudoeste, encontram-se os bairros Ribeirânia, Jardim Canadá e City Ribeirão, que foram planejados para serem pouco adensados, seguindo o padrão tradicional dos bairros jardins, e pensados para uma população de maior poder aquisitivo. Encontram-se nessa região o Ribeirão Shopping, um dos principais shoppings da região, inaugurado em 1981, vários condomínios fechados e empreendimentos verticais habitacionais e empresariais, todos de alto padrão.

Na região sudoeste, também se encontra a Avenida Professor João Fiusa, que apresenta um ambiente particular. O ambiente físico da rua foi um investimento da iniciativa particular em criar uma configuração agradável aos olhos dos usuários e dos investimentos. Nessa rua, e mesmo em toda a região sudoeste do município, encontram-se diversos empreendimentos fechados horizontais e verticais, majoritariamente habitacionais. Apesar desse fato, há uma forte utilização da Avenida João Fiusa pelos moradores da região e da cidade como um todo, o que se configura como um caso muito particular da influência de empreendimentos de alto padrão no espaço urbano e social.

A utilização do espaço da rua pelas pessoas na Avenida João Fiusa ocorre principalmente pela prática de atividades esportivas, como a caminhada e a corrida. Devido a isso, o fluxo de pedestres nas calçadas aumenta em alguns horários em particular, como no período matutino, a partir das 7 horas, e principalmente no fim da tarde, a partir das 18 horas.

O fato de o espaço da avenida ter sido planejado de maneira a proporcionar calçadas amplas, com uma arborização constante e com uma maior preocupação com os pedestres auxilia e influencia o uso frequente de seu espaço físico. Obviamente um local que é agradável estimula uma maior aproximação e utilização. A utilização da Avenida Prof. João Fiusa é feita por um grupo de pessoas que partilha de hábitos e interesses semelhantes, o que de certa maneira auxilia a pensar as características de uma identidade social desse grupo. Essas pessoas podem tanto ter aquisições econômicas similares quanto simplesmente partilhar um mesmo gosto por uma atividade ou hábito cotidiano, o que faz com que elas aproximem-se e identifiquem-se tanto socialmente enquanto grupo, quanto fisicamente no espaço urbano.

Figura 44: A Avenida Professor João Fiusa, Ribeirão Preto (SP). Fotografia realizada pela autora em 30 de janeiro de 2008, às 19 horas.

Também não se pode descartar o fato de que atualmente há um aumento da preocupação mundial em relação à “melhoria da qualidade de vida” como um todo, como por exemplo, através da preocupação coletiva em diminuir os impactos ao meio ambiente e da preocupação individual em realizar práticas que melhorem a qualidade da vida pessoal. Um exemplo dessa preocupação individual se dá a partir do estímulo à inclusão de hábitos saudáveis em práticas cotidianas, como a prática de uma atividade física.

Apesar do grande número de condomínios fechados na região da Avenida Prof. João Fiusa, e da provável utilização do espaço interno do condomínio por seus moradores, a rua em questão ainda é muito utilizada por eles. Essa situação caracteriza e particulariza esse espaço no sentido da análise da apropriação do espaço e estimula a reflexão sobre como se dão as práticas sociais no espaço urbano contemporâneo, tão diversas e possíveis.

4.5 Gestão dos SELs em São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto

4.5.1 São Carlos

154

São Carlos conta com poucos parques em seu território, localizados principalmente na região norte e nordeste do município.

Na região nordeste, encontram-se o Horto Florestal Municipal "Navarro de Andrade", o Parque Ecológico "Dr. Antonio Teixeira Viana" e uma Pista de Saúde com cerca de 2,5 km para prática de atividades esportivas.

Na região norte, como já se relatou anteriormente, encontra-se o Parque Eco Tecnológico Damha, cujo parque - de acesso restrito - apresenta áreas reflorestadas, represas e trilhas, um campo de golfe oficial com dezoito buracos e campo com nove buracos, Sede do Clube de Golfe, com infraestrutura de restaurante e futura hotelaria, Centro Hípico completo, criadouro de animais exóticos, como avestruzes e pavões, viveiro, Centro de Eventos, além dos condomínios residenciais fechados Damha I, Damha II, Village I, Village II, que totalizam 1564 lotes.

O sistema viário de São Carlos tem o seu traçado originado de antigas estradas, que, com o passar dos anos, tornaram-se vias estruturadoras do município. Porém, a falta de diretrizes viárias que se seguiu por diversos anos fez com que o sistema viário fosse marcado pela descontinuidade, principalmente até a década de 90. Posteriormente, com a delimitação de diretrizes viárias para o surgimento de novos loteamentos, essa característica se amenizou.

Uma solução viária de implantação de avenidas marginais foi utilizada no município de São Carlos, tendo sido implantada na década de 70 e 80. O projeto previa um anel viário traçado por intermédio dos rios que cortam o município. Entretanto, o sistema do anel viário não foi inteiramente executado, pois o seu projeto entra em conflito com as Áreas de Preservação Permanente dos córregos urbanos, além das áreas próximas às margens dos córregos terem sido ocupadas pela expansão urbana, o que dificultou a fluidez do sistema viário e criou trechos críticos em relação ao combate de enchentes e erosões de encostas à preservação ambiental dos córregos.

Apesar disso, grande parte do anel viário foi implantado, privilegiando o transporte veicular, com poucos benefícios aos pedestres e ciclistas. As calçadas nas avenidas marginais, quando existentes, são pequenas e inadequadas aos pedestres, além da manutenção delas deixar a desejar. Os ciclistas têm ainda menos espaço nas avenidas marginais, assim como ocorre em toda a cidade de São Carlos, onde eles precisam dividir espaço com os veículos, inclusive em vias de maior velocidade.

Figuras 45 e 46: A Avenida Trabalhador São-carlense (Marginal), defronte à Universidade de São Paulo (campus 1). A foto 45 foi tirada em fevereiro de 1989, olhando da Universidade (em local onde hoje está o curso de Arquitetura e Urbanismo) em direção ao bairro, antes da canalização do córrego. A foto 46 foi tirada em março de 2011, olhando do bairro para a Universidade. Fotografias: José Pedro Donoso Gonzalez.

O centro da cidade, linear, é formado pela Avenida São Carlos e suas ruas paralelas, no entorno da Catedral Municipal e do Mercado Municipal. Na região central da cidade, encontram-se alguns espaços livres muito utilizados pela população, como as praças centrais, os espaços com equipamentos esportivos, as áreas para os comerciantes informais e o mercado municipal, cuja praça é ocupada frequentemente para eventos organizados pela municipalidade, como festas populares e eventos festivos tradicionais.

Figuras 47 e 48: À esquerda, a região central de São Carlos. À direita, a praça Paulino Botelho e a praça do Mercado Municipal. Fotografias de José Pedro Donoso Gonzalez, de março de 2011.

Figuras 49 e 50: À esquerda, a região central de São Carlos com o centro esportivo “Dario Placeres Cardoso Junior”, aberto a toda população e, à direita, o “camelódromo”, formado por boxes que abrigam as atividades de comércio exercidas por terceiros em áreas públicas. Fotografias de José Pedro Donoso Gonzalez, de março de 2011.

As outras regiões da cidade apresentam praças formais e informais que atendem à população local. Um bom exemplo é a praça criada no antigo Kartódromo da cidade, muito utilizada pela população que procura um espaço para a prática de atividades ao ar livre, tanto esportivas quando recreativas. O uso da praça se intensifica no período noturno, já que, devido às árvores ainda estarem em crescimento, durante o dia a praça não apresenta muitas áreas de sombra, o que dificulta o uso em dias de sol intenso.

Figuras 51 e 52: Prática de atividades esportivas na praça do Kartódromo, em São Carlos (SP). Fotografias da autora, realizada em fevereiro de 2011.

Considerando a situação atual da expansão urbana e dos espaços livres da cidade de São Carlos, realizou-se o mapa síntese do sistema de espaços livres do município.

Mapa 16: Mapa síntese do sistema de espaços livres de São Carlos-SP. Mapa criado por Verônica Donoso (2011), conforme GOOGLE EARTH mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010).

Desde 2001 até 2011, o município de São Carlos tem apresentado uma gestão preocupada com a melhoria do espaço urbano, oferecendo para a população melhores áreas de lazer e mais atividades culturais.

Em relação aos projetos de espaços livres, destacam-se aqueles realizados nas áreas centrais do município, além dos projetos ainda não implantados dos Parques Lineares ao longo da Avenida Marginal. O projeto de requalificação do centro pretende criar um circuito de passeios públicos e um sistema de áreas livres. Alguns projetos desse planejamento urbano e paisagístico já foram realizados ou estão em fase de implantação, como a Praça do Mercado Municipal, que teve a área externa do projeto realizada, e a Praça Pedro de Toledo, que teve alguns dos itens do projeto executados, como o Orquidário Municipal.

Figura 53: Pôster do “Boulevard São Carlos”, projeto de requalificação do centro de São Carlos. Projeto do Studio Ilex Arquitetura e Paisagem e Apoara Arquitetura e Planejamento. Fotografia de José Pedro Donoso Gonzalez, realizada em março de 2011.

Figura 54: O Orquidário Municipal, na Praça Pedro de Toledo, que ainda se encontra em obras, e que foi inaugurado pela Prefeitura em 2008. Fotografia de José Pedro Donoso Gonzalez, realizada em março de 2011.

Outra iniciativa da gestão municipal de São Carlos foi a criação do programa “IPTU Verde”, em 2007, cuja legislação estabelece desconto de até 4% no pagamento do imposto para os imóveis que mantenham em seus lotes áreas permeáveis e árvores plantadas na calçada. Para incentivar o plantio de árvores, a Prefeitura fornece mudas vegetais gratuitamente, tanto de espécies nativas quando ornamentais e frutíferas, que são cultivadas no Horto Municipal. Cada morador tem direito a duas espécies vegetais por mês e a própria prefeitura faz a entrega da muda, fornecendo instruções para o plantio. Essa iniciativa faz parte do projeto da municipalidade de reduzir o déficit de árvores no município e em muito contribui para o sistema de áreas livres.

4.5.2 Araraquara

Araraquara foi uma das cidades brasileiras pioneiras na instalação de um processo de planejamento urbano, anterior ao Plano Diretor, na década de 40. Esse planejamento foi desenvolvido graças às lideranças locais em parceria com o poder público para debater sobre destinos de áreas urbanas e suas regras de ocupação, com elaboração de propostas para serem realizadas.

Em 1955, o poder público municipal criou uma comissão para elaboração do Plano Diretor e, em 1961, através do Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, foi encaminhado um modelo de legislação que visava a elaborar uma estrutura local de planejamento para a elaboração dos Planos Diretores. Em 2005, foi aprovado o Plano Diretor de Diretrizes e Políticas Urbanas e Ambientais (PDDPUA), elaborado a partir do Estatuto da Cidade.

A hidrografia do município de Araraquara está relacionada às bacias hidrográficas dos rios Jacaré-Guaçu (afluente do rio Tietê) e Mogi-Guaçu (afluente do rio Pardo). O abastecimento público do município é feito principalmente a partir dos recursos hídricos do ribeirão das Anhumas, pertencente à bacia do rio Mogi-Guaçu, que se configura, dessa forma, como uma bacia de grande importância para o município.

Araraquara se destaca na área de estudo principalmente pela sua arborização urbana, que se faz notar especialmente nas áreas centrais e nos bairros adjacentes.

Cabe salientar que, até o século XIX, a vegetação nas cidades brasileiras não tinha a importância nem suscitava a preocupação dos dias atuais, pois se valorizava o espaço urbano construído em

oposição à imagem do rural e dos elementos da natureza. Com a chegada da família real ao Brasil, vieram os primeiros jardins públicos e privados voltados para o lazer, principalmente em grandes centros do país, como o Rio de Janeiro.

Nas cidades que tiveram desenvolvimento e enriquecimento associados à cafeicultura, como Araraquara, surgiram praças, jardins e parques arborizados, com influência dos padrões europeus de concepção paisagística.

Assim, as áreas destinadas ao lazer inicialmente foram associadas à presença do verde. As praças surgiram então como locais preferidos para a prática de lazer e convívio social.

Figura 55: Foto histórica do município de Araraquara-SP. Vista do jardim da Igreja Matriz de São Bento em 1926. Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Araraquara-SP.

Figura 56: Foto histórica do município de Araraquara-SP. Vista de um concerto em uma praça. Sem data. Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Araraquara-SP.

O processo de arborização urbana em Araraquara ficou marcado pelo plantio de oitis na Rua Voluntários da Pátria - também conhecida pelos munícipes como Rua “Cinco”, ou Bulevar dos Oitis. Essas árvores, vindas do Rio de Janeiro, foram plantadas no início do século XX. Atualmente as árvores se encontram preservadas, recebem poda especial e receberam iluminação ornamental, com luminárias que remetem à década anterior e refletores com iluminação da cor verde para dar destaque às folhagens. O calçamento original, com paralelepípedos de granito, também foi preservado.

Figura 57: O Bulevar dos Oitis em Araraquara. Fotografia da autora, de junho de 2011.

Figura 58: Conexão entre o Bulevar dos Oitis e a Praça Central em Araraquara. Fotografia da autora, de junho de 2011.

Figuras 59 e 60: Arborização viária tradicional em Araraquara, em 1929 e em 2011, respectivamente. Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Araraquara e fotografia da autora, de junho de 2011.

Também no início do século XX foram arborizadas outras ruas do centro da cidade, a partir de tipuanas - que já foram na maioria removidas - e alfeneiros - ainda presentes em algumas ruas do centro.

O município apresenta uma boa quantidade de praças municipais, concentradas não apenas nas áreas centrais, mas em diversos bairros. Considerando a grande quantidade de praças e as ruas extremamente arborizadas, o município apresenta uma boa quantidade de áreas verdes por habitante. Porém, essa distribuição se apresenta de maneira desigual no território, com privilégio de áreas centrais e bairros adjacentes, enquanto que alguns bairros mais afastados do centro praticamente não apresentam arborização ou praças municipais bem cuidadas. O município ainda não apresenta um plano de arborização consistente, que faça com que os diversos bairros possam ser privilegiados.

A arborização urbana é uma das principais qualidades do município, o que se destaca inclusive pelo olhar e pelo cuidado com a vegetação por parte da população local, há também dois parques urbanos com dimensões consideráveis, o parque do Pinheirinho e o parque do Basalto. Ambos estão localizados em bairros predominantemente residenciais e apresentam diversas áreas de lazer, inclusive trilhas e cachoeira no parque do Basalto. Também é comum que a população local e de outros municípios procure fazendas e propriedades particulares rurais para lazer, principalmente em busca de cachoeiras, reservas naturais e lagos para pesca e recreação, o que ocorre também no município de São Carlos. Também se destacam as opções de lazer proporcionadas por clubes recreativos nesses dois municípios, com destaque para os clubes com atividades náuticas, como o Clube Náutico Araraquarense e o late Clube São Carlos.

Figura 61: Terreno baldio no bairro Jardim Eliana em Araraquara (SP), com plantio de flores, o que revela a preocupação dos moradores com o paisagismo urbano. Lamentável a presença de lixo no terreno. Fotografia da autora, de junho de 2011.

Outra questão que se destaca no município de Araraquara e também em São Carlos é a quantidade de vazios urbanos, resultantes de uma estratégia de estoque de terras pelo setor imobiliário. Esses vazios adquirem peso na estrutura da cidade e no próprio dinamismo do mercado imobiliário local e estão associados a uma estratégia de continuidade da estrutura de poder local e de monopólio de terras. O próprio processo especulativo conduzido pelo mercado imobiliário movimenta a tendência do fenômeno de vazios urbanos, em uma busca incessante pela valorização de terras.²⁶

A partir das informações encontradas, realizou-se o seguinte mapeamento do município de Araraquara em relação ao sistema de áreas livres:

²⁶ Sobre os vazios urbanos em Araraquara-SP, aconselha-se a leitura do trabalho: CINTRA, (2005).

Mapa 17: Mapa síntese do sistema de espaços livres de Araraquara-SP. Mapa criado por Verônica Donoso (2011), conforme GOOGLE EARTH, fonte de mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010).

4.5.3 Ribeirão Preto

O espaço biofísico do município de Ribeirão Preto é extremamente rico, pois cerca de 77,6% da área municipal integra a Bacia Hidrográfica do rio Pardo, rio que faz divisa ao norte de Ribeirão Preto com os municípios de Jardinópolis e Brodósqui, e 22,4% situam-se na Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu.

O leste do município é delimitado pelos ribeirões Tamanduá e Espreado, onde também se encontra a área de recarga do Aquífero Guarani. A oeste, o córrego da Fazenda Caçununga faz limite do município de Ribeirão com Dumont e, ao Sul, encontram-se os ribeirões da Onça e Jaboticabal, que fazem limite com o município de Guataporã.

Sobre a geomorfologia do município, este se situa no reverso das Cuestas Basálticas, com altitude variando de cerca de 510m na margem do rio Pardo, próximo ao limite com o município de Sertãozinho, a cerca de 800m a oeste, na divisa com Cravinhos.

Em relação à vegetação, Ribeirão Preto apresentou em 2003 somente 3,8% da vegetação natural, segundo Henriques (2003). A pesquisadora apontou que a maior parte da vegetação natural do município foi suprimida antes de 1962, devido à expansão dos plantios de café, principalmente nas regiões sul e oeste da cidade.

A supressão da vegetação original, em toda a História de Ribeirão, foi associada a ciclos econômicos, primeiramente com o cultivo do café e, em um segundo momento, associada à cana-de-açúcar e à urbanização da cidade.

Segundo Henriques (2003), entre 1962 e 2000, houve a redução de 70,09% da vegetação natural de Ribeirão, que cedeu lugar à cana-de-açúcar. O plantio da cultura ocupou principalmente a região leste da cidade naquele período. Com a expansão da cana-de-açúcar, houve drástica redução da vegetação do cerrado na região leste, onde se encontra a recarga do aquífero Guarani. Para a autora, somente manter áreas de reserva da vegetação original não é suficiente, é preciso também estabelecer prioridades e mecanismos que garantam tanto a conservação do que ainda existe quanto prioridades que permitam o manejo para melhorar as condições existentes. A autora afirma ainda que o reflorestamento e o enriquecimento de áreas degradadas com espécies nativas podem contribuir para a recuperação da vegetação florestal da cidade.

Cabe ressaltar que Ribeirão Preto apresenta espaços livres mal distribuídos no território e que apresentam também diferenciações quanto à infraestrutura e à vegetação em relação a bairros centrais e periféricos.

Em relação aos parques do município, existem atualmente sete parques municipais abertos ao

público, sendo que os mais utilizados são o Parque Luiz Roberto Jábali (Curupira), na zona sudeste do município, e o Parque Maurílio Biagi, localizado na área central e que foi reinaugurado em 2010.

A zona sul do município é a que concentra os parques mais bem cuidados, como o parque municipal Doutor Luiz Carlos Raya no Jardim Botânico. Já a zona norte apresenta parques e praças com pouca manutenção e equipamentos e infraestrutura que precisam ser substituídos.

A zona leste do município deveria ter proteção máxima da gestão pública, por ser uma área de recarga do aquífero Guarani e que, portanto, deveria ser mantida sempre permeável. Porém, essa é uma área extremamente visada comercialmente e que acaba por ser alvo de pressões da iniciativa privada.

O Gaema (Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente) do Ministério Público Estadual e a Prefeitura de Ribeirão Preto firmaram em 2010 diretrizes para o uso e ocupação do solo na zona leste do município. Entretanto, até 2011 nada havia sido implantado de acordo com essas diretrizes, principalmente em relação aos novos empreendimentos particulares na região.

O IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) mapeou as áreas de risco para o aquífero Guarani em todo o Estado de São Paulo e considerou que os maiores vilões dessas áreas são lixões desativados. Em Ribeirão Preto, os antigos lixões se localizam no Jardim Juliana, no Parque dos Servidores, no Jardim das Palmeiras e às margens da rodovia Abraão Assed. O IPT também colocou algumas lavouras de cana-de-açúcar em áreas de potencial risco para o aquífero, devido ao uso de agrotóxicos nas plantações.

O uso das águas subterrâneas no município é anterior à denominação “aquífero Guarani”, que foi criada e aprovada em 1996 após acordo entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O aquífero Guarani é a maior reserva subterrânea de águas das Américas e uma das principais reservas de água doce subterrâneas do mundo, sendo formado por uma camada de solo poroso de arenito por onde a água penetra e se armazena.

Até 2011, o abastecimento de água de Ribeirão Preto ainda era totalmente dependente da exploração do aquífero, e ações para protegê-lo foram tomadas pela gestão municipal. Porém, apesar disso, o ritmo de crescimento da cidade não é compatível com o ritmo de proteção das águas, e são necessárias estratégias de gestão para o uso racional das áreas de recarga, além do desenvolvimento de um modelo de ocupação no solo compatível com a limitação ambiental.

Com as restrições impostas para o uso do aquífero e o contínuo aumento da população, faz-se necessário pensar em outras opções para o abastecimento de água. Existe estudo pelo Daerp - Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto -, em busca de alternativas para o consumo

de água no município, em tentativa de viabilizar as águas do rio Pardo como fonte de abastecimento. Segundo o estudo, de toda a hidrografia da cidade, composta pelos rios Pardo, Ribeirão Preto e por oito córregos, somente o primeiro tem possibilidade de ser suficiente para o abastecimento.

O município apresenta política de habitação popular, o Programa Moradia Legal, que tem como objetivo erradicar as favelas da cidade. Porém, esse programa ainda é insuficiente, pois, à medida que as antigas favelas são destruídas, novas ocupações surgem. Um exemplo é o caso da favela da Família, formada, em fevereiro de 2011 em área mista do bairro Jardim Salgado Filho, por moradores das antigas favelas Itápolis, Adamantina e Aeroporto. São poucos os moradores que conseguem ser beneficiados com a casa própria, pois o processo de cadastro das famílias até a construção das novas moradias é lento, o que faz com que muitas delas, que se mudaram para uma favela depois do cadastro, fiquem sem local para morar quando se inicia a substituição das favelas por moradias próprias.

Outra importante ação da municipalidade de Ribeirão Preto ocorreu em relação ao controle de enchentes na cidade. Uma das obras que foram feitas para isso aconteceu na Av. Jerônimo Gonçalves, no centro da cidade.

A questão das enchentes em Ribeirão Preto é problema antigo, que se iniciou devido à própria implantação da cidade ao redor dos córregos Ribeirão Preto e Retiro Saudoso, fazendo com que os rios se adaptassem à cidade, e não o contrário. Assim, alterou-se o curso dos rios e córregos, então sinuosos, para uma linha reta, o que aumentou o fluxo e a velocidade das águas. Essa alteração se deu principalmente a partir da instalação de três grandes empresas no município, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e as cervejarias Antártica e Paulista.

Também antes da alteração do curso dos rios houve uma ação da municipalidade que agravou o problema das enchentes, quando, em 1897, foram aterradas as áreas de vazão do Ribeirão Preto, como tentativa de eliminar o mosquito responsável pela febre amarela. Apenas nove anos depois, em 1903, a partir de um novo surto da doença, descobriu-se que o problema não estava na várzea dos rios, mas nos criadouros que existiam nos lixos domésticos. O resultado dessa ação foi a diminuição da área de vazão do rio, que se transformou na atual Praça Francisco Schmidt.

Assim, em 1900, o Ribeirão Preto já se apresentava retificado e praticamente sem mata ciliar em seu entorno. Em 1929, foi feita a primeira grande obra contra as enchentes no município, quando se retificaram outros rios e se aterraram áreas de vazão.

Também há a questão da própria configuração topográfica do município, que faz com que a drenagem das águas ocorra em direção ao centro da cidade.

Uma ação tomada pela municipalidade para combater enchentes foi a ocupação controlada da região sul do município, região de maior expansão da cidade. Essa é a área com maior possibilidade de expansão, mas a impermeabilização desse solo pode agravar a questão das chuvas no centro da cidade. Devido a isso, a legislação municipal colocou limitações e obrigações para os empreendimentos aprovados nessa área.

Antes do Plano Diretor de Ribeirão Preto, aprovado em 1995, a legislação da expansão urbana na zona sul do município era alterada em momentos isolados e de maneira pouco organizada, contando com a participação do poder público e de interesses particulares. A partir do Plano Diretor, passou-se a ter uma visão mais formal sobre como deveriam ocorrer as obras de expansão urbana nesse eixo do município.

A zona sul de Ribeirão Preto, em 2011, já se apresentava totalmente em negociação, com diversos projetos, estudos e prospecções de áreas para expansão urbana, com muitos projetos já aprovados ou em processo de aprovação. Nessa área, concentram-se loteamentos residenciais fechados, edifícios residenciais, edifícios empresariais, centros de compras e outros empreendimentos, todos voltados para uma população de mais alta renda.

Na zona sul de Ribeirão Preto, existem muitos terrenos pequenos, como antigas fazendas e sítios, e poucas propriedades grandes. Isso possibilitou a fragmentação das áreas em loteamentos menores ou condomínios, sendo poucos os empreendimentos de grande porte, como o Alphaville, que ocupa antigas propriedades agrícolas de maior porte.

A legislação para os empreendimentos nessa região de expansão da cidade obriga a prevenção de enchentes a partir de sistemas de retenção de águas, com a construção de bacias de retenção de águas pluviais, chamadas localmente de cacimbas.

O problema das enchentes em Ribeirão Preto não será resolvido, no entanto, somente com a construção de cacimbas nos loteamentos novos. O que poderia ser feito para acabar com as enchentes seria aumentar o espaço do rio em áreas onde o leito deveria ser maior, de maneira que ele tenha mais espaço no período de cheias.

Desde a época em que as enchentes começaram no município até 2011, as ações municipais não foram capazes de acabar com o problema, apenas atenuá-los, pois grande parte das soluções criadas pela municipalidade para o controle das enchentes não ataca as causas do problema, sendo principalmente ações paliativas, emergenciais e pontuais, para que algumas áreas da cidade não sejam mais atingidas pelas águas. O problema apenas muda de lugar, já que a obra, como a executada na Av. Jerônimo Gonçalves, apenas transfere o volume de água extra para um ponto mais a jusante, o que significa que futuramente podem vir a ocorrer novos alagamentos - que antes ocorriam na área central - na região norte do município.

Figura 62: Simulação do resultado da obra antienchente da gestão atual do município de Ribeirão Preto na Av. Jerônimo Gonçalves. Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, disponível em: <<http://www.obrasantienchenterp.com.br/>>. Acesso em 12 de julho de 2011.

Figura 63: Canalização do Córrego Ribeirão Preto, em outubro de 2009. Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, disponível em: <<http://www.obrasantienchenterp.com.br/>>. Acesso em 12 de julho de 2011.

A relação da gestão municipal e dos munícipes em relação às águas sempre foi limitada. Nas áreas urbanas, os rios não são bem-vindos. Ao norte do município de Ribeirão Preto, está o Rio Pardo que, por conta do impacto de indústrias e usinas poluidoras e também da falta de tratamento de esgoto em décadas anteriores, acabou tendo suas águas poluídas, o que afasta o seu uso para lazer. Mesmo assim, na beira do Rio Pardo existem clubes particulares de esportes náuticos, além de diversos bairros com chácaras de recreio e sítios, mas esse uso e o contato da população com o rio ainda é muito incipiente. Além disso, a própria ação municipal ao longo dos anos criou uma barreira entre a cidade e o rio, com a criação de áreas industriais no vetor norte da cidade e com poucas ações visando à melhoria das águas urbanas.

Como a expansão urbana ainda não ocupou muitas áreas ao norte do município poderiam ser feitas ações municipais, a partir da legislação, para transformar a beira do rio em um parque, com áreas de reserva e áreas de uso público. Porém, isso deveria ser feito imediatamente, enquanto ainda existem áreas disponíveis para esse tipo de projeto.

A partir dos dados coletados em relação à situação atual do município de Ribeirão Preto, no sentido da ocupação urbana e dos espaços livres no município, realizou-se o seguinte mapeamento:

Mapa 18: Mapa síntese do sistema de espaços livres de Ribeirão Preto-SP. Mapa criado por Verônica Donoso (2011), conforme GOOGLE EARTH, fonte de mosaico de imagens (imagens de 2003 a 2010).

4.5.4 Mapeamento regional do SEL

A partir das informações coletadas sobre a atualidade dos municípios da área de estudo foi produzido um mapa geral, tomando-se como tema o sistema de espaços livres. Esse mapeamento regional reúne informações sobre o suporte biofísico e os elementos vegetais presentes na paisagem; a paisagem agrícola da cana-de-açúcar; a paisagem da silvicultura; os cursos d'água; as áreas urbanas consolidadas; as áreas urbanas em expansão e as áreas urbanas de sítios e chácaras de recreio, que apresentam uma configuração particular em termos de permeabilidade do solo e dimensionamento dos lotes. Também se procurou manter no mapa a localização das principais usinas e indústrias do território e as instituições de pesquisa e universidades que mais se destacam nos municípios.

Para realização desse mapeamento, foi necessária uma maior compreensão sobre o suporte biofísico da região de estudo e, para isso, o trabalho do Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo foi imprescindível. O Instituto Florestal disponibiliza em seu site²⁷ informações sobre a vegetação natural e o reflorestamento de todo o Estado de São Paulo, separados por municípios. Essas informações são resultantes de levantamentos efetuados pelo Instituto Florestal através do projeto “Inventário Florestal do Estado de São Paulo”. O mapeamento realizado também apresenta informações sobre o uso e a ocupação da terra, as divisões por bacias hidrográficas, as redes de drenagem, as áreas urbanas e regiões administrativas, as rodovias e os limites municipais.

27 Disponível em: <<http://www.iflorestal.sp.gov.br/default.asp>>. Acesso em 30 de janeiro de 2010.

ferrovia	vegetação de várzea	silvicultura	área urbana consolidada	clubes
rodovia	cerradão	cana de açúcar	área urbana em consolidação	instituições de pesquisa
hidrografia	cerrado	outras culturas	chácaras de recreio, sítios	aeroportos
divisão de municípios	mata		fazendas históricas	indústrias e usinas
	principais parques públicos e privados			

Mapa criado por Verônica Donoso (2010), sob fontes:
- Inventário Florestal do Estado de São Paulo, Instituto Florestal, 2001.
- Mosaico de imagens Google (imagens de 2003 a 2010).
- Projeto CANASAT - Mapeamento da cana via satélites de observação da Terra. (2009). Disponível em: <<http://150.163.3.3/canasat/index.php>> Visualizado em junho 2010.

0 5 km

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

São diversas e múltiplas as possibilidades de apropriação do espaço livre, variando em função das demandas sociais, da presença ou não de equipamentos, do clima, do dia da semana, entre outros fatores. É devido a isso que os espaços livres devem receber tratamentos diferenciados, que permitam os mais variados usos e apropriações pela população.

É, em boa medida, através da apropriação dos espaços livres de uso público que a sociabilidade ocorre, o que significa que esses espaços carregam em si um potencial transformador, característico da simultaneidade e heterogeneidade da paisagem.

As possibilidades existentes para uma melhor qualificação das áreas livres nos municípios médios e pequenos é muito grande, principalmente devido ao estoque de áreas que poderiam prover uma melhor qualidade ambiental e social, com espaços livres voltados para o lazer e atividades físicas, que contribuem para a melhoria da saúde física e mental dos habitantes e, conseqüentemente, da saúde pública. Isso não apenas nas áreas urbanas, mas também nas áreas de expansão das cidades e nas áreas rurais.

O papel dos fundos de vale pode ser destacado para a consolidação de um sistema de áreas livres, porém as áreas de preservação ambiental, que se mantiveram principalmente a partir da introdução na legislação da figura da APP urbana, não colaboram em grande medida para o uso da população, já que muitas vezes essas áreas não podem ser tratadas e utilizadas por questões de preservação, configurando-se, dessa forma, como um “estoque verde”. Essas áreas de conservação têm importância para a criação de dinâmicas ecológicas, com constituição de microclimas e preservação de áreas de drenagem. Contudo, considera-se que o contato da sociedade com essas áreas também é importante, pois é a partir da conscientização ambiental que a área será protegida, e não somente preservada.

A área de estudo apresenta um sistema hídrico muito rico, mas pouco aproveitado no seu potencial enquanto conector e provedor de áreas a serem vivenciadas. Do mesmo modo, apesar do crescimento da demanda por arborização das áreas urbanas, o número de árvores plantadas ainda não apresenta acréscimo significativo no cotidiano urbano.

Além disso, há a presença de vazios urbanos - em geral lotes particulares que aguardam a especulação imobiliária para serem vendidos - que poderiam ser parcialmente utilizados para a elaboração de um sistema de espaços livres mais adequado.

Segundo dados do Plano Diretor do município de São Carlos (2005), essa cidade possui 77.464 lotes distribuídos na área urbana. Excluindo-se as áreas de preservação ambiental e aquelas suscetíveis à erosão, 20% do total da área urbana passível de ocupação encontram-se desocupadas, ou seja, 790 hectares em glebas e 550 hectares em lotes com infraestrutura.

O planejamento atual das áreas urbanas é feito a partir dos planos diretores. As prefeituras

municipais, ao seguirem a legislação do Estatuto das Cidades de 2001, elaboraram Planos Diretores que trazem diversas informações sobre o município e que traçam diversas diretrizes para um desenho urbano adequado, principalmente no sentido da expansão urbana e da melhoria das áreas urbanas já consolidadas. Porém, apesar do grande empenho de diversos municípios para a realização dos Planos Urbanos, eles ainda são deficitários em informações apresentadas e diretrizes traçadas. Isso ocorre tanto pela questão da submissão da própria legislação, quanto pela velocidade com que o Plano precisa ser executado. Além disso, nem sempre a municipalidade demonstra a competência necessária para modificar a realidade urbana.

Considera-se que o planejamento é um desenho em potencial: ele representa intenções, gabaritos e zoneamentos, que são instrumentos para a construção da paisagem. Mas o planejamento não é nem só legislação nem só desenho urbano, o planejamento é parte da gestão. De nada adianta ter uma legislação impositiva se não há uma gestão séria, que saiba pesar e realizar as melhorias necessárias em saneamento, habitação, meio ambiente e áreas de lazer.

A execução de planejamentos urbanos também envolve a qualificação do quadro técnico da municipalidade, a direção política e a população. Infelizmente, tanto no plano quanto na gestão ainda faltam planejamento e execução de um sistema de áreas livres com qualidade ambiental e social.

Para corrigir esse aspecto, poderiam ser traçadas diretrizes para a manutenção e melhoria das áreas livres, que, associadas a uma ação municipal mais integrada, trariam para o cotidiano da população áreas que muitas vezes não são utilizadas por conta das suas más condições de uso.

É preciso considerar também a crescente capacidade dos deslocamentos intermunicipais, para fins de trabalho, estudo, ócio e lazer. A apropriação do sistema de espaços livres não se dá apenas na escala do município, mas também na escala da região, e nesse sentido pode-se pensar em novos tipos de espaços livres para essas escalas, como os parques regionais (QUEIROZ; QUEIROGA, 2010) e as estradas-parque, que garantem apreensão e uso da paisagem regional.

Além disso, verifica-se atualmente a importância do contato com a natureza, que acaba por modificar as práticas sociais, em busca de uma maior qualidade ambiental para as atividades de lazer. Assim, a busca pela vivência com a paisagem natural e rural tem se ampliado, e as práticas sociais em espaços livres estão sendo cada vez mais consideradas em busca de uma melhor qualidade de vida.

Portanto, são necessários três princípios para o sucesso de uma política pública: um

planejamento adequado; um projeto bem elaborado, de acordo com as necessidades da população local; e uma gestão política que articule todos os atores envolvidos.

O projeto pode ser então uma estratégia de ação do planejamento e da gestão, mas faz-se necessária uma administração que articule as ações setoriais e direcione investimentos, um corpo técnico capacitado e uma visão adequada às especificidades desses municípios pequenos e médios, conhecendo as vulnerabilidades, as potencialidades, a dinâmica urbana.

O planejamento deve ser visto em uma nova perspectiva, que avance do planejamento tradicional, envolvendo, no plano a participação, instrumentos adequados, condicionamento para financiamentos e novas temáticas, entre outros fatores.

Deve-se considerar a situação atual da expansão urbana, com a proliferação de empreendimentos de maneira pontual e fragmentada no território, o que modifica não apenas a maneira como o território é ocupado, mas também como as práticas socioespaciais ocorrem neles.

A compreensão da lógica contemporânea de produção do espaço urbano a partir da pressão do mercado imobiliário como definidor de tendências urbanas deve considerar que, a partir dos novos produtos imobiliários habitacionais, um conjunto de novas significações e representações sociais ocorre no espaço urbano, não apenas em relação à parcela da população que vive nesses empreendimentos, mas toda a população urbana, já que se acentua a segregação socioespacial urbana e se diminui a percepção do espaço público enquanto local de convívio entre diferentes segmentos sociais.

Um trabalho adequado no planejamento dos espaços livres deve também considerar o crescimento urbano e a relação de pressão com as áreas rurais. A área agrícola deve ser pensada, visando à manutenção das paisagens rurais frente à expansão urbana, já que a pressão de urbanização das fazendas é grande e segue mais a lógica microeconômica do capital imobiliário do que a lógica do plano diretor ou do meio biofísico.

Assim, pensar a qualificação do sistema de espaços livres é contribuir para a melhoria dos locais propiciadores de convívio público, de consequente socialização e apropriação derivada da intensificação das relações sociais nesses espaços. O planejamento dessas áreas deve ser feito considerando o papel ambiental, o valor cultural/simbólico, a apropriação do espaço, a localização e acessibilidade e, principalmente, as demandas e expectativas sociais.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Itamar Moraes. *O urbano São Carlos - vinte anos de política urbana: 1960/1980*. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Depto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 1981.

AMARAL E SILVA, G. P. *O discurso do modelo no contexto local: Parques tecnológicos e projeto urbano*. In: 52 ICA. Sevilha, 2006. 52 ICA. Florianópolis : PGAU-Cidade/UFSC, 2006.

ARARAQUARA. Secretaria do Desenvolvimento Urbano. *Plano Diretor do Município de Araraquara*. Araraquara - SP, 2005.

BENKO, Georges. *Géographie des technopôles*. Paris: Masson Géographie, 1991.

BENINCASA, Vladimir. *Velhas Fazendas - Arquitetura e Cotidiano nos Campos de Araraquara 1830-1930*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Ambiente Construído, Depto de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 1998.

BORTOLUCCI, M. A. P. de C. e S. *Moradias urbanas: construídas em São Carlos no período cafeeiro V.I*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 1991.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAMPOS, Ana Cecília Mattei de Arruda. *Alphaville-Tamboré e Barra da Tijuca: as ações programadas e a estruturação do sistema de espaços livres*. 2008. 526 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re) produção do espaço urbano: o caso de Cotia, São Paulo*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1986.

_____. *Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *Espaço e Indústria*. 1ª ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1992.

CAIADO, A. S. C.; RIBEIRO, T. F. F.; AMORIM, R. L. Políticas neoliberais e reestruturação produtiva. In: POCHMAN, M. (org) *Reestruturação produtiva. Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004, p. 63-146.

CANO, Wilson *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

CINTRAO, Luciana Marcia Gonçalves. *Os vazios urbanos na estruturação da cidade de Araraquara*. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Apud OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. *Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias*. Tese (Doutorado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2006.

DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs) *O processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

DEAN, Warren A *Industrialização de São Paulo - de 1880-1945*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

DEVESCOVI, Regina de Campos Balieiro. *O processo de produção do espaço urbano e da segregação sócio-espacial: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. Dissertação (Mestrado). Administração e Planejamento urbano - EAESP/FGV. São Paulo: FGV, 1985.

DINIZ, Clélio Campolina. *Impactos Territoriais da Reestruturação Produtiva*. In: RIBEIRO, Luiz César de (org.). *O Futuro das Metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 21-62.

DO AMARAL E SILVA, G. P. SILVA, G. P. do A.; ASSEN DE OLIVEIRA, Lisete. Simpósio A arquitetura da cidade nas Américas. *Diálogos contemporâneos entre o local e o global*. In: 52 ICA, 2006, Sevilha, Espanha. 52 ICA. Florianópolis : PGAU-Cidade/UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.pgau-cidade.ufsc.br/ica52/trabalhos/do%20Amaral%20e%20Silva.pdf> Acesso em 24 mai. 2010.

DOZENA, Alessandro. *São Carlos e seu desenvolvimento - contradições urbanas de um pólo tecnológico*. São Paulo: Annablume, 2008.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *A paisagem agrária na obra de Leo Waiben*. Revista GEOgraphia. Ano II, Vol. 2, N°4, 2000.

FERREIRA, Lania Stefanoni. *Entroncamento entre Raça e Classe: ferroviários no Centro Oeste Paulista 1930-1970*. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

FUJITA, Camila. *Dilema urbano-ambiental na formação do território brasileiro: desafios ao planejamento urbano no Brasil*. Tese (Doutorado). Área de concentração: Paisagem e Ambiente. FAUUSP. São Paulo, 2008.

GARREAU, Joel. *Edge City: Life on the new frontier*, Nova York: Doubleday, 1988. Apud OJIMA, Ricardo. *Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

HENRIQUES, Olga Kotchetkoff. *Caracterização da vegetação natural em Ribeirão Preto, SP: Bases para conservação*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Censo demográfico de 2010*.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, 2008*.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Frota, 2009*.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Lavoura Permanente, Lavoura Temporária, Extração Vegetal e Silvicultura, 2009*.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Mapa de Pobreza e Desigualdade, Municípios Brasileiros, 2003*.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Produto Interno Bruto dos Municípios de 2008*.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Cadastro Central de Empresas, 2008*.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *REGIC, Região de Influência das Cidades, 2008*.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1975, p. 20. Apud OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. *Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias*. Tese (Doutorado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEITE, M. F. P. *Destruição ou Desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

LIMA, Renata Priore Lima. *O processo de o (des)controle da expansão urbana de São Carlos - (1857-1977)*. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, depto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2007.

LORENZO, Helena de Carvalho de. *Origem e crescimento da indústria na região "Araraquara-São Carlos" (1990-1970)*. Dissertação (Mestrado). Depto de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1979.

MACEDO, S. S. et al. *Espaço livre e espacialidades da esfera pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. Paisagem e Ambiente*. São Paulo: FAUUSP, 2007. v. 23, p. 116-123.

MACEDO, S. S. et al. *Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil*. In: TÂNGARI, Vera; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica. (Org.). *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. v. 1, p. 60-83.

MAGNOLI, Miranda Magnoli .E. *Espaços Livres e Urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre-docência). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. Apud QUEIROGA, E.F. "*Por um paisagismo crítico: uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do Paisagismo*", In: *Paisagem e Ambiente: Especial Miranda Magnoli*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 21, 2006 . N° 21, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MEIRELES, Cecília. *Mar Absoluto/Retrato Natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. Apud SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. *1970 - Indústria e Território. A Estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista*. Campinas: Ed. Alínea, 2009.

MIGLIORANZA, Eliana. *Condomínios Fechados: Localizações de pendularidade. Um estudo de caso no município de Valinhos, SP*. Dissertação (Mestrado). Unicamp. Campinas, 2005.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; CRISCUOLO, Cristina; QUARTAROLI, Carlos Fernando; GUIMARÃES, Marcelo. *Embrapa Monitoramento por Satélite: Gestão Territorial do Agronegócio. O caso da região nordeste do Estado de S. Paulo*. In: XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL "QUESTÕES AGRÁRIAS, EDUCAÇÃO NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO". Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

NETO, Helio Mitica. *Urbanização em Campinas: mudanças no tecido urbano no entorno da Rodovia Dom Pedro I*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Antonio Carlos de. *A urbanização entravada: O processo de urbanização em território paulista na transição capitalista*. Tese (doutorado). Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAUUSP). São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. *Ribeirão Preto na República Velha: economia e riqueza através das transações imobiliárias*. Tese (doutorado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2006.

OJIMA, Ricardo. *Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental*. 2007. 166 p. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

PACHECO, Carlos Américo. *Café e cidades em São Paulo: um estudo de caso da urbanização na região de Araraquara e São Carlos 1880/1930*. Dissertação (mestrado). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente; KAHIL, Samira Peduti. *O uso do território por grandes empresas e a dinâmica dos lugares: A Embrapa em Gavião Peixoto - SP*. *Revista Caminhos de Geografia* 4 (15), Jun/2005. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678-6343 >. Acesso em 20 jan. 2011.

PINTO, José Gabriel Calmon da Costa. Aspectos feudais da colonização do Brasil. *Revista Espaço*

Acadêmico, ano V, n. 52, Set. 2005. ISSN 1519.6186. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/052/52bandeira.htm>>. Acesso em 20 dez. 2009.

PONS, N. A. D. *Levantamento e Diagnóstico Geológico-Geotécnico de áreas degradadas da cidade de São Carlos SP, com auxílio de Geoprocessamento*. Tese (doutorado). Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2006.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Por um paisagismo crítico: uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do Paisagismo. *Paisagem e Ambiente: Especial Miranda Magnoli*. Revista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 21. São Paulo, 2006.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; BENFATI, Denio Munia. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. In: *Paisagem e Ambiente*: Revista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Universidade de São Paulo. São Paulo, n. 24, p. 81-87, 2007.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes ; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. In: VIII ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 2006, São Paulo. *Caderno de Resumos*. São Paulo: FAUUSP, 2006. p. 61.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes et. al. *Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações*. In TÂNGARI, V., ANDRADE, R., SCHLEE, M. (Org.). *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, 2009, p. 84-99.

QUEIROZ, Alessandra Natali; QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *Novos processos urbanos e a implantação de parques regionais contemporâneos: estudo de caso na região de Limeira - SP*. In: 10º ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL. *Anais*, Porto Alegre: PUC-RS, 2010. 1-12. (CD-ROM)

REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. 2ª ed. São Paulo: Pini, 2000.

_____. *Notas sobre Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RIBEIRÃO PRETO. Secretaria do Planejamento e Gestão Pública. *Plano Diretor do Município de*

Ribeirão Preto. Ribeirão Preto - SP, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Urbanização Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Técnica Espaço Tempo Globalização e meio técnico-científico-informacional*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SÃO CARLOS. Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano. *Plano Diretor do Município de São Carlos*. São Carlos, 2005.

SEADE - FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. *População e Estatísticas Vitais. Informações dos Municípios Paulistas (IMP)*. 2008. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/index.php?option=com_jce&Itemid=39&tema=5>. Acesso em 20 dez. 2010.

SELINGARDI-SAMPAIO, Silvia. *Indústria e Território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950-2005*. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SCHIFFER, Sueli. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955-80*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

SILVA, Marco Aurélio Alvares da. *E.F. Brasil - Álbum de fotografias de Ferrovias Brasileiras*. Disponível em: <http://www.tsfr.org/~efbrazil/index_p.html>. Acesso em 15 dez. 2010.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SOUZA, Maria Adélia. Conexões Geográficas: um ensaio metodológico (uma versão ainda preliminar). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.71, 1992, p.113-127.

STEINER, J.; CASSIM, M. B.; ROBAZZI, A. C. Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação. *IEA - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, 2006. Disponível em:

<www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 3 mai. 2010.

TÂNGARI, V., ANDRADE, R., SCHLEE, M. (Orgs.). *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

TELLES, Luciana Oliveira. *Clusters e a indústria ligada à área da saúde em Ribeirão Preto*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Departamento de Economia. São Paulo, 2002.

TRUZZI, O. *Café e Indústria. São Carlos: 1850 - 1950*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2000.

VEDOVELLO, C. A.; JUDICE, V. M. M.; MACULAN, A-M. D. Revisão Crítica às abordagens a parques tecnológicos: alternativas interpretativas às experiências brasileiras recentes. In: *RAI - Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, 2003, v.3, n.2, p. 103-118. Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/proeta/informacoes/parques-tecnologicos/VEDOVELLO%20Parques%202006.pdf>>. Acesso em 10 mai. 2010.

WAIBEL, LEO Was verstehen wir unter Landschaftskunde? *Gotha. Geographischen Anzeiger*, n.34, 1933. apud A paisagem agrária na obra de Leo Waiben. *Revista GEOgraphia*. Ano II, v. 2, n.4, 2000.

Sites visitados

ABAG/RP - Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.abagrp.org.br>>. Acesso em 13 set. 2010.

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Disponível em: <www.anprotec.org.br>. Acesso em 20 ago. 2010.

Eletrolux. Disponível em: <<http://www.electrolux.com.br/>>. Acesso em 20 set. 2010.

Família Arruda-Botelho. Disponível em: <<http://www.arruda.botelho.nom.br>>. Acesso em 20 jul. 2010.

Faber Castell. Disponível em: <<http://www.fabercastell.com.br/>>. Acesso em 20 set. 2010.

Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do governo de São Paulo. Disponível em:

<<http://www.iflorestal.sp.gov.br/default.asp>>. Acesso em 13 set. 2010.

Obras antienchente da prefeitura municipal de Ribeirão Preto. Disponível em:

<<http://www.obrasantienchenterp.com.br/>>. Acesso em 12 de julho de 2011.

Parque Eco Esportivo Damha. Disponível em: <<http://www.damha.com.br>>. Acesso em 10 jul. 2010.

Parque Eco Tecnológico Damha. Disponível em: <<http://www.parqueecotecnologico.com.br>>. Acesso em 10 jul. 2010.

ParqTec - Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos. Disponível em: <<http://www.parqtec.com.br/>>. Acesso em 20 jun. 2010.

Prefeitura Municipal de Rincão. Disponível em: <<http://www.rincao.sp.gov.br/index.html>>. Acesso em 13 set. 2010.

Projeto CANASAT do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <<http://150.163.3.3/canasat/intro.php>>. Acesso em 10 nov. 2010.

Prominas Brasil. Disponível em: <<http://www.prominasbrasil.com.br/>>. Acesso em 14 set. 2010.

Secretaria de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/cti/parques/>>. Acesso em 18 fev. 2011.

Tecumseh do Brasil. Disponível em: <<http://www.tecumseh.com.br>>. Acesso em 20 set. 2010.

Toalhas São Carlos. Disponível em: <<http://www.toalhassaocarlos.com.br>>. Acesso em 20 set. 2010.

Usina São Martinho. Disponível em: <<http://www.saomartinho.ind.br/>>. Acesso em 17 out. 2010.

Volkswagen do Brasil. Disponível em: <<http://www.volkswagen.de/br/pt.html>>. Acesso em 13 set. 2010.

APÊNDICE

Nesse apêndice encontram-se transcritas as principais entrevistas realizadas durante a pesquisa, sendo elas:

1 Entrevista com Lavinia Casali, Engenheira Agrônoma da Damha Urbanizadora no município de São Carlos-SP. Entrevista realizada em 05 de julho de 2010.	196
2 Entrevista com Jose Octavio Armani Paschoal, presidente do Instituto Inova de São Carlos, entidade responsável pela gestão do Parque Eco-Tecnológico Damha do município de São Carlos. Entrevista realizada em 23 agosto de 2010.	203
3 Entrevista com Luiz Claudio Lissner, administrador de empresas e mestre em finanças do escritório da Damha Urbanizadora em São Paulo-SP. Entrevista realizada em 17 de agosto de 2010.	210
4 Entrevista com o arquiteto e urbanista Silvio Contart, diretor da Contart & Takano arquitetos, escritório de Ribeirão Preto-SP. Entrevista realizada em 28/01/2011.	222
5 Entrevista com Alberto Engelbrecht, Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Carlos-SP. Entrevista realizada em 03 de junho de 2011.	227
6 Entrevista com Marcos Alberto Martinelli, Secretário Municipal do Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de São Carlos-SP, e com Daniel D. Milstein Gonçalves, Gerente/Suporte ao Cliente MRO da TAM São Carlos- SP. Entrevista realizada em 03 de junho de 2011.....	230
7 Entrevista com Luiz Toshihiro Massuda, diretor da unidade Embraer Gavião Peixoto. Entrevista realizada em 06 de junho de 2011.....	238

1 - Entrevista com Lavinia Casali, Engenheira Agrônoma da Damha Urbanizadora no município de São Carlos - SP. Entrevista realizada em 05 de julho de 2010.

Trajetória profissional: Engenheira Agrônoma, começou a trabalhar na Damha Urbanizadora em 2005 nas áreas de meio ambiente e de paisagismo e manutenção das áreas verdes. Atualmente trabalha na parte de meio ambiente e reflorestamento.

Quais são os projetos de reflorestamento que estão sendo feitos?

Em todos os loteamentos que fazemos acabamos fazendo uma recuperação de toda a área, até pelo impacto da obra. Hoje em dia aqui em São Carlos, essa é a área que mais temos áreas reflorestadas, no total são aproximadamente 140 hectares de reflorestamento. Tem áreas que já estão quase sendo entregues e áreas que foram plantadas há pouco tempo. Também fazemos trabalhos com manejo de cipó e um pouco de educação ambiental.

Onde se localizam essas principais reservas de reflorestamento?

Seria na reserva 28. Precisaria mostrar em um mapa.

Em relação à parte de paisagismo e planejamento das áreas daqui do parque, são vocês que fazem os projetos ou são projetos terceirizados?

Nós que fazemos.

E o projeto de urbanismo do parque, por quem foi feito?

A concepção do projeto foi o dono da Damha mesmo.

Porque se escolheu o município de São Carlos?

Ele é daqui (de São Carlos). Ele também via São Carlos como um centro em expansão. Ele iniciou os projetos dele, dos “Damhas”, em São José do Rio Preto, e acabou levando o produto posteriormente para São Carlos.

Em relação às espécies vegetais utilizadas no parque, vocês utilizam mais espécies exóticas ou espécies nativas?

Aqui no parque acabamos utilizando muitas espécies nativas, mas nos loteamentos é mais diversificado, usamos tanto nativas quanto exóticas.

Quantos funcionários trabalham no parque?

No parque são mais ou menos 8 funcionários para reflorestamento e mais uns 10 que cuidam da manutenção.

Como é o parque?

O parque é composto por uma área de 1200 hectares, ele foi todo projetado já com as avenidas, represas para contemplação, futuramente haverá um projeto de iluminação também, e desde o início já foi

deixada toda infraestrutura pronta para estar montando os loteamentos. Foi feito um máster plan, com os esboços, mas é claro que a área imobiliária é muito dinâmica e acabam tendo algumas alterações nos projetos que foram planejados há anos atrás. Nesse complexo nós temos, fora as represas, o centro hípico e o Damha Golf Club, que são mais atrativos, para estarem agregando valor ao empreendimento. Também temos trilhas ecológicas.

Como surgiu a ideia de se fazer um campo de golfe?

Foi uma solução para agregar valor ao produto, em outros loteamentos de alto padrão o campo de Golf é dentro do loteamento, e aqui o diferencial é que o empreendedor quis fazer separado, para não encarecer tanto o condomínio para os proprietários.

A manutenção é feita a cargo de quem?

Por enquanto da empresa.

Pretende-se mudar essa situação?

Pretende-se que ele se pague, a partir de eventos, mensalidade dos usuários, entre outros.

Já existe um clube com associados?

Já, mas não é clube na verdade, é um campo aberto para os golfistas. É um pouco diferente de um clube, pois você paga para jogar. Mas já tem vários golfistas que frequentam o local o ano inteiro.

Em relação ao projeto do hotel, do lado do campo de golfe, ele já está aprovado?

Ele tem uma aprovação prévia pelos órgãos ambientais, mas ainda não tem a bandeira, ainda não foi definido quem vai ser o parceiro para a administração do hotel.

Qual seria o objetivo do hotel?

Atender aos condomínios e São Carlos também, que está crescendo bastante, e por pesquisas foi mostrado que ainda tem campo para haverem mais hotéis no município.

Em relação ao Centro de Eventos do Parque São Miguel, ele foi adquirido em que época? E a Fazenda do Urso?

A Fazenda do Urso foi comprada em 1996, e nesse período não era contemplado ainda o loteamento, a área era utilizada como fazenda, havia um local de confinamento de gado, e o restante da área era ou pastagem ou plantio de milho, para fazer silagem para o confinamento do gado. A pecuária é um ramo muito forte da empresa Damha. A ideia de montar o loteamento foi posterior e como o primeiro loteamento foi um sucesso, o empreendedor já começou a lançar os outros loteamentos e a pensar em uma coisa maior, que seria o golfe, e todo o empreendimento. A Fazenda São Miguel não sei ao certo quando foi adquirida, mas acredito que tenha sido em 1999. Essa fazenda também era usada para pecuária, mas como a sua sede era muito bonita, o empreendedor quis reformar, e já foi pensando em um centro de eventos, o que de início foi até difícil de estar sendo feito, porque de início era muito distante da cidade para se fazer eventos, mas há uns 3 anos que esse local já está com muito sucesso, também por um investimento de marketing. O centro de eventos tem reservas realizadas até o próximo ano, e a maior procura é para casamentos e festas de 15 anos.

O que existia de infraestrutura no parque São Miguel?

Existia a capela, com o plantio de árvores ali. A represa também existia, mas foi melhorada depois que a fazenda foi comprada.

Como é feita a manutenção das represas?

Fazendo às vezes uma análise das águas, mas não tem muito problema, pois corre muita água.

Em relação às soluções projetuais de infraestrutura urbana, foram utilizadas algumas soluções mais ecológicas?

Até então não, estamos com uma nova visão dentro da empresa, onde estamos começando a contemplar soluções mais ecológicas, como o reuso de água das chuvas, aquecimento solar, utilização, nas áreas comuns, de sanitários que utilizem menos água, essas soluções vão ser contempladas daqui para frente nos novos empreendimentos.

Pensam em soluções de tratamento de esgoto?

Estamos fazendo estudos, mas hoje em dia ainda é muito difícil, pois os órgãos pegam muito em cima na manutenção, e também ainda é difícil, mesmo com muitos projetos já feitos por aí de pequenas estações, ainda dá muito problema. Além disso, o cheiro incomoda as pessoas. Está sendo estudado aqui, mas ainda não achamos nenhuma alternativa para os nossos empreendimentos. Mas todo o nosso resíduo vai para as estações de tratamento de esgoto de São Carlos.

Em relação à infraestrutura das ruas, a ciclovia foi pensada desde o início?

Sim, desde o início.

E os materiais, porque não foi utilizado nenhum material mais ecológico ao invés o asfalto tradicional?

Em alguns pontos nós usamos o pavimento ecológico, com bloquete. O Golfe mesmo é todo feito com pavimento ecológico. Mas as avenidas são áreas muito extensas, e o piso ecológico dá muita manutenção. No loteamento estamos fazendo um estudo de colocar em alguns pontos um piso mais ecológico, mas ainda não teve uma boa aceitação da ideia, nem pela empresa nem pelos clientes. É tudo muito recente.

Em relação aos condomínios, atualmente são quatro, como foi feito o planejamento deles? Foram feitos simultaneamente?

Começou com o Damha I e Damha II, mas já pensando nos próximos, mas houve um reajuste nos projetos e foram feitos os Villages, que são empreendimentos menores, com lotes menores, para uma classe AB, que era o que o mercado estava precisando no momento. Nós estamos para lançar mais 1 empreendimento Damha, mais 1 Village, e mais um terceiro que será o Damha Golf.

Já tem a localização desses novos empreendimentos?

Já, o Village III vai ser na frente do Village I, o Damha III é do lado do Damha II, na entrada do empreendimento, e o Damha Golf provavelmente será na frente do Damha II, do outro lado da entrada. Também haverá um Mall, que será um pequeno centro comercial, na entrada do empreendimento.

Esses empreendimentos já estão aprovados?

Não totalmente, mas já está quase tudo aprovado. A parte ambiental já está aprovada, estão faltando algumas documentações e exigências da prefeitura.

Em relação aos residenciais que estão prontos, os lotes já estão totalmente construídos?

Totalmente não, ainda existem lotes para serem construídos, mas estão todos totalmente vendidos.

Eu vejo também que tem muitas casas que foram construídas pelos proprietários para venda. Tem algumas informações sobre a porcentagem de casas que foram feitas nesse sentido?

Nos Damhas não teve muito isso, mas nos Villages já ocorreu mais, com algumas construtoras que compraram lotes e construíram para vender. Mas não temos nenhuma informação nesse sentido.

E qual foi o motivo pelo lançamento dos novos empreendimentos?

Teve muita procura e ainda está tendo procura e não estamos conseguindo atender com o que já está construído.

E qual o público que está sendo atingido?

Com os novos empreendimentos estamos atingindo o mesmo público, o Village atende a classe AB, pegando um pouco da classe média alta, e o Damha atende a classe A. O Damha Golf vai atender um público mais seletivo, serão lotes de mais de mil metros quadrados. Também estamos tendo muita procura de pessoas de São Paulo, que acabam procurando o Damha para construir casas de veraneio, principalmente os golfistas. Com o empreendimento do Parque Tecnológico acabamos tendo um aumento da procura pelos loteamentos, por parte dos empreendedores que estão construindo no Parque Tecnológico.

O Parque Tecnológico foi lançado no ano passado, são dois condomínios, onde um já está totalmente vendido, e o outro já está 60% vendido. O Parque foi pensando visando atingir empresas de alta tecnologia não poluentes.

Como surgiu a ideia do Parque Tecnológico?

Não sei informar, mas acredito que estava tendo procura pelas empresas, e o empreendedor deve ter visto isso como mais um incremento para o crescimento do complexo.

E a área do Parque Tecnológico já fazia parte das áreas do Damha, da Fazenda do Urso?

Sim, essa área já era da empresa.

E quais os próximos empreendimentos que já estão em processo de aprovação?

Temos o Damha Hotel, o Damha Challet, mais três condomínios Villages (Village III, Village IV, e Village V), mais dois condomínios Damha (Damha III e Damha IV), mais o Damha Golf, e também um centro comercial, um Mall com cerca de 22 lojas. Mas tudo isso está em licença prévia, não quer dizer que vai ser executado.

O projeto do Mall foi feito por quem?

Córdoba e Gazeta, escritório de São José do Rio Preto.

Do seu ponto de vista, como você vê o tamanho do empreendimento e o potencial da área para expansão?

Eu acredito que esteja atendendo ao mercado, visto que os loteamentos que já estão prontos estão todos construídos. Os próximos estão sendo feitos de acordo com o que o mercado está pedindo, são terrenos bons, de interesse, que é diferenciado do que existe na cidade. O preço também é interessante, pelo tipo de projeto feito.

200

Os primeiros projetos foram feitos buscando atender mais o público de São Carlos ou buscando atender outras regiões?

De início buscou-se atender mais o público de São Carlos, e hoje está atendendo também outras regiões. Também porque São Carlos teve um boom imobiliário, a cidade está crescendo muito, e quem é de São Carlos tem buscado muito o empreendimento por questões de segurança, conforto, pois aqui tem muita área verde.

Você acha que a procura maior é pela segurança, ou pela questão do parque, da área verde?

Acredito que pelos dois, mas segurança talvez seja mais forte. Mas o parque atrai muito.

Em relação à frequência do uso do parque, vocês vêem uma frequência maior mais dos moradores ou de outros usuários que vêm para cá?

Antigamente era mais dos moradores, hoje em dia a procura está crescendo bastante, até pelo golfe e pelo centro hípico. Muita gente de fora vem pra conhecer, acaba divulgando o lugar e cada vez vem mais gente. Hoje em dia está bem diversificado o uso.

Em relação às áreas de proteção, quais são as APPs no parque?

Temos os rios e temos várias nascentes recuperadas.

Em quais áreas vocês fizeram trilhas?

Temos trilhas no entorno da represa, temos a trilha do Chibarro, a trilha da Hípica, que saiu este ano, e a trilha da capela. A trilha da capela é um pouco menor é mais para fazer caminhada, tem chão batido, e passa bem no meio da mata. As outras duas trilhas são com pavimento ecológico, e por enquanto tem acesso a carro, mas temos um projeto de deixar a trilha só para caminhada, ciclovias e esportes. Nós fazemos em toda a nossa área um monitoramento de fauna e flora, onde o monitoramento mais forte é o de fauna. É um trabalho bem bonito e nesse estudo mostramos que teve um aumento de mais de 20% de aves no complexo. Temos uma parceria também com alguns viveiros da região e temos aqui no complexo algumas árvores centenárias, que são mapeadas e aproveitadas para coleta de sementes.

São feitas consultorias ambientais externas ao escritório?

Quando há necessidade sim, como por exemplo, para saírem as licenças ambientais, quando foi feito o estudo de impacto ambiental dos empreendimentos. Nesse caso foi contratada uma empresa para estar executando esse trabalho.

Em relação à mata nativa, o que está presente no empreendimento?

Aqui temos floresta estacional semidecidual. E nas áreas mais úmidas do parque temos mais mata atlântica.

Como você vê a contribuição do empreendimento para São Carlos?

Eu sou de São Carlos, então, falando como são-carlense e não como funcionária, eu acredito que valorizou muito a cidade, trouxe muita área verde, e que agregou uma área verde para a cidade muito considerável. Trouxe um diferencial, que está tendo uma boa aceitação, e ainda tem gente procurando o empreendimento.

Como você vê a tendência mercadológica das moradias em condomínio, essa nova maneira de viver?

Era muito mais gostoso antigamente, que a gente podia brincar na rua tranquilamente. Só que hoje em dia, para nós termos o que tivemos antigamente temos que optar por morar em loteamentos fechados, as pessoas acabam procurando segurança. Antigamente essa questão de roubos, sequestros, não era tão forte.

São Carlos tem uma violência que justificaria esse tipo de moradia, ou são tendências do mercado?

Acho que cresceu a violência, ficamos preocupados com o que vemos na televisão e acabamos procurando nos resguardar. Nossas pesquisas sempre mostram a busca dos moradores por segurança.

Nos residenciais, existe algum prazo máximo para a construção no lote?

Não. A pessoa pode comprar o lote e não precisa começar a construir imediatamente. Mas tem alguns auxílios, se você constrói no primeiro ano que você comprou tem uma bonificação, mas não tem prazo máximo.

Em relação ao parcelamento do solo, houve uma porcentagem que ficou como área institucional? Onde são essas áreas, já tem um objetivo para elas pela prefeitura?

Sim, são várias áreas institucionais. Teve uma que foi colocada ali perto do Varjão, adicional do Damha I. Ali foram feitas bacias de contenção de enchentes para o Varjão. A área institucional do Damha II e dos Village I e II, ela foi permutada pela obra da Praça do kartódromo. Do Village I e II também ficou uma área adicional só para colocar equipamentos urbanos, como caixa d'água. As áreas institucionais do parque tecnológico foram colocadas lá mesmo no empreendimento, onde numa delas a prefeitura vai implantar o Citesc. Tem outra área no parque que será para equipamentos urbanos. Essa permuta de área é uma previsão legal do plano diretor do município de São Carlos.

Sobre a criação do Instituto Inova que gerencia o parque, como foi a criação?

O Inova é uma OSCIP, que foi criada para administrar o Parque Tecnológico, possibilitando uma integração entre o setor privado, a Encalso, por exemplo, com as indústrias que irão se implantar no parque, e o setor público, do governo do Estado. O Instituto vai fazer essa integração entre o setor privado e o setor público. Além da função administrativa, o Instituto também busca captar recursos para dentro do parque, já que o parque é uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo. Como o governo do Estado não pode passar verbas diretamente para a iniciativa privada, pois pode haver colisão de interesses, ele passa para um órgão, que é a OCIP, uma organização civil de interesse público, que administra essas verbas, distribuindo entre pesquisas entre as universidades, Embrapa etc. No conselho administrativo da OCIP se encontram membros das universidades, da Embrapa, da prefeitura municipal,

do representante do Estado e representante das empresas, das entidades do setor privado. A função dela é essa, ela vai viabilizar os projetos de pesquisa dessas universidades e centros de pesquisa. É algo muito interessante para o interesse público, e a OCIP vai buscar uma forma de viabilizar esses projetos.

Tem alguma previsão de construção de edifícios habitacionais?

Não, por enquanto não teve interesse.

E de outros centros empresariais além do Parque Tecnológico?

Ainda não.

2 Entrevista com Jose Octavio Armani Paschoal, presidente do Instituto Inova de São Carlos, entidade responsável pela gestão do Parque Eco-Tecnológico Damha do município de São Carlos. Entrevista realizada em 23 agosto de 2010.

Jose Octavio Armani Paschoal é formado em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de São Carlos, com mestrado pela Universidade de São Paulo, doutorado pela Universitat Karlsruhe e pós-doutorado pela Universidade Federal de São Carlos. Hoje é presidente do Instituto Inova de São Carlos, entidade responsável pela gestão do Parque Eco-Tecnológico Damha do Município de São Carlos.

O Instituto Inova São Carlos é uma associação civil de interesse público que congrega 41 empresas de tecnologia e é responsável pela implantação e gestão do Parque Eco-Tecnológico Damha, do grupo Encalso-Damha. O Instituto atua na interface entre empresas de base tecnológica e instituições de fomento e desenvolvimento científico e tecnológico, por meio de atividades de consultoria, assessoria e como elo de ligação na transferência de tecnologia entre o meio acadêmico e o mercado.

Você poderia falar sobre o projeto do parque tecnológico em São Carlos, o eixo de expansão da cidade e a relação com os municípios do entorno?

O Parque Eco Esportivo Damha é chamado de parque de 3ª geração, que é o primeiro projeto brasileiro nesse sentido, que junta o trabalho (que no caso seria o Parque Eco Tecnológico), o morar (nos Condomínios Residenciais), e esporte e lazer (equitação, golfe e as áreas do parque). Esse conjunto, que pressupõe que você não precisa sair, não precisa se deslocar no dia a dia, é o que nós chamamos de parque de 3ª geração. Então é um conceito que já é difundido, mas no Brasil foi o primeiro projeto. Também, o Parque está no eixo de desenvolvimento da cidade. Em qualquer outra região da cidade de São Carlos que você analisar você não vai encontrar esse mesmo potencial de crescimento, esse eixo de desenvolvimento. Na região do parque também estão a TAM, algumas empresas que estão se localizando ao longo da estrada, Universidade, e também alguns outros condomínios, que ganharam força com o projeto da Damha. Esse crescimento provavelmente vai impactar sim nos municípios menores do entorno.

O nome Parque Eco Tecnológico vem do fato de ser um projeto voltado para a inovação, e com baixo impacto ambiental.

Qual a relação do Parque Tecnológico com o Damha?

O Dr. Anwar, que é o fundador do grupo, é uma pessoa visionária, se considerar tudo o que ele fez. Ele começou com uma empresa de construção pesada, de rodovias e tal. Essa empresa cresceu muito na época. Aí ele teve a percepção de que, todas essas áreas que eram baseadas em serviços públicos, que um dia o Estado não ia dar conta de sustentar tudo isso com o recurso público. E foi o que aconteceu mesmo, chegou uma hora que o país não tinha condições nem de resolver a dívida que já tínhamos. Então dos anos 90 para cá o processo hiper-inflacionário acabou mudando a situação da construção. E assim a empresa foi mudando o seu foco. Muitas outras empresas da área da construção pesada também foram mudando o seu foco, indo para outros setores, como a mineração, o petróleo etc. A Encalso começou a focar os empreendimentos imobiliários, criando assim a Damha Urbanizadora, e posteriormente o grupo de concessão de rodovias.

Na área de empreendimentos imobiliários especificamente, ele começou com condomínios residenciais, que hoje existem em várias cidades, como São José do Rio Preto, Araraquara, Piracicaba... posso dizer que tem uns dez empreendimentos que eles lançaram nesse sentido. Mas no de São Carlos tem um diferencial. O Anwar sempre teve uma relação muito forte com a cidade e com as Universidades de São Carlos. E com essa interação com São Carlos foi ficando claro para ele que cabia em São Carlos um parque tecnológico, isso antes do governo do Estado de São Paulo lançar o programa dos parques. Ele e mais algumas pessoas já estavam concebendo a ideia do parque tecnológico em São Carlos.

No ponto de vista dele, ele tem a fazenda lá do lado da rodovia, onde iria ser feito o parque Eco Esportivo com os condomínios. Ele sabia que a cidade de São Carlos sozinha, na sua taxa e velocidade de crescimento vegetativo, não ocuparia esse trecho, ia demorar muito para ocupar. Então, na cabeça dele, se colocar um parque do outro lado da rodovia, onde as áreas também eram dele, eu vou conseguir aumentar a velocidade de ocupação, alavancando o negócio do Parque, que é grande para uma cidade do tamanho de São Carlos. Tendo em vista que São Carlos tem a USP, UFSCar, Embrapa etc., eu posso alavancar esse crescimento com um parque que concentre empresas de bases tecnológicas. Na época estava começando a conversa de implantar o sistema paulista de parques tecnológicos.

Esse é o primeiro parque tecnológico em área privada, todos os outros parques que saíram em áreas públicas. Então a empresa percebeu o potencial de São Carlos e viu que o parque tecnológico também alavancaria o negócio. Além disso, o Dr. Anwar sempre quis deixar um legado de conhecimento para a cidade, mesmo que isso não desse um retorno financeiro para ele. A família dele é são-carlense, então ele tem esse carinho com a cidade.

É claro que essa ideia do parque tecnológico também se somou com a administração pública da cidade na época, com o prefeito Newton Lima. Não basta ter essa ideia sem o apoio do governo local, então foi tudo na hora certa, com as pessoas certas, na hora certa, e em um momento favorável no país.

Ele poderia ter feito só condomínios residenciais na sua área, mas a cidade de São Carlos tem um diferencial pelas universidades que pedem outros investimentos.

Como surgiu o Instituto Inova?

Eu comecei a participar nesse processo. Como eu fui professor da USP, trabalhei no IPEN²⁸ muitos anos e sempre tive uma relação muito forte com São Carlos, eu fui convidado pelo governo do Estado de São Paulo para ir a São Carlos. Quando aquelas cinco cidades foram contempladas para o Sistema Paulista de Parques, o governo escolheu um gestor do governo para representar o governo em cada um desses parques. E eu fui convidado para representar a Universidade de São Paulo lá em São Carlos. Posteriormente eu fui convidado pelo grupo Damha para ficar na administração do Instituto.

Para ser um Parque Tecnológico dentro do sistema de Parques Tecnológicos do Estado tem que cumprir uma série de pré-requisitos, onde o primeiro é ser de base tecnológica, o segundo é não ter impacto ambiental, o terceiro é ter um núcleo de inovação com incubadora de empresas.

O governo do estado de São Paulo investe muito nas universidades e na formação de profissionais: investe na criação e manutenção das universidades, USP, UNESP, Unicamp, investe em instituições de pesquisa como a FAPESP, etc. Quando se soma tudo isso é um volume de investimento gigantesco. E como isso

28 IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. É uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento. É gerenciado técnica, administrativa e financeiramente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e associado para fins de ensino de pós-graduação à Universidade de São Paulo.

retorna para a sociedade? O conhecimento só pelo conhecimento não gera nada, ele tem que ser conectado com a área produtiva, para que o conhecimento se converta em resultados, gere empregos, gere empresas, gere renda, gere impostos, que fazem com que a economia continue girando.

Então a lógica do estado é que: para que esse processo aconteça, tem que estar baseado em inovação. A inovação é o processo em que conhecimento se transforma em negócio e, para que isso ocorra, alguns mecanismos precisam ser bolados. O Parque Tecnológico é um desses mecanismos, pois você vai ter o espaço das empresas, vai ter um núcleo de inovação, que vai estar permanentemente fazendo essa interface com as universidades (públicas e particulares), e também tem uma incubadora de empresas, que é mais um mecanismo de gerar empresas, que se localiza dentro do núcleo de inovação. Esse processo é o que garante que novas empresas se encaminhem para os parques e que as empresas que foram criadas continuem apostando na inovação.

O núcleo de Inovação então tem o papel de estar sempre plugado com as universidades, auxiliando o conhecimento a se transformar em negócios. Para fazer a gestão desse negócio, do núcleo de inovação e do parque tecnológico como um todo, era importante criar uma entidade que fosse sem fins lucrativos. No caso de São Carlos nós criamos o Instituto Inova, que faz a gestão do parque e que, por ser uma entidade sem fins lucrativos, pode receber aportes de recursos públicos, já que o governo não pode colocar recursos em uma área privada.

No caso do parque tecnológico, o governo vai auxiliar na construção do prédio do Instituto Inova. Uma parte será feita pelo grupo Damha e outra pelo governo. No projeto está a incubadora, laboratórios, administração e um anfiteatro. Também vamos deixar alguns espaços no Instituto para a área de saúde, pois da incubadora surgirão muitas áreas nessa área, aí no dia que elas se tornarem empresas para valer elas poderão utilizar esses espaços. Nós estamos em vias de receber seis milhões de reais para a construção da área, e o grupo Damha vai construir a outra parte. Depois vamos fazer a licitação disso, a preferência é fazer tudo com a mesma empresa pra não ter problema.

O CITESC está em uma área do governo municipal, é a área que o município recebeu pelo loteamento, e que destinou para um núcleo de pesquisa. O município poderia ter destinado qualquer coisa para essa área, mas destinou para um centro de pesquisa, já que está em um ambiente de inovação. Aí o papel do prefeito é fundamental. Ali eles vão construir um centro de pesquisa na área de saúde, mas nós não colocamos nenhuma imagem ou informação de referência sobre o CITESC nos nossos folders, pois isso está a encargo do governo, não podemos nos responsabilizar.

Como está a venda dos lotes e quais são as empresas que vão para o parque?

O lançamento oficial do empreendimento foi no dia 22 de março de 2010. Mas no dia 18 nós fizemos um pré-lançamento, que foi uma ação específica para as empresas que ficaram com a gente o tempo inteiro, apoiando o projeto. Foi uma gentileza nossa com eles. Então nesse pré-lançamento as empresas escolhiam o que queriam, sem intermediação com corretor, sem nada. O pré-lançamento começou às 08h, e às 16h30min. já tinha vendido o primeiro condomínio inteiro, 100%. E ainda tinham empresas parceiras que chegaram lá e não tiveram oportunidade de comprar um lote.

Então no dia seguinte, uma sexta-feira, nós tivemos que, por pressão junto ao grupo, lançar o segundo condomínio, senão no lançamento não íamos ter nada. No final nós vendemos 70% em dois dias. Hoje, temos alguns lotes disponíveis ainda, que são lotes maiores.

Nós percebemos que, em São Carlos, ainda predominam micro e pequenas empresas de base

tecnológicas. Se nós tivéssemos feito outro desenho no segundo condomínio, privilegiando também lotes menores, nós já teríamos vendido tudo. Porque tem demanda, as empresas não querem lotes de 4 mil metros quadrados, eles querem lotes de mil metros quadrados, mas esses lotes menores já foram todos vendidos, foram os primeiros a vender. E também não dá para juntar duas empresas em um único terreno cuja matrícula é única, não dá para desmembrar, já está tudo fechado.

Então para nós foi um aprendizado, vimos que em São Carlos predominam as pequenas empresas de base tecnológica. Nós queríamos fomentar grandes empresas, mas nenhuma grande empresa se interessou em ir para lá. As grandes empresas estão em Campinas, São Paulo, São José dos Campos... Em Campinas esse processo já começou a muitos anos atrás, e as empresas da área de TI estão todas em Campinas, como a Motorola, e algumas estão em São Paulo também. Então esse processo de deslocamento para São Carlos não é trivial, não ocorre de uma vez. Pode ser que isso ocorra no futuro, mas não sabemos.

Como nós temos mais quinhentos mil metros quadrados de área para expansão, nos dois primeiros condomínios foram 460.000m² e nós temos mais 540.000 m², nesse próximo espaço não sabemos o que vai ser. É uma grande incógnita para nós, se vai ser para pequenas e micro empresas, ou se vamos deixar áreas para grandes empresas, como nós deixamos no segundo condomínio, mas que ainda não foi vendido.

Quando você analisa as empresas que compraram os lotes, você vê que 40% delas são empresas da área de saúde. Isso significa que são empresas da área de medicina, fármacos, odontologia... tudo que seja, de alguma forma, relacionado com a área de saúde. Então a proposta do CITESC, do centro de pesquisa na área de saúde, tem tudo a ver. Quando o prefeito Newton Lima lançou essa ideia eu confesso que fiquei um pouco temeroso, não sabia se ia dar certo um centro de pesquisa cravado na área de saúde. Mas hoje você vê que é bem isso.

E a relação dessas empresas da área médica com as empresas de Ribeirão Preto?

Essa área médica de São Carlos não compete com a de Ribeirão Preto.

Como é o projeto do Parque Tecnológico de Ribeirão Preto?

Eu desconheço o projeto. Eu sei que o grupo Damha esteve muito próximo desse projeto, a convite do governo do Estado, o grupo entrou em contato com os proprietários da fazenda envolvida. O que se imaginou foi pegar um pedaço do campus da USP de lá e fazer um núcleo de inovação etc., e o parque privado seria feito em área de uma fazenda vizinha. Só que a área na USP já começou a ser questionada pelo CRUSP etc., e sempre que entra área pública é muito mais complicado. Não é simples, quando tem área pública no meio é bem mais complicado, em Campinas também está tendo a mesma dificuldade.

Então essa área em Ribeirão Preto está em discussão, o dono da fazenda é uma pessoa já com certa idade, o neto que está nas negociações, mas eles não entendem do negócio, não conhecem a realidade. Eles não entendem de condomínio, não sabem como transformar aquela fazenda em um empreendimento, tem que fazer estudo de impacto ambiental, tem tanta coisa que precisa ser feita, e eles não tem ideia disso tudo. Devido a isso o grupo Damha se afastou. Quase que o Instituto Inova fez a gestão desse negócio, mas em Ribeirão Preto ainda não ocorreu. Eu não sei como está o projeto do parque lá, realmente eu não tenho informações. Tem um próximo empreendimento de parque tecnológico quase para fechar em Uberlândia, aí o Inova vai para lá administrar.

Não é fácil realizar um parque tecnológico, precisa juntar muitos especialistas. São Carlos é uma cidade

privilegiada. Ribeirão Preto, com todo o seu potencial, ainda não conseguiu fazer isso. Para medicina virar negócio, da indústria médica etc., tem uma distância gigantesca. Não é fácil. E o pessoal de Ribeirão Preto foi quase que empurrado pelo governo para realização do parque tecnológico, a expectativa é muito grande, o governo tinha muito interesse em alavancar Ribeirão Preto.

O parque que está mais avançado é o de São José dos Campos, porque lá a prefeitura também investiu, comprou uma área gigantesca, que já estava construída, era uma área de uma antiga fábrica. Eles pegaram a área, reformaram e o núcleo do parque já está pronto. A área privada do entorno foi estabelecida, para fins de parque tecnológico. Como lá são muitas grandes empresas, é um parque que atrai muitas grandes empresas. Enquanto São Carlos atrai as pequenas empresas, São José dos Campos atrai as grandes. Essa é a realidade, não sei o que é melhor ou pior, mas meu sentimento é que São Carlos vai se beneficiar com o parque tecnológico. As pequenas empresas precisam estar lá, precisam do aporte das universidades. Em termos de dinamismo, as pequenas empresas têm impactos econômicos mais positivos do que as grandes empresas para o município, já que as grandes empresas muitas vezes cuidam dos seus negócios em outras cidades.

As empresas que vão para o parque têm isenções fiscais?

Em termos do município não há nenhum incentivo, mas do governo do Estado de São Paulo você tem. É um incentivo baseado no ICMS e é um dos poucos programas em que o governo do Estado de São Paulo aderiu um incentivo nesse sentido. Todas as cadeias produtivas estão no Estado de São Paulo, nada que você tenha de produção no Brasil não tem no Estado de São Paulo, ao contrário do Nordeste por exemplo. O Nordeste dá muitos incentivos para as empresas e indústrias irem para lá, pois lá eles precisam incentivar. Agora, aqui, não tem como incentivar, já tem muita coisa aqui, e aí como fica para as outras empresas e indústrias que estão aqui, o incentivo tem que se estender para essas outras ou não... aí fica difícil, é complicado. Todos os segmentos já estão aqui em São Paulo, e muito bem estruturados. Teria que ser uma coisa muito nova para darem incentivos aqui, para valer a pena trazer uma fábrica do exterior para se instalar aqui em São Paulo, por exemplo.

Então nos parques tecnológicos foi um dos poucos programas que teve incentivo, por isso que o parque tem que ser credenciado, tem que cumprir aqueles pré-requisitos, as empresas têm que estar sempre inovando etc. Aí quando você vê a realidade de Ribeirão Preto, você tem que pensar se eles estão preparados para tudo isso. Eu não sei. Eles ganharam esse carimbo do parque, mas até hoje não saiu do papel. Eu não sei se vai sair, mas posso dizer que não é trivial.

Precisa ter um conjunto de fatores que se somam pra que isso aconteça. Nesse ponto de vista, o Dr. Anwar foi visionário nesse sentido, soube fazer as parcerias certas em São Carlos.

Como você vê o crescimento da cidade de São Carlos hoje?

No caso de São Carlos, eu tentaria reter essa massa de PHDs que é formada na cidade e também reter as pessoas que se formam na graduação lá. Mas muito mais reter o pessoal da pós-graduação, que tem muito conhecimento que pode trazer muito para a cidade. O parque tecnológico eu vejo como um bom mecanismo para isso. A mão-de-obra qualificada tem que ser incentivada a ficar.

O Parque Tecnológico, a princípio, já foi um sucesso de venda. Vocês vão lançar um segundo, que também pode ser um sucesso. A empresa tem planos de crescer mais nessa região, comprando novas áreas?

Nós também nos fazemos essa pergunta. Nós não sabíamos o tipo de empresa que iria se instalar lá, não sabíamos que íamos ter mais pequenas empresas. Quando se lança um projeto desses tem que saber se vai para pequenas ou grandes empresas, o ideal para nós era ter uma grande empresa também, só que isso ainda não ocorreu. Essa é a realidade de São Carlos. Para um próximo, empreendimento nós temos que nos preparar também, temos que saber qual é o público. Se forem terrenos menores e uma empresa grande quer a área, isso é ruim pra ela, pois tem que fazer uma matrícula para cada lote. Nós fazemos pesquisa de mercado, mas ainda é muita incógnita.

Sobre a compra de novas áreas, a empresa tem foco em empreendimentos imobiliários, eles compram áreas próximas às cidades, onde eles têm potencial para o desenvolvimento de empreendimentos. Essas áreas, por razão inversa, são cada vez menos interessantes para a indústria de agro-negócio, pois são muito próximas às cidades. Então essas áreas que foram sendo desinteressantes para o agro-negócio foram sendo aproveitadas.

Os novos negócios na área de tecnologia estão sendo vistos pelo grupo Damha como uma área interessante. O primeiro piloto foi em São Carlos, e o segundo é em Uberlândia. Já está sendo pesquisado, mas já está na fase final. Eu acho que lá vai ser uma parceria para viabilizar o negócio, provavelmente com outro fazendeiro que tenha terras. Mas eu não participo dessas negociações e não tenho muitas informações.

Vocês conhecem as experiências dos parques tecnológicos em outras localidades fora do Brasil?

Nós visitamos alguns, visitamos nos Estados Unidos e na Europa, como França e Alemanha. Na França, você vê a presença estatal muito forte nos parques, e nos Estados Unidos é mais pela iniciativa privada. No nosso caso, estamos tentando fazer um “mix”, pegar o que é bom da iniciativa privada com o que é bom da iniciativa pública. Não é 100% privado, nem 100% público. A parceria público-privada no Brasil ela é muito interessante, quando o Estado é muito forte peca-se na eficiência, por exemplo. Já o privado tem uma visão de curto prazo, querem tudo para ontem. São visões diferentes. Nos Estados Unidos, os investimentos privados estão acostumados a prever o longo prazo, a investir em modelos de 20, 30 anos. No Brasil a inflação influencia muito os empreendedores a pensarem em curto prazo, pois a longo fica difícil.

Mas se nós caminhamos para um ritmo mais estável, como já é hoje, mas com mais garantia, no futuro vamos chegar a uma situação melhor. Hoje quando o prazo é muito grande, acima de 10 anos, a participação pública ela é boa, ela dá estabilidade. Se estiver abaixo disso, a área privada dá conta. Hoje no Brasil, se não for com menos de 5 anos de retorno, ninguém se interessa.

O projeto do Parque Eco Tecnológico em São Carlos começou há oito anos, e ainda está crescendo. Então é uma visão mais em longo prazo.

Tem mais alguma questão que possa ser relevante para pesquisa, que você queira acrescentar?

Eu acho que os municípios deveriam criar mecanismos para facilitar o processo tecnológico, como por exemplo, tendo dentro do plano diretor da cidade, diretrizes para crescer na direção dos parques tecnológicos, dos parques da 3ª geração. Seria muito interessante também se a cidade fizesse com rapidez o processo de análise desses projetos, para que eles saiam do papel mais rápido e que tivesse algo mais estruturado em termos de políticas públicas, como em relação às vantagens de IPTU para as empresas que fossem para lá. Do meu ponto de vista, com isso o crescimento será de maneira positiva. As cidades ainda não deram passos nessa direção, elas querem isso, mas ainda não colocaram incentivos.

Talvez ainda não tenham percebido a importância de trazer essas empresas para dentro, e muito menos dos profissionais que vão atuar nelas. Só que para isso têm que incentivar, se não incentivar as empresas não vêm com a mesma velocidade.

Então se a cidade entende que esse é um desenvolvimento positivo, que é benéfico para a cidade, ela tem que estar preparada para isso e criar mecanismos para que isso aconteça.

3 Entrevista com Luiz Claudio Lissner, administrador de empresas e mestre em finanças do escritório da Damha Urbanizadora em São Paulo-SP. Entrevista realizada em 17 de agosto de 2010.

As questões feitas nesta entrevista foram direcionadas a pontos mais gerais da estratégia de venda, em relação ao planejamento do produto imobiliário, aos critérios do planejamento, à estratégia de compra de glebas e à venda dos empreendimentos. Privilegiaram-se na transcrição as respostas dadas pelo entrevistado, colocando apenas algumas questões gerais que foram feitas a ele, omitindo algumas perguntas menos significativas que foram feitas somente para direcionar a entrevista e obter maiores informações sobre alguns pontos. Essa solução foi adotada para tornar mais fluida a leitura da entrevista transcrita. Para melhor esclarecimento de alguns termos utilizados ao longo da entrevista, optou-se por acrescentar notas de rodapés explicativas.

Formação: Luiz Claudio Lissner é formado em Administração de Empresas, com MBA em Finanças pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). Tem experiência em mercado financeiro, produtos financeiros, mesas de operações e derivativos, bolsas, entre outros. Trabalha na Damha Urbanizadora desde 2007-2008, trabalhando especificamente na área de urbanização e mercado imobiliário.

Como se iniciou a sua trajetória na Damha Urbanizadora? Como atua a empresa no mercado imobiliário?

Eu estou no grupo há dois anos e meio, quase três anos, e vim trabalhar especificamente na área de urbanização. Quando eu cheguei aqui, eu não conhecia nada, não sabia o que era VGV,²⁹ não sabia o que era um loteamento e não sabia absolutamente nada do mercado imobiliário. Mas, cercado de engenheiros, arquitetos e pessoas que entendem do tema, é muito fácil você se atualizar e começar a entender mais profundamente a respeito. Dentro das funções aqui, existem as funções internas da empresa, de administração, gestão. É uma empresa familiar que está se profissionalizando, é um processo que já vem acontecendo há alguns anos, e que hoje está em um ponto crucial desse processo.

A urbanizadora é um dos cinco braços do grupo Encalso: o grupo tem a empreiteira Encalso, especializada em obras e serviços pesados; tem a Damha Urbanizadora, que atua principalmente no ramo de loteamentos voltados para a classe A e B e que tem dois produtos principais, os residenciais Damha e os Villages Damha; tem a Damha Agronegócios, que hoje tem 50 mil hectares de terra, que deve abater esse ano cerca de 45 mil cabeças de gado e que atua nas culturas de soja, milho, cana, entre outras; o grupo também tem o braço de Concessão de Rodovias, com quatro concessões hoje; e tem também o Shopping Center de Presidente Prudente (PrudenShopping). Então essas são as divisões de negócios do grupo Encalso.

A Urbanizadora, na verdade, surgiu por uma sinergia muito grande que ela tinha com a empreiteira. O Dr. Anwar, que é o patriarca da família e o criador do grupo, criou a primeira empreiteira, que é a Encalso, e com o tempo ele começou a diversificar comprando terras e muitos equipamentos para a própria Encalso

29 VGV é um termo amplamente utilizado no mercado mobiliário, e significa Valor Geral de Vendas. É um valor calculado pela soma do valor potencial de venda de todas as unidades de um empreendimento a ser lançado. O VGV, então, auxilia a indicar se o empreendimento é ou não viável do ponto de vista comercial e econômico. Esse cálculo auxilia no desempenho da empresa no mercado e na definição do orçamento da obra e das verbas administrativas da incorporadora, dentre outros.

etc. E o mercado de obras públicas ficou parado durante muito tempo, na verdade esse mercado ficou vinte anos estagnado. Então conforme havia baixas de demandas para as obras públicas, ele começou a fazer os loteamentos. Assim, ao invés de mandar funcionários embora e ter que contratar depois e as máquinas ficarem paradas, a intenção dele era manter o quadro de funcionários o máximo possível que desse, quanto tinha essas oscilações de demanda por serviços públicos, e botar as máquinas pra rodar, afinal máquina parada é dinheiro parado, é dinheiro perdido. Então a intenção dele foi praticamente essa.

E conforme o tempo foi passando, as cidades foram se aproximando das fazendas que o grupo tinha. Isso aconteceu em São José do Rio Preto, em Presidente Prudente e aconteceu em São Carlos também. Então as cidades foram se aproximando das fazendas, e aí começou o processo de urbanização. Começou de uma maneira bem “caseira”, com 1 loteamento por ano, ou 1 a cada dois anos, e por aí vai. O produto tem conceitos urbanísticos muito bons, inclusive já ganhou dois prêmios Master.³⁰ O conceito é muito generoso para o comprador, então tem muita área verde, todos os condomínios têm ruas de contorno, cinturão verde e uma série de outros benefícios que a gente prefere abdicar de VGV para ter um produto com melhor qualidade e no final das contas isso acaba se refletindo no próprio preço de venda e acaba compensando. Mas o produto é muito mais generoso do que a média que vocês encontram por aí.

De 2008 pra cá, a gestão ela mudou, o Dr. Anwar saiu do negócio em 2006 se não me engano, e os filhos assumiram o negócio. O Marco Aurélio, que é o filho que cuidava da parte da urbanização, ele contratou o Paranhos,³¹ que foi diretor de engenharia do grupo Alphaville durante sete anos, além de ter tido uma loteadora própria, e tem mais de trinta anos no mercado de loteamentos. O Paranhos é hoje o diretor Superintendente da urbanizadora Damha e trabalha na gestão da empresa como um todo. Depois da entrada dele, o ritmo e a maneira de fazer negócios na empresa mudou, inclusive na maneira de tratar com os clientes, com os órgãos, e seguindo sempre trâmites mais normais e o mais lógico possível dentro dos processos de aprovação e definição dos projetos. O Paranhos trouxe toda uma lógica que agregou bastante na empresa. E também na formação da equipe, pois ele trouxe muita gente de fora, que ajudou a mudar um pouco a cara da empresa, para justamente poder aproveitar esse *boom* no mercado imobiliário que vem ocorrendo desde 2004, 2005.

Em 2008, nós lançamos cinco empreendimentos, todos eles Villages. O Village é um produto nosso que tem as mesmas características do Damha só que os lotes são menores. Ele é um pouco menos generoso nas áreas verdes e busca atingir uma classe B, classe média alta. E os Damhas atingem a classe média alta e classe alta.

Esses empreendimentos lançados em 2008 tiveram um VGV total de cinco milhões de reais, se não me engano, e todos eles já estão 100% vendidos. Eles foram lançados em diversas cidades, São Carlos, Mirassol, São José do Rio Preto, Araraquara. Bem focado na região que você está estudando, pois é ali que a empresa tem muita terra.

30 O grupo Encalso Damha foi premiado em duas categorias do Prêmio Master Imobiliário em 2005. O Parque Eco Esportivo Damha São Carlos foi premiado na categoria Profissionais / Meio Ambiente e os Residenciais Damha de São José de Rio Preto ganharam na categoria de Empreendimentos/Desenvolvimento Urbano.

31 José Paranhos Ribeiro dos Santos é engenheiro civil e atua no ramo imobiliário principalmente no segmento de loteamentos. Foi sócio-diretor da construtora Erbeta, por meio da qual construiu dezenas de loteamentos, e foi Diretor de Engenharia da Alphaville Urbanismo por sete anos, período em que foi responsável pela execução de mais 20 empreendimentos.

Então em São Carlos a empresa tem a Fazenda do Urso, onde está o Parque Eco-Esportivo. Temos espaço para uns 6, 7 empreendimentos lá, ano que vem nós devemos lançar mais três, um Damha e um Village, e o Damha Golf, que serão lotes maiores, que vai se localizar ali ao lado do Golf. O Damha Golf vai ter lotes de 1700-1800 m² (mais ou menos), se não me engano serão 132 lotes. O Damha apresenta lotes de cerca de 500 m², e o Village lotes de cerca de 300 m².

Esses três próximos empreendimentos estão em processo de aprovação, sendo que os mais avançados são o Damha III e o Village III.

Em 2009, nós lançamos três empreendimentos, foram três Damhas, com um VGV muito maior, foram 160 milhões de reais em VGV. Foi o Damha VI, em São José do Rio Preto, o Damha Piracicaba, que foi um sucesso de vendas, e o Damha Uberaba, que foi o nosso primeiro empreendimento em parceria.

O grupo até 2008 só executava empreendimentos em terras próprias e, após isso, até para ter mais alavancagem e poder expandir mais rapidamente nessas atividades, nós buscamos parcerias com terrenistas. O Damha Uberaba foi o primeiro empreendimento em parceria, fizemos um Damha I, com 456 lotes, e em setembro/outubro 2010 devemos lançar o Damha II, com o mesmo terrenista.

Esse ano, temos programado seis loteamentos, e o nosso primeiro empreendimento de incorporação de casas, em Campo Grande, que nós vamos vender não só o terreno, mas o terreno com a casa já pronta. Serão 408 casas, de 150 m², voltado para uma classe média, para serem vendidos entre 350.000 e 400.000 reais. Não é um produto popular, são casas de construção tradicionais, não cabe nenhum pré-fabricado ou casas com formas. A Encalço é sócia da Rodobens, sendo dona de 50% da Rodobens. Foi feito um loteamento popular em São José de Rio Preto de cinco mil casas, que está para ser entregue. Aí sim é a nossa atuação no ramo popular, mas nós somos passivos nesse negócio, a Rodobens que toca tudo, mas somos sócios do grupo.

Em relação ao planejamento do produto imobiliário, como ele é feito?

Quando tem terra própria, ele é feito de maneira muito mais fácil, mais calma. Nós da área financeira temos critérios de viabilidade para os empreendimentos serem aprovados financeiramente. Então os projetos têm que atingir uma determinada margem, têm que atingir uma determinada taxa de retorno, e, para tudo isso, nós sempre fazemos uma projeção de fundo de caixa para os empreendimentos. O primeiro passo é chegar em um quadro de áreas, então é feito um anteprojeto, toda área nossa com o anteprojeto já é um grande indicativo de como vai ser o projeto final, com o anteprojeto urbanístico nós já conseguimos ter uma noção da paginação de ruas, necessidade de infra-estrutura, área vendável, custo de obra etc. A nossa parte de engenharia tem muito conhecimento nisso, então com esse projeto eles já conseguem falar: “aqui vamos gastar X reais por metro quadrado de área construída, meu cronograma de obras eu consigo realizar em 16 meses”, por exemplo. Então colocamos dentro de um sistema todas essas informações, e a gente estima informações que não são de nosso domínio. A obra nós sabemos quanto vai gastar, pode ser 5% a mais ou 5% a menos, mas nós temos uma noção, pois é o nosso histórico, nós sabemos fazer isso muito bem. No projeto e no processo de aprovação também sabemos quanto vamos gastar. Mas tem uma série de outros parâmetros que é o mercado que diz: preço de venda, velocidade de venda e por aí vai. Então para fazer a viabilidade financeira do empreendimento, nós assumimos algumas premissas e criamos cenários. Então, se eu vender a R\$ X o metro quadrado aqui, numa velocidade de Y, passa ou não passa nas minhas premissas de viabilidade financeira, me dá a taxa de retorno que eu quero ou não. E fazemos essa simulação em diversos cenários pra tomar a decisão do lançamento do empreendimento ou não.

Quando a terra é própria, o empreendimento sempre vai passar nessas contas, mas sempre simulamos como se a Damha Urbanizadora estivesse remunerando a Encalso como parceira, colocando o peso do terreno quando a terra é própria também. Não podemos esquecer o valor de aquisição da terra, o valor de mercado da terra. Então muitas vezes, mesmo que a terra seja da empresa, decidimos por não lançar o empreendimento por ainda não fechar a conta, tem que esperar o mercado chegar até ele, ou estimular o mercado.

Como se estimula o mercado?

Para incentivar o mercado nós mostramos o produto, mostramos a marca Damha, os benefícios que o produto tem e agregar valor a ele. É você fazer com que o preço chegue ao valor do produto. Porque o valor do nosso produto nós sabemos quanto é, então com estratégia de *marketing* muitas vezes você consegue fazer com que o preço chegue ao valor.

Qual é a estratégia para a captação de áreas?

Em termos de estratégia de captação de áreas, nós temos uma área de novos negócios, um gerente de novos negócios, com uma equipe de um arquiteto e dois engenheiros. O arquiteto em geral faz uma análise preliminar do urbanístico em um terreno que possa ser adquirido, faz um desenho para chegar em um quadro de áreas e, em função desse quadro de áreas, do custo da obra, e do preço de venda, nós conseguimos determinar quanto que vamos oferecer para o nosso parceiro, em percentual de VGV. Se o custo de venda é alto e o custo da obra é relativamente barato, a gente consegue oferecer mais para o nosso parceiro. Quando ocorre o inverso, nós oferecemos menos. Então temos parcerias que vão de 20% até 50% do VGV. Depende muito da nobreza da área, das características naturais dela, do aproveitamento que você tira dela. Então a área de novos negócios ela primeiro identifica as áreas possíveis, faz todo o trabalho de mostrar a empresa Damha, mostrando nosso portfólio, mostrando o valor que conseguimos agregar na terra dele. Fazemos as contas internas para saber quanto podemos oferecer ao terrenista, e quando não conhecemos o terrenista, ou temos dúvida em relação à praça, nós rodamos uma pesquisa de mercado para saber o preço de venda, para justamente ter um domínio daquelas premissas que são necessárias para projetar o fluxo financeiro do empreendimento. O processo de novos negócios tem muitas outras complicações no meio do caminho, tem a análise da legislação, zoneamento, o estudo do funcionamento dos órgãos da cidade etc. Eu falei de maneira simplista, mas é um “roteiro” da formatação de um novo negócio. A partir do momento em que houve casamento entre a Damha e o proprietário, os percentuais já estão acertados, o projeto já está mais ou menos definido e o contrato de parceria já foi assinado, aí o projeto sai da área de novos negócios e passa para a área de aprovações, que começa todos os trâmites. Essa área está muito ligada com a de projeto, porque tem que estar dentro das diretrizes exigidas pelo município, pela lei e mais. Então a área de aprovações tem uma interface muito grande com a área de projeto, nessa fase de pré-lançamento do projeto.

Após a aprovação do empreendimento o produto vai para nossa área comercial, que vai preparar todo o lançamento, definir tabela de preços, forma de venda, e outras questões que entram no dia a dia do operacional de vendas. E assim a roda vai girando.

Geralmente nós vendemos com um financiamento próprio em cinco anos, então a Damha vende, cobra 10% de entrada e o resto ela parcela em cinco anos, e isso vai virando uma carteira de fluxo de recebíveis que alimenta nossa empresa.

Temos que repor sempre o *land bank*.³² Esse ano, particularmente, estamos em um processo de reposição do *land bank* muito forte. Isso é tanto através de contratos de parcerias que, mesmo a terra não sendo nossa, o contrato é válido como *land bank*, como através do contrato de aquisição de áreas. Não existe uma regra sobre a localização, mas existe sim uma pré-direção em função do mercado. Hoje por exemplo, Brasília é o melhor mercado imobiliário do Brasil, e a empresa quer muito ir para lá, pois sabemos que lá as nossas margens serão muito boas. Lógico que o preço das áreas lá também já está em um valor muito mais alto, pois os proprietários já sabem dessa tendência.

Quando compramos uma área a nossa margem de lucro é muito maior, e logicamente também o nosso dia a dia é muito mais fácil, pois não dependemos do parceiro para nada. Quando há parceria, ela só ocorre se o parceiro for ganhar mais do que ele ganharia vendendo a terra. Então nós abdicamos de nossa margem pra não expor o caixa e também para fechar o negócio. Esses novos negócios passam pelo mesmo processo que eu expliquei anteriormente, o setor de novos negócios, ou vai atrás de negócios com parcerias ou atrás de aquisições de áreas. E aí tem o mesmo processo, de entender a área, as restrições naturais dela, análise do histórico da área, da cadeia dominial. Esse último é muito importante, porque se existe algum problema na cadeia dominial, na hora de registrar o empreendimento você não consegue registrar. Então o nosso departamento jurídico tem uma função muito importante, que é analisar todo o histórico da área, analisar o histórico dos parceiros, para ver se são pessoas que não têm nenhuma ação muito pesada em cima, porque se tiver não vai dar registro mais para frente. Então o trabalho fica inócuo, nós vamos perder dinheiro, e não vai sair o empreendimento. Então antes de assinar o contrato, ou até depois, mas sempre com clausuras de saída, existe um trabalho muito grande também de análise jurídica do histórico da área e tudo mais. No processo de compra de áreas é a mesma coisa, nós analisamos a área, chegamos num potencial de riqueza que ela pode gerar em termos de VGV, vemos se passa ou não nos critérios de viabilidade. Se não passar nos nossos critérios é porque, ou a área está cara, ou o mercado é ruim. Seja lá qual for a razão, as duas já deixam o empreendimento inviável. Lógico que se for porque está caro nós tentamos renegociar, e se o mercado for ruim a área perde atratividade e nós escolhemos outra.

Então tudo se finaliza na área financeira, se a conta fecha ou não fecha. Mas é tudo muito interligado, não tem nenhuma receita de bolo, cada caso é um caso e eles vão sendo analisados conforme vão aparecendo.

Além de Brasília, que outras áreas do Brasil vocês veem como potenciais?

Hoje nós estamos vendo o Brasil inteiro, nós fechamos recentemente um contrato de parceria em Recife, em Vitória, em Uberaba (onde vamos lançar o segundo Damha agora), Florianópolis, Porto Alegre, e também em uma área que é pouco explorada hoje, e que nós vemos com grande potencial, que são algumas cidades do Nordeste. No Nordeste é muito mais fácil de fechar negócio, o tempo de aprovação é mais curto, além de outra série de benefícios.

Esses projetos no Nordeste seriam para primeira ou segunda residência?

O foco da nossa empresa é primeira residência, então no Nordeste seriam também empreendimentos nesse sentido. No histórico da empresa temos um único empreendimento que foi feito como segunda

32 "Land bank" é o termo utilizado no mercado imobiliário que significa estoque de terrenos. Esses estoques são feitos pelas incorporadoras imobiliárias para terem garantida a produção futura de empreendimentos programados.

residência, que fica em Fronteira, Minas Gerais. É uma terra nossa, que fica em frente à represa Marimbondo. Então havia uma vocação para segunda residência. A estratégia da empresa é de primeira residência, pelo menos por enquanto.

Eventualmente, o Damha Golf de São Carlos ele vai ter tanto uma cara de primeira residência como de segunda residência, pelo tamanho dos lotes. Mas nós acreditamos no mercado para primeira residência para absorver esses lotes com tranquilidade.

Como vocês veem o potencial de crescimento da região de São Carlos?

Nós vemos de uma maneira muito positiva, inclusive lançamos em março desse ano o Parque Tecnológico. O Parque, além de ser um empreendimento imobiliário viável, ele possibilita o crescimento da cidade. Uma das nossas maiores intenções é promover o crescimento da cidade de São Carlos. A cidade está estagnada há muitos anos com cerca de 220.000 habitantes, e não sai disso, não cresce. E é a cidade que tem a maior concentração de PHDs do Brasil, antigamente se falava em 1 para cada 180 habitantes e, recentemente, uma autoridade da cidade, falou para nós que é 1 PHD para cada 120 habitantes. Então é uma cidade que tem um potencial muito grande para atrair empresas de base tecnológica, que geraria uma riqueza muito grande.

O que acontece hoje, é que as pessoas vão para lá, estudam nas diversas Universidades que estão lá, UFSCar, Usp etc., e vão embora. Isso acontece muito. Com a criação do Parque Tecnológico, a nossa intenção é de criar um polo de desenvolvimento, onde as empresas se instalem, e as pessoas também, gerando riqueza e crescimento demográfico. E logicamente, que as pessoas que trabalharem nessas empresas, que comprem os lotes que nós vamos lançar no residencial Damha.

Com um empreendimento desse, você pode, eventualmente, acelerar o desenvolvimento de uma área, que se daria em 15 anos, para 7 anos, por exemplo. Porque você está gerando uma demanda e agregando valor. E essa é uma das intenções nossas primordiais para o Parque Tecnológico. Além de um carinho especial da empresa pela cidade, já que o Dr. Anwar é de São Carlos, e passa muito tempo lá. Ele quer fazer algo pela cidade também. Muitas das coisas que foram feitas no parque - fosse alguém extremamente capitalista, só pensando no retorno financeiro - jamais teria feito daquele jeito, com tudo na frente, com uma baita infraestrutura, com tudo muito bem cuidado, para depois empreender. Então em São Carlos tem uma visão muito mais afetuosa, com vontade de deixar algo de bom para a cidade, promover o desenvolvimento sustentável da região, trazer riqueza para a cidade, e é o que realmente está acontecendo lá.

No caso, antigamente o parque era aberto a todos. E ele foi fechado na semana passada.³³ Qual o motivo do fechamento?

É verdade, ele foi fechado. O motivo é que o uso que as pessoas estavam fazendo do parque não estava de acordo com o que deveria ser feito lá. Isso estava atrapalhando os moradores dos residenciais, os frequentadores do campo de golfe e estava depreciando o parque. Então chegava uma pessoa, ligava o carro na beira da represa com o sol alto, dali a pouco chegava mais um carro com o som alto, cachorros soltos, e daí tirava a tranquilidade do lugar. E não era só isso, era sexo, drogas e *rock and roll* rolando no parque. Ou seja, isso acabava depreciando nosso ativo, e os próprios moradores também reclamavam que se sentiam incomodados. Então para controlar isso foi melhor fechar, era comum encontrar camisinha no gramado, drogas, mesmo com o policiamento. A área é muito grande e fica difícil controlar

33 Essa entrevista foi realizada no dia 17 de agosto de 2010.

muito. É uma pena, a nossa intenção no início era deixar o acesso livre porém controlado, filmando a placa dos carros que entram, eventualmente anotando o nome das pessoas, mas permitindo a entrada. Mas de um tempo para cá decidiram restringir para os moradores dos condomínios e usuários do golfe e para quem tenha algum outro motivo para estar lá. Mas com certeza para a cidade é um local agradabilíssimo, para as pessoas aproveitarem a área. Mas é assim que funciona, se você libera demais você perde o controle, e o que era bonito hoje fica feio amanhã, e todo mundo perde. Então esse é o motivo do fechamento.

Dentro da ótica de loteamento e de desenvolvimento imobiliário, conforme você vai avançando uma área desenvolvendo empreendimento para dentro, você tem que doar áreas para a prefeitura, que deixam de ser particulares e se tornam públicas. A nossa cancela hoje está no limite do que ainda não foi desenvolvido, então conforme o empreendimento for se desenvolvendo no futuro nós vamos ter liberar cada vez mais ao parque, como um parque público.

Em São Carlos houve algumas trocas, se não me engano, onde se trocou a doação de áreas institucionais por obras públicas de que a prefeitura precisava. Mas hoje estamos preferindo doar áreas do que trocar por obras.

Nós vemos em São Carlos um potencial muito grande de valorização, é um *case* urbanístico brasileiro lá, e no final das contas, quando os projetos estiverem completos lá, vai ter muita coisa.

Como são os próximos investimentos?

Ainda tem hotel para sair, tem um pequeno shopping, que é o *Mall*. Esse *Mall* surgiu como estratégia nossa para prover serviços para os moradores dos condomínios. Como os condomínios não estão dentro da cidade, estão um pouco afastados, você tem que criar uma estrutura de conveniência para que os moradores não necessitem ir à cidade para comprar pão, para ir ao cabeleireiro, ao pet-shop etc. O *Mall* surgiu não como negócio, com a intenção de dar retorno, mas como um produto complementar aos loteamentos. Mas logicamente que nós não vamos entrar nisso para perder dinheiro. Nós não queremos sair fazendo shoppings e fazer uma nova divisão de negócios de CCS,³⁴ não é a nossa intenção. Mas os moradores dos condomínios estavam pedindo isso, então hoje a Damha está construindo três *Mall* desses, um em Campo Grande, onde já temos três residenciais, outro em São José do Rio Preto, em fase de aprovação, e o outro em São Carlos, que também está em fase de aprovação e deve começar a ser construído logo mais. Conforme surgir a necessidade de se fazerem outros, nós vamos fazer, pois isso agrega valor ao loteamento.

O hotel por enquanto é projeto, estamos estruturando uma operação similar à do *Mall*, só que o *Mall* é mais fácil, não deixa de ser uma atividade imobiliária, e já o hotel é um pouco mais particular, é a atividade hoteleira propriamente dita. O hotel tem uma sinergia muito grande com tudo o que já existe no empreendimento, com o golfe principalmente, com a hípica, com o parque tecnológico, e com os residenciais. Além disso, a detecção da necessidade de hotéis foi muito fácil, já que São Carlos é muito carente de hotéis, o Ibis de São Carlos tem uma taxa de ocupação média 95%, é um absurdo, é uma taxa de ocupação muito grande. Tem o hotel Anacã, que é de uma rede, que é um hotel caro no meio da cidade, mas que não traz muitos benefícios. Assim, existe uma carência muito clara na cidade de unidades hoteleiras, e nós já temos toda uma infraestrutura no nosso empreendimento, com a hípica, o golfe, a represa, e muitos eventos que acontecem lá. O parque tem uma vida muito grande, e o hotel, por

34 CCS é a sigla utilizada para denominar os "Centros de Comércio e Serviços".

consequência, tem uma necessidade e uma viabilidade muito fácil de detectar.

A nossa intenção não é criar um hotel elitista, mas sim um hotel de bom padrão, diferenciado dos hotéis que têm na cidade, com um projeto mais horizontal e menos vertical, afinal área lá não é nosso problema, nós temos bastante área. É um projeto que vai misturar hotel com a venda de unidades autônomas, com serviços hoteleiros vinculados, que seriam empreendimentos imobiliários. A nossa intenção é atrair um parceiro do ramo hoteleiro, para que ele construa e administre o hotel, e nós entramos com a terra e viremos sócios. Em princípio serão 128 quartos no hotel e 40 vilas, que serão essas unidades imobiliárias que nós devemos vender. Porém elas estão vinculadas ao setor hoteleiro, no qual o comprador pode colocar a vila no ponto de locação quando ele não quiser usar. Assim isso diminui o custo de manutenção dele, podendo eventualmente até gerar uma receita, dependendo do fluxo. O hotel também terá capacidade de expansão para 200 quartos propriamente ditos, e também terá um pequeno centro de convenções para 400 pessoas, afinal um hotel não vive só de lazer de fim de semana.

Há um projeto de um centro esportivo também?

Tem um projeto perto da fazenda São Miguel, foi a doação de uma área para a prefeitura da cidade, para ela criar um centro de desenvolvimento de esportes, em função da própria imagem da Maurren Maggi, atleta de salto em distância da cidade. Existe a intenção e o projeto, mas é um projeto que nós vamos doar a área e quem vai realizar é a prefeitura.

E em relação ao empreendimento Damha em Araraquara?

Se não me engano, o empreendimento em Araraquara apresenta dois Damhas e um Village já lançados, já vendidos e já construídos. O público em Araraquara é bem similar ao de São Carlos. Ano que vem devemos lançar o Village II, e tem espaço para mais empreendimentos lá. Araraquara, em termos de preço de venda, não é uma praça boa, mas também o preço de aquisição da terra possibilita o investimento. É uma área para ser desenvolvida aos poucos, tem menos pujança que São Carlos, muito menos pujança que São José do Rio Preto ou Mirassol, mas que é artigo valioso que a gente tem, que vai ser desenvolvido conforme o padrão Damha, e conforme o tempo permitir.

Lá são apenas condomínios horizontais, tem um pequeno parque, teve uma área que foi doada também, respeitando as diretrizes e legislações.

Em Ribeirão Preto, não temos empreendimento, estamos procurando área lá para empreender, mas até agora não conseguimos fechar nenhum negócio na região. Ribeirão Preto está em crescimento também, o Alphaville lançou lá no começo do ano e vendeu super bem, e caro.

Temos área em Piracicaba, onde provavelmente vamos lançar o Damha II ano que vem, e tem espaço para mais dois Villages em áreas que nós compramos. Foi uma compra mais recente, fomos comprando aos poucos pequenas propriedades, é um processo trabalhoso, muito demorado, mas nós conseguimos fazer isso. O primeiro Damha já foi vendido, já tá quase pronta a obra, e o segundo Damha deve ser lançado semana que vem.

Temos também área em Limeira, em um empreendimento isolado que não tem espaço para expansão. Vai ser um Village. Em Mirassol já temos três empreendimentos, e em Catanduva também possibilidade.

Não existe uma restrição, um número de corte em termos de habitantes para as cidades serem viáveis ou não para os empreendimentos, existe uma viabilidade financeira que ela tem que fechar. Às vezes a cidade é pequena, mas ela é uma cidade-dormitório de outra maior, então ela apresenta viabilidade em

termos de preço. Então o fato da cidade ser maior ou menor não é decisório. Impacta, é lógico, é sempre melhor estar em uma capital, como por exemplo, Vitória, Recife, onde fechamos contratos de parcerias, e que nós temos certeza que vai ser um sucesso muito maior. Mas nada impede que nós façamos investimentos em cidades menores, e temos ido. Limeira é o caso, e Catanduva também, que é uma cidade bem menor, perto de São José do Rio Preto.

Um exemplo em São Paulo é Nova Odessa, que tem um mercado fantástico. Nós não fechamos contrato lá, pois tivemos problemas com a área encontrada.

Como vocês identificam o público para o empreendimento?

Vai do nosso conhecimento de mercado. Dentro da empresa temos funcionário com o “cheiro” de mercado muito apurado, o Paranhos, por exemplo, que já tem 30 anos de urbanização pelo Brasil, ele sabe que Nova Odessa está cercada de fábricas, fica perto de Campinas e que é um mercado muito bom. E, além da experiência dos funcionários, nós também fazemos pesquisas de mercado, que são pesquisas contratadas, não são baratas, mas que dão uma segurança muito grande para nós, em termos de preço, de velocidade de vendas, de validação do produto pelo público. Então a pesquisa já sinaliza onde vale mais a pena fazer um Damha, ou então um Village, para uma classe média.

Em relação à velocidade de crescimento das residências nos lotes vendidos, há um prazo colocado aos moradores para a construção das casas, e também em relação à compra de lotes por empreendedores para a venda posterior da residência?

Não, nós não colocamos prazo. Mas no momento da venda nós procuramos direcionar mais para o comprador que pretende construir a casa para morar do que o especulador que está comprando para revender daqui para frente e criar uma pirâmide financeira. Então, no momento da venda, a nossa área comercial tem esse cuidado, tentamos direcionar o máximo possível para o comprador morador. Então não existe nenhuma obrigatoriedade no prazo para a construção, mas eventualmente nós facilitamos para aquele que quer construir; nós não limitamos aquele que não quer, mas nós facilitamos para aquele que quer, estimulando a construção.

Hoje mesmo está havendo um evento no Parque Tecnológico com alguns funcionários da Damha e alguns compradores do Parque, para ver aquilo que eles precisam para começar a construir. Então nós queremos incentivar a construção dos prédios que vão surgir no Parque. E fizemos um evento com todos os compradores para estimular isso.

O Parque Tecnológico foi lançado no final de março, e já está 75% vendido. Ele tem venda mais lenta que os residenciais, mas foi melhor que a nossa expectativa, foi uma experiência nova para nós, então foi uma grande incógnita. Foi a primeira experiência em loteamento empresarial industrial, de indústria limpa. Mas foi uma surpresa muito positiva, você vender 70% na largada é uma experiência muito boa.

O Parque Tecnológico Damha é o primeiro parque tecnológico privado no Brasil, e é um projeto que nós viemos desenvolvendo há uns quatro, cinco anos, até chegar o momento do lançamento. Porque tem uma série de caminhos que você tem que seguir e de obrigações que você tem que cumprir. Só para dar um exemplo, você tem que criar uma entidade gestora para o parque, que é uma OCIP, que é uma entidade de interesse público. No caso criamos o Inova, que hoje em dia é uma entidade independente. Você também tem que ter uma incubadora de empresas lá dentro, e por aí vai. Tem uma série de pré-requisitos que você tem que atender pra você se enquadrar no programa paulista de parques tecnológicos do Estado de São Paulo. Assim foram quatro anos de trabalho criando as bases pra poder lançar o empreendimento

imobiliário que foi feito agora. Então o parque tem muitas particularidades.

Se não me engano o Parque Tecnológico em projeto para Ribeirão Preto também é privado, mas os empreendedores devem estar patinando, porque não é fácil, na verdade, é muito complicado. É muita documentação, é muito pré-requisito. Você tem que ter uma interface muito grande entre as faculdades, as esferas governamentais e as empresas privadas. Realmente não é simples.

No Parque Tecnológico Damha, também vai haver o CITESC, que vai se instalar dentro do parque. Nós doamos a área para o poder público, que vai construir o prédio para a instalação do CITESC. O Parque também vai ter um Centro de Inovação, que é onde o Inova vai estar. E lá a Encalso vai fazer uma boa parte, e vai ter uma contrapartida do poder público para a construção do Centro. O Inova é a entidade gestora do parque tecnológico, mas que tem vida própria, apesar de ter sido fomentado pelo grupo Encalso, ele não está subordinado a nós. Então ele pode vir a gerir outros parques tecnológicos no futuro, acredito que não exista limitação para o Inova.

Para o Parque Tecnológico Damha, o Inova faz o filtro das empresas que vão poder se instalar lá, em função dos critérios, ele que vai fazer a interface das universidades com as empresas e com o poder público, para o desenvolvimento tecnológico.

O Centro Inova vai ser construído bem na entrada do Parque Tecnológico, e vai ter um pequeno centro de convivência, com salas de convenções de uso comum, e também refeitório, restaurante etc., que vai servir as empresas. É claro que, eventualmente, se uma grande empresa adquirir uma área maior e quiser ter seu restaurante na sua própria fábrica, pode ter.

O desenho urbano do Parque Tecnológico ele foi feito da maneira que fizesse mais sentido no custo-benefício, houve um primeiro projeto, e depois ele foi completamente alterado para trazer aproveitamento e melhor eficiência. Por exemplo, em um condomínio industrial não há necessidade de ter ruas de contorno, como nos nossos residenciais. No residencial, isso agrega muito valor em termos de nobreza dos lotes e em termos de segurança. Já no condomínio industrial isso perde o sentido, por isso o projeto foi modificado.

O Parque hoje tem dois condomínios industriais, que foram lançados em uma única fase. Temos uma segunda fase para desenvolver, onde provavelmente haverá mais dois condomínios.

As áreas da empresa em São Carlos são a da Fazenda do Urso, que tem 12.200 hectares, e o Parque São Miguel, que são mais 2,3 milhões de metros quadrados. Nós pretendemos ocupar mais áreas, e isso é sempre feito de acordo com todas as normas, diretrizes etc., que o poder público exige, como os estudos de impacto ambiental. Foi feito um estudo de impacto ambiental em 2006 prevendo uma série de empreendimentos e, conforme nós vamos mudando esses empreendimentos, nós temos que fazer uma retificação desses estudos. Nós pretendemos ir construindo aos poucos nas áreas do grupo.

Como você vê o empreendimento para o município de São Carlos?

Eu acho que é um empreendimento fantástico para a cidade, que traz muito benefício para a cidade. Além de prover uma qualidade de habitação muito grande para quem está lá, ele chama muita gente de fora para a cidade, o que traz um benefício enorme para o município. Ele remunera o capital da empresa, sem dúvida nenhuma, mas para cidade ele é muito benéfico, traz um crescimento planejado e muito sustentável, traz riqueza de IPTU, atrai novos moradores. Inclusive toda a parte de reflorestamento que foi feito lá traz a noção de sustentabilidade ecológica que a empresa tem como característica também.

Eu diria que 80% dos moradores do empreendimento vivem lá como primeira residência, são pessoas que moram e trabalham na cidade, ou nas imediações. Isso para todos os empreendimentos Damha. Nós vemos que o Parque Tecnológico vai atrair mais moradores para o empreendimento e a própria infraestrutura do Damha já é atrativa de mais moradores da cidade, pois tem muita qualidade, tem muitos benefícios. Não tem que fazer muito esforço, o que tem lá já fala por si.

Nos outros municípios que não tem o diferencial do Parque como São Carlos, também é similar. Em São José do Rio Preto, por exemplo, nós lançamos esse ano o Damha VI. Os Damha I, II, III, IV e V já estão 100% vendidos, e os Damhas I, II, III e IV já estão completamente prontos, com muitas casas construídas, é difícil achar um terreno vazio. É um sucesso de desempenho. Dentro do condomínio, em si, já se tem muita qualidade de vida, isoladamente. Então se você reparar na generosidade das áreas verdes dentro dos nossos empreendimentos é uma coisa absurda, em São José do Rio Preto temos 120.000 m² de área verde. Então você está do lado da cidade, em um condomínio que tem segurança, lazer, infraestrutura, saneamento etc., tudo junto. Então é muito fácil você atrair pessoas da cidade para morarem lá, porque tem muita qualidade, tem muitos benefícios. Em uma semana que fizemos um *Road show* em São José do Rio Preto, em junho/julho, vimos um grupo de crianças, em fila indiana, com mochila nas costas, acompanhadas de um guia, caminhando pela área verde. As crianças estavam indo acampar na área verde dentro do condomínio. Olha que coisa agradável, o seu filho está com um monitor dentro do próprio condomínio, ele não vai sair para a rua, e vai se divertir lá dentro, vai acampar e vai participar de atividades criadas pela associação de moradores, e que trazem benefícios muito grandes. Então é relativamente simples você atrair pessoas para morarem nos nossos condomínios porque tem qualidade, tem diferenciação. É muito melhor morar em uma casa em um condomínio do que em um apartamento.

No momento não pensamos em realizar empreendimentos verticais. A empresa é especializada em construções horizontais, mas nada impede que o próximo passo seja a realização de prédios. Não está no nosso DNA ainda, mas nós podemos nos estruturar para fazer isso. Assim, não está no plano em curto prazo, mas pode ser feito. Em curto prazo está começar a corporação, que começa esse ano. A empresa está crescendo muito bem, e hoje ela é reconhecidamente a melhor empresa de urbanização no Brasil.

Como é a agressividade do mercado imobiliário?

Nosso principal concorrente hoje é o Alphaville, que tem uma estratégia de abrangência nacional, e temos outros concorrentes menores, muitos concorrentes locais pequenos, mas hoje posso afirmar que a Damha Urbanizadora é, tranquilamente, a melhor empresa de urbanização do Brasil.

O Alphaville ainda é o maior grupo, ele foi comprado pela Gafisa em 2006, e é uma empresa que surgiu com o Damha, muitos anos atrás, só que é uma empresa de capital aberto, e até em função disso vem perdendo uma série de características que fizeram com que o nome Alphaville agregasse um valor tremendo. Conforme eles vão se “comoditizando”, vamos dizer assim, baixa qualidade e alto volume, o nome deles acaba sendo prejudicado. E isso vem acontecendo em curto prazo, mas essa é uma visão mercadológica minha. Nós vemos que muitos parceiros que eram do Alphaville não querem mais empreender com o grupo. Tem muitos clientes que, hoje em dia, quando comparam o Alphaville e o Damha, nas poucas cidades em que nós acabamos nos cruzando, que preferem muito mais o conceito Damha do que o conceito Alphaville.

No Alphaville você tem o loteamento, uma espinha de peixe com lotes pra tudo quanto é lado, e o clube fica fora, é uma outra portaria, é uma outra estrutura fora do condomínio. Aqui não, você tem tudo dentro, sai da sua casa e vai a pé para a área de lazer, para o clube, academia, quadras e por aí vai. Além disso, a taxa de manutenção de um modelo Alphaville acaba sendo mais cara, porque tem que sustentar as duas

estruturas separadas. Logo o condomínio acaba ficando mais caro. No Damha não, a mesma estrutura cuida de tudo. A taxa de manutenção de um condomínio Damha de lotes no padrão de 500 m² é de aproximadamente 200 - 250 reais por mês. É um valor muito baixo perto do benefício que traz.

4 Entrevista com o arquiteto e urbanista Silvio Contart, diretor da Contart & Takano arquitetos, escritório de Ribeirão Preto-SP. Entrevista realizada em 28/01/2011.

Como foi a chegada do empreendimento Alphaville em Ribeirão Preto?

222

Eles tinham um parceiro local, a área foi comprada por um grupo de empresários, inclusive de construtoras locais, que não era loteadores, mas que já trabalhavam com incorporação. Foi mais ou menos o mesmo formato do que foi feito em Campinas, eles elegem uma área e arranjam um investidor parceiro para comprar a área. A partir daí, eles têm um prazo para desenvolver. Eu não sei como foi o processo de projeto e de aprovação do empreendimento, pois eu não acompanhei e não tenho nenhum projeto naquela região, meu trabalho é mais no entorno da mata Santa Tereza, do entorno da Fazenda Olhos d'água, na vertente do córrego São Geraldo e expansão da região do Jardim Botânico. Nós trabalhamos no loteamento Jardim Botânico, nos Condomínios São Diego com o pessoal da Stephanie Nogueira, depois no projeto no projeto San Antonio, que depois virou Jardim Sul pela Camargo Correia, e depois nós fizemos na continuação da mesma avenida o Loteamento Quinta da Primavera. Na outra vertente, no Vale da Serraria, tem o projeto São Geraldo, o Serraria, o Olhos d'água, o Ribeirão Preto, o projeto Nova Aliança, vizinho do Shopping Ribeirão, o Nova Aliança Sul, depois do anel viário, depois o complexo do Ipê Golf Club, Ipê Rosa, Ipê Amarelo, Ipê Branco, o Quintas do Golf, entre outros. Nós também temos participação no projeto Olhos d'água, que fica na continuação da Avenida João Fiusa. E também temos participação no Reserva Santa Luiza, também na continuação da João Fiusa.

O que acontecia na zona sul é que existiam diversas propriedades pequenas e poucas propriedades grandes, em torno de 3, 4 milhões de metros quadrados, como eram a Fazenda Nova Aliança, a Aliança, a Olhos d'água, a Retiro do Ipê, Santa Tereza, Invernada e a Santa Maria, entre outras. O resto eram chácaras e sítios, propriedades menores, o que acabou possibilitando a fragmentação das áreas, que estão se desenvolvendo como loteamentos menores, ou condomínios.

Como Ribeirão Preto, desde 1995, na época do Plano Diretor, equiparou no parcelamento do solo o condomínio ao loteamento, do ponto de vista de área legal, reserva de área verde e institucional, do sistema viário público etc., os condomínios eles não significam tanto uma ruptura tão grande no tecido urbano quanto acontece em outros lugares. Esses condomínios acabam respeitando as diretrizes e o tamanho das quadras e das unidades fica um pouco menor.

Eu tenho a impressão que o loteamento fechado, dentro dessa visão de mega empreendimento, acaba criando mais problema do ponto de vista da circulação, do acesso, do que o condomínio. O condomínio, como é uma incorporação com unidades prontas, ele tende a ser menor, mas eles estão intermeados de áreas de uso misto e eles vão se desenvolvendo como unidades de vizinhança. Nós procuramos não ver o condomínio como vilão do tecido urbano, pois ele é uma forma de se recuperar um pouco a hierarquia do sistema urbano, do ponto de vista do grau de uso público dos espaços. Na cidade tradicional, havia os grandes eixos movimentados, as avenidas e ruas de comércio, bazares e também havia os enclaves residenciais mais reservados, com um desenho urbano que dificultava o trânsito passante, e criava uma condição de comunidade local. Se você criar esse tipo de hierarquia no sistema viário, você consegue esse efeito, estabelecendo uma região onde quem convive ali não tem interferência de quem está passando por ali. O condomínio é apenas a formalização dessa estrutura urbana, que já é tradicional, através de um portão e um cercamento. Mas o formato já existia na cidade tradicional.

Agora quando você faz um loteamento com 400, 500 lotes e cria um muro em volta, aí você cria uma situação de uma região geográfica muito grande, separada do resto da cidade. Nós não temos a visão negativa do condomínio, mas nós pensamos que alguns aspectos precisam ser contemplados no projeto, para fazer essa área se inserir no projeto urbano.

Nós estamos trabalhando em Ribeirão Preto há quase 20 anos e nesse período já fizemos mais de 10 mil unidades, entre lotes de condomínios e residenciais. E eu diria que a proporção é de 60% de projetos em áreas abertas. E nós trabalhamos praticamente com projetos de alto padrão, são poucos os loteamentos populares que trabalhamos. Muitos desses loteamentos que fizemos então são abertos, como o Jardim Botânico, o Nova Aliança, o Nova Aliança Sul, o Quinta da Primavera.

Sobre os novos empreendimentos, o que tem surgido no setor de serviços?

No caso do empreendimento Olhos d'água, que fica entre um vazio de empreendimentos, clubes, condomínios, foram pensados cinco frentes de projeto: uma tem um centro comercial, com prédios de escritório e prestação de serviços, com comércio no térreo e eles têm um conjunto de lotes para edifícios altos. Na frente que trabalhamos, nós temos um centro comercial de lotes comerciais, 26 lotes para edifícios altos e quatro condomínios residenciais térreos, com lotes de 500 a 1000 metros quadrados.

No complexo do Ipê Golf Club é a mesma coisa, temos uma área de 100 mil metros quadrados que foi reservada para o shopping Iguatemi, tem o campo de golfe e no entorno temos diversos condomínios. No entorno imediato do shopping, serão lotes de uso misto, com lotes para edifícios de até 15 pavimentos residenciais e comerciais, lotes para edifícios baixos, de até 3 pavimentos, também de uso misto. Nos condomínios fechados, teremos aproximadamente 800 unidades de lotes.

Eu acredito que, quando as áreas são grandes, como é o caso do Alphaville, do Quinta da Primavera, do Ipê Golf Club, Olhos d'água, a tendência é que tenha um apoio de comércio e estrutura.

Mas a ideia da descentralização do foco mercado imobiliário é uma ideia que transpôs muito bem das cidades maiores para as cidades médias. Nós tínhamos aqui, até os anos 80 e começo dos anos 90, uma centralização muito grande dos edifícios altos e, com essa mudança de visão, que também tem a ver com as empresas de atuação nacional que se espalharam pelo país, como uma visão de capital, você começou a ter núcleos de uso misto longe do centro histórico e que estão gerando uma possibilidade de mercado para edifícios altos nessas diferentes regiões.

Eu acho isso muito positivo, pois dessa forma criamos diferentes densidades, em regiões específicas, e que tem muito a ver com a visão do Plano Diretor de Ribeirão Preto, que pretendia criar regiões de uso misto, e que as pessoas não precisariam se deslocar para utilizar os serviços do centro. A nova leva dos empreendimentos imobiliários tem buscado esse uso misto e não mais aquela visão bucólica dos condomínios.

Nós também conseguimos mesclar não só diferentes usos, mas também diferentes classes sociais, porque a casa em um terreno de 2000 m² é muito limitada, são poucas as pessoas que têm a possibilidade de comprar um lote desse tamanho. Já os condomínios de casas prontas, com casas de 200m², já são bem mais acessíveis. E as propriedades vizinhas vão se agregando ao empreendimento, e a região vai se expandindo.

E sobre os projetos e legislações para a prevenção de enchentes?

Tem o projeto público de uma barragem, que é um lago que não é permanente, e só se ocupa quando chove forte, evitando inundação. Mas o projeto é de 1983, e a execução depende muito da gestão e o projeto ocupa diversas propriedades pequenas.

De uns anos pra cá nós temos a obrigação na legislação da prevenção de enchentes com a retenção de águas. Todos os loteamentos novos da região sul do município, que foram aprovados depois dessa lei, têm essa prevenção, que é o projeto das cacimbas. Mas as enchentes que ocorrem na área central ocorrem desde 1920. Então quando era tudo área rural na região sul também inundava. É claro que existe a necessidade de se fazer esse tipo de prevenção com a retenção de águas na região sul, existe também a necessidade de se aumentar as áreas permeáveis à montante e os usos como o campo de golfe e outras áreas permeáveis, ajudam a impermeabilizar menos a montante da cidade, mas não vai solucionar o problema da enchente com isso, só não vai agravar. Para resolver, deveriam ser desocupadas as áreas que estão dentro do leito maior do rio, afastando as avenidas, e deixando mesmo espaço para o rio inundar. Além disso, tem a questão da configuração do solo regional, que faz com que a drenagem das águas seja em direção às áreas centrais da cidade. A questão da enchente deveria ter uma visão de planejamento regional, e a administração atual não tem essa visão. Eles têm feito obras de escoamento, aumentando canais etc. Existe um plano de macrodrenagem sim, mas tudo pensando em aumentar a retenção, mas somente isso não vai resolver os problemas, apenas diminuir a velocidade do crescimento do problema.

As pessoas ainda têm uma visão negativa dos rios. Qual a relação das pessoas com os rios em Ribeirão Preto? Tem o clube de regatas e as outras áreas no entorno do Rio Pardo, como são esses usos?

Ribeirão já teve uma relação mais próxima do Rio Pardo do que o que tem hoje. Eu acho que em função da poluição das usinas de açúcar, do impacto da falta de tratamento de esgoto antigamente, o rio acabou ficando muito sujo, embora hoje já tenha melhorado.

A cidade tem uma utilização do Rio Pardo como lazer, são 3 ou 4 clubes na beira do rio, e uma série de sítios e chácaras no entorno, mas o rio não faz parte da vida da comunidade de uma forma forte. Foram criadas áreas industriais depois do rio, e isso tem criado uma barreira entre a cidade e o rio. Não tem sido feito nenhum plano de longo prazo, mais ambicioso, no sentido de se prever um grande parque na beira do rio. A hora seria agora, enquanto a cidade não chegou lá. Seria valorizar o rio enquanto patrimônio ambiental e, se criar um parque rural, que um dia vai virar parque urbano. E isso pode ser feito agora na base da legislação, precisa ter visão do futuro e ter vontade.

Como você vê a questão do sistema de parques e áreas livres em Ribeirão?

Eu acho que nós sofremos com a falta de uma visão de sistema. Cada praça é uma coisa, cada parque é uma coisa, cada um tem uma gestão diferente. O poder público gasta pouco e gasta mal. As áreas verdes e áreas de lazer, para população poder usufruir, precisam ter manutenção. Isso envolve deixar um valor razoável do orçamento pra isso. Não adianta implantar a área livre se não cuidar. Parece que pensam que, se fez uma vez, nunca mais vai cuidar. Esperam destruir para depois construir de novo. Falta uma coordenação de ações.

Além disso, para o lazer em áreas públicas funcionar, precisa haver uma visão coletiva, uma percepção da população de que aquela área faz parte da vida delas. Em praias, por exemplo, as pessoas sabem o que vão encontrar e como se devem cuidar as praias. Isso acaba se tornando uma questão de cultura que permeia aquela atividade. Já em praças e parques parece que essa relação ainda não se estabeleceu. Não faz parte da cultura da cidade e nem da comunidade o cuidado com as áreas livres.

Se houvesse um convívio comunitário maior, uma utilização mais assídua e as pessoas se sentissem tomando conta do que é delas, talvez a prefeitura tivesse que cuidar menos. Ainda somos muito reféns de uma visão do Estado, de que é o governo que precisa cuidar, e as pessoas não tomam iniciativa.

O grande desafio é transformar esse amor pelo meio ambiente em vontade de pagar conta. A hora que você falar “eu quero cuidar, e estou disposto a pagar”, aí muda tudo. Por isso que talvez o condomínio tenha um apelo tão grande, porque a gestão é local. As pessoas cuidam daquilo com muito zelo, carinho, e se dispõem a pagar um custo de manutenção alto, porque é delas. A apropriação do espaço público ou semipúblico, ela passa também por essa visão de gestão. A descentralização de gestão gera uma proximidade das pessoas com as decisões, de como será gasto o dinheiro, como será a iluminação, a vegetação etc. Nos condomínios as pessoas querem cuidar daquilo. Mas as pessoas se sentem mal em cuidar daquilo que é “terra de ninguém”. Uma pessoa passa no local público, joga lixo e eu que vou catar? Não.

No condomínio, o usuário é a autoridade local. Essa gestão descentralizada, com a solução dos problemas pela comunidade local, envolve as pessoas e gera um ambiente cívico, que nós perdemos na cidade. O que está acontecendo lá na rua não é problema meu, o caminhão jogando fumaça, a pessoa jogando lixo, a criminalidade e por aí vai.

A discussão do porquê a cidade chegou nesse ponto é ampla, tem a ver com cultura, com repressão dos movimentos sociais, com a falta de exercício de democracia, com excesso de televisão, com o excesso do convívio dentro das residências, com a individualidade grande de uma classe emergente, e também tem a ver com as pessoas, com a falta de um modelo, de um vocabulário, de como as coisas poderiam ser. Falta conhecimento. Não passa na cabeça da maioria das pessoas que poderia ser diferente.

Então nos projetos dos empreendimentos nós tentamos levar esses assuntos em consideração. Por exemplo: nós não fazemos mais nenhum projeto de loteamento aberto sem a criação de uma associação de moradores, compulsória, no contrato. Com essa associação, já se cria um modelo de gestão local, para as pessoas já se agregarem de saída no empreendimento, com um embrião de associação já pronto pelo empreendedor. Se isso não é feito no projeto, demora muito tempo para se formar depois.

Então todos os loteamentos que fazemos já saem com uma associação formada. E os espaços livres são sempre pensados de maneira que as pessoas possam cuidar, e as pessoas possam se apropriar e participar da gestão e manutenção. Sempre tentamos criar uma situação de hierarquia viária, com vias movimentadas e vias locais, onde é a vida da comunidade. Às vezes acontece de as vias locais e bolsões se fechem com guarita e se crie um condomínio, e as pessoas se sentem mais relacionadas nesses espaços. Nós em geral trabalhamos com uma malha viária mais orgânica, de acordo com a topografia, e procuramos marcar bem a hierarquia viária.

E em relação às chácaras de recreio? Tem procura em Ribeirão Preto?

Não. Antigamente a legislação permitia que essas áreas fossem feitas sem grande infraestrutura, sem rede de esgoto, sem pavimentação nas ruas, essas áreas de chácaras proliferaram um pouco. Mas depois com a legislação hoje tem a exigência de toda a infraestrutura para esse tipo de investimento, e o mercado é fraco ainda. Os lotes grandes de, por exemplo, 5 mil metros quadrados, têm preço baixo, que não cobre o gasto com a infraestrutura.

Nas áreas de chácaras da zona leste do município, têm chácaras boas e outras mais abandonadas. Existia uma tentativa do ministério público em deixar aquela região inteira com baixa densidade de ocupação,

mas não tem mercado para isso. Ali na zona leste também tem uma área muito grande que foi ocupada por acampamento do MST.

As chácaras que ficaram na região sul, que foram construídas nos tempos em que essas áreas eram rurais, têm mais procura, e hoje são praticamente mansões.

E as favelas de Ribeirão?

226

Tem bastante, têm umas favelas maiores e menores, em bairros mais populares, como Ipiranga, Vila Tibério, têm também em áreas perto do aeroporto, entre outras. Eu não sei dizer quantas famílias estão assentadas nessas favelas. O bairro Jardim Progresso era uma antiga favela, que foi urbanizada e tem outros casos desse tipo.

E o planejamento da prefeitura para as habitações sociais?

Eles têm feito relocações, mas tem ficado difícil fazer habitação social em Ribeirão Preto, já que a demanda de classe média e alta ainda é muito grande. Então ainda não tem muita iniciativa de se fazer habitações sociais. A prefeitura tem vários projetos, de CDHU, COHABS etc., a maioria na região norte do município.

E em relação à expansão da área urbana de Ribeirão e a uma possível conurbação com outros municípios do entorno?

Eu acredito que já se pode falar em uma conurbação de Ribeirão. Os municípios de Sertãozinho, Cruz das Posses, Jardinópolis, Brodowski, Jurucê, Dumont, Cravinhos, Serrana, Serra Azul e outros, formam um sistema urbano de estradas, que no futuro podem formar um grande anel viário. Principalmente Cravinhos, Jardinópolis, Dumont, Barrinha e Sertãozinho podem formar uma conurbação com Ribeirão Preto, não tão forte quanto a de Campinas, mas que vai acabar acontecendo. Muitas pessoas que moram nesses municípios trabalham em Ribeirão. Muitos pedreiros que trabalham em Ribeirão moram em Barrinha. Mas do mesmo jeito que pessoas de Ribeirão Preto trabalham em municípios menores.

Em relação ao desenvolvimento industrial tecnológico do município e do Parque Tecnológico?

Ribeirão é muito forte na prestação de serviços, mas ainda não tem muita força nas indústrias. O setor sucroalcooleiro também movimenta muito a economia em Ribeirão Preto. Tem uma tentativa do desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia no setor médico.

Em relação ao Parque Tecnológico, a indústria da produção nunca foi muito forte aqui. A pesquisa é mais forte e tem a ver com a faculdade de medicina da Universidade de São Paulo, mas não tem muita produção. A produção de conhecimento é maior ainda.

O forte de Ribeirão Preto mesmo, enquanto polo regional é pelo comércio e também pela parte de médicos. A parte hospitalar é mais forte, até São José do Rio Preto tem um mercado hospitalar mais forte que o de Ribeirão Preto.

5 Entrevista com Alberto Engelbrecht, Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do município de São Carlos-SP. Entrevista realizada em 03 de junho de 2011.

Sr. Secretário, há quanto tempo está trabalhando na Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano?

227

Estou na Secretaria há 35 anos.

Como você verifica a expansão da cidade de São Carlos, induzida pelo Plano Diretor de 2005 para o eixo norte da cidade? Esse Plano Diretor está sendo revisado? Em que medida as ações do planejamento já foram ou estão sendo realizadas?

O que induziu foram as áreas 4A e 4B do mapa de zoneamento urbano do município, e talvez tenhamos que ampliar essas áreas agora na revisão. São áreas que estão fora do perímetro urbano, mas contíguas ao perímetro, que são passíveis de alteração de rural para urbano, com pagamento de outorga. O estoque de áreas do município está acabando, então talvez tenha que ampliar.

O plano diretor também pretendia conter a expansão urbana no setor leste e conseguiram, e provavelmente isso vai se manter, por conta da proteção dos mananciais (zona 5A e 5B). Não queremos que a cidade cresça para esse lado, nem tem necessidade disso. Por conta da questão do escoamento das águas, não é possível expandir nesses vetores.

O Plano Diretor também pretendia adensar a área central, mas isso não ocorreu. Não sabemos por que isso não ocorreu, talvez tenha sido falha na gestão, ou então falta de força nessas diretrizes. Mas pretendemos, agora com a revisão do plano, verificar o porquê que isso não ocorreu, por que não conseguimos implementar algumas questões.

A zona 7 é estritamente agrícola, é a região agrícola da cidade, de uso rural, que não é passível de troca de uso. Talvez seja necessário avançar um pouco na região dos bairros Cidade Aracy e Antenor Garcia, que têm um estoque de terras mais barato, onde podem ser feitos alguns projetos de habitação de interesse social.

Em relação à habitação, quais são os projetos em andamento e os planos futuros? Como está a situação da habitação social no município de São Carlos?

Pretendemos fazer habitação social, mas não muito, acreditamos que umas 2000, 3000 casas sejam suficientes. Na região norte da cidade, vetor de expansão, isso não é possível, pois o valor da terra é muito alto.

As habitações de interesse social que estão sendo desenvolvidas hoje são nos bairros Jardim Gramado, no São Carlos VIII (zona leste do município) e também há projeto para desenvolvimento de habitação social na região do bairro Cidade Aracy, no Parque Novo Mundo, e Planalto Verde, próximo ao Science Park. No Jardim Gramado, são 1000 casas que estão sendo feitas. Temos área para essas habitações, mas talvez tenha que expandir um pouco, para atender essa população. São Carlos não tem favelas e pretendemos continuar assim, se não fornecermos habitação, as pessoas começam a invadir áreas públicas.

Em relação às políticas urbanas atuais, em que elas avançaram e no que continuaram mantendo as políticas anteriores? E em termos da gestão pública?

Teve muita mudança das gestões anteriores para cá, em relação à postura. As pessoas tinham ideia de que “sou prefeito, e a cidade é minha”. Mas a lei é igual pra todos e as últimas gestões têm essa visão. Antes disso não tínhamos nem plano diretor, que é uma questão básica para uma cidade como São Carlos.

Como o senhor considera a expansão da área urbana no setor norte da cidade?

Em relação ao crescimento do setor norte da cidade, com os condomínios e os empreendimentos, eu vejo como um crescimento com qualidade. Mas do ponto de vista urbanístico, do desenho urbano, não é tão bom, já que cria guetos, que segregam. As pessoas passam por esses muros e veem a diferença social, não é bom. Mas a qualidade de vida nesses condomínios é fantástica, para quem mora ali, é claro.

Como fica a questão legislativa dos condomínios e loteamentos em São Carlos? Essa legislação vai se modificar?

Essa é uma questão complicada. Em 2000 foi feita uma legislação criando o loteamento fechado, que foi quando foram aprovados o Damha e outros empreendimentos. Essa lei foi questionada pelo Ministério Público e pela gestão da prefeitura posterior a isso, já que faltava a Lei 6766. Mas para não desfazer o que já estava feito, criou-se essa figura do condomínio, na Lei 4591.

Eles aprovam como se fosse loteamento, deixam as áreas públicas todas para fora e desenham a casa em cima da lei do condomínio 4591. É um misto, entre loteamento e condomínio, que acho isso só acontece em São Carlos.

O empreendedor não constrói a unidade, mas vende uma casa virtual. Então o proprietário tem que mudar a planta, ir ao cartório, fazer o habite-se de novo, é uma loucura. E enquanto não mudarem essa lei vai ser assim.

Qual secretaria trata da questão do meio ambiente? Quem trata o território do município como um todo, enquanto questões urbanas/rurais, ambientais?

A questão ambiental é tratada na coordenadoria do meio ambiente. Também tem o Conselho, o Condema. Todos os empreendimentos de certo porte nós remetemos à análise desse conselho. Nós também temos o Conselho de Desenvolvimento Urbano. Isso é muito bom, e é outra diferença que teve de 2000 pra cá na gestão pública.

Na revisão do Plano Diretor, ainda não chegamos à discussão ambiental, mas de qualquer maneira será proposta uma legislação de Reserva Florestal Urbana, que são áreas de mata, que estão situadas em regiões de valorização da cidade, mas que não podem ser ocupadas do ponto de vista ambiental. Então provavelmente serão propostos uma série de benefícios, como o não pagamento de IPTU, para que a pessoa continue mantendo essa área como uma área verde da cidade.

E em relação aos projetos de áreas livres urbanas, praças e parques?

Em relação aos parques urbanos, temos muito projetos, mas não temos verba para fazê-los. Muitos projetos estão em execução, mas é lento. Tem o projeto do Parque da Chaminé, que está sendo feito, mas é lento, e tem o projeto no Córrego da Água Fria, que estamos tentando conseguir recursos.

A cidade tem outras prioridades também, entre recapear uma rua, construir uma unidade de saúde, uma creche, ou um parque, ficam outras opções. Um dia vai sobrar dinheiro para isso, mas por enquanto outras questões têm que ser priorizadas, e vamos fazendo aos poucos. Saúde, habitação, são questões que vão à frente.

As praças de bairros e outros projetos menores são desenvolvidos aqui na secretaria. Projetos de praças, parques e questões de acessibilidade. Mas nem sempre conseguimos construir imediatamente, por conta de recursos. Temos projeto para quase todas as regiões, mas implantar não é tão fácil. Algumas vezes aparecem vereadores, que precisam arrumar uma praça no bairro de eleitores e que eles têm uma verba pra investir em coisas da cidade, eles fazem. Outras vezes empreendedores, que estão fazendo projetos na cidade, acabam fazendo as praças dos bairros onde eles estão construindo também. São parcerias.

Qual a sua visão do desenvolvimento tecnológico para o município? O que esse desenvolvimento traz para os munícipes?

Em relação ao desenvolvimento tecnológico, temos no município o Parq Tec, o Science Park, o Cedim, o Parque Eco Tecnológico e a Cidade da Energia. Esse último é um projeto do Governo Federal com parceria da Embrapa e que está começando a ser feito, a licitação para a duplicação da via está em aberto. A ideia é concentrar todas as pesquisas de energia renovável nesse centro.

Por conta das universidades, têm muitas pesquisas no município. Eu vejo positivamente esse desenvolvimento tecnológico. Uma empresa tecnológica traz poucos empregos, mas são empregos especializados, qualificados, o que é muito bom também.

E em relação às áreas rurais do município, como são vistas pela Secretaria? E em relação à presença da cana-de-açúcar na região?

A zona rural de São Carlos é bem aproveitada, a prefeitura tem inclusive um projeto de agricultura familiar, onde a merenda escolar está sendo comprada de pequenos produtores, o que é muito bom para os moradores das áreas rurais. A manutenção das áreas rurais tem sido apoiada.

A produção de cana no município tem entrado com força no município, eu não tenho dados, pois não é minha área, mas eu sei que eles arrendam terras aqui, que para o agricultor não dá muito trabalho. Eram áreas em que se cultivava café, laranja, que são produtos muito sazonais, que podem não ter mercado sempre. Já a cana tem mercado constante.

Como é o intercâmbio de informações entre os municípios, existe uma visão mais regional para algumas abordagens?

Antigamente tinha até rixa entre os municípios, não se conversava. Hoje é diferente, tem consórcio com outros municípios, como o de Itirapina, para a questão ambiental da Represa do Broa e outros consórcios. Tem muitas questões que têm que ser tratadas regionalmente, o aeroporto da TAM, por exemplo, não traz benefícios apenas para o município de São Carlos, mas para toda a região.

Tem alguma outra questão que você acredita que pode contribuir para a pesquisa e que não foi abordada?

Eu acredito que é importante acrescentar que a cidade tem um ordenamento jurídico, está crescendo com qualidade e bastante. Pretende-se acrescentar mais qualidade nesse crescimento. Eu gostaria que a cidade não crescesse muito, eu que sempre morei aqui, sinto muita diferença.

6 Entrevista com Marcos Alberto Martinelli, Secretário Municipal do Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de São Carlos-SP, e com Daniel D. Milstein Gonçalves, Gerente/Suporte ao Cliente MRO da TAM São Carlos-SP. Entrevista realizada em 03 de junho de 2011.

Senhor Secretário, você pode fazer uma pequena apresentação da sua função na Secretaria? Há quanto tempo está na Secretaria nessa função?

Martinelli: Esta secretaria é bastante nova, começou com o prof. Tunisi em 2000, depois de alguns anos veio o prof. Sacomano, em 2007, após o funcionário da indústria Adilson (2008), seguindo do prof. Emerson (2009), e agora eu, Martinelli, que sou comerciante e advogado, e estou na secretaria desde 2010.

Essa secretaria nasceu do Desenvolvimento Sustentável, cuidando da parte do meio ambiente, do relacionamento da indústria, do relacionamento com as universidades (ciência e tecnologia). O meio ambiente hoje já é uma coordenadoria, a Coordenadoria do Meio Ambiente.

Eu, como comerciante e advogado, tenho uma visão menos acadêmica, do que os outros secretários que me antecederam. E agora temos uma visão mais do desenvolvimento econômico, com sustentabilidade. Buscamos investimentos para a cidade, a partir de um tripé: sustentabilidade econômica, social, e ambiental. A secretaria também está dividida em diretorias, temos o turismo com uma diretoria, o departamento do desenvolvimento econômico em outra diretoria e o departamento de ciência e tecnologia em outra.

Qual a visão do desenvolvimento tecnológico para o município? O que esse desenvolvimento traz para os municípios?

Martinelli: Quando nós falamos de desenvolvimento tecnológico, temos que verificar que existe a dimensão das universidades e centros de pesquisas, existe a dimensão das incubadoras - que é um modelo dos anos 80 e anos 90, quando a universidade começava então a querer gerar empresários e negócios, a partir do conhecimento, e a partir dos últimos 3 anos, temos a dimensão dos parques tecnológicos, que é uma evolução do modelo das incubadoras, que já não estavam mais dando conta. Por outro lado, temos também a visão das empresas, com a sua dinâmica em particular. A história da industrialização da cidade, que não vou me detalhar, fez com que a cidade ganhasse um perfil industrial, e essas indústrias se desenvolveram gerando suas tecnologias e usando outras tecnologias presentes no mercado (não necessariamente das nossas universidades) e, a partir das décadas de 70 e 80, se inicia uma maior aproximação universidade/empresa, que vem num crescente e chegando em 2011 acontece o seguinte: as empresas procuram São Carlos para se instalar, de olho no conhecimento das pessoas que estão dentro da universidade, no conhecimento que essas pessoas podem trazer, caso venham a trabalhar na empresa.

Em relação ao destaque do município de São Carlos no Estado de São Paulo, o que você considera como fatores relevantes para esse destaque?

Martinelli: São Carlos se destaca na micro ou meso região, por uma conjunção de fatores. Primeiro, existe o fator privado: existem empreendedores que abriram uma linha de trabalho em São Carlos que fugiu do

binômio cana/laranja. Se eu sobrevoo a região, eu vou ver rios, estradas, cana e laranja. São Carlos fugiu um pouco disso, inclusive historicamente, com empreendedores que fizeram história na cidade, como a CBT fazendo tratores, a Climax na linha branca, entre outras, que são indústrias de base tradicional, que fizeram surgir o polo metal-mecânico. Depois, com as universidades, surgiram cursos e estudos respeitando a vocação da região. Como a vocação já tinha sido dada pelos empreendedores, os cursos foram se adaptando, como por exemplo, o curso de engenharia de materiais, que já se voltava para um polo metal-mecânico.

Na minha percepção, a tecnologia começa a conversar com a cidade, a partir da eleição de reitores como prefeitos da cidade. Antes, havia uma espécie de muro invisível, que separava a vida das cidades da vida das universidades, mesmo que a vida cultural fosse em comum. Com um reitor eleito, começam a haver estímulos para que essas duas facetas da cidade troquem informações. Além disso, tem o desenvolvimento de tecnologias sociais, que se aproximam mais da sociedade.

A partir daí, inaugura-se um novo ciclo, desde 2001. Estamos há 10 anos nesse ciclo, que eu considero virtuoso, e que respeita a história da cidade, respeita a questão acadêmica, pesquisa e desenvolvimento e que estimula o surgimento de investidores, que são mais do que empresas. Uma coisa é atrair empresa, e outra é atrair investimentos. A TAM, por exemplo, além de ter uma empresa, tem intenção de investir, quer seja na qualificação dos funcionários, na obra, no seu processo, e também na pesquisa.

Como foi a chegada da TAM em São Carlos, em que época isso ocorreu?

Gonçalves: Nós viemos para cá no ano de 2000. O comandante Rolim comprou a Fazenda São Francisco, que era a antiga cede da CBT, a companhia de tratores. A CBT havia ficado fechada por uns 10 anos, desde a década de 90. Por conta da área já ter um local próprio para a operação de aeronaves, e com uma área industrial já mais ou menos estabelecida, a fazenda foi negociada e comprada. Aos poucos a TAM foi investindo no desenvolvimento do local. De início, a empresa veio com 40 mecânicos, uma equipe bastante modesta. Depois de 3 meses, a equipe passou a 80 pessoas, e, com o passar dos anos, foi-se aumentado esse efetivo. Em 2002, foi inaugurado o hangar principal da TAM, e se iniciaram as operações no hangar e início das atividades de oficinas. Desse período para cá, o número de funcionários que foram transferidos de São Paulo para cá cresceu bastante. Nós passamos a ter oficinas próprias, que passaram a ocorrer em São Carlos também. Com o passar dos anos, isso foi se incrementando, e São Carlos começou a despontar também como polo aeronáutico. E aí sim tivemos reflexos na cidade. Eu acredito que o primeiro reflexo foi junto ao SENAI, com a criação de um curso de tecnólogo em manutenção de aeronaves. Houve todo um desenvolvimento, junto à administração do SENAI, para a elaboração de uma grade curricular e iniciar o curso. Infelizmente esse curso aconteceu uma vez só, por falta de cor, e também do custo do curso.

Martinelli: A prefeitura viabilizou o recurso para o curso, que foi buscado junto ao Ministro do Trabalho, que abriu uma concessão especial para São Carlos, com uma verba para pagar o curso do SENAI. Sem esse recurso, o SENAI não teria como desenvolver o curso. Essa segunda turma não sai também pelo alto custo do curso. Esse curso tende a tornar-se permanente, mas ele é um curso que custa, por turma, de uma ordem de 500 mil reais. Então o SENAI não tem esse recurso atualmente, mas se continua lutando para que o Ministério do Trabalho adote o curso como currículo. Obviamente, essa formação de mão-de-obra em São Carlos, não atende somente a região, mas também todo o Brasil.

Gonçalves: Exato, e a TAM não tem como absorver um grande número de funcionários. Outras empresas do ramo aeronáutico estão aqui na região e, tendo esse curso homologado, disponível, não seria absolutamente só para a TAM.

Martinelli: E esse curso, agora, foi orçado para a segunda turma. Na época eram 390 mil, e hoje está atualizado em 500 mil. O Newton Lima está tentando tornar esse curso permanente, para formar mão-de-obra para todo o Brasil. Estão pensando longe, para daqui a 20 anos, o que é muito bom. Outro curso que vai sair é no Instituto Federal de São Paulo, campus São Carlos. Esse curso funciona na Universidade Federal (UFSCar), em horário noturno. Os primeiros cursos que vão ocorrer são técnicos de técnicos administrativos e técnicos de comércio. São cursos que não exigem laboratórios, apenas salas de aula, livros etc. Mas outro curso que está sendo demandado pelo instituto é o de tecnólogo. Então, na Universidade de São Paulo, campus São Carlos, formam-se engenheiros aeronáuticos. Na UNICEP, se formam Técnicos em manutenção de aeronaves. O Instituto Federal, em breve também terá.

Gonçalves: Além disso, tem as escolas particulares, como a MMair, entre outras, que fornecem cursos de formação de mecânicos, visando à prova da TAM.

Martinelli: Então temos todos os níveis sendo atingidos, para o polo aeronáutico. O que tem acontecido é que os investidores veem em São Carlos uma oportunidade. Nós recebemos quase que uma visita por semana de algum empresário que tem São Carlos na mira. E o que São Carlos oferece para empresas? Não oferece isenção de IPTU, nem terreno gratuito, nem terraplanagem. O que oferece então? O que chama a atenção em São Carlos? Recursos Humanos. As empresas, para serem competidores globais, precisam de gente. Máquina se exporta, tecnologia se compra ou se desenvolve, mas precisam de gente qualificada. E São Carlos fornece isso.

Qual é o perfil das empresas que procuram São Carlos?

Martinelli: Empresas de Software, por exemplo. A mão-de-obra em software hoje está em falta, e os bons estão muito disputados. Se você conversa com o pessoal da Universidade, do Instituto de Ciências Matemáticas e Computação, eles dizem que o aluno entra no curso já com uma empresa de olho nesse aluno que acaba de entrar. Muitos alunos, antes de se formarem, já são procurados por essas empresas para trabalhar.

Empresas do ramo de materiais também procuram muito o município, para o desenvolvimento de novos materiais, compostos etc. Também muitas empresas ligadas a saúde, mas não necessariamente da área de fármacos. Por exemplo, empresas que desenvolvem materiais para a área odontológica, para a fotônica, lasers, ótica, entre outras. Que são áreas de instrumentação da saúde.

Gonçalves: A área de Química e Física, em São Carlos, é muito forte.

Martinelli: Nós vemos, em São Carlos, o polo aeronáutico, que é o mais novo, o polo de instrumentação da saúde e o polo metal-mecânico. Esse três, hoje, são os que estão mais fortes no município.

Gonçalves: Além da TAM, eu sei de poucas outras empresas, já estabelecidas no município, que trabalham na aviação. Tem a Aeroálcool, cuja fábrica é em Franca, mas que tem um pequeno galpão aqui, tem a Airship do Brasil, que trabalha com dirigíveis, têm empresas que desenvolvem *softwares* para essas empresas e empresas que desenvolvem tecnologias para a aviação.

Nesse sentido, como a TAM se relaciona com outras empresas da região com o suprimento de matérias primas? E como fica a questão da internacionalização da TAM São Carlos?

Gonçalves: A indústria aeroespacial, de modo geral, tem uma particularidade: ela requer que os materiais utilizados sejam homologados, ou pelo fabricante, ou por entidades de administração de aviação civil. No Brasil, nós temos pouquíssimas empresas que fabricam materiais aeronáuticos. É muito

pouco mesmo. Temos a EMBRAER, que fabrica o avião inteiro, mas quando você olha o avião, é pouquíssima coisa fabricada no Brasil, para não dizer nada. A chapa vem do Canadá ou Estados Unidos, não sei dizer. A fiação elétrica vem de fora, os rebites também. Até mesmo os pisos, estofados, tapete são feitos fora. Em um avião feito no Brasil, nada foi fabricado no Brasil, nem a tinta. Infelizmente. A EMBRAER é uma montadora, ela traz tudo de fora e monta aqui. Mas é claro que o cérebro, que desenvolveu a especificação de todos esses usos, está aqui, o que é fantástico, estamos vendendo tecnologia, em forma de avião. Eu acredito que no futuro o Brasil vai passar a fabricar material básico, insumos, para a aviação. Isso seria um sonho para todos nós.

Nós ainda não temos muito produtos ou serviços comprados no Brasil. O que nós temos é material humano, conhecimento, para poder cooperar, comprar, operacionalizar o que nós compramos fora.

A região de São Carlos é muito privilegiada nesse sentido. O nosso grupo de engenheiros, que cerca de 80% deles foi formado em São Carlos. Tem profissionais de outras regiões, ou de fora, sim, mas tem muita gente formada em São Carlos, e temos uma experiência muito produtiva com isso. As pessoas que saem de um curso técnico, em mecânica, mecatrônica etc., e estão dispostas a fazer um curso específico para se habilitar a prestar a prova da ANAC para mecânico, inclusive tem esse curso oferecido em São Carlos, essa pessoa já entra com um diferencial muito bom. E a nossa experiência tem mostrado que as pessoas que nós incentivamos a fazer essa escola técnica acabaram subindo de posição muito rapidamente na empresa, de mecânicos para inspetores de qualidade, por exemplo.

O que orientou a escolha de São Carlos para a implantação da TAM?

Gonçalves: Foi uma conjunção de eventos, mas a motivação inicial foi o fato de ter disponível um local, com uma pista de pouso, e uma instalação industrial que poderia ser facilmente adaptada a nossa necessidade. Um lugar grande, amplo, com uma instalação industrial pronta e uma pista de pouso disponível. Nós tivemos que fazer uma expansão da pista de pouso, que foi suportada pelo Estado de São Paulo, e que foi fundamental para que a TAM pudesse se estabelecer aqui. O fato de se ter um curso de engenharia aeronáutica na Universidade de São Paulo e ter escolas técnicas boas foram algo que agregou valor ao local também.

A EMBRAER já estava na região na época de instalação da TAM em São Carlos?

Gonçalves: Não, a EMBRAER já tinha desapropriado a fazenda, mas ainda não tinha começado a se instalar. A EMBRAER trouxe primeiro os ensaios de voo e as asas. A Kawazaki era uma empresa japonesa que usava aquele local para fazer as asas, mas acabou não dando certo, por diversos fatores. Em um momento a EMBRAER comprou a Kawazaki e começou ela mesma se responsabilizando pela fabricação das asas. Aos poucos foi começando devagar a montar os aviões aqui, e hoje já tem uma linha de montagem aqui.

Tem alguma relação entre a EMBRAER Gavião Peixoto e a TAM São Carlos?

Gonçalves: Não diretamente, mas embora às vezes tenhamos algum pequeno intercâmbio, com troca de serviços.

Como que vocês veem o potencial de desenvolvimento dessa região?

Gonçalves: Por essas questões que já foram colocadas, do material humano disponível na região, com escolas de preparação do mecânico ao engenheiro, somados ao espírito de desenvolvimento

tecnológico, eu acredito que a possibilidade de expansão seja muito boa. Nós esperamos e temos buscado uma expansão da pista, trazer a polícia e a receita federal, fazendo um porto seco, para que não seja necessário pensar em desenvolver em outra cidade um hangar para um grande avião. Nós fazemos aqui o Airbus 330, mas gostaríamos de fazer a frota inteira da TAM. Temos que mandar aviões para a manutenção em outros lugares, tanto no Brasil como no exterior, mas por que ir para o exterior, se poderíamos fazer isso aqui?

O que precisaria para poder fazer essas manutenções aqui? Qual é o tamanho da pista atual e qual o tamanho necessário?

Gonçalves: Em primeiro lugar, a pista. A pista atual não comporta o pouso desses aviões, e tem hoje 1740 metros, e precisa da ordem de 3000 metros. Além da pista, precisamos de financiamento, mas isso se negocia. Já em 2012 já deveremos estar com recurso para construir mais hangares aqui. Mas nós também nos esbarramos com falta de mão-de-obra qualificada de mecânicos, técnicos e engenheiros, para que possamos procurar essa mão-de-obra especializada já aqui na região. Temos 100 vagas em aberto para mecânicos e não conseguimos preencher, e esses mecânicos precisam ser credenciados.

E nos municípios da região de Gavião Peixoto, não existem cursos especializados, que atendam, por exemplo, a EMBRAER?

Gonçalves: A EMBRAER não precisa ter funcionários credenciados, porque ela vende o produto final dela, e ela credencia e homologa o produto. Ela pode contratar um mecânico, dar todo o treinamento específico e necessário, mas esse mecânico não é responsável pelo serviço que ele libera. É claro que, internamente, os mecânicos são responsáveis pelos serviços que eles fazem, mas a EMBRAER é a responsável final.

A ANAC tem a seguinte distinção: o serviço contratado e o serviço subcontratado. Eu posso contratar um serviço, como por exemplo, uma dedetização de um avião, mas essa pessoa não pode assinar o serviço, pois não é um CNPJ homologado pela ANAC. Então a TAM subcontrata o serviço, supervisiona o serviço, e um mecânico da TAM, com credenciamento da ANAC, pode assinar e liberar o serviço. E assim por diante.

Senhor Secretário, uma questão que gostaria de colocar: em uma secretaria do Desenvolvimento Sustentável, qual a visão de sustentabilidade para vocês, quais são as ações políticas de desenvolvimento sustentável?

Martinelli: Bem, temos o prefeito e temos as secretarias. As secretarias não resolvem por si uma pendência, uma política pública. Ela, no mínimo, partilha informações com outras secretarias, para verificar o que pode ser feito, qual o impacto etc.

No desenvolvimento sustentável, como pensamos: se vem uma empresa para São Carlos, procuramos verificar se ela é sustentável economicamente, socialmente. Se a empresa se implanta em São Carlos, mas três anos depois falta capital de giro e a empresa quebra, ela deixa para trás um problema social, com funcionários desempregados ou sem receber. Então, procuramos verificar se a empresa tem responsabilidade social, se não vai onerar ainda mais o serviço público, se tem um ambiente de trabalho adequado, que não vai causar problemas de saúde aos funcionários, se o local de trabalho não vai gerar problemas com a sua relação com a sociedade, como por exemplo, se uma carreta, para entrar em seu local, gera congestionamento, ou ruído etc. E ambientalmente também verificamos, se a empresa precisa cortar árvores, precisa fazer ações mitigadoras, dependendo do impacto. Isso por exemplo tem permitido que a cidade recupere suas matas ciliares, onde grande parte da recuperação foi feita por

empresas novas que vieram ao município, ele doa ao município uma ação compensatória.

Então a visão de sustentável vai desde o básico, trivial, até coisas maiores. Na prática isso se dá a partir de muita conversa. Estamos pensando em lançar um terceiro distrito industrial público, porque já há uma demanda reprimida de empresas que querem vir para a cidade, e que neste momento essas empresas têm que ir atrás de áreas privadas para se implantarem. Então a prefeitura tem procurado desde otimizar as áreas industriais já existentes na cidade de São Carlos, como por exemplo o CEAT, que ainda tem vários vazios que podem ser ocupados, e estamos pensando na ampliação para um terceiro distrito industrial, para empresas que sejam sustentáveis, socialmente, ambientalmente, economicamente. Por isso investimos muito nos anos 80 e 90 em empresas de base tecnológica: são empresas que absorvem um pouco menos de mão-de-obra, mas remuneram melhor, impactam menos, se distribuem homogeneamente na cidade e fixam cidadãos no município.

Gonçalves: A TAM tem exatamente esse perfil, é uma empresa com poucos funcionários, com um total de aproximadamente 1500 funcionários, com um impacto ambiental muito baixo. O único setor da empresa que tem um impacto ambiental forte é a área de galvanoplastia, que tem uma estação de tratamento dedicada e todo um sistema de normatização para isso.

Martinelli: Tem também outra questão interessante: a cidade de São Carlos é diferente, também no sentido das gerações de famílias de industriários. Em uma cidade em que você tem uma agricultura, que se transforma para indústria, a cultura industrial se forma com maior dificuldade, não surge de uma hora para outra. Tem todo um comportamental diferente numa indústria. Em São Carlos já se tem uma cultura industrial, tem muita gente que gostaria de trabalhar em indústria, com uma cultura e postura de produção industrial, de meta de produção.

Gonçalves: Precisa ter conhecimento de programação e produção. Interessante que São Carlos, por conta desse desenvolvimento, as indústrias projetaram a cidade internacionalmente. No mundo inteiro se sabe que em São Carlos se desenvolvem pesquisas nessa e naquela linha, que aqui se tem um local em que se fazem manutenção de aeronaves e provavelmente em outras áreas industriais isso também seja verdade.

E sobre as possibilidades de expansão do aeroporto em São Carlos?

Gonçalves: Existem muitas possibilidades de expansão e contamos com o auxílio do município para ter infraestrutura, como por exemplo, o alargamento da rodovia, contamos com a receita federal para termos alfândega, para podermos investir mais aqui.

Martinelli: Nós sabemos que Campinas tende a ser um aeroporto de passageiros, classe C e D ascendendo ao consumo, vai ser necessário. A linha aérea Azul já está lá. Seria interessante que a TAM fizesse conexões diretas, sem precisar parar em um aeroporto, vindo direto para São Carlos. Sabe-se que o custo de se levantar uma aeronave não é barato.

Gonçalves: No ano passado, todo o projeto com a LANCHILE, os aviões chegavam e saíam de São José dos Campos. Para esse ano será no Rio de Janeiro, mas isso não é bom, poderia vir direto.

Martinelli: Estamos convencidos de que há uma necessidade, que é justa e boa para a região. A vontade política já existe, o que precisamos agora são cartas e documentos, diagnósticos melhores. Para investimento público precisa ser feita uma coleção de informações que justifiquem o investimento. Nós sabemos que aqui ficaria bom para chegada e saída de carga e manutenção de aeronaves. Também ficaria

bom para voos fretados, nacionais ou internacionais. Imagina se um time de futebol vem para o Brasil e resolve treinar no interior de São Paulo, muito melhor se ele puder descer o voo fretado aqui, ao invés de descer em Cabo Frio, ou São Paulo.

Existem planos para ser um aeroporto de passageiros em São Carlos?

Gonçalves: Infelizmente estamos muito próximos de São Paulo e Campinas para isso. Eu acredito que temos mais possibilidade de desenvolvimento do aeroporto internacional para carga e para as necessidades locais do que para passageiros. Agora, fretamento tem toda uma dinâmica diferente.

Martinelli: Suponhamos que, na Copa do Mundo de 2014, se o interior paulista for receber alguma seleção para treinar, eles virão com um voo fretado, e por que pousar em Congonhas e vir de ônibus? Ele tem que pousar aqui.

Mas a hotelaria ainda é muito fraca em São Carlos para receber um evento desse porte, o que está sendo feito?

Martinelli: O investimento vem vindo, temos três hotéis, dois já em construção, e um a caminho. Um deles vai estar instalado na estrada, o Atlantique. E o terceiro hotel é o Damha Hotel, que provavelmente suportará treinamentos de equipes em São Carlos, para Copa 2014 e de 2016 para as Olimpíadas. Será um hotel horizontal de alto padrão, que suporta a demanda. O Grupo Encalso Damha vai viabilizar o empreendimento, e o parceiro de hotelaria vai ser responsável pelo hotel.

Nós temos uma hotelaria hoje que responde a uma demanda e temos também uma demanda que não conseguimos responder, que é convenções e centro de eventos. Nós não conseguimos atender essa demanda porque a iniciativa privada local não tem capital para fazer esse tipo de empreendimento. Para isso precisaríamos de um investidor que vem de outro lugar, e o município tem preparado informações sobre a demanda do município, para provar para investidores que aqui é um local adequado para esse tipo de investimento. Também estamos preparando a cultura da cidade para poder comportar grandes eventos. Ou seja, a cidade está sendo preparada para atender uma demanda de turismo e de negócios. Imagina se tem um evento, e quando o evento acaba o comércio está fechado, os taxistas não estão mais na rua... esse processo de mudar a cultura com técnica e profissionalismo é um processo lento. Para acelerar, algumas coisas podem ser feitas. Por exemplo, São Carlos entrou recentemente no livro da Fifa de 37 destinos para subsede de equipes de futebol no Brasil. Com isso, alguma seleção pode escolher vir para São Carlos, que tem uma parte de saúde para o atleta muito forte. Aqui temos equipamentos de saúde que podem recuperar um atleta muito rapidamente. Isso ele encontra em poucos lugares, aqui temos a competência para recuperar um atleta rapidamente durante uma competição. Também temos uma segurança pública forte, o município de São Carlos tem 7 homicídios por 100 mil habitantes.

Para as Olimpíadas melhor ainda, porque os atletas olímpicos vem muito tempo antes dos jogos, para se aclimatar.

E como está a construção do Centro Olímpico de São Carlos? Onde se localiza?

Martinelli: Está sendo construído na rodovia que liga São Carlos a Ribeirão Preto, em uma área de 100 mil metros quadrados que foi doada pelo grupo Encalso Damha para a construção do Centro Olímpico. Já foi inaugurada a pista de atletismo e futuramente será feita a infraestrutura, arquibancada etc. É um projeto muito grande. Será um local de eventos para a região também, está na beira da rodovia, entre São Carlos e Ribeirão Preto, podendo abrigar eventos, shows...

Foi uma doação muito inteligente do grupo Encalso, pois é ao lado do centro de eventos da Fazenda São Miguel, do Damha. E eles terão o hotel também, onde as pessoas poderão se hospedar. Faz parte do negócio.

Para isso seria necessária a duplicação da pista. Tem planos?

Martinelli: A idéia de duplicar a SP 318 é antiga, já foram várias tentativas. Nesse momento, o secretário de transportes, juntamente com o prefeito, já reforçou o pedido. O certo seria duplicar de São Carlos até o rio Mogi. Mas nós sabemos que a chance de isso acontecer é pequena. Então estamos tentar a duplicação de São Carlos até a entrada da TAM, por motivos óbvios. Temos a demanda dos trabalhadores, dos sítios, do museu, do futuro centro olímpico, dos condomínios etc. É uma pista perigosa e é unanimidade o pedido de duplicação. É um projeto que agrada a todos.

Sobre o desenvolvimento da região de São Carlos, Ribeirão Preto, Araraquara, quais as últimas considerações que vocês gostariam de fazer?

Martinelli: Primeiro fator: governos que sofrem continuidade, os projetos conseguem seguir também. Acredito que São Carlos teve um governo de já 10 anos com metas. O que é muito bom. Segundo aspecto: estar no centro mais rico, do Estado mais rico, de um dos países mais ricos, não é pouca coisa. Saindo de São Carlos, em uma hora você está em Ribeirão Preto. Se você andar 600, 700 km de São Carlos, você tem Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo... para a logística, isso é fantástico. Sem contar que são estradas muito boas. Em termos de desenvolvimento regional, qual outra região tem esse privilégio? É uma região com um dos maiores PIBs, e isso é muito relevante. É importante salientar que os tempos do poder público são tempos históricos, são processos longos e lentos. Dez anos na vida pública é um tempo rápido, já que sempre se pensa no futuro, dez anos de um projeto significa 50 que vamos nos beneficiar com isso no futuro. O caso do metrô em São Paulo, por exemplo, ilustra isso. Pouco importa quanto tempo está demorando pra finalizar as obras, se aquela linha demorou um ano ou dez anos para ser construída, porque para as pessoas, que bom que a linha ficou pronta. Já no setor privado, dez anos são muito tempo. São tempos diferentes. Na área acadêmica, também há outro sentido de tempo. Na indústria, se eu sou pesquisador de empresa, o problema tem que ser resolvido rapidamente, não pode pesquisar um novo material eternamente, eu tenho um prazo.

Gonçalves: O que eu enxergo e tenho comentado sempre, é que haja uma intersecção maior entre o que desenvolvemos na TAM e o que se desenvolve na USP, no curso da engenharia aeronáutica.

Martinelli: O que vai acontecer nesse sentido é em longo prazo. O professor não é empreendedor, são os novos alunos que vêm vindo. Esses alunos que vão conseguir fazer a transferência de tecnologia. Os professores entraram na universidade para fazer pesquisa e os alunos, nem todos entraram para isso, entraram pra fazer o curso e já estão pensando em como vão fazer para trabalhar com isso. Essa é a aposta do Parque Tecnológico, que é um ambiente onde os três frequentam: o professor pesquisador, o empresário e o aluno, que não é nem uma coisa nem outra, mas que consegue fazer a ponte entre os dois conhecimentos.

7 Entrevista com Luiz Toshihiro Massuda diretor da unidade Embraer Gavião Peixoto. Entrevista realizada em 06 de junho de 2011.

Há quanto tempo você está na Embraer Gavião Peixoto?

238

Eu estou completando três anos aqui, neste cargo. Eu vim de São José dos Campos para cá. Eu sempre fui ligado a uma área de engenharia de produção. Eu me formei em engenheiro mecânico de aeronáutica, eu cursei na primeira turma do ITA nesse curso. Eu estou morando em Araraquara há três anos e de um ano e meio para cá eu estou sentindo uma mudança muito maior na região, no sentido de crescimento urbano.

Eu já conhecia um pouco a região antes de vir morar aqui, mas não tinha uma vivência da região.

Há quanto tempo a Embraer está em Gavião Peixoto? Como foi esse processo?

A planta aqui, desde que começaram as primeiras obras da pista do aeroporto, completou em 2010, há dez anos. A Embraer tem restrições em termos de expansão na unidade Faria Lima, pois onde está a Embraer hoje já virou cidade, não é mais um bairro meramente industrial. Então havia a necessidade de expansão e, por conta disso, já começou a ser pensado outro site. Outro lado também é que grande parte dos nossos testes só eram possíveis de serem feitos alugando aeroportos em outros locais. Para isso, era necessário ter um aeroporto disponível e muitas vezes isso implicava ficar numa fila de espera, o que significava estender ainda mais o nosso processo de desenvolvimento e, quanto menor o ciclo de desenvolvimento, melhor. Então tínhamos a necessidade de ter um local onde pudéssemos fazer os nossos testes.

A primeira atividade que foi feita em Gavião Peixoto foi ensaio em voo e gradativamente fomos trazendo as atividades industriais.

E quais foram os critérios para a escolha de Gavião Peixoto?

A procura é sempre por um custo menor é feito um investimento alto, então para se ter um retorno mais rápido tem que ser possível praticar mão-de-obra mais barata. Também pensamos em acesso, na questão das rodovias. Mas a principal questão para nós é a climática: um céu limpo é muito importante. A planicidade do terreno é muito importante também, é um terreno extremamente plano. São vários fatores, mas acredito que esses sejam os principais. De certa forma também não poderíamos ficar muito distantes do aeroporto de Viracopos e das unidades de São José dos Campos e de Botucatu.

Você tem conhecimento do que era esse local antes da implantação da Embraer?

Aqui era uma fazenda, se não me engano eram três donos, onde o principal era a Cutrale, que tinha uma fazenda de laranja aqui.

Você verifica alguma mudança na região como um todo após a chegada da Embraer?

É difícil para nós falarmos, mas o que eu ouço falar é que realmente a presença da Embraer é positiva, principalmente para o município de Araraquara, já que a maioria dos funcionários foi morar lá. Pelo menos no comércio de Araraquara percebem-se muitos comentários sobre a Embraer, já que é outro perfil de consumidor. Também a empresa de transportes Venetur, que veio de São José dos Campos para atender os funcionários da Embraer, na época da implantação, e até hoje.

Para Gavião Peixoto, é uma receita a mais que a prefeitura está recebendo, pela distribuição do ICMS proporcional à movimentação econômica do município (TIPAM).

No município de Gavião Peixoto, a princípio o que vemos é que não são muitos que vêm trabalhar na Embraer. A maioria, mesmo sendo natural de Gavião Peixoto, com o passar do tempo, eles mudam para Araraquara. Acredito que a maioria dos funcionários venha de Araraquara e depois de Matão. Mas temos funcionário que vem de diversos outros municípios, como São Carlos (poucos), Nova Europa, Américo Brasiliense... Mas acredito que 70%, 80% venham de Araraquara e Matão.

Os moradores da região, envolvidos em atividades agrícolas, conseguem ver as vantagens da Embraer. É uma oportunidade de alavancar a vida, com melhores condições salariais, com uma escola técnica, ou mesmo faculdade.

Em relação à qualificação dos funcionários, como é feito?

A primeira exigência aqui é Segundo Grau Completo e a partir daí os funcionários passam por um treinamento, primeiro em sala de aula, e depois na prática. Eles passam também por um acompanhamento e monitoramento, acompanhada de uma pessoa mais experiente, que passa a ser um padrinho. Esse processo dura de 6 a 7 meses, para ganhar uma qualificação.

E em relação aos cursos técnicos, como o do SENAI?

Juntamente com o SENAI, nós passamos o que seria interessante ter na grade de um eletricitista, de um mecânico, por exemplo. Não necessariamente sendo uma formação específica para nós, mas de maneira a constar na grade curricular do SENAI alguns assuntos que sejam de nosso interesse. Assim, um mecânico com formação no SENAI, já aparece num processo seletivo com prioridade.

Em relação aos cursos técnicos para aeronáutica, como os de escolas particulares, como aqueles que são desenvolvidos no município de São Carlos, voltados à TAM?

Na TAM o processo é diferente, porque o funcionário já entra lá para ser um mecânico de manutenção de avião. Aqui, o funcionário entra como ajudante de produção e, para chegar ao nível de um mecânico de manutenção da TAM, o funcionário EMBRAER leva de 6 a 7 anos, que seria o gabarito de alguém que vai entrar no avião, ligar o avião etc. Então é diferente, porque na EMBRAER o funcionário recebe uma formação básica, e tem toda uma carreira onde a pessoa vai evoluindo. Acredito que o caso da TAM seria o correspondente a uma de nossas últimas atividades, que seria produzir avião e colocá-lo para voar. Nesse momento talvez os nossos funcionários se equiparem aos da TAM.

São quantos funcionários na EMBRAER, no total?

Diretamente ligado às atividades de produção são em torno de 1100 empregados. Isso envolve desde operadores a engenheiros. E somando o site inteiro, considerando os serviços, terceiros, como o restaurante, limpeza, transporte, somando tudo devemos ter uns 2000 empregos, diretos e indiretos.

E o curso da engenharia aeronáutica em São Carlos forma engenheiros interessados na empresa?

Eu diria que a nossa atividade aqui é mais ligada à área de produção, e o curso de aeronáutica é mais voltado para uma área de engenharia de produto, mas temos um bom aproveitamento dessas pessoas, tanto da USP, quanto do curso de engenharia de produção da UFSCar. Nós temos alguns funcionários formados nas universidades de São Carlos, mas principalmente dos cursos de produção.

Em relação aos materiais utilizados para a montagem dos jatos são só materiais importados ou tem também materiais nacionais?

A maioria são materiais importados. Existem duas categorias de materiais: os equipamentos, que já vêm montados de fora, e que nós instalamos nos aviões, como computadores, válvulas etc. E tem coisas cuja matéria prima é importada, e nós fazemos o beneficiamento aqui no Brasil. Mas na origem, a maioria dos materiais é importada, por conta dos requisitos aeronáuticos.

E como chegam esses materiais na unidade?

Alguns materiais, como estruturas, são produzidos, montados em Botucatu e depois enviados para cá. Materiais que são importados como equipamentos, passam por São José dos Campos, e depois vêm para cá. E alguns outros materiais, que são mais exclusivos desse setor de produção, saem diretamente do desembarcador - porto, aeroporto - para cá. Mas a maioria vem por São José dos Campos. Temos toda uma logística de São José dos Campos e Botucatu para cá, e do porto e aeroporto para cá. Esses materiais chegam por transporte rodoviário, de forma terceirizada. E nós temos rotas definidas para fazer toda essa movimentação.

Em relação ao transporte rodoviário dos funcionários, como funciona? Como se definem os municípios que entram na rota?

No momento, estamos trabalhando com duas empresas, a que veio de São José dos Campos e se instalou aqui, e uma empresa local, que estamos em parceria desde o ano passado. As rotas estão divididas entre essas duas empresas terceirizadas. No início, até mesmo para conseguir a mão-de-obra, tivemos que fazer um espalhamento grande na rota do transporte dos funcionários, mas com o passar do tempo é melhor ir concentrando isso, porque isso também é um custo de transporte. Esse espalhamento na região foi muito em função de ir trazendo a mão de obra no início.

Você tem algum conhecimento de quais são os projetos socioculturais desenvolvidos nessa região?

Nós temos alguns projetos, mas através do Instituto Embraer de Ensino e Tecnologia, cuja marca é o colégio Juarez Vanderlei. Através do Instituto, fazemos com as escolas uma atividade de minipresa, onde se busca despertar o espírito empreendedor nos alunos. Voluntários da empresa participam nesse projeto, seja no papel de fazer orientação de RH, seja de produção. Também temos trabalhos voltados para entidades sociais, envolvendo funcionários da Embraer. Então um empregado da Embraer adota uma entidade social, monta um projeto, que pode ser, por exemplo, montar uma biblioteca para os alunos da entidade, e esse projeto passa por uma avaliação, onde alguns projetos são selecionados. Ser selecionado significa a Embraer doar o dinheiro orçado para conduzir esse projeto. Atualmente temos projetos desse tipo em Araraquara, Gavião Peixoto, Matão.

Existe um departamento que cuide das questões ambientais?

Sim, nós temos, até porque nós estamos no meio de uma zona rural. Aqui não é nenhum distrito industrial. Então todos os nossos efluentes são tratados e vão direto para o córrego. Existe um processo bastante rigoroso no que tange esse ponto. Temos também ações de reflorestamento, onde muitas árvores foram plantadas. Temos um departamento dedicado a isso.

Quando foi feita a unidade em Gavião Peixoto, a infraestrutura foi por conta da empresa ou do município?

Houve um processo de desapropriação, então acredito que os recursos tenham vindo mais do governo

do Estado. Por exemplo, a abertura das estradas, acesso, transmissão de energia. Mas no que tange à infraestrutura interna foi investimento puramente da Embraer, a questão dos efluentes também.

Existe algum intercâmbio direto ou indireto entre outras empresas de aeronáutica no Brasil?

Intercâmbio mesmo não existe, não, o que tem mais são algumas trocas, então, por exemplo, recentemente o pessoal da TAM veio para Gavião Peixoto, pois eles tinham interesse em conhecer o setor de fabricação de móveis. É mais nesse sentido. Em termos de desenvolvimento, em São José dos Campos, deve haver mais intercâmbios, mas eu desconheço. No Brasil, existem pessoas que operam aviões, e nós que produzimos. Temos nossos fornecedores, que produzem peças para nós. Essa é mais ou menos a relação.

Como você vê o potencial da região?

Eu vejo um movimento grande, a indústria está saindo muito da agricultura. Eu vejo em Araraquara, tem muitas indústrias de outras indústrias se instalando, e o perfil da agricultura está desaparecendo.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico do município de São Carlos, com as incubadoras nos Parques Tecnológicos, como você vê isso?

O fato de ter as duas Universidades lá, realmente é o local ideal para se alavancar esse tipo de atividade no interior.

Essa tecnologia vai influenciar algumas questões da produção na Embraer?

Não se descarta essa possibilidade, mas por enquanto não temos muito fornecedores na região. Mas acredito que essa oferta de mão-de-obra e de tecnologia e a presença da TAM podem fortalecer esse tipo de atividade na região.

Em relação aos futuros planos para a Embraer Gavião Peixoto?

Pretendemos produzir o KC 390 nessa região. Em relação à expansão, quando comparada com São José dos Campos, essa região tem muito local para expansão. Aqui temos uma pista de 5 km. Mas de início, a dificuldade aqui foi encontrar a mão-de-obra. Ao redor são muitos municípios pequenos, e por isso foi necessário buscar mão de obra longe da região.